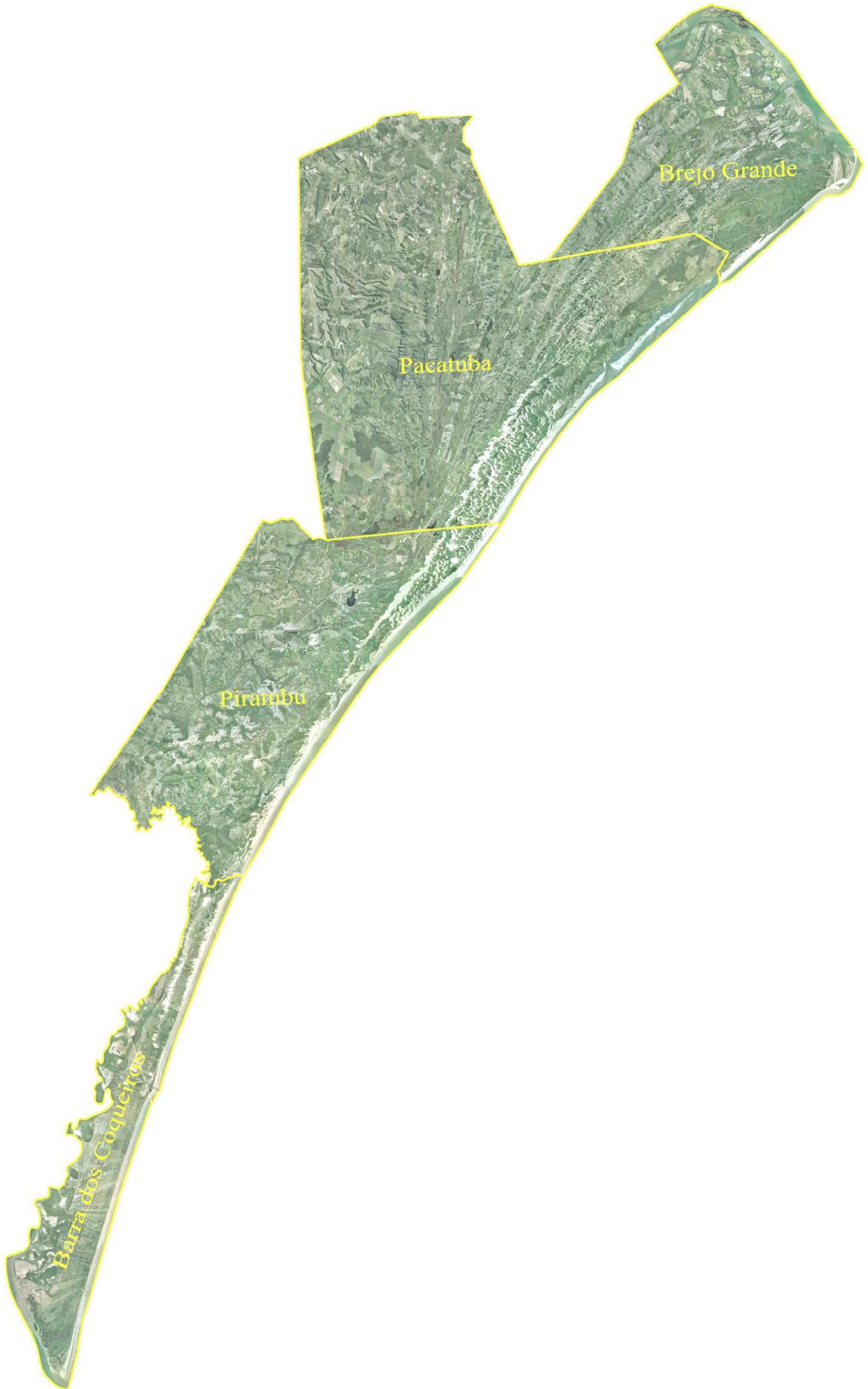


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGeo**

LÍCIO VALÉRIO LIMA VIEIRA

**CONFLITOS AMBIENTAIS NO LITORAL NORTE DE
SERGIPE**

**SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE
2010**



LÍCIO VALÉRIO LIMA VIEIRA

**CONFLITOS AMBIENTAIS NO LITORAL NORTE DE
SERGIPE**

Tese de Doutorado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

ORIENTADORA
Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida

SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE
2010

V658c

Vieira, Lício Valério Lima.

Conflitos ambientais no litoral norte de Sergipe / Lício Valério Lima Vieira. São Cristóvão UFS / Faculdade de Geografia, 2010.

261 f.; 30 cm.

Orientador: Maria Geralda de Almeida.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós Graduação em Geografia – NPGEO, São Cristóvão, SE, 2010.

Referências Bibliográficas: f.252-261

1. Território 2. Configurações territoriais 3. Conflitos ambientais 4. Sergipe I. Almeida, Maria Geralda de (orient.) II. Universidade Federal de Sergipe. Tese de Doutorado em Geografia III. Título.

CDU: 913:502.131.(813.7)

LÍCIO VALÉRIO LIMA VIEIRA

CONFLITOS AMBIENTAIS NO LITORAL NORTE DE SERGIPE

Tese de Doutorado defendida e aprovada em 28/08/2010, às 13:00 horas, no mini auditório do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida
Orientadora
Universidade Federal de Sergipe/NPGeo

Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas
Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Vânia Fonseca
Universidade Tiradentes

Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar
Universidade Federal de Sergipe/NPGeo

Profa. Dra. Maria Augusta Mundim Vargas
Universidade Federal de Sergipe/NPGeo

Profa. Dra. Vera Lúcia Alves França
Suplente
Universidade Federal de Sergipe/NPGeo

Profa. Dra. Aracy Losano Fontes
Suplente
Universidade Federal de Sergipe/NPGeo

Palco da vida

[...] Ser feliz é encontrar força no perdão, esperança nas batalhas, segurança no palco do medo, amor nos desencontros.
Ser feliz não é apenas valorizar o sorriso, mas refletir sobre a tristeza.
Não é apenas comemorar o sucesso, mas aprender lições nos fracassos.
Não é apenas ter júbilo nos aplausos, mas encontrar alegria no anonimato.
Ser feliz é reconhecer que vale a pena viver, apesar de todos os desafios, incompreensões e períodos de crise.
Ser feliz é deixar de ser vítima dos problemas e se tornar um autor da própria história.
É atravessar desertos fora de si, mas ser capaz de encontrar um oásis no recôndito da sua alma. É agradecer a Deus a cada manhã pelo milagre da vida.
Ser feliz é não ter medo dos próprios sentimentos. É saber falar de si mesmo. É ter coragem para ouvir um “não”. É ter segurança para receber uma crítica, mesmo que injusta.
Ser feliz é deixar viver a criança livre, alegre e simples que mora dentro de cada um de nós. É ter maturidade para falar “eu errei”.
É ter ousadia para dizer “me perdoe”. É ter sensibilidade para expressar “eu preciso de você”. É ter capacidade de dizer “eu te amo”.
É ter humildade e receptividade. Desejo que a vida se torne um canteiro de oportunidades para você ser feliz...
E, quando você errar o caminho, recomece. [...]

Fernando Pessoa

À família, em especial à Clarinha – Menina da Lua
(*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Deus, obrigado!!!. Agradecer sempre é bom. Reconhecer que a luta não foi solitária creio que seja minha obrigação. Foram pessoas, instituições e situações diversas que contribuíram para a elaboração e conclusão desse estudo. Esperei um momento de tranqüilidade para poder registrar os verdadeiros agradecimentos a todos que contribuíram para essa etapa da minha vida.

Reforço, a Deus em primeiro lugar por ter permitido, pela sua misericórdia e seu amor inigualável, a concretização de mais uma etapa da vida aqui na terra. E a esse Deus, juntaram-se pessoas e orações, desejos e corações, em uma corrente de pedidos e agradecimentos constantes.

Às famílias (Vieira e Rodrigues), e aí um bucado de pessoas, que ao mesmo tempo em que torciam viam-se distantes da minha presença e do meu cotidiano. Especialmente à minha mãe Elizabete Vieira e minha tia Lourdes Rodrigues e ao meu pai Lício Vieira. Aos irmãos em especial a Napolitânia Vieira pela companhia e aos primos.

À vida profissional, e aí, tantos e tantas, homens e mulheres, profissionais e estagiários, somaram-se a este desafio, além disso, acreditaram em sonhos e realizações individuais e coletivas. Destacar a compreensão do companheiro Márcio Macedo, enquanto Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe. Destaco com muito carinho as contribuições de vários servidores da SEMARH e em especial às “Licetes” que de forma carinhosa compreenderam o momento desempenhando com compromisso suas funções na SQS. Aos estagiários comprometidos Arthur, Hudson, Patrícia, Manuel (Pipoca) e Rafael Souza.

Aos amigos, oh meu Deus, como sofreram comigo durante a caminhada. E aí vários Max Alberto pela produção teórica, Manoel Rodrigues e Marta Cristina pelas oficinas, Fábio Gonçalves pelos registros fotográficos, Gilberto Nunes pela valiosa contribuição na cartografia, Simone Amorim pelo inglês, Eudes Bomfim pela formatação e Érico Tavares pelo acompanhamento em tudo.

Às instituições públicas no âmbito federal e estadual, que gentilmente compreenderam esse processo. Às comunidades envolvidas, mesmo sendo convocadas, assumiram um papel de protagonistas da produção do conhecimento científico.

À Academia, em especial a Universidade Federal de Sergipe e o Núcleo de Pós Graduação e Pesquisa em Geografia, por continuarem na luta da produção e da consolidação do conhecimento geográfico. Ao Instituto Federal de Sergipe pela sensibilidade.

Aos ausentes... (irmã Clariana Vieira, amigo Luis Hermes e primo Júnior) que saudade!!!!!!!!!! obrigado por terem passado pela minha vida e só deixado boas recordações.

Aos que se chegaram durante a caminhada e se somaram à luta.

E, destacadamente as valiosas contribuições dos professores doutores Maria Geralda de Almeida e José Wellington Carvalho Vilar. Sem vocês seria difícil demais.

Enfim, a todos que mesmo sem perceber contribuíram direta e indiretamente para concretização desse momento.

Muito obrigado.

Cheiros!!!!

Desejo que Deus continue abençoando a Todos e Todas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Desenho da Tese.....	21
Figura 02	Litoral Norte de Sergipe: localização geográfica da área de estudo – 2009..	23
Figura 03	Delimitação do Litoral Sergipano.....	24
Figura 1.1	Zona Costeira Brasileira.....	82
Figura 2.1	Litoral Norte de Sergipe: Geologia.....	101
Figura 2.2	Unidades Geográficas Complexas do Litoral Norte de Sergipe – 2003.....	102
Figura 2.3	Litoral Norte de Sergipe: Unidades Geomorfológicas – 2009.....	104
Figura 2.4	Litoral Norte de Sergipe: Geomorfologia.....	106
Figura 2.5	Sergipe: Biodiversidade.....	109
Figura 2.6	Litoral Norte de Sergipe: Unidades de Conservação – 2009.....	111
Figura 2.7	Sergipe: Gestão Costeira.....	112
Figura 2.8	Lixão do município de Pirambu.....	113
Figura 2.9	Tendências de comportamento da linha de costa para o Estado de Sergipe..	115
Figura 2.10	Sergipe: Dinâmica Populacional.....	123
Figura 2.11	Litoral Norte de Sergipe: Uso e Ocupação do Solo – 2009.....	146
Figura 3.1	Litoral do Estado de Sergipe: Estrutura Territorial.....	160
Figura 3.2	Vista panorâmica do <i>resort Starfish</i> Santa Luzia.....	162
Figura 3.3	Projeção dos investimentos In-VI (Imagem ilustrativa).....	164
Figura 3.4	Aspectos da paisagem – Barra dos Coqueiros – 2009.....	172
Figura 3.5	Aspectos da paisagem Pirambu.....	174
Figura 3.6	Aspectos da paisagem Pacatuba.....	176
Figura 3.7	Aspectos da paisagem Brejo Grande.....	178
Figura 3.8	Litoral Norte de Sergipe – Conflitos Territoriais – 2009	185
Figura 3.9	Litoral Norte de Sergipe – Conflitos de Natureza Econômica – 2009.....	190
Figura 3.10	Litoral Norte de Sergipe – Conflitos pelo uso do Recurso Natural – 2009..	200
Figura 3.11	Litoral Norte de Sergipe – Conflitos Culturais – 2009.....	206
Figura 3.12	Litoral Norte de Sergipe: Conflitos Ambientais – 2009.....	211
Figura 4.1	Sistema Territorial do Litoral Norte de Sergipe	232
Figura 4.2	Esgotamento sanitário inadequado, estuário do rio Japaratuba, município de Pirambu.....	241
Figura 4.3	Esgotamento sanitário inadequado, estuário do rio Japaratuba, município de Pirambu.....	241
Figura 4.4	Erosão fluvial, estuário do rio São Francisco, Pov. Saramém, município de Brejo Grande.....	241
Figura 4.5	Barracas na Praia da Costa, município de Barra dos Coqueiros.....	241
Figura 4.6	Resort <i>Star Fish</i> , município de Barra dos Coqueiros.....	242
Figura 4.7	Ocupação irregular às margens do rio Japaratuba, município de Pirambu..	242
Figura 4.8	Ocupação irregular às margens do rio Japaratuba, município de Pirambu..	242

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1	Visões diferenciadas do futuro.....	48
Quadro 1.2	Concepções de Ordenamento Territorial.....	70
Quadro 1.3	Instrumentos com Rebatimento no Ordenamento Territorial.....	72
Quadro 1.4	Instrumentos Legais para a Gestão Costeira Brasileira.....	86
Quadro 3.1	Conflitos Ambientais na Visão do Poder Público – Litoral Norte de Sergipe – 2010.....	169
Quadro 3.2	Tipologia de Conflitos Ambientais – Litoral Norte de Sergipe – 2009.....	183
Quadro 4.1	Oportunidades e Ameaças – Litoral Norte de Sergipe.....	239

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1	Brasil – Zona Costeira - Extensão e Área.....	82
Tabela 2.1	Caracterização Geral Litoral Norte de Sergipe.....	121
Tabela 2.2	População total, urbana e rural – Litoral norte de Sergipe – 1991 e 2000...	122
Tabela 2.3	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada – Litoral norte de Sergipe – 1991 e 2000.....	125 126
Tabela 2.4	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada - Litoral norte de Sergipe – 1991 e 2000.....	126
Tabela 2.5	Percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com coleta de lixo - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.....	126
Tabela 2.6	Percentual de indigentes – Litoral Norte de Sergipe – 1991 – 2000.....	127
Tabela 2.7	Percentual de pobres – Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.....	128
Tabela 2.8	Percentual de crianças indigentes – Litoral Norte de Sergipe – 1991 – 2000.....	128
Tabela 2.9	Percentual de crianças pobres - Litoral norte de Sergipe – 1991 e 2000.....	129
Tabela 2.10	Intensidade da pobreza - Litoral norte de Sergipe – 1991 e 2000.....	129
Tabela 2.11	Intensidade da indigência – Litoral norte de Sergipe – 1991 e 2000.....	129
Tabela 2.12	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica - Litoral Norte de Sergipe – 1991 – 2000.....	130
Tabela 2.13	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com TV – Litoral Norte de Sergipe – 1991 – 2000.....	131
Tabela 2.14	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com geladeira - Litoral Norte de Sergipe – 1991 – 2000.....	131
Tabela 2.15	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com telefone - Litoral Norte de Sergipe – 1991 – 2000.....	132
Tabela 2.16	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com carro - Litoral norte de Sergipe – 1991 – 2000.....	132
Tabela 2.17	Taxa de alfabetização - Litoral Norte de Sergipe – 1991 – 2000.....	133
Tabela 2.18	Percentual de alunos de 7 a 14 anos na escola – Litoral Norte de Sergipe – 1991 – 2000.....	133
Tabela 2.19	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais – Litoral Norte de Sergipe – 1991 – 2000.....	134
Tabela 2.20	Porcentagem de pessoas com 25 anos ou mais com doze ou mais anos de estudo - Litoral Norte de Sergipe – 1991 – 2000.....	135
Tabela 2.21	Porcentagem de pessoas com 25 anos ou mais com doze ou mais anos de estudo – Litoral Norte de Sergipe – 1991 – 2000.....	135
Tabela 2.22	Esperança de vida ao nascer - Litoral Norte de Sergipe – 1991 – 2000.....	136
Tabela 2.23	Probabilidade de sobrevivência até 40 e 60 anos – Litoral Norte de Sergipe – 1991 – 2000.....	136
Tabela 2.24	Mortalidade até 1 ano e até 5 anos - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.....	137
Tabela 2.25	Taxa de Fecundidade Total - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.....	137
Tabela 2.26	Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal – Litoral Norte de Sergipe – 1991 – 2000.....	138
Tabela 2.27	Índice de Desenvolvimento Humano – Educação - Litoral Norte de Sergipe – 1991 – 2000.....	138
Tabela 2.28	Índice de Desenvolvimento Humano – Longevidade - Litoral Norte de Sergipe – 1991 – 2000.....	138
Tabela 2.29	Índice de Desenvolvimento Humano – Renda – Litoral Norte de Sergipe -	

	1991 – 2000.....	139
Tabela 2.30	Índice de Exclusão Social dos municípios do litoral norte de Sergipe – 2000.....	139
Tabela 2.31	Renda per capita – Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.....	141
Tabela 2.32	Percentagem de renda proveniente de transferências governamentais – Litoral Norte de Sergipe – 1991 – 2000.....	142
Tabela 2.33	Percentagem de renda proveniente de rendimento do trabalho – Litoral Norte de Sergipe – 1991 – 2000.....	142
Tabela 2.34	Índice de concentração de renda – Litoral Norte de Sergipe – 1991 – 2000.....	143
Tabela 2.35	Percentagem da renda domiciliar apropriada pelos 40% mais pobres – Litoral Norte de Sergipe – 1991 – 2000.....	143
Tabela 3.1	Obras e Projetos em Execução – Municípios do Litoral Norte de Sergipe – 2010.....	166

RESUMO

A Zona Costeira Sergipana tem-se configurado num espaço de constantes transformações associadas a importantes momentos históricos de uso e ocupação. Enquadra-se num cenário desafiador e produtor de territorialidades. É marcada por implementações de projetos e ações com diferentes objetivos. Considera-se neste estudo que as intervenções públicas e privadas no litoral norte de Sergipe têm provocado o surgimento e consolidação de conflitos ambientais que expressam as territorialidades da contemporaneidade. Esse estudo propõe promover análises acerca do contexto socioambiental da área de estudo a fim de identificar, caracterizar e compreender os diferentes tipos de conflitos e como estes refletem na (re)configuração territorial. Tem como objetivo principal estudar os conflitos ambientais e as territorialidades enquanto expressões das intervenções públicas e privadas do Litoral Norte de Sergipe. Especificamente, pretendeu-se caracterizar historicamente o processo de uso, ocupação e produção do espaço do litoral norte de Sergipe, destacando as condições e indicadores socioeconômicos, além dos aspectos ambientais e seus reflexos na configuração territorial atual; diagnosticar os principais conflitos ambientais; analisar as intervenções dos atores sociais na (re)produção do espaço; analisar as atividades econômicas no tocante à renda, geração de problemas, conflitos e confrontos ambientais, e analisar as políticas públicas e as intervenções de entes particulares que refletem no processo de transformação territorial e na produção de novas territorialidades. O estudo teve como base o método de pesquisa fenomenológico, o qual considera a experiência humana, cultural, individual e em grupo. Privilegiou-se a abordagem qualitativa que considera a existência de uma relação dinâmica entre mundo real e sujeito. A pesquisa exploratória consistiu em levantamento bibliográfico, documental e trabalho de campo. Os instrumentos de pesquisas utilizados em campo foram as técnicas do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), roteiro de observação e de entrevistas. O conjunto dos conflitos ambientais foi agrupado considerando a tipologia: i) Conflitos territoriais; ii) Conflitos de natureza econômica; iii) Conflitos de uso dos recursos naturais; e iv) Conflitos culturais. Foi possível identificar as intervenções públicas e privadas e seus reflexos na geração ou cristalização de conflitos ambientais. Foram caracterizadas as disputas pelo controle e uso dos recursos naturais entre segmentos sociais que dão significados distintos e contraditórios. As transformações e configurações territoriais, bem como os conflitos ambientais do litoral norte de Sergipe são reflexos das intervenções e estratégias das mais diferentes finalidades, sejam elas, de ampliação ou melhorias de acesso, ou ainda, com vistas a instalações de equipamentos de turismo ou de infraestrutura. Essas atividades obedecem a um modelo de desenvolvimento adotado no qual a principal mola propulsora são as atividades econômicas. Conclui-se que a zona costeira norte sergipana é um espaço de contrastes, no qual coexistem diversas atividades, interesses e conflitos, num cenário constituído de áreas urbanizadas, atividades agrícolas, extrativas, portuária e industrial, além da exploração turística e imobiliária. Esse espaço é permeado por áreas de baixa densidade de ocupação e ocorrência de ecossistemas de grande significado ambiental, com acelerado processo de exploração dos seus recursos e carente de políticas públicas para o ordenamento do seu território.

Palavras-chave: Território; Configurações Territoriais; Conflitos Ambientais; Litoral Norte de Sergipe.

ABSTRACT

Sergipe's Coastal Zone is becoming a space of frequent changes associated to important historical moments of usage and occupation. It is inserted in a challenging scenario that also produces territories. It is highlighted by implementation of projects and actions with different goals. In this study it is considered the public and private interventions in the north seashore of Sergipe that have been generating the arousing and consolidation of environmental conflicts that express the territories characteristics of nowadays. This study proposes to promote the analysis about the social environment context of the study area in order to identify, characterize and understand the different kinds of conflicts and the way they reflect in the territorial (re)configuration. It has as its main goal to study the environmental conflicts as well as the territoriality while expressions of the public and the private conflicts in the North Seashore of Sergipe. Specifically, it was intended to characterize historically the usage, occupation and production process, of the north seashore area of Sergipe, highlighting the conditions and socioeconomic indicators, besides the environmental aspects and also their reflex on the actual territorial configuration; diagnose the main environmental conflicts; analyze the interventions of the social actors in the (re)production of the space; analyze the economic activities concerning income, problem formation, environmental conflicts and confrontations and analyze the public policy as well as the interventions of private institutions that have a consequence in the process of territorial change and also in the production of new territorialities. This study was based on the phenomenological research method, which considers the human, cultural, individual and group experiences as well. The qualitative approach was privileged as it considers the existence of a dynamic relationship between the real world and the subject. The investigative research involved a bibliographic and documentary review and field work. The research instruments used in field were the techniques of the Participatory Rapid Assessment (PRA), observation and interview guide. All the environment conflicts were grouped considering their types: i) Territorial conflicts; ii) Conflicts from economic nature; iii) Conflicts related to the usage of natural resources; and iv) Cultural conflicts. It was possible to identify the public and private interventions and their consequences in the generation or crystallization of environmental conflicts. Disputes for the control and use of the natural sources among the social segments that give contradictory and distinct meanings were characterized. The territorial changes and features, as well as the environmental conflicts of the north seashore of Sergipe are the consequence of the interventions and strategies from the most different purposes, such as enlargement or access improvements and even, taking into consideration the set up of tourist equipment or of infrastructure. These activities follow a development model adopted in which a main reason is the economic activities. To sum up, it is possible to say that the North Sergipe's Coastal Zone is an area of contrasts, where a variety of activities, interests and conflicts coexist in a setting composed of urban areas, agricultural, extractive, industrial and harbor activities, besides the touristic and property exploitation. That area is permeated by low density occupation and by the existence of ecosystems of a great environment meaning, with a fast exploitation process of its sources and that needs public policies to the territory planning.

Keywords: Territory. Territorial Configuration. Environmental Conflicts. North Seashore of Sergipe.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	vii
LISTA DE QUADROS	viii
LISTA DE TABELAS	ix
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
INTRODUÇÃO	14
1 ORDENAMENTO TERRITORIAL E (RE)CONFIGURAÇÕES DO TERRITÓRIO	39
1.1 Território: Diferentes Abordagens.....	39
1.2 Marcos Históricos da Problemática Ambiental.....	46
1.3 Políticas Públicas e Ordenamento Territorial.....	62
1.4 Enfoques dos Conflitos Ambientais.....	73
1.5 Ordenamento Territorial e Zona Costeira: Cenários e Perspectivas.....	81
2 CENÁRIOS LITORÂNEOS DE ESTUDO	92
2.1 Bases Geoambientais.....	100
2.2 História Territorial: Uso e Ocupação do Solo Litorâneo.....	116
2.3 Aspectos Sócio-Demográficos.....	121
2.4 Aspectos Econômicos do Litoral Norte.....	140
3 ORDENAMENTO TERRITORIAL E CONFLITOS AMBIENTAIS NO LITORAL NORTE DE SERGIPE	148
3.1 Leitura Técnica: a Vitrine Projetada.....	148
3.1.1 As intervenções no litoral sergipano.....	149
3.1.2 Visão do poder público.....	166
3.2 Os Conflitos Ambientais na Escala Municipal: Breve Apresentação.....	170
3.3 Leitura Participativa: o Território Vivido.....	179
3.3.1 Tipologia dos conflitos.....	179
3.3.2 Conflitos territoriais.....	184
3.3.3 Conflitos de natureza econômica.....	189
3.3.4 Conflitos pelo uso do Recurso Natural.....	199
3.3.5 Conflitos culturais.....	206
4 ORDENAMENTO TERRITORIAL NO LITORAL NORTE DE SERGIPE: (RE)CONFIGURAÇÕES E DESAFIOS	212
4.1 As Relações entre os Conflitos Ambientais e Territorialidades.....	213
4.2 As Perspectivas, os Caminhos e as Intervenções.....	227
4.3 Os Desafios para a Gestão Integrada da Zona Costeira Sergipana.....	235
CONSIDERAÇÕES FINAIS	243
REFERÊNCIAS	252

INTRODUÇÃO

As constantes transformações ocorridas no meio natural e social têm gerado preocupações a cerca das questões ambientais e suas respectivas mudanças, como também os novos direcionamentos das formas de apropriação dos recursos ainda disponíveis.

As linhas mestras do desenvolvimento para o novo milênio apontam para uma visão administrativa de longo prazo, com uma postura responsável diante da integridade da relação homem e natureza, dos recursos naturais e da infraestrutura, do patrimônio histórico-cultural, dos aspectos da preservação e das características dos povos e comunidades. Portanto, o caminho para consolidação da relação equilibrada e respeitosa entre o ser humano e a natureza, bem como o próprio desenvolvimento, dependerá diretamente das ações dos investimentos realizados. Sendo necessárias alterações dos cenários e tendências hoje observadas, compostos por interesses variados e muitas vezes conflitantes, considerando ainda os produtos e situações originadas de intervenções realizadas ao longo do tempo.

A globalização da problemática ambiental apresenta sérias consequências ao sistema mundial e ao Brasil em particular. As dificuldades em proteger os ecossistemas e biomas brasileiros têm sido inúmeras, decorrentes principalmente das ações do homem sobre os ambientes naturais. A questão da sustentabilidade muitas das vezes não é considerada, destacando assim, e sendo resultante dos modelos desenvolvimentistas, da pouca atenção e sensibilidade do poder público, e ainda do pouco envolvimento da sociedade em relação a necessidade de elaboração de estratégias de proteção dos recursos naturais.

A relação homem-natureza gera, a cada momento, feições diferenciadas cada vez mais complexas que refletem na dinâmica do espaço geográfico, as quais exigem estudos sobre os indicadores de mudanças e perspectivas para as suas novas configurações. No limiar do

século XXI, ao mesmo tempo em que se torna visível a intensidade de apropriação da natureza, também é marcante a necessidade de repensar alternativas capazes de redirecionar os reflexos negativos da intensa apropriação dos recursos naturais, bem como, as diversas formas de manifestações culturais.

A tese do desenvolvimento sustentável projeta-se a partir das evidências sobre os limites socioambientais dos padrões atuais de produção e consumo, diante da crise de modelos que, durante mais de meio século, apresentaram-se como alternativa à via capitalista dominante. Ainda que sem configurar, necessariamente, uma ruptura radical com relação aos padrões societários vigentes, a sustentabilidade sócio-política-ambiental dos estilos de desenvolvimento adotados vem colocando-se com evidência cada vez maior enquanto modo de superação da atual crise planetária.

Na atualidade, segundo Becker (2001), ocorre a necessidade de se repensar as relações espaço-poder face à desestabilização dos seus pressupostos. As transformações em curso se dão de forma rápida, intensa e instável, promovendo o esgotamento do padrão de acumulação e de relações de poder baseadas na produção em larga escala, em âmbito planetário, e ainda na centralização do poder.

Encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos gerados por meio das intervenções e o próprio desenvolvimento não é uma tarefa fácil. Seu controle depende de critérios, valores subjetivos e de um conjunto de ações e políticas adequadas, capazes de promover o uso racional dos recursos ambientais.

É possível observar que as diversas estratégias de desenvolvimento trouxeram consigo mudanças estruturais nos padrões de relação entre os que planejam, os que executam e os que são alvos das ações. Essa situação pode ser percebida quando há implementação de ações governamentais concebidas por técnicos em seus gabinetes, executados por empresas que

pouco conhecem a realidade local e ainda da exclusão das comunidades que são afetadas negativamente com a instalação de determinados equipamentos ou projetos de infraestrutura.

O poder público, enquanto regulador e elemento componente do sistema socioambiental, possui um relevante papel no que diz respeito à necessidade de planejamento, execução, avaliação de projetos e ações direcionadas para o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Deve-se, portanto, compreender que as intervenções devem contemplar os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e ecossistêmicos existentes.

De acordo com Brito e Câmara (1998), o Brasil é possuidor de uma legislação capaz de garantir determinadas intervenções voltadas para a sustentabilidade em todas as suas dimensões: econômica, social, cultural, ecológica, ambiental, estética e ética. A gestão do território passa a ser então uma estratégia composta de regras e critérios estabelecidos, capazes de promover reflexos nas novas formas de (re)produção dos espaços geográficos. Entretanto, mesmo sendo o país possuidor de instrumentos legais, é possível observar que no atual cenário ambiental brasileiro, muitas dessas leis não são colocadas efetivamente em prática, e as consequências dessa situação podem ser percebidas nos diversos ecossistemas, centros urbanos e nas relações sociedade e natureza como um todo.

Neste sentido, uma problemática que não pode deixar de ser considerada, é a realidade em que se encontra a Zona Costeira Brasileira, e em especial a sergipana, espaço associado a importantes momentos históricos e palco de grandes intervenções ao longo do tempo. Dessa forma, enquadra-se num cenário desafiador e produtor de territorialidades.

A Zona Costeira Brasileira compreende uma faixa de aproximadamente 8.698 km de extensão, com largura variável, contempla um conjunto de ecossistemas contíguos sobre uma área de aproximadamente 388,78 mil km². Ela abrange uma parte terrestre, com um conjunto de municípios selecionados segundo critérios específicos, e uma área marinha, que

corresponde ao mar territorial brasileiro, com largura de 12 milhas náuticas (22,2 Km) a partir da linha de costa. Em Sergipe essa faixa se entende por uma extensão de cerca de 168 Km com área aproximada de 5.453,8 km², o que corresponde a 24,9% da área geográfica do estado.

O espaço litorâneo de Sergipe sofre intervenções e transformações semelhantes as ocorridas no litoral brasileiro, representadas historicamente pelas poucas ações de planejamento, gestão e ordenamento territorial. Neste sentido, Vasconcelos (2005) destaca que a ocupação humana de forma desordenada gerou rompimentos no equilíbrio dinâmico e, como reflexos, sérios impactos negativos ao ambiente costeiro.

Neste contexto é válido destacar que o Estado de Sergipe e os seus municípios integrantes do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) ainda não elaboraram as suas bases legais de uso e ocupação do espaço geográfico. Esse fato que implica diretamente num processo de ordenamento territorial bastante complexo e problemático, uma vez que a ação de agentes sociais – o poder público, os empreendedores, os nativos, os veranistas e os visitantes - contribuem para definir a dinâmica territorial mais recente. Além desses agentes há que se destacar também outras atividades econômicas vinculadas ao setor turístico, à carnicultura, aos empreendedores imobiliários e aos tradicionais agentes do setor agropecuário.

Num primeiro momento, as particularidades do litoral de Sergipe, representadas por seus aspectos geopaisagísticos e pelos recursos ambientais, caracterizaram-se pela unifuncionalidade espacial. Entretanto, na atualidade essas particularidades destacam-se por uma geografia multifacetada, na qual coexistem atividades variadas, interesses múltiplos, atores sociais e conflitos socioambientais diversos, além de configurações territoriais dinâmicas. Vale destacar que o desenvolvimento de ações de reprodução do capital tem

provocado uma série de transformação do espaço litorâneo sergipano, onde os impactos sobre os ecossistemas são localmente intensos e diversificados.

O litoral sergipano, ao longo da sua evolução histórica, foi palco de diversas intervenções com intenções variadas. A exemplo, têm-se a implantação do Terminal Portuário, a construção da ponte sobre o rio Japarutuba, unindo os municípios de Barra dos Coqueiros e Pirambu, além do asfaltamento da rodovia estadual entre esses municípios. Destacam-se ainda a construção da ponte interligando os municípios de Aracaju a Barra dos Coqueiros, o projeto de abertura e pavimentação da rodovia estadual costeira alcançando o município de Brejo Grande, com objetivo de promover a consolidação da SE-100. Essa rodovia tem como propósito de interligar os Estados da Bahia e Alagoas, através do litoral sergipano, na denominada linha verde.

É válido ressaltar que para a concretização desse trajeto foi construída sobre o estuário do rio Vaza Barris a ponte Jornalista Joel Silveira que interliga a Capital do Estado ao setor sul do litoral sergipano. Toda essa construção de infraestrutura faz parte da política macroregional de turismo com vistas à interligação dos litorais nordestinos, conta com aportes financeiros internacionais e do governo federal e visa ao incremento da atividade turística nordestina.

Acrescentam-se a esses fatores a utilização de áreas com outras funcionalidades que estão relacionadas aos setores industriais, crescimento urbano, especulação imobiliário, que também interferem no processo de (des)organização do espaço geográfico, das suas paisagens e das (des)configurações territoriais.

O litoral sergipano está marcado também por implementações de projetos e ações relacionados a equipamentos e infraestrutura, como a abertura de rodovias, construção do porto marítimo e pontes, além da exploração de minérios e, em especial, o petróleo e a

intensificação do processo de especulação imobiliária a partir da construção de casas de segunda residência e condomínios fechados. Cabe salientar que grande parte dessas atividades está relacionada com o desenvolvimento do turismo na região.

Corroborando com esse contexto, pode-se mencionar o que destaca Sachs (2004, p. 61) quanto aos elementos e estratégias de desenvolvimento, afirmando que “a enorme diversidade das configurações socioeconômicas e culturais, bem como das dotações de recursos que prevalecem em diferentes micro e mesorregiões, excluem a aplicação generalizada de estratégias uniformes de desenvolvimento”.

Considera-se neste estudo que as intervenções públicas e privadas no litoral norte de Sergipe têm provocado o surgimento e consolidação de conflitos ambientais que expressam as territorialidades da contemporaneidade. A Tese que sustenta este estudo considera que a existência dos conflitos ambientais na zona costeira do litoral norte de Sergipe são frutos das intervenções públicas e privadas sobre o território. O território é, portanto o cenário das ações públicas e privadas promovedores de configurações territoriais. Por outro lado, a ausência de estratégias de planejamento e de ordenamento territorial refletem no incremento e na cristalização dos conflitos ambientais. Esse estudo propõe promover análises acerca do contexto socioambiental da área de estudo a fim de identificar, caracterizar e compreender os diferentes tipos de conflitos e como estes refletem na (re)configuração territorial.

A presente Tese tem como objetivo principal estudar os conflitos ambientais e as territorialidades enquanto expressões das intervenções públicas e privadas do Litoral Norte de Sergipe. Buscou-se especificamente: i) Caracterizar historicamente o processo de uso, ocupação e produção do espaço do litoral norte de Sergipe, destacando as condições e indicadores socioeconômicos, além dos aspectos ambientais e seus reflexos na configuração territorial atual; ii) Diagnosticar os principais conflitos ambientais da área de estudo; iii)

Analisar as intervenções dos atores sociais na (re)produção do espaço no litoral norte de Sergipe, iv) Analisar as atividades econômicas no tocante à renda, geração de problemas, conflitos e confrontos ambientais, e v) Analisar as políticas públicas e as intervenções de entes particulares que refletem no processo de transformação territorial e na produção de novas territorialidades.

Foram levantadas algumas questões norteadoras, a saber: i) os investimentos públicos e da iniciativa privada influenciaram no processo de uso, ocupação e produção do espaço na Zona Costeira no norte de Sergipe?; ii) as novas estratégias de uso e ocupação do solo interferem na redefinição das atividades econômicas tradicionais?; iii) as comunidades tradicionais percebem e compreendem as intervenções na região de uma forma diferenciada da compreensão dos agentes planejadores e executores?; iv) as ações e estratégias públicas e privadas têm produzido novas relações e configurações territoriais?; v) as culturas e manifestações locais não são levadas em consideração quando há planejamento e implementação de ações que visam o desenvolvimento?; e, vi) as intervenções no litoral norte não estão enquadradas dentro de um planejamento integrado entre as três esferas de governo, a iniciativa privada e a sociedade civil?.

A figura 1 representa o desenho do presente estudo que tem o Território como principal categoria de análise. O território é considerado como produto das intervenções dos atores sociais como o Poder Público (Estado), a Iniciativa Privada e ainda as Comunidades. Atividades como regularização fundiária, turismo e segunda residência, o petróleo, a dinâmica imobiliária e as práticas tradicionais e de subsistência, promovem o surgimento de conflitos ambientais, ou ainda, incrementam os já existentes. As relações entre os atores sociais e os recursos naturais e culturais, geram conflitos, e conseqüentemente, geram novas territorialidades.

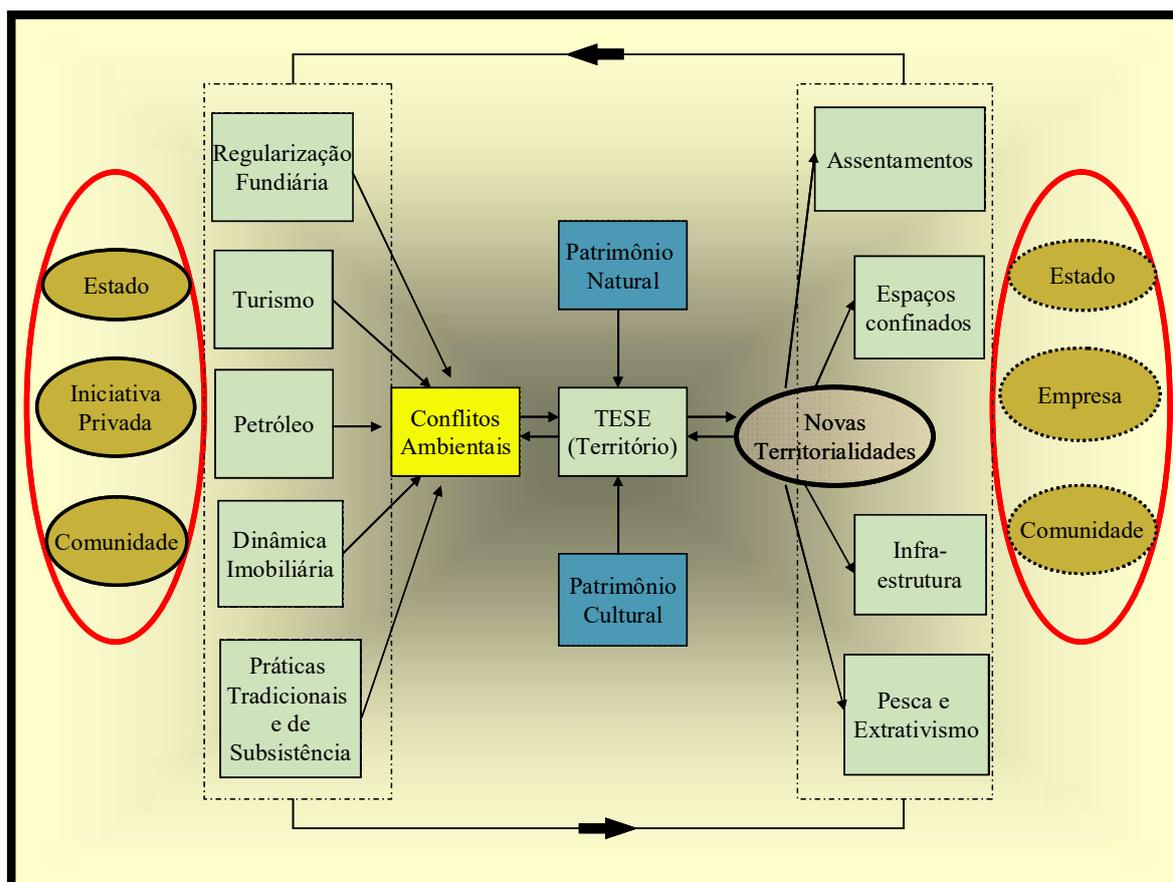


Figura 1 Desenho da Tese.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2008.

O território sofre as intervenções advindas das atividades de regularização fundiária, da atividade turística e de segunda residência, da exploração do petróleo e outros minérios, da dinâmica imobiliária e ainda das práticas tradicionais e de subsistência. Na prática dessas atividades, conflitos ambientais são originados e promovem reconfigurações territoriais, e ao mesmo tempo, refletem em novas territorialidades e em novas relações sociais entre os diversos atores da zona costeira do litoral norte de Sergipe. O conjunto desses elementos constitui o que aqui é denominado de desenho de Tese.

Considera-se neste estudo que as intervenções públicas e privadas sobre o território vêm provocando, ao longo dos tempos, o aparecimento de novos conflitos ambientais, e ainda, consolidando os já existentes. O poder público, seja federal, estadual e municipal, no

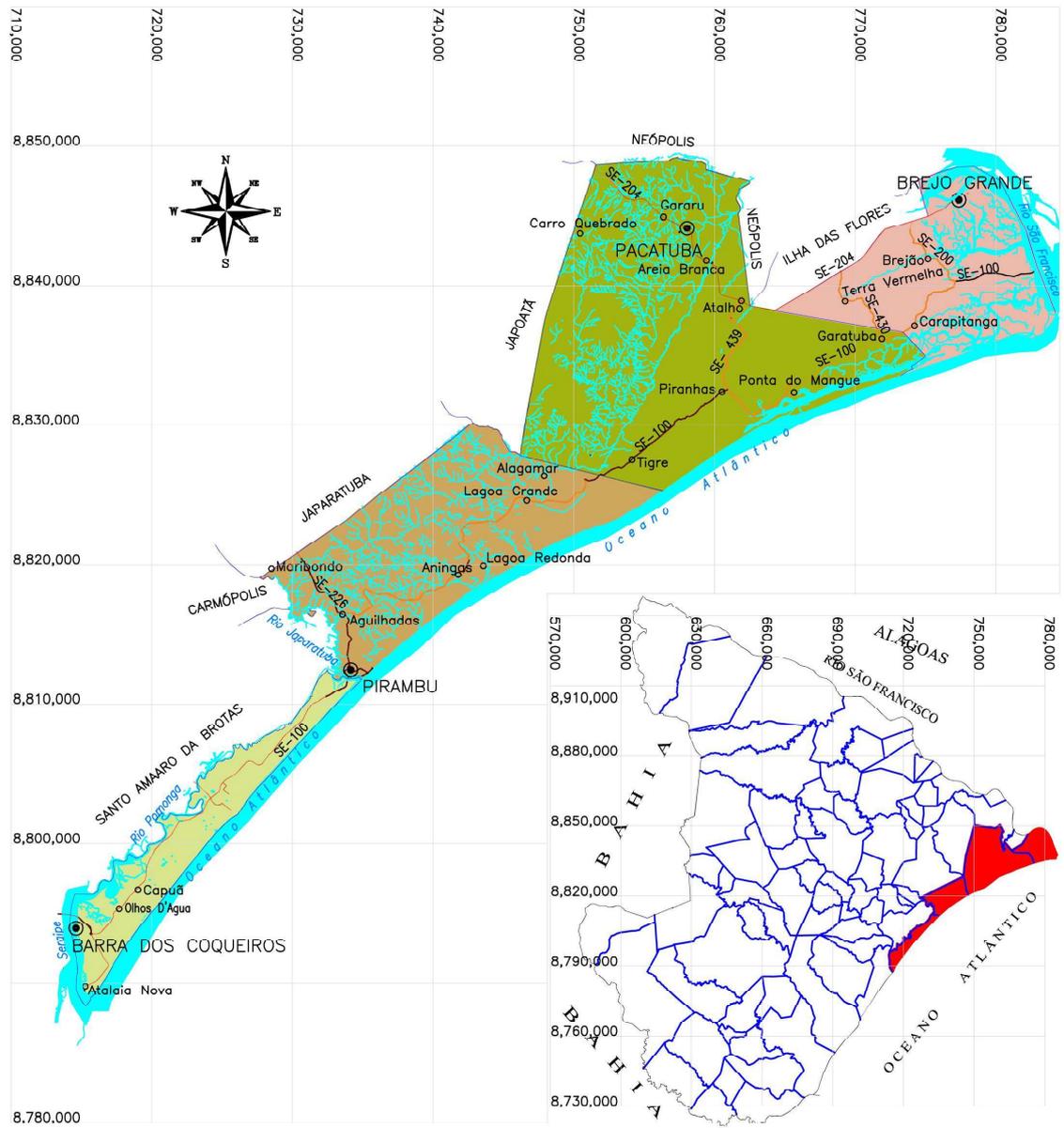
momento em que promove ações com vistas ao desenvolvimento, contribui também para alterações nas relações entre os diversos atores sociais.

Sabe-se, portanto, que a apropriação dos recursos naturais não se dá a partir de relações harmônicas ou pacíficas. A existência de diferentes interesses entre os atores sociais que atuam em determinado território visam o seu domínio e o seu controle. Por outro lado, geram também estratégias de defesa e permanência relacionadas às condições de acesso e uso dos recursos. Nesse cenário, encontram-se conflitos com complexidades diferenciadas implicando em necessidade de conhecimento dos aspectos sociais, culturais, ecológicos, econômicos e ambientais.

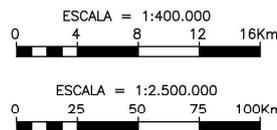
Pretende-se, portanto, analisar as ações públicas e privadas e suas contribuições para o ordenamento e configuração territorial desse setor da Zona Costeira sergipana, levando-se em consideração os argumentos dos que planejam e executam, e ainda, a compreensão por parte daqueles considerados como público-alvo das intervenções, e os reflexos no processo de inserção social, qualidade ambiental e desenvolvimento regional.

O estudo proposto nesta Tese tem como palco de análises a Zona Costeira do litoral norte sergipano, em especial os municípios defrontantes com o mar, Barra dos Coqueiros, Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande, procurando compreender as dinâmicas e os processos operantes nesta área ambientalmente frágil e ao mesmo tempo potencializadora de oportunidades para implementação de projetos com reflexos nas (re)configurações territoriais (Figura 2).

LITORAL NORTE DE SERGIPE LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO 2009



Sistema Geodésico Brasileiro
 Elipsóide de referência: SAD-69
 Datum horizontal: Vértice Chuá (MG)
 Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM)
 Origem: Equador e Meridiano Central de 39° W. GR.



- Rodovia Pavimentada
- Rodovia Não Pavimentada
- Curso d'água
- Limite Intermunicipal
- Limite Interestadual
- Localização da Área de Estudo
- Sede de Município
- o Povoados

Fonte: SEPLANTEC, 2004. IBGE, 2008. DER/SE, 2007.
 Organização: Gilberto Nunes da Silveira.

Figura 2 Litoral Norte de Sergipe: localização geográfica da área de estudo – 2009.

Fonte: SEPLANTEC, 2004; IBGE, 2008; DER/SE, 2007

Organização: Gilberto Nunes da Silveira.

Para a delimitação da área de estudo, considerou-se o que foi determinado pela Política Nacional de Gerenciamento Costeiro do Ministério do Meio Ambiente quanto a classificação adotada pelos estudos para elaboração do Gerenciamento Costeiro em Sergipe. A Zona Costeira estadual encontra-se subdividida em três setores: i) Litoral Norte – 17 (dezessete) municípios: Barra dos Coqueiros, Neópolis, Santana do São Francisco, Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras, Riachuelo, Maruim, Santo Amaro das Brotas, Rosário do Catete, General Maynard, Carmópolis, Pirambu, Japarutuba, Pacatuba, Brejo Grande, Japoatã, Ilha das Flores; e, ii) Litoral Centro – Aracaju, e iii) Litoral Sul – 5 municípios São Cristóvão, Itaporanga D’Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba (Figura 3).

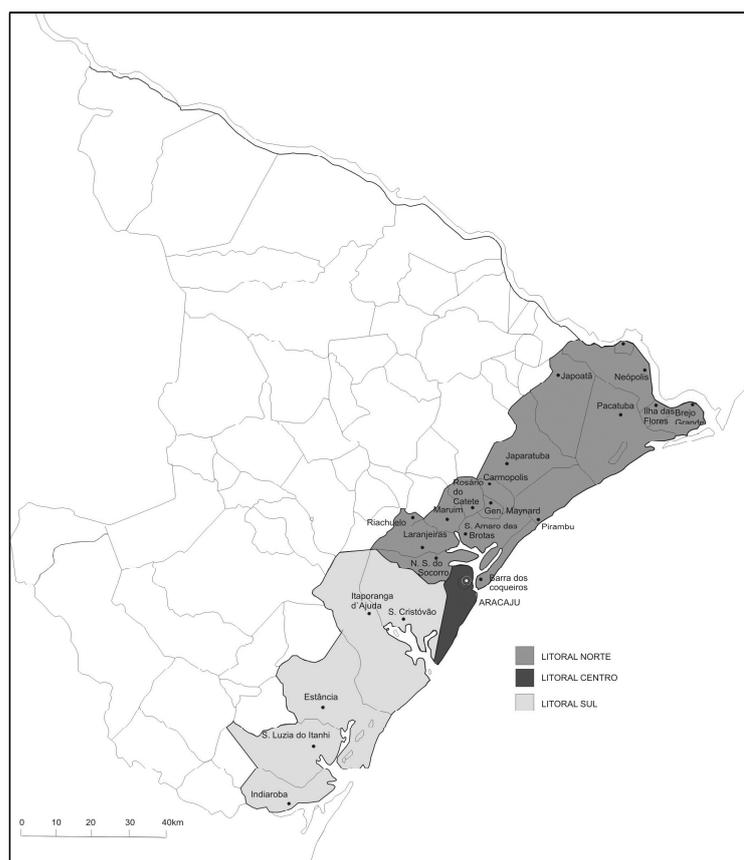


Figura 3 Delimitação do Litoral Sergipano.

Fonte: MMA/GERCO, 1995.

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro estabelece que a faixa terrestre da zona costeira é composta pelos municípios que sofrem influência direta dos fenômenos ocorrentes nessa zona, assim classificados:

i) municípios defrontantes com o mar, ou denominados litorâneos, assim considerados em listagem desta classe aqueles em contato direto com o mar;

ii) municípios não defrontantes com o mar que se localizam nas regiões metropolitanas litorâneas;

iii) municípios contíguos às grandes cidades e às capitais estaduais litorâneas, que apresentem processo de conurbação (conjunto urbano formado por uma cidade grande e suas tributárias limítrofes ou agrupamentos de cidades vizinhas de importância paralela);

iv) municípios próximos ao litoral, até 50 km da linha de costa, que aloquem, em seu território, atividades ou infraestruturas de grande impacto ambiental sobre a Zona Costeira ou ecossistemas costeiros de alta relevância;

v) municípios estuarinos-lagunares, mesmo que não diretamente defrontantes com o mar, dada a relevância destes ambientes para a dinâmica marítimo-litorânea; e,

vi) municípios que, mesmo não defrontantes com o mar, tenham todos seus limites estabelecidos com os municípios referidos nas alíneas anteriores.

Para efeito de estudo foram considerados os municípios da Zona Costeira do litoral norte de Sergipe que se encontram defrontantes com o mar: Barra dos Coqueiros, Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande. Essa zona apresenta características e elementos bastante dinâmicos, relacionados à fragilidade ambiental, bem como considerados de interesse ecológico, econômico e cultural.

No contexto de caracterização da Zona Costeira foram utilizados os elementos balizadores e adotados pelo Projeto Orla do Ministério do Meio Ambiente, o qual estabelece dentre outras coisas que essa área refere-se à zona de contato entre terra e mar, apresenta interfaces e processos terrestres e aquáticos, com bordas marinhas, estuarina ou lagunar, além de ser detentora de grande dinamismo geomorfológico e de singular manifestação de processos erosivos ou de sedimentação, e ainda, marcada por áreas de equilíbrio instável em termos de processos morfogenéticos e hidrodinâmicos (MMA, 2004).

Portanto, torna-se imperativo compreender as relações existentes entre dinâmica ambiental, o (des)ordenamento territorial e o desenvolvimento integrado e sustentável na Zona Costeira do litoral norte sergipano.

✓ **Métodos e Técnicas de Investigação Científica**

Para Sposito (2004), o método é a construção de um sistema intelectual que permite, analiticamente, abordar a realidade social intelectualmente construída. De acordo com Severino (2000), método científico é um instrumento utilizado pela ciência na sondagem da realidade, um instrumento formado por um conjunto de procedimentos, mediante os quais os problemas científicos são formulados e as hipóteses são examinadas.

Esse estudo teve como base o método de pesquisa fenomenológico. Esse método abandona os pressupostos do psicologismo, refuta o positivismo e o empirismo, ao mesmo tempo, propõe-se como uma nova metodologia do conhecimento. Busca, ainda, fugir da antinomia, da objetividade do conhecimento ou subjetivismo gnosiológico. Considera também a apreensão pura das essências e a capacidade de descrever a experiência do total, do vivido, do humano. Nesse método, a percepção advinda das experiências vividas é etapa

metodológica fundamental, rompendo a oposição sujeito-objeto e ator-observador. O “espaço vivido” é, portanto, revelador das práticas sociais, referência no centro da análise (SPOSITO, 2004).

Segundo Husserl (1999), a idéia fundamental da fenomenologia é a noção de intencionalidade, de sorte que não existe um mundo objetivo independente da existência humana, já que a percepção decorre da experiência. Portanto, a abordagem fenomenológica vai demonstrar que os procedimentos e instrumentos científicos estão vinculados ao modo de ser do homem.

A fenomenologia compreendida como método da crítica do conhecimento universal das essências, tem como desafio desvendar a verdade. É um método, o que significa dizer que é o caminho que tem por meta a constituição da ciência, da essência do conhecimento, concernente à simples esfera das vivências do “eu que vive”, e nessa medida referem-se empiricamente às objetividades da natureza.

Galeffi (2000) declara que fenômeno é uma palavra que deriva do grego *phainómenon*, e significa “aquilo que aparece”, aquilo que se mostra à luz. Esse autor afirma ainda que, de modo inequívoco, a fenomenologia pregada por Husserl (1999) tem como objetivo tomar distância da dúvida em relação à possibilidade de uma ciência absoluta, ou melhor, de uma ciência universal das essências, uma ciência transcendental, portanto, ocupada em elucidar os vários aspectos, níveis e graus da constituição da consciência dos objetos ou fenômenos.

Destaca ainda o mesmo autor que a fenomenologia é um método para o próprio esclarecimento do ser humano na História. Leva-se em conta, além do que já foi instituído de forma ampla e criteriosa, as condições de possibilidade do ser que, independente das vontades

alheias, do sentido e *ad finalidade*, permanentemente presente na própria ausência de acabamento do ser-do-homem-no-mundo (HUSSERL, 1999).

Gomes (1996), em seus estudos expõe que a fenomenologia na instância filosófica é tema para grandes debates. Na fenomenologia de Husserl a intuição pura evidenciando a essência das coisas, fornece reduções fenomenológicas que oferecem oposição ao conhecimento no seu projeto lógico para o plano natural, persegue a descrição dos acontecimentos fenomenais em detrimento à suposta explicação racional.

Recai, portanto, à intencionalidade no mundo vivido, compreendendo as manifestações experienciadas fenomenologicamente de forma inter e subjetivamente, denominadas por Husserl (1999) de o *Lebenswelt*¹. Gomes (1996), destaca ainda que Husserl (op. cit.) menciona que as experiências vividas no mundo são dirigidas pela consciência, as quais podem ser experienciadas por outros sujeitos e materializadas através da comunicação entre os mesmos.

Corroborando com o pensamento de Gomes (1996), Correia (2006) reforçam que a contribuição da fenomenologia husserliana ao conhecimento tem seu forte na postura em relação ao ser cognoscente e objeto a se conhecer. Nesse sentido, antes do pensar existe o ser que sente e pode conhecer, assim como este que sente tem a intenção ante a uma realidade a ser conhecida.

[...] a intencionalidade passa pela subjetividade e amplia-se na intersubjetividade que melhora a percepção em relação aos fenômenos sensíveis, configurando-se em apreensão teórica das realidades vividas, materializadas em descrições feitas pelos atores envolvidos neste contexto (CORREIA, 2006, p.69).

¹ O conceito de mundo-da-vida inaugurado por Edmund Husserl apresenta-se numa visão histórica inserido na fenomenologia transcendental no sentido mais amplo, enquanto horizonte e a priori histórico a toda representação científica ou teórica. Nesse contexto o autor declara que enquanto se vive tem-se a consciência do mundo da vida de forma universal. Exige ao mesmo tempo a dimensão da totalidade, algo que a ciência moderna positivista muito tem fragmentado e tornado abstrato. É a subjetividade que terá o poder constitutivo em relação à objetividade. O mundo-da-vida faz referência a aspectos da existência pessoal e coletiva, conectando-se com a vida humana na sua totalidade (CAVALIERI, 2008)

Nessa mesma perspectiva, Holzer (1997, p.11-12) estabelece que o método fenomenológico “é utilizado para se fazer uma descrição rigorosa do mundo vivido da experiência humana e com isso, através da intencionalidade, reconhecer as essências de estrutura perceptiva”.

No presente estudo, foram estabelecidas incursões fenomenológicas através da experiência humana, cultural, individual e em grupo, as quais deram sentido ao espaço percebido. Considera-se, portanto, que a própria manifestação filosófica da concepção fenomenológica se aproxima da natureza epistemológica da ciência geográfica, principalmente quando o ponto de partida é a visão humanística/cultural. Nota-se que esta pode sanar ou atenuar uma das grandes dificuldades da geografia no que concerne ao objeto de estudo e seu ponto de partida em relação a sua fundamentação epistêmica e consequente estrutura metodológica.

A geografia cultural no seu tronco fenomenológico pode diante do exposto, ser contemplada com instrumentos metodológicos abstraídos do interior da fenomenologia da percepção, sustentada pelas experiências vividas no palco das manifestações sensibilizadas pelos sentidos, estimuladas pelo meio que condiciona os objetos formando o espaço construído na ligação perceptiva do sujeito, na qual o interior se relaciona com o exterior que é acima de tudo uma mútua existência presencial do sujeito e objeto, interagindo e criando a percepção do mundo vivido, suscitando configurações temporais e espaciais, no qual repousam as possibilidades do desvelamento da verdade, que em um dado momento é movido pela intencionalidade (CORREIA, 2006, p.71).

A interpretação de dados e informações acerca da realidade pode representar muito para o conhecimento geográfico, ao se considerar o homem e o meio como agentes do mesmo processo ou interação. Essa relação homem e natureza, vista por método de investigação da fenomenologia, aponta para a possibilidade de utilização dos sentidos, em primeira intervenção, seguida da percepção dos fenômenos, que funcionam como substrato nas elaborações significativas e representacionais e proporciona uma ação intelectual frente ao condicionado.

No que se refere ao método de abordagem, cientificamente duas formas se destacam: a abordagem quantitativa e a qualitativa. Neste estudo, privilegiou-se a abordagem qualitativa que considera a existência de uma relação dinâmica entre mundo real e sujeito. A pesquisa qualitativa explicita algumas características principais e, “considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave de caráter descritivo” (GODOY, 1995, p. 58).

Diante dos diversos desafios de se compreender a realidade do litoral norte de Sergipe, adotou-se um conjunto de métodos e técnicas científicas capazes de promoverem a investigação de forma planejada. Buscou-se, portanto, a utilização de procedimentos sistemáticos, com objetivo de se construir os esquemas da realidade estudada.

A pesquisa qualitativa corresponde a uma atividade da ciência que visa a construção e compreensão da realidade. Essa pesquisa se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros constructos profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (ALVES-MAZZOTTI, GEWANDSZNAJDER, 1999).

As pesquisas exploratórias de cunho qualitativo visam harmonizar uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo (GIL, 1999). Esse tipo de pesquisa tem como objetivo maior a familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Assim, a pesquisa exploratória nesse trabalho consistiu em levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram (ou tem) experiências práticas com o problema pesquisado, análise de exemplos que estimulem a compreensão e finalidade básica de

desenvolver, esclarecer e modificar concepções e idéias para a formulação de abordagens posteriores.

Quanto às técnicas de pesquisas utilizadas no processo de desenvolvimento da Tese, foram adotadas a pesquisa bibliográfica, a documental e o trabalho de campo. Dencker (2000) explica que a pesquisa bibliográfica permite um grau de amplitude maior, economia de tempo e possibilita o levantamento de dados históricos. Essa técnica da pesquisa bibliográfica corresponde ao levantamento, seleção e fichamento de documentos de interesse para estudo de determinado assunto.

A pesquisa documental assemelha-se a pesquisa bibliográfica acrescentada de outras fontes como artigos científicos, relatórios técnicos, atas, acórdão, dentre outros. Essa pesquisa de documentos descreve e compara usos, costumes, tendências e preferências (MARCONI; LAKATOS, 2006).

Já a técnica de trabalho de campo constitui-se em uma importante estratégia capaz de proporcionar a inter-relação entre os dados e informações levantados nas etapas bibliográfica e documental, com a realidade estudada. É, portanto, um instrumento fundamental na leitura e compreensão utilizado “por aqueles que têm na paisagem natural ou cultural a objetivação da geografia” (CORRÊA, 1996, p. 1). Como esse estudo tem base no método fenomenológico, o trabalho de campo torna-se imprescindível, porque é através dele que se concebe a interação entre o sujeito pesquisador e o seu pensar e caminhar na pesquisa ou objeto de estudo. Considera-se o campo como expressão das diferentes leituras do mundo. Diante desse contexto, Suertegaray (2002) estabelece que a pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito.

Os principais instrumentos de pesquisas utilizados em campo na presente pesquisa foram as técnicas do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), roteiro de observação e roteiros de entrevistas durante a realização dos DRPs.

O Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) é um processo de apreensão da visão da sociedade sobre a realidade, com base em um conjunto de ferramentas, constituindo-se num dos principais instrumentos de planejamento local no Brasil hoje. Surgiu nos anos 90 e tem sua base na pesquisa-ação (BROSE, 2001).

Esse instrumento permite o dialógico na análise da realidade e de interação entre os sujeitos (envolvimento). Tem sido utilizado para conhecer, avaliar e planejar idéias, problemas, oportunidades, obstáculos locais e desenvolvimento regional, gerando resultados rápidos e de grande conhecimento. O DRP possibilita a troca de experiências e percepções dos participantes, permitindo a compreensão do “espaço vivido”, como estabelece o método fenomenológico, adotado neste estudo.

O roteiro de observação consiste em uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Por sua vez, a entrevista estabelece o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional, podendo ser estrutura ou semi-estruturada.

No desenvolvimento desta pesquisa foram levados em consideração os elementos que dizem respeito ao diagnóstico socioambiental do litoral norte de Sergipe e ao zoneamento dos usos e atividades predominantes utilizados para elaboração do plano de gestão dos recursos da Zona Costeira realizado pelo Ministério do Meio Ambiente, considerando:

- ✓ Levantamento bibliográfico, documental e cartográfico dos elementos, conceitos e aspectos relacionados à análise e gestão ambiental; concepções de território considerando seu diagnóstico, características e indicadores de desenvolvimento sustentável; as concepções naturais e sócio-ambientais da Zona Costeira.
- ✓ Resgate histórico do processo de ocupação e (des)ordenamento territorial, através de levantamentos bibliográficos, documentais e cartográficos;
- ✓ Levantamento de elementos que caracterizem:
 - O meio físico, que compreende o mapeamento e a caracterização dos elementos do meio biótico e abiótico e a identificação das potencialidades naturais, bem como das limitações (vulnerabilidades) ou restrições ao uso dos recursos ambientais. Esse mapeamento foi caracterizado pela construção da evolução histórica recente;
 - O meio socioeconômico constou da análise dos processos atuantes no espaço geográfico, expressos nas dinâmicas populacionais, fundiária, urbano-industrial e produtiva, bem como do mapeamento e caracterização dos padrões de uso e ocupação do solo e da identificação de problemas e tendências atuais.

Cabe ressaltar que na realização das diversas atividades foram utilizadas informações advindas de fontes bibliográficas, estatísticas e iconográficas assim como de relatórios técnicos e de projetos de empreendimentos instalados e em instalação na área, além de informações levantadas diretamente no campo, realização de oficinas participativas, entrevistas (semi)estruturada, tomada de pontos com GPS e registros fotográficos feitos em terra e com apoio de outros instrumentos. A metodologia das oficinas baseou-se em momentos de sensibilização, realizados em conjunto com órgãos da gestão municipal. Após a identificação de atores sociais estratégicos, procedeu-se com a convocação de todos.

Durante as oficinas aconteceram momentos de explicação e contextualização das atividades que iriam ser desenvolvidas, a saber:

- a) levantamento e identificação de problemas e conflitos ambientais que se caracterizavam como situação de risco ou situação de dano ambiental;
- b) logo após essa fase, foi realizada a tipificação dos problemas e conflitos ambientais, sendo esses agrupados por eixos temáticos, que variaram de acordo com as realidades locais;
- c) em seguida foram realizadas atividades em grupos considerando os eixos temáticos, nos quais foram identificados: o contexto evolutivo histórica de cada problema ou conflito ambiental, os atores sociais envolvidos, as intervenções já sofridas e os possíveis desdobramentos na visão dos presentes;
- d) o quarto momento caracterizou-se pela exposição dos grupos dos seus resultados e ainda na localização de cada elemento nos mapas dos municípios; e,
- e) encerrou-se cada oficina com uma plenária final onde todos os presentes poderiam ainda se manifestar com sugestões, alterações e ajustes necessários.

Segundo Ferreira (2005), as percepções e compreensões da realidade são subjetivas, e variam de indivíduo a indivíduo, contudo as representações sociais de lugar e de território, criadas por cada grupo, revelam o modo como se vive e se planeja o espaço numa relação entre o espaço do político, do território e do pensamento sobre esse espaço.

A etapa correspondente aos trabalhos de campo apresentou três grandes fases subdivididas:

1ª Fase – Correspondeu ao estabelecimento de contatos com os representantes locais do poder público, da comunidade e da iniciativa privada, objetivando identificar pessoas que pudessem contribuir com o fornecimento de dados e informações relacionados às questões socioeconômicas e ambientais da área em estudo.

2ª Fase - Foram levantados os dados e informações socioeconômicas relacionadas à infraestrutura existente nos diversos núcleos urbanos e agrupamentos humanos representativos, indicadores de qualidade de vida, fontes e utilização dos recursos hídricos, estrutura fundiária das propriedades e caracterização de seus proprietários, dentre outras. Ainda dentro desta etapa foram levantados os dados referentes aos elementos do meio físico-biótico, abiótico e impactos ambientais.

Nesta etapa foram realizados estudos e análises a respeito das informações relacionadas com os municípios da área de estudo:

- **Características socioeconômicas** – aspectos demográficos, perfil produtivo, emprego e renda, educação, saúde e qualidade de vida;
- **Características ambientais** – aspectos da paisagem, ecossistemas relevantes, usos atuais das orlas, características da infraestrutura de saneamento ambiental.
- **Características institucionais** – estrutura organizacional, instrumentos normativos e legais para governabilidade, finanças municipais e atores envolvidos.

3ª Fase – Configurou-se como o momento para a realização das análises e avaliações dos dados e informações levantados. Os produtos e informações foram trabalhados e digitalizados, representados a partir de tabelas, gráficos, mapas temáticos, a exemplo de uso e ocupação do solo.

Durante a realização das oficinas foi possível construir junto aos diversos representantes dos segmentos sociais de cada município os mapas de conflitos ambientais existentes no litoral norte de Sergipe. Esses mapas representam a percepção e a compreensão do que seja conflito ambiental na visão dos munícipes e tiveram como objetivos a identificação dos conflitos ambientais na região, além de possibilitar análise das diferentes visões da sociedade: governo, sociedade civil e iniciativa privada.

As oficinas tiveram como base a apresentação das características de um conflito ambiental, com posterior contextualização do mesmo, destacando a origem, a evolução histórica, os atores sociais envolvidos, as intervenções ocorridas para resolução do conflito, as perspectivas de caminhos futuros para o conflito.

A partir desta metodologia, com o levantamento de dados e informações foi possível identificar os conflitos gerados pelas consequências das atividades econômicas, bem como das intervenções públicas e privadas nos diversos territórios. Caracterizaram-se uma série de disputas pelo controle e uso dos recursos naturais entre segmentos sociais que dão significados distintos e contraditórios a esses recursos.

Foi possível ainda organizar os tipos de conflitos considerando o recurso que estava em questão, com destaque para os relacionados com: Recursos Hídricos, Desmatamento, Extrativismo e Pesca; Infraestrutura, Estrutura Fundiária. Nesse sentido, o conjunto dos conflitos ambientais analisados neste estudo, foram agrupados com a seguinte tipologia: i) Conflitos territoriais; ii) Conflitos de natureza econômica; iii) Conflitos de uso dos recursos naturais; e iv) Conflitos culturais.

A presente Tese está dividida em quatro capítulos, além desta introdução e das conclusões do estudo.

O capítulo 1 denominado Ordenamento Territorial e (re)Configurações do Território, apresenta as diferentes concepções de território, os marcos históricos da evolução do pensamento ambiental e as políticas públicas de ordenamento e gestão territorial. Nesse capítulo, encontram-se ainda as análises acerca dos conceitos e concepções de conflitos ambientais, considerando os aspectos territoriais, econômicos, naturais e culturais, encerrando com os cenários e perspectivas do ordenamento territorial da Zona Costeira Brasileira.

O capítulo 2 versa sobre os Cenários Litorâneos de Estudo, destacando as bases geoambientais e os aspectos da zona costeira brasileira, os conceitos e elementos da zona costeira e ainda retrata, mais especificamente, a zona costeira sergipana, demonstrando o processo histórico de ocupação do espaço litorâneo, encerrando com os aspectos socioeconômicos do litoral norte de Sergipe.

O capítulo 3 trata das análises das relações entre o Ordenamento Territorial e os Conflitos Ambientais no Litoral Norte de Sergipe. Inicialmente é apresentada uma leitura técnica, fruto dos levantamentos bibliográficos e documentais, além dos trabalhos de campo com observação sistemática. Destacam-se, nesse momento, as intervenções públicas e privadas realizadas na zona costeira sergipana, e ainda, a visão do poder público, construída com base em realização de entrevistas com os dirigentes e gestores públicos estaduais e municipais. Logo após, ainda no capítulo 3, é apresentada o que se chamou de “leitura participativa: o território vivido”, resultado das oficinas realizadas com lideranças da sociedade civil, com objetivos de construir cenários e contextos dos conflitos ambientais, por eles percebidos.

Esse capítulo apresenta ainda análises advindas do desenvolvimento da pesquisa documental realizada em órgãos públicos relacionados com a temática dos problemas e conflitos ambientais no Estado, a exemplo do órgão estadual executor da política de meio

ambiente, a Administração do Meio Ambiente – ADEMA, bem como dos representantes da política nacional o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Pesquisas documentais foram realizadas ainda nos Ministérios Públicos Estadual e Federal com vista a identificação e caracterização das principais denúncias que se configuram como problemas e conflitos ambientais.

No capítulo 4 Desafios do Ordenamento Territorial no Litoral Norte de Sergipe, são destacadas as análises e as relações entre os conflitos ambientais e territorialidades, as perspectivas, os caminhos e as intervenções do território estudado. Encerra-se esse capítulo com as considerações a respeito dos desafios para a gestão integrada da zona costeira sergipana.

Encerram-se as análises desta Tese com as principais conclusões e considerações finais do estudo.

1 ORDENAMENTO TERRITORIAL E (RE)CONFIGURAÇÕES DO TERRITÓRIO

Neste capítulo são discutidas inicialmente as diferentes abordagens e concepções de território. Num segundo momento, a preocupação está centrada na análise histórica do pensamento ambiental e nas políticas públicas e dos seus rebatimentos no ordenamento territorial. Num terceiro momento deste capítulo são apresentados os enfoques dos conflitos ambientais das diferentes ciências em especial a geografia. Conclui-se com uma breve análise sobre o processo de ordenamento territorial da Zona Costeira brasileira, seus cenários e suas perspectivas.

1.1 Território: Diferentes Abordagens

Discutir o conceito de território e a sua complexidade é, fundamentalmente, fazer Geografia. Dentre os conceitos que promovem os debates geográficos recentes, essa categoria de análise, sem sombra de dúvidas, configura-se em desafio para pesquisadores e estudiosos da temática. Portanto, para o melhor entendimento desse conceito, faz-se aqui, uma breve discussão a seu respeito.

Ao se iniciar essa discussão apresenta-se uma primeira concepção de território na visão de Ratzel. Para ele o território era considerado como sinônimo de solo, enquanto dimensão eminentemente política como epicentro do poder, ou seja, cuja hegemonia e soberania se revelariam na figura do Estado-nação em sua forma plena (RATZEL, 1990). O autor declara ainda que o território é uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano. Assim, o território é posto como um espaço apropriado pelo poder e é inerente ao sistema territorial intimamente vinculado ao aparelho do Estado.

Esse mesmo autor vê o território como a expressão legal e moral do Estado, a conjunção do solo e do povo, na qual se organizaria a sociedade. Uma visão reducionista, por reconhecer a legitimação apenas do poder institucionalizado, limitando-o apenas a uma única forma: a estatal. Esse geógrafo alemão defende a idéia de território como imprescindível para alcançar objetivos políticos, pois para ocorrer o domínio do Estado, seria necessário existir um território (RATZEL, 1990). Portanto, uma concepção de território cujo poder se enraizaria e canalizaria-se na soberania do Estado-Nação.

De acordo com Machado (1997), a discussão a respeito do significado do território emerge na obra de Ratzel que dirige sua argumentação a partir de força do Estado-Nação e também de estudos que predominaram até a década de 1960 na chamada Geografia Clássica. Tais estudos tinham como centro da atenção a temática territorial vista por meio da esfera nacional, enfatizando tanto questões políticas e econômicas quanto ideológicas e culturais. O poder e a atuação do Estado Nacional definiam o território a ser investigado, pela da fixação de capital e de trabalho materializado no solo que, por sua vez, marcavam os limites políticos-territoriais.

No estudo intitulado “Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade”, Haesbaert (2004, p.1), expõe que:

desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-terror* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva ‘apropriação’.

Considera-se, portanto, que o território tem uma dimensão material representada pelas estratégias políticas e administrativas no sentido de promover a dominação e se estabelecerem as relações de poder. Por outro lado, existe também outra dimensão que se configura no

campo da simbologia e da identidade, promovendo certa aproximação efetiva entre território e os que lhe pertecem.

Um dos precursores nessa discussão com forte repercussão no Brasil, foi Claude Raffestin. Em sua concepção, o território é tratado com uma ênfase político-administrativa, isto é, como o território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação; um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras (RAFFESTIN, 1993).

Ainda de acordo com o autor, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. Neste sentido, entende o território como sendo:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Na análise de Raffestin (1993), a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Poder e território, apesar da autonomia de cada um, vão ser enfocados conjuntamente para a consolidação do conceito de território. Assim, o poder é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais.

Ainda em seus estudos, Raffestin (1993, p. 153), afirma que quando se fala no território faz-se sempre “uma referência implícita a noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação”. No entanto, esse mesmo território pode ser constituído por várias territorialidades e diferentes identidades, que podem entrar em conflito entre si, se estiverem no mesmo plano.

A territorialidade é uma manifestação da relação entre sociedade e espaço. É também o resultado do uso, da apropriação de um determinado lugar, com o qual o indivíduo é capaz de se identificar. A territorialidade reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade nas sociedades em geral (RAFFESTIN, 1993). Além disso, existem outros fatores que contribuem para que ocorram as territorialidades como, por exemplo, a relação de apropriação dos bens naturais pela coletividade, a partir de determinado grau de pertencimento ao território; a organização das relações que possibilitem a coletividade, isto é, se reconhecer no outro; e a delimitação do acesso e domínio de determinado local pelos indivíduos. Nesse sentido, de acordo com Haesbaert (1997, p.41):

o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um **domínio** ou controle politicamente estruturado, mas também de uma **apropriação** que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva (grifos do autor).

Sposito (2004) apresenta a discussão do conceito de território através das concepções naturalista quando se encara o território na forma clássica do imperativo funcional, ele termina por se transformar em um elemento da natureza, pelo qual se deve lutar para conquistar ou proteger. Quanto a concepção voltada para o indivíduo tem-se aí o território do indivíduo, seu espaço de relações, seu horizonte geográfico. A territorialidade nesse caso pertence ao mundo dos dois sentidos, das interações cuja referência básica é a pessoa e sua capacidade de se localizar e se deslocar. Destaca também as concepções nas quais se confundem os conceitos de espaço e território. Nesse caso, o primeiro vai além da sua condição de suporte das relações de produção, incorporando-as verticalmente, e ainda, na concepção Vestfaliana – o Estado nessa abordagem deve ser focado como instrumento eficaz e reconhecido de controle social e político. Nessa perspectiva o território aparece como fundador da ordem política moderna.

Haesbaert (2006), a partir de um levantamento detalhado das diversas concepções de território, consegue agrupá-lo dentro de dois grandes referenciais teóricos: O binômio materialismo e idealismo, desdobrado depois em duas outras perspectivas, a visão mais totalizante e a visão mais parcial do território em relação a: i) o vínculo sociedade-natureza; ii) as dimensões sociais privilegiadas (econômica, política e/ou cultural); e a historicidade do conceito, em dois sentidos: sua abrangência histórica e seu caráter mais absoluto ou relacional: físico-concreto (como “coisa”, objeto).

Fica claro que a resposta para esses referenciais irá depender, sobretudo, da posição filosófica do pesquisador. Haesbaert (2006, p. 45) afirma que se faz necessário “buscar uma superação da dicotomia material/ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial concreta das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou imaginário geográfico, que também move essas relações”.

No entendimento de Haesbaert (2004), a ênfase ao “uso” do território a ponto de distinguir entre o “território em si” e o “território usado”, ao mesmo tempo em que explicita uma priorização da sua dimensão econômica, estabelece uma distinção discutível entre o território como forma e o território usado como objeto e ações, sinônimo de espaço humano. A idéia de território usado é tratada por Santos (1994) como uma noção central à compreensão do espaço geográfico atual em suas múltiplas dimensões, ou seja, comporta em seu cerne todo o problema político do território.

Também é importante mencionar os estudos de Saquet (2003), nos quais se aborda a formação do território como fruto de relações econômicas, políticas e culturais efetivadas por um grupo social. Cotidianamente, são estabelecidas inúmeras relações, ligações/conexões, que formam o que se chama de redes geográficas. Estas redes podem ser tanto econômicas (como as feitas pela Sadia ou pela Souza Cruz, por exemplo), como políticas (como as que existem

entre diferentes partidos e/ou grupos políticos) e culturais (como as que estão presentes nas diferentes Igrejas).

Ainda de acordo com o citado autor, um território é apropriado e ordenado por relações econômicas, políticas e culturais, sendo que estas relações são internas e externas a cada lugar; é fruto das relações de territorialidades que existem na sociedade em que se vive e entre esta e a natureza exterior. E estas relações são de poder e de dominação, estão presentes num jogo contínuo de submissão, de controle de recursos e de pessoas, no espaço rural, no urbano e em suas articulações (SAQUET, 2003).

Para os sociólogos Gehlen e Riella (2004, p. 20)

O território constituído como espaço social produzido e delimitado por um entorno que o ordena é construído como representação: como tal, pode ser uma ferramenta, um recurso do desenvolvimento econômico e social. Nesta perspectiva se incluem no processo do planejamento as diferentes dimensões do território destacando sua complexidade. Todo o conjunto é afetado; ao mesmo tempo, apontam-se especificidades e particularidades internas às delimitações da sociedade global, as quais interagem nos processos de construção identitárias sócio-econômico-culturais que atribuem sentido ao local. O olhar holístico aponta para a incorporação de recursos específicos, propicia a invenção de alternativas de competitividade dos produtos gerados no interior de um território, vantagem compartilhada coletivamente.

Percebe-se com a contribuição desses autores que as bases referenciais da concepção de território estão diretamente relacionadas com a própria filosofia do pesquisador e dos objetivos do seu estudo. Para uma melhor compreensão do conceito de território bem como das (re)configurações territoriais é de fundamental importância também se ater a uma discussão complementar acerca de um outro aspecto a esses relacionados, a (des)territorialização.

Para Geiger (1994 p. 244-245),

há alguns anos, des-territorialização seria tomada do mesmo modo que esvaziamento do território, como sendo o esvaziamento de uma área de influência pela polarização de sua cidade. Nos dias atuais, o conceito não nega propriamente a existência do território, mas subordina seus conteúdos e subjetivações à hierarquia mais elevada da espacialização. São os movimentos universais de forças

hegemônicas desenvolvidas na sociedade, que estão alterando o significado do Estado e das fronteiras, dando sentido ao conceito de des-territorialização.

Pode-se dizer que a des-territorialização é reflexo da globalização que tende a desenraizar as coisas, as gentes, as idéias, onde tudo tende a desenraizar-se (IANNI, 1992). Essa des-territorialização também pode ser aplicada quando se analisa os grupos étnicos, posturas ideológicas e movimentos políticos, uma vez que a mesma se manifesta tanto na esfera da economia, como da política e da cultura. Nesse sentido, todo e qualquer nível de vida social, é influenciado pelo deslocamento ou dissolução de fronteiras, raízes, pontos de referência.

Haesbaert (2006) intensifica sua análise destacando duas posições contraditórias que representam dois extremos e duas visões bastante comuns e distintas de desterritorialização. A primeira considerada aquela relacionada às deliberações das bases materiais da dinâmica social, como um tipo de des-territorialização superior, especialmente conectada às categorias sociais privilegiadas, que se utilizam de todas as benesses dos circuitos técnico-informacionais globalizados. A segunda, que se encontra num outro extremo da pirâmide social, é a desterritorialização inferior, determinada por alguns grupos mais expropriados, que além de estarem alijados do acesso ao mundo “imaterial” do ciberespaço, encontram-se privados do acesso ao território no sentido mais elementar, ou seja, o de terra, como base material primeira da reprodução social.

Ao sobrevalorizar uma pretensa homogeneização efetivada pela globalização, esquece-se a natureza contraditória deste movimento, seu caráter dialógico, na medida em que reúne no mesmo conjunto globalização e fragmentação, homogeneização e heterogeneização, condições culturais mundiais e locais. Haesbaert (2006, p. 67) conclui que a precarização socioespacial dominante na sociedade capitalista dá forma àquilo que se denominam

aglomerados humanos de exclusão, exemplo mais estrito de desterritorialização. “Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial”.

Na perspectiva de compreender melhor o território do litoral norte de Sergipe seguem análises a respeito dos marcos históricos da problemática ambiental. O uso intenso dos recursos do território provocou sérias consequências ambientais e aprofundou os conflitos entre os diversos atores sociais, e ainda, transformou a questão ambiental em uma questão de suma importância. Busca-se ainda compreender as questões ambientais para melhor entender as transformações territoriais.

1.2 Marcos Históricos da Problemática Ambiental

Antes da discussão da temática dos conflitos ambientais e do ordenamento territorial, faz-se necessária uma breve apresentação de um panorama histórico do ambientalismo, destacando os retratos da construção da problemática ambiental. Cabe ainda ressaltar o que estabelece Acot (1990) quando relata que a partir da eclosão da crise ambiental, ocorrida entre 1968 e 1972, alguns geógrafos aprofundaram seus estudos para a compreensão da relação sociedade-natureza, contribuindo para que a Geografia se fortalecesse enquanto ciência que analisa essa relação, mostrando a necessidade de elucidar as causas e os mecanismos dos desequilíbrios ambientais.

Inicialmente, o Iluminismo influenciou as bases de formulação da concepção do desenvolvimento no que diz respeito à crença no avanço da razão, à expectativa otimista de

aumento do bem-estar no futuro, e à ascensão de novas formas superiores de desenvolvimento (FURTADO, 1980).

A Revolução Industrial foi um marco no processo de desenvolvimento do sistema capitalista e determinou a incorporação de novas formas de apropriação da natureza, além de definir claramente um meio urbano em oposição ao meio rural. A introdução contínua de novas tecnologias contribuiu para a internacionalização do capital, segundo os parâmetros estabelecidos pelos países centrais, os quais pregavam a idéia de crescimento ilimitado, confundindo, dessa forma, o conceito de desenvolvimento com o de crescimento econômico (ROSAS, 1996).

Nessa visão tradicional do desenvolvimento, a natureza é considerada como fornecedora inesgotável de recursos e também um grande receptáculo com infinita capacidade de absorção de dejetos (CAVALCANTI, 2003).

Durante muito tempo a concepção de desenvolvimento esteve diretamente relacionada com o crescimento econômico. Até o século XIX os conceitos referentes a desenvolvimento sempre estiveram ligados à ideologia capitalista e acreditava-se que a livre concorrência poderia levar a expansão das forças produtivas e ao enriquecimento de todos os povos.

Bursztyn (2001) destaca que é evidente que no final do século XX uma análise mais apurada revela uma grande frustração e acena com uma constrangedora pauta de pendências a serem encaradas. Esse autor apresenta um quadro síntese com um esquema das visões para o futuro nos dois momentos, fim do século XIX e fim do século XX, permitindo uma comparação (Quadro 1.1):

Aspecto	Fim do século XIX	Fim do século XX
Expectativa geral para o futuro	Otimismo	Pessimismo
Papel da ciência e da tecnologia	Forte crença na capacidade de resolução dos problemas	Desencanto e consciência da necessidade de precaução
Condições de vida	Perspectiva de bem-estar (<i>welfare</i>)	Um mal-estar pelo agravamento de carências
Instância reguladora	Crescentemente o Estado	Crescentemente o Mercado
Relação entre os povos	Paz	Guerras
Relações entre grupos sociais	Maior igualdade	Maior desigualdade
Economia	Forte crescimento	Crescimento lento, estagnação
Progresso	Promotor de riqueza	Causador de impactos ambientais
Mundo	Interdependência (mercados) e complementaridade	Globalização e exclusão de regiões “desnecessárias”

Quadro 1.1 Visões diferenciadas do futuro

Fonte: Bursztyn, 2001.

Organização: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Diante destes elementos, Bursztyn (2001) deixa claro que os recados que o século XIX deixa para o XX, constituem um apelo por mudanças de conduta, em termos do papel da ciência e da tecnologia, resultado de pelo menos cinco categorias de impasses: i) a consciência das possibilidades reais de que a humanidade possa se autodestruir, pelo uso de seus próprios engenhos; ii) a consciência da finitude dos recursos naturais; iii) a consciência de que é preciso agir com cautela e considerar os aspectos éticos da produção de conhecimentos científicos e, sobretudo, do desenvolvimento de tecnologias; iv) a consciência de que mesmo não tendo resolvido a necessária solidariedade entre grupos sociais e povos, é preciso que se considere também o princípio da solidariedade em relação a futuras gerações; e, v) A consciência de que, na medida em que as sociedades vão ficando mais complexas, é preciso mais ação reguladora, o que normalmente se dá pelo poder público.

Na década de setenta do século XX, o desenvolvimento passou a ser analisado como algo mais do que o crescimento econômico, contudo, apresentava ainda as suas bases vinculadas a aspectos econômicos (índices, indicadores e taxas). Os aspectos sociais só foram contemplados a partir da década de oitenta, sendo posteriormente incorporadas outras variáveis ao conceito de desenvolvimento, que culminou com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento -

PNUD, que passou a incorporar os indicadores de alfabetização, expectativa de vida e poder de compra (renda).

O século XXI depara-se com uma problemática chave: como conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental e a qualidade de vida? E como enfrentar as causas da degradação ambiental provocada pela ação do homem?

A relação homem e natureza tem se tornado cada vez mais conflituosa sustentada nas contradições do modelo de desenvolvimento econômico adotado em detrimento às questões ecológicas e culturais. A questão ambiental passa a despertar preocupações e crescente interesse social.

Para Lima (1999, p.1),

A questão ambiental, por outro lado, agrega à realidade contemporânea um caráter inovador: por sua capacidade de relacionar realidades, até então, aparentemente desligadas; de mostrar a universalidade - embora com variações regionais - dos problemas socioambientais contemporâneos e, por alertar para a necessidade de promover mudanças efetivas que garantam a continuidade e a qualidade da vida no longo prazo. Isto significa que, às ameaças sócio-políticas e econômicas de sempre se acrescem os imperativos ambientais, de como administrar e garantir recursos vitais e finitos como o solo, a água e a energia- para citar os mais óbvios- em um sistema social caracterizado pela desigualdade e insustentabilidade.

O desenvolvimento enquanto sinônimo de crescimento econômico foi e ainda é tido como uma forma de aumentar a eficácia da produção, refletida na acumulação de capital, a qual identifica o grau de crescimento econômico de uma nação. De acordo com Castro, Gomes e Corrêa (1997, p. 9) “como expressão do progresso, o desenvolvimento traduz o sentimento de autonomia do ser humano em face da natureza e a confiança na capacidade de dominá-la e utilizar seus recursos em benefício próprio”.

Para Mendonça (2001), três fatos dão o tom de importância às discussões da temática ambiental na atualidade: o primeiro relaciona-se ao caos da qualidade de vida da população, que se acentua nos grandes centros urbano-industriais; o segundo vai de encontro do

alarmismo da mídia, que traz a tona de maneira sensacionalista os problemas locais e globais relacionados à degradação do meio ambiente, e por fim o terceiro, relacionado ao papel das ciências, das artes e da atividade política.

Para Seitz (1991), o despertar das nações sobre os danos ao ambiente provocados pelo desenvolvimento, tem sido uma constante e tem contribuído para o esgotamento dos recursos e até mesmo extinção de espécies.

O desenvolvimento gerou alguns impactos ambientais:

- ✓ No **ar** - através da poluição industrial, automobilística, surgimento das chuvas ácidas, a exaustão do ozônio, a liberação do dióxido de carbono;
- ✓ Na **água** - através de dejetos industriais, produtos químicos que contaminam os lençóis freáticos;
- ✓ Na **terra** - o crescimento dos resíduos sólidos e tóxicos, desmatamentos que provocam a erosão dos solos, dentre outros.
- ✓ No **local de trabalho** e no **lar** - em diversas situações em que o homem se expõe e ingere substâncias cancerígenas, e ainda, no momento em que a agricultura moderna proporciona a utilização de novas substâncias (pesticidas) artificializadas que representam perigo para o homem.

Neste contexto, ocorre um destaque para o papel das políticas ambientais, as quais lidam com valores e interesses intensamente opostos, e representam um esforço de governos e sociedade em alcançar determinadas metas, que não podem ser conseguidas individualmente, mas só pela comunidade como um todo. No entanto, a maior parte da degradação ambiental é extremamente difícil de ser enfrentada pelo sistema político, já que os danos em geral aparecem muitos anos após ter ocorrido a ação poluidora. Os padrões de produção e consumo também se enquadram nessa perspectiva de geração de impactos ao meio ambiente.

Portanto, para as nações ricas e para as pobres, o ambiente é importante, bem como o crescimento econômico, mas o desafio para ambas é alcançar o equilíbrio entre a atividade econômica e uma proteção para a vida, considerando as previsões para o futuro trabalhadas por Seitz (1991)².

Observa-se uma crescente certeza nas nações desenvolvidas e no terceiro mundo, do fato de que seres humanos precisam viver em harmonia com a natureza, abandonando sua compulsividade para dominá-la. Pois, conservar a vida neste planeta e aperfeiçoar a condição humana tem de ser a meta do desenvolvimento.

A questão ambiental passa a representar uma problemática mundial a partir dos anos setenta, fortemente calcada num modelo de desenvolvimento com sérias contradições entre o que se concebia como desenvolvimento e crescimento econômico. Essa concepção provocou sérias degradações dos ecossistemas, bem como na qualidade de vida das populações, e trouxe problemas associados à sobrevivência de algumas espécies.

Carson (1994) no seu livro “Primavera Silenciosa” (*Silent Spring*), lançado nos Estados Unidos em 1962, já tratava de vários problemas ambientais que esse país vinha enfrentando. Neste estudo a autora declara o agravamento dos problemas provocado pelo uso de produtos químicos.

Na medida em que o homem avança, no seu anunciado objetivo de conquistar a natureza, ele vem escrevendo uma sequência deprimente de destruições; as destruições não são dirigidas apenas contra a Terra que ele habita, mas também contra a vida que compartilha o Globo com ele. A história dos séculos mais recentes tem suas páginas negras: o massacre do búfalo nas planícies ocidentais dos Estados Unidos; o massacre das aves caradriiformes [...], pelos caçadores que mercadeavam a caça; o quase-extermínio das graças reais, por causa da sua plumagem. Agora,

² Seitz (1991) destaca ainda três futuros alternativos para o planeta Terra que mantêm relação direta com as ações do homem sobre a natureza: A primeira diz respeito ao **Juízo Final**, onde a catástrofe pode conduzir à morte de centenas de milhões de pessoas, causadas por guerra nuclear, carência de alimentos, poluição, superpovoamento e esgotamento de recursos não-renováveis; A segunda trata do **Crescimento econômico** como saída para o futuro e deve continuar indefinidamente. Essa alternativa afirma que não é preciso conservar recursos naturais, que as nações pobres carecem é de crescimento econômico; e, A terceira denominada de **Estabilização**, onde o mundo pode alcançar um equilíbrio no crescimento de sua população, na utilização de recursos e produção de bens. De acordo com essa terceira análise, o mundo pode e deve conseguir uma sociedade estável ou estacionária no futuro.

estas devastações, e a outras semelhantes a elas, nós estamos acrescentando novo capítulo e nova espécie de devastação: a matança direta dos pássaros, dos mamíferos, dos peixes, e, com efeito, praticamente, de toda a forma de vida silvestre, por meio de inseticidas químicos pulverizados indiscriminadamente sobre o solo (Op. cit., p.95).

Carson (1994) enfatiza ainda na sua obra que os incidentes destacados vão além do caráter científico, sendo, pois, uma questão de índole moral. É questionado se uma civilização pode levar adiante uma guerra contra a própria vida, uma vez que as substâncias químicas impregnam o mundo e todas as formas de vida direta e indiretamente, individual e coletivamente.

Essa obra passa a ser um grande referencial e um marco nos estudos de meio ambiente e alerta sobre os efeitos danosos das inúmeras ações humanas sobre a natureza, fato que gerou múltiplos processos de discussão e estudos nos anos subsequentes a sua publicação. Os estudos tiveram como grande legado o início do despertar da conscientização pública de que a natureza é sensível frente à ação humana.

Em 1972, é realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano promovida pela Organização das Ações Unidas - ONU, em Estocolmo. Essa conferência teve a participação de 113 países, dentre estes o Brasil, e tinha como objetivo o estabelecimento de um Programa Internacional de Educação Ambiental para sensibilizar o cidadão para o melhor manejo e controle do meio ambiente. É nessa Conferência que ficou evidente a ambivalência entre os denominados países desenvolvidos e em desenvolvimento, no tocante à questão ambiental.

Nequele mesmo ano, a ONU cria uma agência dentro do seu sistema denominada de *United Nations Environment Programme, UNEP* (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, PNUMA). O PNUMA tem como objetivo coordenar as ações internacionais de proteção ao meio ambiente e de promoção do desenvolvimento sustentável. Desenvolve ações

com uma grande quantidade de parceiros, incluindo outras entidades da ONU, organizações internacionais, organizações ligadas aos governos nacionais e organizações não governamentais.

O PNUMA tem sua sede em Nairóbi, no Quênia, e dispõe de vários escritórios regionais para apoiar instituições e processos de governança ambiental. No Brasil, trabalha para disseminar, entre seus parceiros e à sociedade em geral, informações sobre acordos ambientais, programas, metodologias e conhecimentos em temas ambientais relevantes da agenda global e regional.

Essa Conferência da ONU colocou a questão ambiental nas agendas oficiais e nas organizações internacionais, pois destacou a necessidade de serem tomadas medidas efetivas de controle dos fatores provocadores de degradação ambiental (FREY; CAMARGO, 2008; JACOBI, 2008; JUNQUEIRA, 2002). A conferência foi marcada pelo antagonismo entre dois blocos: os países desenvolvidos, preocupados com a poluição e o esgotamento de recursos estratégicos e os demais países, que defendiam o direito de usarem seus recursos para crescer e assim ter acesso aos padrões de bem-estar alcançados pelas populações dos países ricos. (BARBIERI, 2004).

Ainda no ano de 1972, o Clube de Roma publica o relatório intitulado “Os limites do crescimento” que faz um alerta para a não sustentabilidade do planeta nos moldes de crescimento econômico da época. Esse documento, fruto de discussões travadas a respeito dos riscos da degradação ambiental, estabelecia que se as atuais tendências de crescimento continuarem inalteráveis, poderia haver um declínio da população e da capacidade industrial. Esse relatório preconizou que é possível modificar essas tendências a partir de planejamento adequado, onde as necessidades básicas de cada pessoa sejam satisfeitas, sendo esta, uma opção onde as possibilidades de êxito são bem maiores. Para alcançar a estabilidade

econômica e ecológica o relatório propõe estagnação populacional e do capital industrial, ou seja, a tese do crescimento zero (BRÜSEKE, 2003).

Apesar do alerta do Clube de Roma, o modelo de desenvolvimento praticamente não foi alterado mesmo com as evidências de que o sistema capitalista está com a sua própria reprodução ameaçada, pois a natureza continua sendo explorada somente para fins de lucro, o desenvolvimento tecnológico não vem melhorando a vida do conjunto das populações do planeta e a concentração dos benefícios em poucas mãos se acelera.

A constatação desses fatos, dentre outros, trouxe novamente à discussão a proposta do ecodesenvolvimento, que “pode ser definido como um novo tipo de desenvolvimento baseado numa relação que integra as dimensões econômicas, sociais e ecológicas no processo de produção” (ROSAS, 1996, p. 44). O ecodesenvolvimento propõe a utilização racional dos recursos, visando à melhoria da qualidade de vida da presente e das gerações futuras, a maximização funcional dos ecossistemas, a flexibilidade dos processos de planejamento, a participação da população local em projeto de gestão, a utilização de tecnologia compatível com a realidade e a reformulação dos planos e programas de educação.

Maurice Strong, que em 1973 formulou o conceito de ecodesenvolvimento, considerou-o como um novo estilo de desenvolvimento a ser aplicado as zonas rurais do Terceiro Mundo, baseado na utilização dos recursos locais. Um ano depois, em 1974, em Cocoyoc, no México, os participantes da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento declararam que cidades do Terceiro Mundo passariam a ser consideradas no processo de ecodesenvolvimento (SACHS, 1996).

Em 1987 foi divulgado o relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente denominado “Relatório *Brundtland*” que passa a reconhecer não só as desigualdades sócio-

econômicas mundiais, mas também a busca do desenvolvimento sustentável através de alternativas que promovam o crescimento global sem comprometer a capacidade de atender às gerações futuras (NOVAES, 2002).

O Relatório Brundtland, também conhecido como Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU a partir da constatação da necessidade de repensar as formas de desenvolvimento implementadas pelo sistema liderado pelos países centrais, consagrou uma nova expressão denominada de desenvolvimento sustentável. Essa expressão passou a estabelecer o uso sustentável dos recursos naturais, a garantia da vida das presentes gerações e o não comprometimento da sobrevivência das gerações futuras. Essa nova visão uniu aspectos da Biologia relacionados com a sustentabilidade de ecossistemas com os da Economia ligados com o desenvolvimento.

Com a publicação desse relatório alguns reflexos são percebidos no processo de contenção dos impactos promovidos pelas indústrias contra o meio ambiente, culminando com a aprovação da Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, que passou a ser um instrumento norteador dos parâmetros ambientais para as indústrias de diversas nações. (ALMEIDA, 1999).

Essa nova visão do desenvolvimento, segundo Rodrigues (1997), não impediu a manutenção das velhas práticas capitalistas, manifestadas como outras formas de apropriação e de exploração da natureza, visando a acumulação de capital, legitimando dessa forma, as ações dos países centrais nos territórios dos países periféricos ou subdesenvolvidos.

Na década de noventa continuam os esforços para a construção de uma nova Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, culminando com a denominada Rio 92. Nesse início de década a preocupação com os problemas ambientais globais se intensifica, bem como as interpretações sobre desenvolvimento sustentável.

Os anos de 1990 e 1991 foram preparatórios para a segunda grande conferência da ONU para o meio ambiente. Em novembro de 1990 realizou-se a 2ª Conferência Climatológica Mundial, em Genebra, na qual foi apresentado o primeiro relatório do *Intergovernmental Panel on Climate Change* ou Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC. Esse relatório contém os dados e informações sobre a variação do tempo e do clima das mais diferentes áreas do planeta, com destaque para as possíveis causas promotoras de mudanças no clima da Terra (NOVAES, 2002).

Durante essa segunda conferência do clima, os países participantes, representados pelos seus pesquisadores, sob a tutela da ONU em Assembléia Geral, aprovaram o início das negociações para a implementação de ações e atividades redutores de emissão de gases de efeito estufa, criando-se o Comitê Intergovernamental de Negociações (CIN) – responsável pela elaboração da Convenção sobre Mudanças Climáticas.

Como parte do processo de consolidação das discussões ambientais será realizada em agosto de 2010 na cidade de Fortaleza a segunda Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semiáridas – ICID. Esse evento tem como objetivo principal identificar e focalizar ações nos desafios e oportunidades que enfrentam as regiões áridas e semiáridas do planeta a fim de acelerar o alcance dos objetivos de desenvolvimento do milênio (MDG), para reduzir vulnerabilidade, pobreza e desigualdade, melhorar a qualidade dos recursos naturais e promover o desenvolvimento sustentável.

No ano de 1992, é realizada na cidade do Rio de Janeiro, a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, também organizada pela ONU. Essa Conferência teve a participação de cerca de 117 governantes de países tentando buscar soluções para o desenvolvimento sustentável das populações mais carentes do planeta. Nela

foram estabelecidos 03 (três) convenções: uma sobre as Mudanças Climáticas Globais, outra sobre Biodiversidade e outra de Combate à Desertificação.

A partir dessa data (1992), os países signatários se reuniram periodicamente para apresentarem resultados e novas estratégias de enfrentamento das mudanças climáticas. Essas reuniões são conhecidas como “Conferências das Partes – COP”. Nesse caso, os países que assinaram o documento têm como principal objetivo estabilizar a concentração dos gases geradores do efeito estufa na atmosfera, de forma que estes não gerassem mais riscos para o ecossistema planetário.

Ainda como produto da Rio 92, foi assinado um outro documento denominado de Agenda 21 onde foram estabelecidos os comprometerimentos das nações signatárias quanto a adoção de proteção ambiental justiça social e eficiência econômica. A Agenda 21 configura-se mais do que um documento ou um acordo, é uma estratégia de planejamento que valoriza a participação nas análises e construção de cenários ambientais de um país, estado, município ou ainda região, considerando os princípios da sustentabilidade. Esse processo determina ações e prazos de implementação e avaliação.

O Capítulo 17 da Agenda 21 trata da proteção dos oceanos, mares e das zonas costeiras. Nesse documento está declarado que o ambiente marinho é formado pelos mares e pelas zonas costeiras adjacentes, compondo um todo integrado de componente essencial do sistema que possibilita a existência de vida sobre a Terra, além de ser uma riqueza que oferece possibilidades para um desenvolvimento sustentável. Essa situação exige novas abordagens de gerenciamento e desenvolvimento marinho e costeiro nos planos nacional, regional e mundial.

A área costeira contém habitats diversos e produtivos, importantes para os estabelecimentos humanos, para o desenvolvimento e para a subsistência das populações

locais. É de responsabilidade dos Estados costeiros a prática de um gerenciamento integrado e sustentável das zonas costeiras e do meio ambiente marinho sob suas jurisdições nacionais.

Durante a Rio 92 também foi elaborada a “Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, composta por 27 (vinte e sete) princípios. Cabe aqui destacar o Princípio 10 que estabelece:

A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos (MMA, 2008b, p.2).

Após a Rio 92, foram realizadas mais dois eventos que reuniram os membros da ONU: um denominado de Rio + 5, em 1997 na cidade do Rio de Janeiro, e outro Rio + 10 em 2002, na cidade de Johannesburg, África do Sul.

Na Rio + 5, estiveram presentes aproximadamente 500 representantes de 80 países. Essa reunião teve como objetivo o estabelecimento de recomendações ambientais para a reunião da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU que se realizou em Nova Iorque. Nesta reunião elaborou-se a Carta da Terra que era uma espécie de Constituição Planetária que começou a ser debatida na ECO-92.

Em 2002 realizou-se a Rio + 10 - Terceira Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburg. Essa conferência teve resultantes bastante alarmantes. Os países desenvolvidos assumem que a situação do planeta é preocupante e que não é possível prosseguir com o modelo econômico existente, sem se pensar no comprometimento da vida na Terra. No entanto, esses países não estabeleceram metas

consideradas para a diminuição dos índices de crescimento, fato que coloca em risco os poucos avanços da política ambiental do planeta.

Entre as décadas de setenta e de oitenta do século XX, assim como em diversas partes do planeta, houve no Brasil uma tomada de consciência da população em relação às inúmeras agressões que vinham se multiplicando em relação à natureza e aos níveis insatisfatórios da qualidade ambiental, numa sucessão de eventos que assustou pela rapidez e intensidade (MONTEIRO, 1981).

Com a realização da Conferência do Meio Ambiente, na cidade de Estocolmo, no ano de 1972, o Brasil passa a implementar a Política Ambiental, considerando o cenários construídos durante a conferência, relacionado ao controle da poluição industrial e urbana, o controle do uso de biocidas na agricultura e a criação de unidades de conservação da natureza.

Mas, o grande marco jurídico no Brasil foi a promulgação da Lei Federal nº 6.938/81 que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente que tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

São princípios que fundamentam essa Lei: i) a ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; ii) racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; iii) proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; iv) educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente; dentre outros.

Através dessa Lei é instalado também o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), composto pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental. Dentre estes o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Em 1988 é promulgada a Constituição Federal a qual estabelece um Capítulo exclusivo para a questão ambiental, denominado Capítulo VI - Do Meio Ambiente. No art. 225 é definido que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para às presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

A criação do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), em 1990, dá o suporte necessário para a implementação de programas, projetos e ações de gestão ambiental. Dentre essas, vale ressaltar a criação da Política Nacional de Educação Ambiental. Em 1994, o Ministério da Educação (MEC), juntamente com o MMA, e com o auxílio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Ministério da Cultura (MinC) formularam o Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA, que culminou a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9.795 de 27/04/99 (DIAS, 2000).

No ano de 1998, foi promulgada a Lei Nº 9.605, denominada Lei de Crimes Ambientais, configurando-se num outro grande marco legal para a questão ambiental no Brasil. Essa Lei estabelece as penas para as infrações e agressões contra o meio ambiente. Estabelece ainda o pagamento de multas.

Segundo Moraes (1994), os órgãos ambientais devem ser um elemento de articulação e coordenação intersetorial, cujas ações perpassem diferentes políticas públicas. A gestão ambiental é a ação institucional do poder público respaldada pela política nacional de meio ambiente. A gestão ambiental deve acompanhar toda atividade de gestão do território e a sociedade deve exercer controle sobre o Estado no que se refere ao uso dos recursos e ao respeito ao patrimônio natural nacional.

Silva (1995) relata que as instituições governamentais brasileiras ligadas ao meio ambiente, em seus diferentes níveis (federal, regional, estadual ou municipal), apresentam-se com reduzida capacidade de operação real sobre os problemas ambientais de sua responsabilidade.

Para Viola e Leis (1995), é inegável a ampliação dos níveis da consciência ambiental tanto no Brasil quanto no mundo. O movimento ambientalista organizado em meio às agressões e defesa dos ecossistemas ganhou novos espaços e feições. Ampliou-se o foco das atenções, incluindo temas como ecologia política, demografia, desigualdade social e degradação ambiental, a questão ética, as relações norte-sul e a busca de um novo modelo de desenvolvimento.

Diante deste cenário, pode-se afirmar que este século XXI carrega consigo a responsabilidade e o compromisso de buscar alternativas capazes de promoverem mudanças para uma racionalidade diferenciada entre a relação homem e natureza. Seus reflexos podem ser percebidos nas mais diferentes crises sociais e econômicas que o mundo passa.

1.3 Políticas Públicas e Ordenamento Territorial

Trabalhar as questões que sustentam o ordenamento territorial e a sua gestão na perspectiva do desenvolvimento requer uma discussão acerca da construção de seus próprios conceitos.

A literatura revela que se compreende o território em um sentido amplo sendo, pois considerado desde mais físico ou biológico até mais imaterial ou simbólico, incluindo todas as distinções de classe socioeconômica, gênero, grupo etário, etnia, religião, língua etc. (HAESBAERT, 2005). O território é, segundo alguns autores, qualificado pelo domínio político de uma porção da superfície terrestre, configurando-se numa materialidade terrestre que abriga o patrimônio natural e cultural, bem como as estruturas de (re)produção do espaço geográfico.

Para Paulillo (2000), os processos de construção de territórios requerem uma maior dependência das estratégias de interação entre os diversos atores políticos, de recursos humanos, de infra-estrutura, bem como técnico e organizacional. Este autor aceita ainda que as formas de interação entre os atores sócio-políticos envolvidos com a produção territorial são regulamentados e normatizados a partir de institucionalidades em diferentes campos, seja ele social, político ou econômico.

De acordo com Gómez Orea (2001), a expressão ordenamento territorial (OT) refere-se um conceito amplo, com dificuldades de concebê-lo em uma só definição, já que pressupõe interpretação de quem o utiliza. O sistema territorial reflete o estilo de desenvolvimento de uma dada sociedade e o modelo territorial é uma representação simplificada desse sistema. No entanto, o OT sempre foi concebido em torno de três elementos-chave: as atividades humanas, o local onde se localiza e as relações entre ambos. Neste sentido, ordenar um território

representa a identificação, localização, distribuição, organização e regularização das diversas atividades humanas nesse território, considerando critérios e prioridades.

O ordenamento territorial refletirá no processo de produção do espaço, uma vez que este decorre das relações existentes entre os diversos agentes sociais, dentre estes o Estado, a iniciativa privada e a própria sociedade civil. Para Moraes (2005, p. 45)

o grande agente da produção do espaço é o Estado, por meio de suas políticas territoriais. É ele o dotador dos grandes equipamentos e das infra-estruturas, o construtor dos grandes sistemas de engenharia, o guardião do patrimônio natural e o gestor dos fundos territoriais. Por estas atuações, o Estado é também o grande indutor da ocupação do território, um mediador essencial, no mundo moderno, das relações sociedade-espaço e sociedade-natureza.

Moraes (2005) também chama atenção para a necessidade de diferenciar o ordenamento territorial da regulamentação do uso do solo, já que se trata de proposições escalares distintas, que se referem a diferentes competências legislativas e executivas.

O ordenamento territorial diz respeito a uma visão macro do espaço, enfocando grandes conjuntos espaciais (biomas, macrorregiões, redes de cidades, etc) e espaços de interesse estratégico ou usos especiais (zona de fronteira, unidades de conservação, reservas indígenas, instalações militares, etc). Trata-se de uma escala de planejamento que aborda o território nacional em sua integridade, atentando para a densidade da ocupação, as redes instaladas e os sistemas de engenharia existentes (de transporte, comunicações, energia, etc). Interessam a ele as grandes aglomerações populacionais (com suas demandas e impactos) e os fundos territoriais (com suas potencialidades e vulnerabilidades), numa visão de contigüidade que se sobrepõe a qualquer manifestação pontual no território. O ordenamento territorial busca, portanto, captar os grandes padrões de ocupação, as formas predominantes de valorização do espaço, os eixos de penetração do povoamento e das inovações técnicas e econômicas e a direção prioritária dos fluxos (demográficos e de produtos) (Op. cit., p. 47).

Buruaga (2000) estabelece que ordenamento territorial refere-se ao estudo interdisciplinar e prospectivo da transformação do espaço regional e da distribuição dessas transformações e da população entre os centros urbanos com funções e hierarquias diferenciadas, com vistas a integração em áreas supranacionais.

De acordo com os geógrafos espanhóis Pujadas e Font (1998), o ordenamento territorial requer respostas para três questões básicas e imprescindíveis: o que se quer ordenar; para que ordenar e como ordenar. Os autores insistem que se ordena para reconhecer os diferentes e múltiplos usos do território, pelas mais diferentes atividades humanas, e dos recursos naturais, visando o desenvolvimento socioeconômico equilibrado das regiões, a melhoria da qualidade de vida, a gestão responsável dos recursos naturais e a utilização racional do território. Cabe destacar aqui que é na definição dos critérios de ordenamento que a verdadeira ideologia aparece e o grau de coerência transparece, compatível ou não com os propósitos inicialmente indicados.

No processo de ordenamento territorial deve-se considerar a própria multiplicidade do território em suas modalidades destacadas por Haesbaert (2002):

1. Territorializações mais fechadas, que não admitem pluralidade de poderes e identidades (territorialismo);
2. Territorializações “tradicionais”, que não admitem sobreposições de jurisdições e defendem uma maior homogeneidade interna, como a lógica clássica do poder e controle territorial dos Estados nações;
3. Territorializações mais flexíveis, que admitem a multifuncionalidade territorial com a intercalação de territórios;
4. Territorializações efetivamente múltiplas, resultantes da sobreposição de funções, controles e simbolizações.

Diante dessa diversidade de modalidades do território a capacidade ou mesmo a incapacidade das organizações ou agentes sociais de intercederem nos processos de desenvolvimento e ordenamento do território refletirá no uso adequado de estratégias que contribuam para sustentabilidade considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Zimmermann (1998) declara três situações marcantes nos processos de ordenamento territorial e conseqüentemente de sua governança: a primeira refere-se ao fato da governança ser privada, onde a organização de produtores torna-se ator-chave do território. Nesse sentido, a governança é privada de caráter coletivo; a segunda situação se dá quando a governança é exercida pela institucionalidade, ou seja, as organizações públicas são os atores-chave; e a terceira é estabelecida num processo de parceria, quando os atores públicos e privados exercem suas funções de forma cooperada.

Para Sabourin (2002), no que se refere ao papel das organizações públicas (estado) no estabelecimento de critérios para o ordenamento territorial, devem-se considerar três pontos importantes:

- ✓ Devem ser estabelecidas as estratégias que garantam a representação democrática e multifacetada da sociedade, onde os diferentes grupos sociais possam ter suas participações efetivas nas tomadas de decisões;
- ✓ Promover a capacitação dos atores sociais para que os mesmos possam ter visão geral do desenvolvimento territorial, rompendo-se a visão setorial;
- ✓ Implementar formas de coordenação de políticas públicas baseadas nas novas lógicas de desenvolvimento.

Para Moraes (2005), o ordenamento territorial é um instrumento de articulação transetorial e interinstitucional que objetiva um planejamento integrado e especializado da ação do poder público, e tem como objetivo a compatibilização de políticas, programas e ações e seus rebatimentos no espaço, considerando os conflitos existentes e seus equacionamentos, evitando outros. O Estado é, portanto, agente regulador e harmonizador.

De acordo com a Carta Européia do Território, publicada em 1983, o ordenamento territorial é a expressão espacial da política econômica, social, cultural e ecológica de toda a sociedade, e tem como objetivos principais o desenvolvimento socioeconômico e equitativo das regiões, a melhoria da qualidade de vida das populações, a gestão responsável dos recursos naturais, a proteção do meio ambiente e ainda a utilização racional do território. (GÓMEZ OREA, 2001).

O ordenamento do território implica em três facetas complementares e interativas: diagnóstico, planejamento e gestão. A primeira consiste basicamente na análise do sistema territorial. Na segunda, são elaborados e aprovados os planos que definem um modelo territorial futuro. Mas é na terceira face do ordenamento onde se transforma efetivamente a realidade de acordo com as determinações dos planos (PUJADAS; FONT, 1998).

Segundo Santos (2005), no ordenamento territorial deve-se obrigatoriamente, considerar alternativas de usos possíveis e aceitáveis. Definir os usos mais adequados exige o conhecimento dos agentes públicos e privados que atuam em um dado território, de seus interesses e suas práticas de ocupação. Quanto aos aspectos da adequabilidade ambiental, territorial, econômico, social e técnica, deve-se, também, exigir que reflitam as principais preocupações doutrinárias do ordenar: o desenvolvimento econômico, a qualidade de vida e a preservação do meio ambiente.

Para Pujadas e Font (1998), ordenar o território implica em processos de escolhas entre diversas alternativas, considerando requisitos igualmente necessários baseados em possibilidades de uso múltiplos, elegendo aqueles mais adequados do ponto de vista ambiental, econômico, técnico, territorial, e ainda, o estabelecimento de um conjunto de políticas e instrumentos de planejamento territorial.

Vilas Boas (2001), ao trabalhar a questão do ordenamento territorial, afirma que a temática não pode ser entendida fora do contexto institucional dos poderes constituídos e deve seguir as orientações fundamentadas nos pareceres dos órgãos responsáveis pelo planejamento.

Por sua vez, Estaba (1999) em seu estudo sobre descentralização e ordenamento territorial da Venezuela enfatiza que o ordenamento e as estratégias para o desenvolvimento no espaço geográfico se configuram em caminhos para a modernidade e vão de encontro ao reconhecimento das disparidades regionais de um país promovidas pelas práticas da gestão centralizada.

Fonseca, Vilar e Santos (2009) definem que ordenar o território significa conjugar a ocupação do solo e o uso dos recursos ambientais de acordo com a capacidade que um território pode suportar. É igualmente necessário que o ambiente seja analisado em suas potencialidades, vulnerabilidades e limites, para que o ordenamento possa ser realizado a contento.

O ordenamento pode trazer consigo diferentes formas de organização para o uso do solo, redistribuição de oportunidades, estímulo ao desenvolvimento de atividades que permitem a redução e reorientação das migrações, garantia de qualidade da infra-estrutura necessária, implicando conseqüentemente na superação de contradições entre exploração econômica e preservação ambiental.

Nesse sentido, complementa Macedo (2002), em seu estudo sobre ordenamento territorial da atividade turística: Para o processo de uso e ocupação do solo com vistas à racionalidade do território, deve-se considerar pelo menos as características funcionais do suporte físico, as características climáticas e as diferentes formas e possibilidades de

adaptação dos seres vivos, as características dos ecossistemas existentes, os valores sociais e culturais atribuídos ao território, os padrões de ocupação antrópica, dentre outros.

Portanto, é essencial que eventuais políticas de ordenamento territorial sejam construídas tendo por base um “inventário” dos vetores mais ativos e do seu efetivo poder de configurar/reconfigurar o território nacional. Ordenar o território na atual conjuntura requer como pressuposto diversificar o foco e as escalas de análise, identificar a forma como os macrovetores se capilarizam nos infindáveis circuitos espaciais, conceber essa complexidade como associada à acelerada e recente urbanização e à mudança da base técnica produtiva do país, destacando-as como as forças motrizes que têm impulsionado a especialização/diferenciação dos lugares.

Para Chumillas (2006), em geral os mecanismos de ordenamento territorial são sempre artifício de articulação das relações e papéis entre a intervenção pública e os interesses privados, onde as intervenções historicamente têm privilegiado os interesses privados.

No Brasil, a Carta Magna estabelece o princípio da ação cooperada entre os níveis de governo, cabendo à União a elaboração de diretrizes gerais nas várias matérias consideradas no texto constitucional. As bases para elaboração de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) foram estabelecidas na Constituição Federal de 1988, através do Artigo 21, inciso IX que prevê: “Compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social”. Destaca-se ainda Artigo 30, inciso VIII “Compete aos Municípios a promoção adequada do ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”.

Ao Ministério da Integração Nacional (MI) compete dentre outras atribuições a formulação e condução da política de desenvolvimento nacional integrado e o ordenamento

territorial (OT). O MI considera o ordenamento territorial dentro de uma perspectiva histórica e, portanto deve ser visto com um conjunto de diversos arranjos formais, funcionais e estruturais, apropriados por um grupo social, associado aos processos econômicos, sociais, políticos e ambientais que lhes deram origem.

Na elaboração da PNOT estabeleceu-se o conceito de OT baseado na regulação das ações que têm impacto na distribuição da população, das atividades produtivas, dos equipamentos e de suas tendências, assim como a delimitação de territórios de populações indígenas e tradicionais, e áreas de conservação no território nacional ou supranacional, considerando uma visão estratégica calcada na articulação institucional e negociação de múltiplos atores (MI, 2005).

O MI destaca ainda a deficiência da articulação das políticas setoriais com impacto territorial na gestão integrada do território, destacando desafios a serem enfrentados referentes à compatibilização e articulação de políticas públicas, em seus rebatimentos no espaço. Ademais, destaca a necessidade de redução dos conflitos na ocupação e no uso do território e de seus recursos, a descentralização da gestão territorial e estruturação de um sistema de governança territorial e a integração das múltiplas escalas nas políticas de ordenamento territorial.

O processo de elaboração da Política Nacional de Ordenamento Territorial está pautado nos seguintes princípios: Soberania Nacional e integridade territorial; Inclusão social e cidadania; Reconhecimento da diversidade sócio-cultural; Reconhecimento da diversidade ambiental e proteção do meio-ambiente; Uso e ocupação racional e sustentável do território; Incorporação da dimensão territorial, e suas especificidades, na formulação das políticas públicas setoriais.

A concepção de ordenamento territorial é percebida de diversas maneiras, tantos quantos forem os interesses pelo uso do território. Em oficina realizada pelo Ministério da Integração Nacional, no ano de 2003, com propósito de construção das bases para uma Proposta de Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT, foram identificadas diferentes visões de OT, conforme mostra o quadro 1.2:

Instituição	Concepção
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	O ordenamento territorial constitui a expressão territorial das políticas econômica, social, cultural e ecológica. Nesse sentido, seu entendimento caminha na direção de um “ disciplinamento ” no uso do território, de modo a compatibilizar, ou, ao menos, diminuir eventuais conflitos existentes nas diversas ações públicas e privadas que alteram dinamicamente os conteúdos físicos, sociais, econômicos e culturais contidos no território
Fundação Joaquim Nabuco	Ordenamento de uma Política de Planejamento socioeconômico nas diferentes Regiões e Sub-regiões do País, não perdendo de vista o circuito de uma economia mundializada, nem tampouco as especificidades naturais, históricas e consequentemente, socioeconômicas de cada território, com o objetivo maior de reduzir as disparidades entre elas e internas que são frutos do próprio processo histórico de Formação do Brasil, e que tendem a se ampliar em razão de o movimento atual da economia ser cada vez mais concentrador, fomentando assim, suas inserções no mercado interno e global
Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia	Consiste no disciplinamento do uso dos recursos ambientais, de modo a possibilitar os melhores usos do espaço geográfico, do ponto de vista ambiental, social, econômico, dentre outros, valorizando as suas potencialidades e respeitando as suas restrições e limitações. Chama-se a atenção para o fato de que Ordenamento não se confunde com Zoneamento Ecológico-Econômico, ainda que seja usual essa relação.
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Tem o sentido geral do termo já utilizado nas Ciências Ambientais, na Geografia e nas Ciências Jurídicas, mas com algumas diferenças fundamentais. Vai mais além da caracterização, localização ou destinação da ocupação espacial de um território. É mais do que um referencial legal. Trata-se de ordenamentos técnicos, sociais, jurídicos e políticos , de que se revestem as políticas públicas, expressas nas mais diversas formas, geralmente estimulando ou restringindo atividades e iniciativas, apoiando esse ou aquele setor ou região.
Ministério da Defesa	Conjunto de diretrizes que norteiam as áreas do planejamento do desenvolvimento socioeconômico do país, em nível federal, estadual ou municipal, que exercem impacto na organização do território.
Embrapa - CPATU	É a expressão da organização territorial , que se caracteriza pelas múltiplas dimensões (física, cultural, política, econômica e social), nas várias escalas geográficas. Reflete as múltiplas facetas do “viver” das pessoas no espaço físico.

Quadro 1.2 Concepções de Ordenamento Territorial

Fonte: MI, 2005 (grifo nosso).

Organização: Lício Valério Lima Vieira, 2008.

Como o conceito de ordenamento territorial é relativamente novo torna-se palco de diversas interpretações. Num só evento foi possível agrupar uma amostra dessas diferenças conceituais. No entanto, diante da variedade de concepções, pode-se destacar que um melhor uso dos recursos territoriais a partir do disciplinamento com uso de técnicas, instrumentos jurídicos, vontade política e participação, podem contribuir para a redução das disparidades intra e inter regionais.

Apesar de inexistir uma Política de Ordenamento no Brasil, isso não significa a inexistência de políticas públicas setoriais e seus instrumentos com rebatimento no território. O quadro 1.3 apresenta os principais instrumentos de ordenamento territorial elaborado por diferentes órgãos do governo brasileiro.

Apesar de se considerar o conjunto de instrumentos setores que refletem num possível ordenamento territorial do Brasil, é notória a dificuldade de articulação entre as diversas organizações públicas revelando-se num obstáculo para a implementação desses instrumentos. Dessa forma a efetividade de uma política de ordenamento territorial para o país encontra-se distantes das experiências internacionais.

A deficiência também paira nas condições de conhecimentos dos diferentes territórios brasileiros e de suas problemáticas, seus conflitos e suas potencialidades. Nesse sentido, segue agora as análises a respeito das concepções dos conflitos ambientais.

Instrumento	Objetivo
Políticas	<ul style="list-style-type: none"> * Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR * Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA * Política de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS * Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH
Planos Macrorregionais e Subregionais	<ul style="list-style-type: none"> * Plano Amazônia Sustentável - PAS * Plano de Desenvolvimento do Nordeste - PDNE * Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PDCO * Plano de Desenvolvimento do Semi-Árido - PDSA * Plano BR-163 Sustentável * Planos de Desenvolvimento Regional Integrado – PDRI
Planos Setoriais	<ul style="list-style-type: none"> * Plano Nacional de Logística e Transportes - PNLT * Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA * Plano Nacional de Energia
Programas	<ul style="list-style-type: none"> * Programa de Apoio às Comunidades Quilombolas. * Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF. * Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar – PRONAF. * Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e Conservação de Solos na Agricultura. * Projeto de Gestão Ambiental Rural – GESTAR. * Programa de Áreas Especiais e Corredores Ecológicos. * Programa de Agendas 21 Local. * PROAMBIENTE. * Programa de Regionalização do Turismo. * Programa Luz para Todos. * Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal – PRORIDE. * Programa de Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira. * Programa da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO. * Programa de Promoção e Inserção Econômica de Sub-Regiões – PROMOVER. * Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER. * Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem – MODERINFRA. * Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais – MODERAGRO. * Programa de Desenvolvimento do Agronegócio – PRODEAGRO. * Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda – PROGEREN. * Programa de Apoio Financeiro a Investimentos em Ferrovias nas Regiões Norte e Nordeste. * Programa de Apoio Financeiro a Investimentos em Biodiesel. * Programa de Apoio Financeiro a Investimentos em Fontes Alternativas de Energia Elétrica no Âmbito do PROINFRA. * Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. * Programa de Fortalecimento e Modernização das Entidades Filantrópicas de Saúde e Hospitais Estratégicos Integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS. * Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR. * Programa de Arranjos Produtivos Locais.
Fundos	<ul style="list-style-type: none"> * Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL * Fundos Constitucionais de Financiamento - FCO, FNE e FNO * Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA * Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE * Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA * Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT * Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS * Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND
Outros	<ul style="list-style-type: none"> * Sistema Nacional de Conselhos de Cidades * Sistema Municipal de Planejamento * Consórcios Públicos Intermunicipais

Quadro 1.3 Instrumentos com Rebatimento no Ordenamento Territorial

Fonte: M.I, 2005.

Organização: Lício Valério Lima Vieira, 2008.

1.4 Enfoques dos Conflitos Ambientais

Nos últimos anos a variável ambiental tem sido percebida, incorporada, discutida e implementada nas mais diferentes formas e estratégias. Discursos e práticas reforçam a importância de se considerar os novos desafios da relação entre existência e exploração dos recursos naturais. Fatos esses que colocam a questão ambiental num *status* nunca antes alcançado.

A apropriação dos recursos naturais, nas diferentes escalas, tem gerado problemas, impactos, riscos, conflitos e confrontos ambientais. Para este estudo, faz-se necessário um aprofundamento do processo de concepção de conflito, e em especial, aquele relacionado às questões ambientais. Discutir conceitos e concepções de conflitos ambientais tem sido prática de diversas ciências, dentre estas a psicologia, sociologia, economia, além da própria geografia.

Para o sociólogo Barbanti Júnior (2006), os estudos sobre conflitos estão entre os mais antigos na história do homem. Para ele no campo das ciências sociais a produção de estudos teóricos a respeito dos conflitos estava até pouco tempo limitado a dois grupos de contribuições. Um com sustentação na escola de **conflito**, com estudiosos que possuem base na formação marxista e neo-marxista, e o outro na de **consenso**, com autores das escolas funcionalistas e da teoria dos sistemas, com suas raízes em nomes como Durkheim e Talcott Parsons.

Destaca ainda o referido autor que para os marxistas, a origem dos conflitos está baseada nas relações socioeconômicas, nas lutas de classes, que se confrontam e provocam a mudança do sistema capitalista. Enquanto que para os funcionalistas a existência dos conflitos é inerente à natureza humana, e que, portanto, é possível resolver conflitos por meio da mudança nessas relações.

Barbanti Júnior (2006) declara ainda que apesar dos conflitos estarem presentes na sociedade humana desde seu início, sua expansão deu-se a partir do século XIX, com acentuado aumento da população humana e crescimento no conhecimento científico utilizado para a fabricação de armamentos; atrelado ainda ao crescimento do Estado-Nação e de sua capacidade de mobilizar recursos para controle social e violência, bem como a capacidade humana de interpretar e intervir em situações conflituosas.

Inicialmente, cabe uma definição mais preliminar da palavra conflito. Segundo Ferreira (2008), conflito está relacionado a oposição de interesses, sentimentos e idéias. E ainda, à luta, disputa, desentendimento, briga, confusão, tumulto e desordem.

Os sociólogos Alonso e Costa (2002) destacam que para se abordar as dimensões cultural e política simultaneamente com os condicionamentos estruturais dos conflitos ambientais, é preciso levar em conta a interação entre diversos grupos de agentes. Os conflitos sempre têm algo que os gera, no entanto, a sua solução depende de relação que exista entre os agentes sociais envolvidos. Portanto, os conflitos têm uma dinâmica, não sendo possível compreendê-los considerando somente a configuração apresentada em determinado momento. O contexto sócio-histórico e territorial dá a chave de compreensão para a formação de um conflito.

Nascimento (2001) ressalta que as concepções sobre conflitos apresentam maior importância nas sociedades modernas. Nas primeiras sociedades os mecanismos de solução dos desentendimentos dos grupos eram muito frágeis, e nas antigas organizações sociais na África, por exemplo, os conflitos eram resolvidos em sua maioria pela força ou cissipação. Esse autor destaca que:

Era a força, também, o principal instrumento de resolução dos conflitos nas sociedades européias do Renascimento e mesmo logo após, nos séculos XV a XVIII. Os Estados europeus surgiram do confronto, do uso da força, da dizimação de grupos rivais, da perseguição aos adversários. Sua mãe é a violência, forma predominante de resolução de conflito mesmo entre os povos que criaram a modernidade (Op. cit., p. 86).

No período colonial as sociedades eram também pobres de mecanismos de solução dos conflitos. A partir do século XVIII a noção de conflito passou por modificações. Nesse período, surgem os primeiros mecanismos mais eficientes de resolução de conflitos. Na sociedade moderna os conflitos tendem a ser internos, e, portanto, devem ser resolvidos pela própria sociedade que cria e recria, permanentemente, mecanismos e espaços institucionalizados de resolução.

A sociedade moderna nasce sob o domínio de um duplo conflito estrutural. O primeiro contrapõe o espaço político-institucional e o espaço econômico mundial, representado pelo capitalismo. O segundo é fruto do antagonismo entre o espaço econômico da desigualdade e o espaço político da igualdade (NASCIMENTO, 2001).

Essa dupla tensão (nacional x mundial e desigual x desigual) constitui, desde o seu nascedouro, a nossa modernidade ocidental. E condiciona, conseqüentemente, a natureza dos conflitos que tecem nossa evolução recente. Assim, os conflitos encontram-se, simultaneamente, nas origens e na evolução de nossa sociedade hodierna (Op. cit., p. 90).

Durkheim (1984) concebe conflito de três maneiras: na primeira concepção os conflitos correspondem às tensões normativas que existem no surgimento da sociedade moderna; na segunda o conflito refere-se ao confronto de interesses entre grupos sociais distintos; e na terceira, esse é resultante da ausência de normas capazes de oferecer objetivos claros aos indivíduos.

Uma visão diferenciada é do sociólogo Georg Simmel. Para ele, a produção da sociedade pelos indivíduos e a conformação permanente dos indivíduos pela sociedade, constitui a matriz fundadora do vínculo social, representado através de formas e em processos

de conflito, sociação e individuação. As relações entre os indivíduos se dão por diversas motivações, sejam as paixões, os desejos e até mesmo as angústias, que compõem os conteúdos da vida social. Nesse contexto, o autor compreende o conflito como uma forma de sociação destinado a resolver dualismos divergentes e conseguir, de alguma forma, alguma unidade, ainda que para isso seja necessária a destruição de uma das partes conflitantes. Afirma ainda que o conflito surge em função de elementos dissociativos da sociedade, como ódio, inveja, interesses, necessidades etc. Ressalta ainda que o conflito não é patológico e nem tampouco a negação da sociedade, mas sim condição de sua estruturação (SIMMEL, 1986). Pode-se afirmar, segundo Simmel, que a sociedade apresenta necessidade de associação e também de competição, na qual o conflito representa uma estratégia de regulação que contém um grande número de campos e formas sociais.

Na concepção de Nascimento (2001, p. 94) “os conflitos são meios pelos quais os atores sociais dirimem suas divergências, interesses antagônicos ou pontos de vista conflitantes, possibilitando que a sociedade alcance certa unidade”. Para este autor conflito é fator de coesão social e não de distúrbio. Portanto, todo conflito tem um conjunto de elementos que o caracterizam: natureza (econômica, social, política, ambiental, etc); atores sociais diversos que se posicionam e se dispõem diferentemente entre si; campo específico onde ocorre a movimentação dos atores; objeto em disputa material ou simbólico, divisível ou indivisível, laico ou profano, real ou irreal; lógica ou dinâmica de evolução seja rápida, intensa ou aguda; mediadores individualmente ou em grupos que se colocam à margem do conflito; e as tipologias.

Para Alonso e Costa (2002), estudar um conflito impõe levar em consideração não apenas os interesses envolvidos; mas, sobretudo o processo de mobilização, isto é, como cada grupo adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação. Diante desse contexto, esses autores defendem que para se analisar um conflito três agentes devem ser

considerados. Um movimento social ambientalista é o primeiro protagonista do conflito ambiental. Os atores sociais capazes de arbitrar sobre determinado conflito compõem o segundo conjunto de agentes e representam a estrutura burocrática-legal através da participação dos membros do ministério público. Já o terceiro elemento é composto pelos peritos, pesquisadores e cientistas, representando a cientificidade e são capazes de interpretar o contexto no qual se insere o conflito.

Pacheco *et al.* (1992) apresentaram estudos voltadas para análise da relação entre os problemas ambientais e a dinâmica dos conflitos sociais nos espaços urbanos. Os problemas ambientais, sejam eles urbanos ou rurais, envolvem uma série de atores sociais individuais ou coletivos, onde as suas origens podem estar relacionadas a fatores sociais, econômicos e políticos, com diversas configurações conflitivas.

O foco analítico se volta, portanto, para a esfera pública, simultaneamente arena de conflito e negociação entre atores. Pacheco *et al.* (1992) afirmam ainda que os conflitos ambientais podem ser definidos a partir de três componentes cruciais: a ação dos agentes envolvidos, a determinação dos processos estruturais e as mediações políticas e culturais.

Pode-se afirmar que o conflito envolve obrigatoriamente a interação entre atores sociais, sejam individual ou coletivamente, sendo essa interação conflitiva em torno do controle sobre o uso dos bens e recursos naturais. Portanto, são interesses de valores que estão no cerne da questão.

O conflito ambiental tem várias origens com diferentes atores sociais que disputam o uso de determinado recurso. Zhouri e Oliveira (2007) apresentam um estudo que enfoca o conflito surgindo durante o processo de licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas em Minas Gerais. Nesse estudo, os autores avaliam os processos desencadeados no local a partir da opção política de desenvolvimento perpetuada pelo Estado brasileiro no curso do processo

de mundialização do capital. O conflito envolvia de um lado, as populações ribeirinhas que resguardam a terra como patrimônio da família e da comunidade, e do outro o setor elétrico, incluindo-se o Estado e empreendedores públicos e privados. Concluem, afirmando que o conflito estabelecido pela implantação de projetos hidrelétricos exemplifica a luta pela justiça ambiental, revela a disputa em torno da reapropriação social da natureza em sua busca pelo reconhecimento de projetos produtivos e sociais alternativos e inclui os vários significados do que seja riqueza e desenvolvimento.

Laschefski e Costa (2008), em seu estudo sobre as relações de poder no conselho consultivo da APA-Sul, localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, chegaram à conclusão que o conflito ambiental pode surgir em torno da perda da qualidade ambiental de uma determinada área. Nesse sentido, os conflitos estão diretamente relacionados ao ordenamento territorial diferenciado entre interesses econômicos e entre classes sociais.

Segundo Acselrad (2004, p. 26), conflitos ambientais envolvem

grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Ao se considerar o relato desses autores, percebe-se que no processo de apropriação dos recursos está intrínseco o grau de importância e a dimensão da relação que cada grupo social estabelece com os mesmos. O território é, portanto, detentor de significados diferenciados capazes de promoverem a geração de disputas e conflitos pelos seus recursos.

Por outro lado, os autores Zhouri e Zucarelli (2008), ao estudarem os conflitos ambientais na concepção sociológica, afirmam que estes

extrapolam as tentativas de solução técnica e gerencial propostas pela concepção hegemônica e institucionalizada de desenvolvimento sustentável, pois, evidenciam a existência de distintas formas de se conceber e de se interagir com o meio ambiente, levando-nos a reconhecer os múltiplos projetos de sociedade, que acionam diversas matrizes de sustentabilidade e esbarram nas reais assimetrias de poder impressas nas dinâmicas sociais e políticas (Op. cit., p. 2).

Para Cardoso Neto (2008, p. 1)

O conflito pelo uso do recurso ambiental surge juntamente com o desenvolvimento social e econômico, pois este levou a uma crescente necessidade de utilização e ocupação causando a escassez dos recursos ambientais. A competição entre os diferentes interesses acaba potencializando os conflitos de uso pelo recurso ambiental, uma vez que distintas práticas podem estar prejudicando o acesso ao recurso, limitando, deteriorando ou até mesmo extinguindo-o.

Na visão dos administradores Andrade *et al.* (2009, p. 2)

Pode-se afirmar que todos os problemas sócio-ambientais são formas de conflitos sociais entre interesses individuais e coletivos, envolvendo a relação natureza-sociedade. Assim, travam-se, em torno de problemas sócio-ambientais, confrontos entre atores sociais que defendem diferentes lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum, seguindo lógicas próprias a cada um deles. Em síntese, pode-se afirmar que durante o processo de confrontação entre interesses opostos, configuram-se os conflitos sócio-ambientais, e da relação confronto - negociação entre atores sociais, resultam os mecanismos de coordenação que permitem a regulação destes conflitos.

Como se vê, tentar compreender a concepção de conflitos ambientais é buscar conhecer os diferentes agentes sociais que completam junto com a natureza uma relação contraditória. Os sujeitos serão mais ou menos capazes de interferir nas configurações territoriais, quanto maior ou menor a sua força política.

Andrade *et al.* (2009, p. 2) advertem

que todos os problemas sócio-ambientais são formas de conflitos sociais entre interesses individuais e coletivos, envolvendo a relação natureza –sociedade. Assim, travam-se, em torno de problemas sócio-ambientais, confrontos entre atores sociais que defendem diferentes lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum, seguindo lógicas próprias a cada um deles. Em síntese, pode-se afirmar que durante o processo de confrontação entre interesses opostos, configuram-se os conflitos sócioambientais, e da relação confronto - negociação entre atores sociais, resultam os mecanismos de coordenação que permitem a regulação destes conflitos.

Nesse sentido, o sociólogo Cunha (2001, p. 3) evidencia que:

Lidar com a idéia de conflitos ambientais leva-nos a identificar os diferentes sujeitos da contraditória relação sociedade/natureza. Estes sujeitos, em função de sua força política relativa, serão mais ou menos capazes de sustentar as mudanças de rumo, identificadas como convenientes do ponto de vista ambiental. Num contexto democrático, esta é a condição para a sustentabilidade política das propostas de sustentabilidade ecológica [...].

Fuks (1997), em seus estudos sobre o perfil dos conflitos ambientais no Rio de Janeiro, declara que os litígios relacionados com a proteção do meio ambiente têm como principal protagonista o Estado. Na maioria das vezes os processos judiciais acabam reduzindo-se a um conflito entre dois setores do próprio Estado. Outra conclusão que chegou o autor está relacionada com a participação da sociedade civil, que diminui à medida que se afasta da Zona Sul e de grupos organizados dessa área da cidade, percebendo-se uma decrescente mobilização social em torno da defesa do meio ambiente.

Chav, Barros e Fabré (2008) afirmam que os enfoques sobre conflitos, destacando a complexidade ambiental, mereceram destaque no Brasil a partir do início dos anos 90. Os debates acerca dos conflitos ambientais foram encabeçados por pesquisadores, ativistas e representantes da sociedade civil, mostrando a impossibilidade de reduzi-los a questões eminentemente relacionadas ao meio biofísico.

Como os conflitos então dentro de um contexto sócio-político e histórico eles não devem ser analisados de forma simples e atemporal. É salutar reconhecer os principais atores sociais envolvidos, bem como os elementos que caracterizam a disputa, já que estão em jogo diferentes interesses.

Em estudo realizado por Andrade *et al.* (2009), foi analisado o processo de construção de mecanismos político-institucionais de coordenação a partir do estudo de conflitos sócio-ambientais existentes entre o complexo turístico hoteleiro Costa do Sauípe e atores locais. Esses autores escolheram a lógica de ação dos atores envolvidos, com vistas ao mapeamento dos espaços de conflitos e cooperação, surgidos a partir da construção de um emissário

submarino, a restrição ao acesso à praia e às reservas de Mata Atlântica dos membros das comunidades locais. Neste caso, ficou comprovado que a apropriação privada dos recursos naturais também gera sérios e complexos conflitos ambientais.

1.5 Ordenamento Territorial e Zona Costeira: Cenários e Perspectivas

A Zona Costeira é a área considerada limite entre os oceanos e as terras emersas, caracterizada pela natureza geológica das terras firmes, pela energia das ondas e dos ventos, que se configuram em ambientes dinâmicos, em constantes transformações, na busca de equilíbrio entre as diversas forças da natureza. As ações praticadas, tanto no ambiente marinho como nas terras emersas, afetam diretamente os espaço oceânico e terrestre.

Para Teixeira (2002), a Zona Costeira é o espaço geográfico, de largura variável, que margeia os continentes, constituído por uma porção continental seca e uma porção do espaço marítimo adjacente, sendo que os dois ambientes (terrestre e marinho) afetam um ao outro.

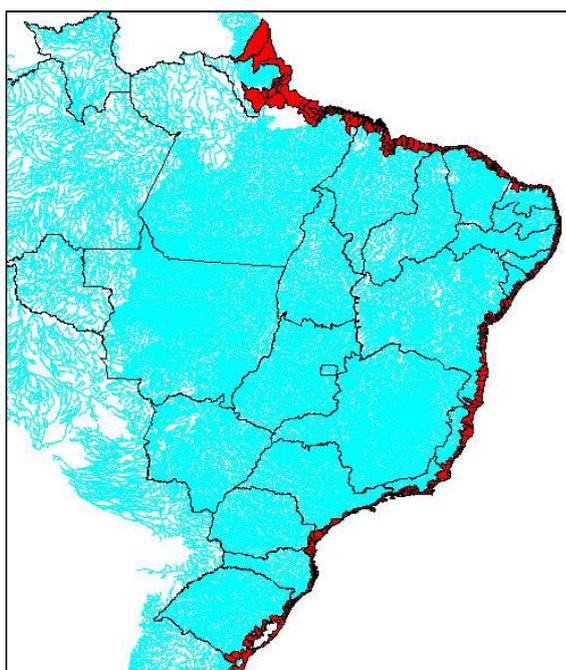
A Zona Costeira brasileira compreende uma faixa litorânea de 8.698 km de extensão e largura variável, que se estende desde o Estado do Amapá ao Rio Grande do Sul, conformando um conjunto de ecossistemas diferenciados e contíguos sobre uma área de aproximadamente 388.784 mil km² (Tabela 1.1).

Tabela 1.1 Brasil - Zona Costeira - Extensão e Área

Estado	Área Total Km ²	Zona Costeira	
		Área - Km ²	Extensão - Km
Amapá	143.453,70	69.842,80	698,0
Pará	1.227.530,00	82.596,43	1.200,0
Maranhão	324.616,00	38.894,32	640,0
Piauí	252.378,60	4.633,50	66,0
Ceará	148.016,00	28.173,00	573,0
Rio Grande do Norte	53.306,80	11.888,40	410,0
Paraíba	56.372,00	2.640,00	137,0
Pernambuco	98.281,00	4.410,00	187,0
Alagoas	27.689,10	2.279,00	228,0
Sergipe	21.862,60	4.793,30	168,0
Bahia	561.026,00	41.409,00	1.181,0
Espírito Santo	45.597,00	10.547,21	411,0
Rio de Janeiro	43.653,30	18.291,90	850,0
São Paulo	247.320,00	20.891,00	700,0
Paraná	199.323,90	5.594,47	98,0
Santa Catarina	95.442,90	9.250,00	531,0
Rio Grande do Sul	280.674,00	42.650,00	620,0
TOTAL	-	388.784,23	8.698,0

Fonte: MMA, 2008a.

Nos 17 Estados brasileiros que são banhados pelo oceano Atlântico 13 capitais encontram-se localizadas na faixa litorânea. Apesar de São Paulo, Teresina, Curitiba e Porto Alegre não estarem exatamente na faixa litorânea, mantém um complexo sistema de relações com o litoral (Figura 1.1).

**Figura 1.1 Zona Costeira Brasileira**

Fonte: MMA, 2008a.

Essa faixa *stricto sensu* concentra quase um quarto da população do país, em torno de 39,8 milhões de pessoas (IBGE/Contagem da População de 2007), correspondentes a 23,5% da população total do país, abrigados em 395 municípios, com uma densidade média de 132 hab/km², seis vezes superior à média nacional (22,1 hab./km²). O número de habitantes em áreas urbanas correspondia, em 2006, a 76,87% do total, destacando-se que treze das dezessete capitais dos estados litorâneos situam-se à beira-mar. Sabe-se ainda que atividades econômicas na Zona Costeira são responsáveis por cerca de 70% do PIB nacional (MORAES, 1999; IBGE, 2007).

A maior concentração populacional é encontrada nas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador e Rio de Janeiro, como conseqüência verifica-se uma variada tipologia de conflitos de uso do solo e pressão sobre a base de recursos naturais, com destaque para a poluição marinha por fontes terrestres.

A atenção governamental com o uso sustentável dos recursos costeiros e marinhos está contemplada nos mecanismos de gestão ambiental integrada que foram estabelecidos no âmbito do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), o que significa, antes de qualquer coisa, a preocupação com o ordenamento da ocupação dos espaços litorâneos.

O PNGC foi instituído pela Lei N^o 7.661/1988, cujos detalhamentos e operacionalização foram objeto da Resolução n^o 01/90 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), de 21/11/90, aprovada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Essa lei apresenta uma conceituação de Zona Costeira relacionando-a ao espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo os seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre.

O PNGC delimita a Zona Costeira considerando as unidades natural e político-administrativa, e ainda, uma faixa marítima e outra terrestre. A faixa marítima corresponde ao mar territorial, com limite nas 12 milhas náuticas contadas da linha de base da costa, estabelecidas de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, compreendendo a totalidade do Mar Territorial;

Para a faixa terrestre considera-se todo o território dos municípios qualificados como costeiros, caracterizada pela parte do continente que sofre influência direta dos fenômenos ocorrentes na Zona Costeira.

A Zona Costeira brasileira abriga um mosaico de ecossistemas de alta relevância ambiental, cuja diversidade é marcada pela transição de ambientes terrestres e marinhos, com interações que lhe conferem um caráter de fragilidade e que requerem, por isso, atenção especial do poder público, conforme demonstra sua inserção na Constituição Brasileira como área de patrimônio nacional.

A maior parte da população mundial vive em Zonas Costeiras, e há uma tendência ao aumento da concentração demográfica nessas regiões. A saúde, o bem-estar e, em alguns casos, a própria sobrevivência das populações costeiras depende da saúde e das condições dos sistemas costeiros, incluindo-se as áreas úmidas e regiões estuarinas, assim como as correspondentes bacias de recepção e drenagem e as águas interiores próximas à costa, bem como o próprio sistema marinho (DIAS; CARMO; POLETTE, 2009).

A atividade de gerenciamento desse amplo universo de trabalho implica, fundamentalmente, a construção de um modelo cooperativo entre os diversos níveis e setores do governo, e deste com a sociedade.

O uso das terras nessa faixa é caracterizado, de um modo geral, pelo extrativismo nos ecossistemas flúvio-marinhos e flúvio-lacustres, pela infraestrutura urbana, portuária, mineral, de turismo e lazer e, ocasionalmente, pela agricultura, pastagens e silvicultura. Concentra quase um quarto da população brasileira e grande parte da produção econômica do País.

Quanto às bases legais no processo de operacionalização da gestão costeira no Brasil, merecem destaques o artigo 225 da Constituição Federal que estabelece a Zona Costeira como patrimônio nacional e área de interesse especial e a própria Lei Federal Nº. 7.661, de 1988 que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e o Decreto Federal Nº. 2.972, de 1999 que institui o Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiros e Marinhos no Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Em nível operacional o Governo Federal implementa por meio do MMA o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla) para aplicação de diretrizes gerais de regulamentação de uso e ocupação da orla marítima, que corresponde a uma área que constitui a sustentação natural e econômica da zona costeira. O objetivo principal do Projeto Orla é compatibilizar as políticas ambiental e patrimonial no trato dos espaços litorâneos.

A operacionalização da gestão costeira no Brasil está apoiada em diversos instrumentos e em uma variada base legal (Quadro 1.4):

Legislação	Competência
Art. 225 da Constituição Federal	Estabelece a zona costeira como patrimônio nacional e área de interesse especial
Lei nº 7.661/88	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
Lei nº 8.617, de 04/01/93	Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua e a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileira
Resolução CIRM nº 05/97	Detalha os aspectos operativos do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro II
Decreto nº 2.972, de 26/02/99	Instituiu o Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho no âmbito do MMA
Decreto nº 2.956, de 03/02/99	Institui o V Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM) - 1999 - 2003, aborda articulação com o GERCO
Plano Plurianual PPA 2000-2003	Programa Zoneamento Ecológico Econômico, Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho
Lei Estadual de Gerenciamento Costeiro	Alguns estados já aprovaram suas leis estaduais para regular especificamente o zoneamento costeiro estadual
Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro – PEGC	Desdobramento do PNGC, em nível estadual, apóia a implementação da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro
Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro – PMGC	Desdobramento do PNGC e do PEGC, apóia a implementação da Política Municipal de Gerenciamento Costeiro, guardando estreita relação com os instrumentos de planejamento territorial municipal (planos diretores).
Plano de Gestão da Zona Costeira – PGZC	Instrumento para a formulação do conjunto de ações e programas, articulados e localizados, elaborados com a participação da sociedade, que visa orientar a execução do Gerenciamento Costeiro em diferentes níveis de governo (Federal, Estadual ou Municipal)
Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro – ZEEC	Instrumento de apoio ao processo de ordenamento territorial. Utiliza técnicas e mecanismos para oferecer subsídios à sustentabilidade ambiental do desenvolvimento da zona costeira.
Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro e Marinho - SIGERCOM	Sistema que integra e disponibiliza informações do PNGC com dados retirados de várias fontes: banco de dados, sistemas de informações geográficas e sensoriamento remoto.
Sistema de Monitoramento	Estrutura operacional de coleta de dados e informações, de forma contínua, visando acompanhar os indicadores de qualidade sócio-ambiental.
Relatório de Qualidade Ambiental	Elaborado periodicamente pela coordenação Nacional do Gerenciamento Costeiro, a partir de relatórios desenvolvidos pelas coordenações estaduais, permitindo a avaliação da eficiência e eficácia das medidas e ações de gestão desenvolvidas.

Quadro 1.4 Instrumentos Legais para a Gestão Costeira Brasileira.

Organização: Lício Valério Lima Valério, 2009.

A Zona Costeira brasileira pode ser considerada uma região de contrastes, constituindo-se, por isso, um campo privilegiado para o exercício de diferentes estratégias de gestão ambiental. Nessa região são encontradas áreas de intensa urbanização, atividades portuária e industrial relevantes, exploração turística em larga escala, além de metrópoles e centros regionais litorâneos. É válido ressaltar que os primeiros centros difusores de ocupação no Brasil foram instalados nesta zona. Ainda é possível afirmar que nesses locais definem-se, em geral, quadros problemáticos do ponto de vista da gestão ambiental, demandando ações de caráter corretivo, com a mediação dos “múltiplos conflitos de uso”.

Os principais problemas ambientais encontrados na Zona Costeira brasileira estão relacionados a fatores naturais com certo grau de previsibilidade como escorregamentos (escarpas cristalinas), inundações (planícies litorâneas), erosão acelerada de praias e falésias, e a fatores induzidos pelos seres humanos que podem ser de ordem política, cultural e sócio-econômica.

Esse setor do território brasileiro é ainda permeado por áreas de baixa densidade de ocupação e ocorrência de ecossistemas de grande significado ambiental. Vem sendo objeto de acelerado processo de ocupação com sérios reflexos na produção do espaço geográfico e nas (re)configurações dos territórios. Dessa forma, requer melhor definição quanto a implementação de ações, considerando as tendências associadas à dinâmica econômica emergente, a exemplo do turismo e da segunda residência, a utilização racional dos respectivos recursos, e ainda, a consideração e inserção das comunidades tradicionais existentes. Nas duas situações, o elemento comum está na diversidade dos problemas, na fragilidade dos ambientes encontrados e na complexidade de sua gestão.

Nos ecossistemas costeiros os principais tensores estão relacionados à aqüicultura, mais especificamente a carcinicultura, além da maricultura, turismo e turistas, embarcações e âncoras, salinas, efluentes/emissários/esgotos, pesca predatória (bomba), portos e terminais, agricultura, expansão urbana e especulação imobiliária, aterros, estradas, exploração de petróleo (plataformas, oleodutos, terminais, transporte), desmatamentos, mineração (portos de areia), marinas, lixões/aterros sanitários, tráfego terrestre e marítimo, dragagens, polos industriais e derramamentos. Além desses tensores, é possível encontrar problemas relacionados à poluição urbana, industrial e acidental, atividades turísticas e população flutuante e erosão costeira (MORAES, 1999).

O Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) tem como objetivo orientar a utilização racional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade da vida de sua população e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural (art. 2º da Lei 7.661/88). O PNGC utiliza instrumentos capazes de contribuir para a Gestão da Zona Costeira. Vale destacar que a implementação deste programa ainda não se deu na totalidade dos estados litorâneos brasileiros.

O PNGC estabelece estratégias de planejamento e gerenciamento, de forma integrada, descentralizada e participativa, das atividades socioeconômicas na Zona Costeira, na perspectiva de garantir a utilização sustentável dos recursos, por meio de medidas de controle, proteção, preservação e recuperação dos recursos naturais e dos ecossistemas.

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiros (PNGC) tem como princípios fundamentais:

- a) A observância da Política Nacional de Meio Ambiente e da Política Nacional para os Recursos do Mar, de forma articulada e compatibilizada com as demais políticas incidentes na sua área de abrangência e de atuação;
- b) A observância dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e dos direitos de liberdade de navegação, na forma da legislação vigente;
- c) A utilização sustentável dos recursos costeiros em observância aos critérios previstos em Lei e neste Plano;
- d) A gestão integrada dos ambientes terrestres e marinhos da Zona Costeira, com a construção e manutenção de mecanismos transparentes e participativos de tomada de decisões, baseada na melhor informação e tecnologia disponível e na convergência e compatibilização das políticas públicas, em todos os níveis da administração;

- e) A necessidade de ser considerada, na faixa marítima, a área de abrangência localizada na plataforma continental interna, na qual os processos de transporte sedimentar e modificação topográfica do fundo marinho constituem parte integrante substancial dos processos costeiros, e ainda aquela porção de mar onde o efeito dos aportes terrestres sobre os ecossistemas marinhos é mais significativo;
- f) A não-fragmentação, na faixa terrestre, da unidade natural dos ecossistemas costeiros, de forma a permitir a regulamentação da utilização de seus recursos, respeitando sua integridade;
- g) A consideração, na faixa terrestre, das áreas marcadas por atividade sócio-econômico-cultural de características costeiras e sua área de influência imediata, em função dos efeitos dessas atividades sobre a conformação do território costeiro.

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro apresenta ainda os instrumentos para o planejamento e a gestão das Zonas Costeiras, considerando seus aspectos transversais e articulados:

- a) O Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC, legalmente estabelecido, deve explicitar os desdobramentos do PNGC, visando a implementação da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, incluindo a definição das responsabilidades e procedimentos institucionais para a sua execução.
- b) O Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro - PMGC, legalmente estabelecido, deve explicitar os desdobramentos do PNGC e do PEGC, visando a implementação da Política Municipal de Gerenciamento Costeiro, incluindo as responsabilidades e os procedimentos institucionais para a sua execução.
- c) O Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro - SIGERCO, componente do Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (SINIMA), se constitui

em um sistema que integra informações do PNGC, proveniente de banco de dados, sistema de informações geográficas e sensoriamento remoto, devendo propiciar suporte e capilaridade aos subsistemas estruturados/gerenciados pelos Estados e Municípios.

- d) O Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira - SMA-ZC se constitui na estrutura operacional de coleta de dados e informações, de forma contínua, de modo a acompanhar os indicadores de qualidade sócio-ambiental da Zona Costeira e propiciar o suporte permanente dos Planos de Gestão.
- e) O Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira - RQA-ZC consiste no procedimento de consolidação periódica dos resultados produzidos pelo monitoramento ambiental e, sobretudo, de avaliação da eficiência e eficácia das medidas e ações da gestão desenvolvidas. Esse Relatório será elaborado, periodicamente, pela Coordenação Nacional do Gerenciamento Costeiro, a partir dos Relatórios desenvolvidos pelas Coordenações Estaduais.
- f) O Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC se constitui no instrumento balizador do processo de ordenamento territorial necessário para a obtenção das condições de sustentabilidade ambiental do desenvolvimento da Zona Costeira, em consonância com a diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional.
- g) O Plano de Gestão da Zona Costeira - PGZC compreende a formulação de um conjunto de ações estratégicas e programáticas, articuladas e localizadas, elaboradas com a participação da sociedade, que visam orientar a execução do Gerenciamento Costeiro. Esse plano poderá ser aplicado nos diferentes níveis de governo e em variadas escalas de atuação.

De acordo com a Agenda 21, os Estados possuem direitos e as obrigações voltados para a proteção e o desenvolvimento sustentável do meio ambiente marinho e costeiro, bem como seus recursos. O documento apresenta ainda 07 (sete) áreas de programas direcionados para o ordenamento e gestão das mesmas, visando a sua proteção e preservação: Gerenciamento integrado e desenvolvimento sustentável das zonas costeiras, inclusive zonas econômicas exclusivas; Proteção do meio ambiente marinho; Uso sustentável e conservação dos recursos marinhos vivos de alto mar; Uso sustentável e conservação dos recursos marinhos vivos sob jurisdição nacional; Análise das incertezas críticas para o manejo do meio ambiente marinho e a mudança do clima; Fortalecimento da cooperação e da coordenação no plano internacional, inclusive regional; e, Desenvolvimento sustentável das pequenas ilhas.

Os Estados costeiros, a partir de suas jurisdições nacionais, comprometem-se a praticar um gerenciamento integrado e sustentável das zonas costeiras e do meio ambiente marinho, considerando o estabelecimento de um processo integrado de definição de políticas e tomada de decisões, com a inclusão de todos os setores envolvidos, com o objetivo de promover compatibilidade e equilíbrio entre as diversas utilizações; a utilização de zonas costeiras praticadas atualmente, as projetadas e as interações entre elas; a adoção de medidas preventivas e de precaução na elaboração e implementação dos projetos, inclusive com avaliação prévia e observação sistemática dos impactos decorrentes dos grandes projetos, dentre outros.

2 CENÁRIOS LITORÂNEOS DE ESTUDO

No presente capítulo são apresentados os elementos da caracterização geral da Zona Costeira Brasileira e Sergipana, com destaque para o processo de ocupação do solo, das bases geoambientais e dos aspectos sócio-demográficos e econômicos. Contudo, antes de iniciar a discussão a respeito da Zona Costeira Sergipana faz-se necessário tecer alguns comentários a respeito da definição e caracterização dos elementos que compõem a Zona Costeira Brasileira de um modo geral e a sergipana em particular.

Barrangán Muñoz (1994) destaca que uma das questões importantes para a compreensão do litoral é a discussão a respeito dos critérios utilizados para a sua delimitação geográfica, os quais podem ser físicos, sócio-econômicos e administrativos. O autor destaca ainda que o quadro natural pode fornecer as bases de uma divisão. Porém, a linha litorânea não é apenas uma borda marítima de compartimentos naturais que adentram bastante para a hinterlândia continental. O litoral é também palco de diversas atividades econômicas e sociais que também influenciam o processo de ordenamento dos usos do solo (GÓMEZ OREA, 2001, p. 52). Para Fonseca, Vilar e Santos (2009, p. 8)

Devido a toda a complexidade encontrada no litoral brasileiro, faz-se necessário a adoção de alguns elementos sociais que sirvam de base para que se consiga chegar a uma delimitação mais adequada. Em certos casos, há de se buscar critérios alternativos aos do quadro natural e estes serão obviamente tomados da vida social, e neste sentido dois elementos destacam-se como fundamentais: o primeiro diz respeito às divisões político-administrativas, que em suas artificialidades expressam uma materialidade efetiva distinta da encontrada no mundo natural, destacando-se no caso brasileiro a figura do município. O segundo elemento é o padrão predominante de uso do solo, que pode atuar como um fator econômico qualificador do lugar.

Na visão de Moraes (1999) e Marques (2009), atualmente a zona costeira brasileira apresenta dois conjuntos espacialmente distintos de desenvolvimento socioeconômico. O primeiro, compreendendo boa parte da costa oriental atlântica, desde o estado do Rio Grande do Sul até a região metropolitana de Fortaleza. Esse conjunto caracteriza-se pela significativa

ocupação, primordialmente de perfil urbano e pela valorização do uso do solo, inclusive nos espaços intersticiais ao urbano, decorrentes da manutenção de estoques de terras para fins mercantilistas no médio e longo prazo. Já o segundo, compreende o restante do litoral setentrional, desde a região metropolitana de Fortaleza, no estado do Ceará, em direção ao estado do Amapá a oeste. Caracteriza-se pela ocupação mais rarefeita, constituída principalmente por comunidades tradicionais envolvidas com o extrativismo e a pesca artesanal, por grandes extensões de terra desocupadas e por dezenas de municípios com pequena densidade demográfica.

Em outro estudo Barrangán Muñoz (2005) evidencia o papel do Estado no processo de gestão e ordenamento costeiro. É com base nas experiências do governo espanhol que esse autor propõe as seguintes estratégias.

- ✓ A gestão costeira deve ser incluída dentro de uma agenda política porque quando existe o envolvimento dos governos os resultados são mais positivos e duradouros.
- ✓ Políticas públicas transparentes – as diretrizes gerais devem ser explícitas e amplamente divulgadas e difundidas na sociedade e instituições. Essa transparência também deve ser marcante nos organismos que elaboram as políticas públicas, sendo capaz de assegurar os resultados das ações previstas.
- ✓ Política que responda aos problemas da zona costeira – não confundir objeto e objetivo da gestão costeira. As políticas devem ser melhor enquadradas dentro das realidades da zona costeira.
- ✓ Política de coesão territorial no sentido estratégico – estabelecimento de coordenação e cooperação entre instituições públicas nas diferentes esferas de governo.

- ✓ Política de implantação de novos instrumentos de gestão – convém pensar em novas estratégias de gestão das áreas litorâneas, considerando o respaldo legal e a competência dos órgãos gestores.
- ✓ Política de recursos – para implementação das estratégias é necessário se estabelecer uma política capaz de assegurar a implementação das ações. Nesse sentido, a política deve prever e garantir os recursos financeiros e técnicos, com pessoal qualificado.
- ✓ Política de formação – a gestão e ordenamento costeiros exigem cada vez mais técnicos com conhecimento de natureza interdisciplinar e com competência em gestão de conflitos e busca de consenso.
- ✓ Política para a gestão participativa – o processo de gestão costeira exige a larga participação dos representantes locais, conhecedores das realidades e parceiros da administração pública.

A Constituição Federal em seu artigo 225 parágrafo 4º estabelece a Zona Costeira como patrimônio nacional e área de interesse especial. Destaca ainda que sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

A Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993, que dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências, estabelece que:

Art 1º O mar territorial brasileiro compreende uma faixa de doze milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular brasileiro, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente no Brasil.

.....

Art. 4º - A zona contígua brasileira compreende uma faixa que se estende das doze às vinte e quatro milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial.

.....
Art. 6º - A zona econômica exclusiva brasileira compreende uma faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial.

Na visão de Vasconcelos (2005, p. 15), a Zona Costeira é “lugar de pressão demográfica e econômica, é também fonte de recursos naturais utilizados pelas populações humanas. A combinação desses fatores está na origem de muitos conflitos de usos e interesses atuais e futuros”.

As correntes marinhas, a temperatura das águas e a do ar sobre o oceano, o efeito orográfico das cadeias de montanhas, a latitude e a altitude dão origem a vários tipos de clima: equatorial quente, úmido e superúmido na Amazônia litorânea; mediterrâneos e semi-áridos no Nordeste, tropical mesotérmico e quente, superúmido e semiúmido no Sudeste; temperados super-úmidos no extremo Sul.

Essa variabilidade climática atuando sobre as diversas estruturas geológicas dá lugar a morfogêneses específicas. Há uma grande quantidade de ecossistemas identificáveis nessa área: campos de dunas, praias, ilhas-recifes, restingas, costões rochosos, lagunas, baías, estuários, brejos, falésias, baixios e manguezais. Muitos desses, embora aparentem homogeneidade, abrigam especificidades flori-faunísticas que enriquecem o conjunto, vinculadas às gêneses diferenciadas dos ambientes em tão longo trecho litorâneo.

A Zona Costeira possui duas visões predominantes em sua definição: unidade natural e unidade político-administrativa. De acordo com o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC II), a Zona Costeira é delimitada por uma faixa marítima ou o mar territorial, com limite nas 12 milhas náuticas contadas a partir da linha de base da costa; e por uma faixa terrestre composta pelos municípios qualificados como costeiros.

O litoral brasileiro é palco de grandes transformações provocadas pelo turismo, tais como construções de grandes hotéis na linha de costa, destruição de cordões dunares, poluição das águas, aterramentos de mangues, produção de lixo, além desses, pode-se ressaltar a especulação imobiliária que provoca a expulsão do homem nativo (pescador) para outras áreas distantes do seu *hábitat*. Em contrapartida, condomínios fechados são construídos, dando novas feições ao local, e até mesmo privatizando áreas que outrora eram de uso comum. Relegando, portanto, as comunidades locais, juntamente com suas culturas, seus costumes, suas crenças.

Segundo Moraes (1999), a zona costeira brasileira está sendo ocupada a partir de três elementos-chaves: o turismo, a urbanização e as atividades econômicas propriamente ditas. Indiscutivelmente a atividade turística é uma das que mais tem evoluído na zona costeira, e tem sofrido bastantes críticas, pois, na maioria das vezes, além de ser um vetor de pressão social, torna-se vetor de degradação dos recursos ambientais. De acordo com Coriolano (1998), a presença do turismo nessas localidades litorâneas tem se tornado uma tendência natural e irreversível, fato que exige o planejamento integrado dessa atividade, para que a sua prática contribua para o desenvolvimento local e regional, bem como a valorização das comunidades dos visitantes. O turismo representa em algumas localidades costeiras a principal atividade econômica, sendo responsável pela mudança da paisagem quanto a sua estrutura e funcionamento, no momento em que se instalam equipamentos turísticos atrelados ao fenômeno do veraneio.

O turismo nos espaços litorâneos é cada vez mais massivo e essa condição também acelera o processo de transformação da paisagem da Zona Costeira. E por conta disso, e ao contrário do que aconteceu nas paisagens rurais, onde o espaço delimitado da posse, mesmo já sendo uma propriedade, possui valor de uso, as propriedades litorâneas começaram a ser

vistas com o valor de troca, ou seja, além de um negócio, um investimento (LEFEBVRE, 1973).

A crescente urbanização no litoral tem se consolidado enquanto fenômeno de valorização da costa por razões históricas, econômicas e, mais recentemente, culturais e ambientais, as quais representam também os diferentes interesses do capital. Do ponto de vista cultural essa zona representa ambientes de lazer, recreação e de múltiplas possibilidades de usos. Por outro lado, a urbanização vem se consolidar pela implementação de loteamentos, condomínios verticais e horizontais para fins de segunda residência e de complexos hoteleiros e *resorts* para o mercado turístico nacional e internacional em áreas privilegiadas pela beleza cênica (DIEGUES, 2001).

O paradigma do desenvolvimento sustentável valoriza o meio ambiente enquanto critério decisório nas tomas de decisões. Nesse contexto, o turismo sustentável também inicia uma perspectiva com a aplicabilidade de projetos políticos, como a obrigatoriedade de estudos de impacto ambiental (EIAs) e do relatório de impacto sobre o meio ambiente (RIMA).

O turismo tem atualmente chamado a atenção de vários segmentos da sociedade, seja pela sua capacidade de dinamizar a economia, gerando emprego e renda, ou ainda, pelo seu poder de transformação dos locais onde se é implementado.

A natureza e a cultura formam um dos principais elementos do sistema turístico, conhecido como patrimônio natural e cultural. Esses elementos podem contribuir para o desenvolvimento da atividade turística, mediante ao oferecimento de condições mínimas de infraestrutura e de equipamentos.

O turismo, que ocupa lugar de destaque na região litorânea do Nordeste, tem a sua qualidade baseada na avaliação dos aspectos originais das atrações ambientais e no bem-estar

que eles podem proporcionar aos visitantes. E, por constituir-se em atividade com grande poder de produzir e reproduzir espaços, pode ser vista como alternativa para o desenvolvimento regional. Mas para estabelecer-se em alternativa viável é necessário que sejam feitos estudos detalhados englobando o levantamento e o aproveitamento do potencial turístico de áreas não litorâneas, bem como o diagnóstico dos impactos positivos e negativos dessa atividade em áreas onde a sua prática é mais frequente.

O patrimônio natural e cultural da região Nordeste, especialmente na sua porção litorânea, vem sendo explorado pela atividade turística, representando uma alternativa econômica significativa para alguns municípios e Estados como Ceará, Alagoas e Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia.

A região litorânea de Sergipe enquadra-se no contexto da atividade turística, uma vez que a mesma tem sido alvo de vários projetos e ações públicas, promovendo o desenvolvimento do turismo, e ao mesmo tempo, gerando sérios impactos (no meio natural e cultural), marcado pela ocupação desordenada, destruição dos cordões dunares, praias, mangues dentre outros.

O Estado de Sergipe possui extensão territorial de 21.910 km², composto por 75 municípios agrupados em 13 microrregiões geográficas. Sergipe conta com 1.939.426 habitantes (IBGE, 2007), aproximadamente 74% localizados em centros urbanos e 26% em áreas rurais, apresenta densidade demográfica de 88,49 hab/km². Os municípios defrontantes com o mar em Sergipe num total de 07 (sete) representam o percentual de 33,89% da população do Estado.

O litoral sergipano possui extensão de cerca de 168 Km e área de aproximadamente 5.453,8 km², equivalente a 24,9% do território do estado de Sergipe. É composto por áreas de restingas, brejos, mangues, estuários, além das áreas com características particulares no que

diz respeito aos interesses de preservação. Incluem-se ainda os últimos remanescentes de Mata Atlântica do Estado, sendo que as pressões para apropriação dos recursos naturais ocorrem de forma diferenciada nos diversos Municípios.

Na Zona Costeira sergipana a atividade econômica principal é a extração do óleo, do gás natural, do cloreto de sódio e de potássio (Petrobras e indústrias de fertilizantes e cimento). A pecuária e o cultivo da cana-de-açúcar para destilarias de álcool e coco completam esse quadro econômico de exploração do nosso litoral.

Os terrenos litorâneos de Sergipe estão sendo valorizados para serem utilizados pelo lazer e turismo, surgindo muitos loteamentos que destroem os ecossistemas naturais e expulsam o homem do campo para a cidade. Além disso, já apresentam sérias transformações na produção do espaço costeiro. Cabe ressaltar as seguintes situações:

- ✓ Exploração de áreas consideradas de preservação permanente - comercialização de áreas de encostas de morros, cordões dunares e áreas de apicum e manguezal, além da ocupação indevida, nas margens dos rios e lagoas. A especulação imobiliária desenfreada e sem planejamento, configura-se como um elemento provocador de impactos e de conflitos ambientais.
- ✓ Retirada da vegetação ciliar e manguezal - a atividade da carcinicultura tem provocado a retirada da mata ciliar, além das destruições de áreas de mangue e apicum. Essa ação provoca o assoreamento dos rios, com formação de ilhas, uma vez que os sedimentos das margens são carregados para o leito, chegando a encobrir áreas de mangues. Por outro lado, os resíduos químicos utilizados nas lavagens dos viveiros de camarões, são jogados no próprio rio sem nenhum cuidado especial, contribuindo dessa forma para as dificuldades de sobrevivência de outras espécies nativas, a exemplo do caranguejo-uçá.

- ✓ Geração de lixo - as áreas de mangues e dunas estão se transformando em depósitos de lixo a céu aberto. É possível observar restos de construções civis e lixo doméstico em várias localidades, provocando uma maior pressão nessas áreas, consideradas como filtros ambientais e berço de reprodução de diversas espécies.

Na visão de Fonseca, Vilar e Santos (2009, p. 14) a

análise do sistema territorial do segmento litorâneo sergipano evidencia significativas mudanças recentes, com o surgimento de uma série de vetores de ocupação que funcionam como eixos estruturantes do espaço. Dentre estes vetores destacam-se: a Rodovia SE-100, as pontes, as atividades econômicas e os empreendimentos imobiliários. No litoral sergipano também convivem estilos de vida urbanos, modos de vida tipicamente rural e uma situação de difícil definição, resultante das intersecções desses dois mundos, que pode ser chamado de rurano.

2.1 Bases Geoambientais

De acordo com o levantamento geológico básico do Brasil (CPRM/CODISE, 1998), dentro das formações superficiais na porção continental do litoral norte de Sergipe ocorre a presença em alguns trechos da formação barreira do período terciário, caracterizada por terrenos sedimentares separados da linha de costa pelas coberturas dos depósitos de material quaternário. A composição geológica dessa formação é de camadas sub-horizontais de areias finas e grossas, argilas, cascalhos e conglomerados. Do período quaternário destacam-se os terraços marinhos, leques aluviais, dunas continentais e as coberturas detríticas do pleistoceno. Da época holocênica encontram-se os depósitos flúvio-lagunares, pântanos e mangues, terraços marinhos, dunas litorâneas atuais e aluviões/coluviões (Figura 2.1).

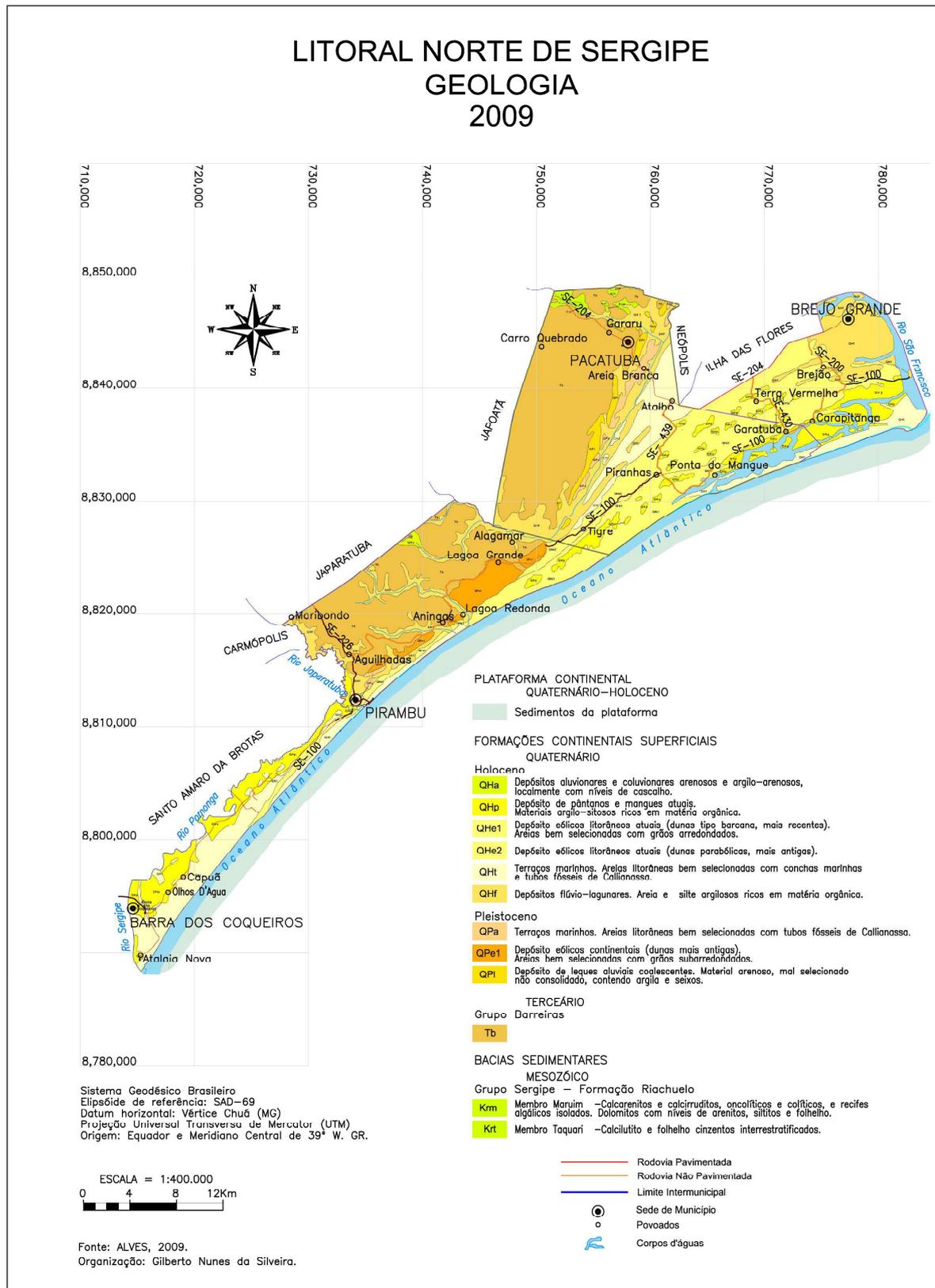


Figura 2.1 Litoral Norte de Sergipe: Geologia.

Fonte: Alves, 2009.

Organização: Gilberto Nunes da Silveira.

- ✓ Terraços Marinheiros - Correspondendo aos depósitos abandonados pelas regressões que sucederam à penúltima e última transgressões;
- ✓ Depósitos Flúvio-Lagunares - Compreendendo os materiais argilo-arenosos associados à matéria orgânica;
- ✓ Depósitos de Mangue - Ocorrendo ao longo de zonas topograficamente baixas, nas partes inferiores dos vales, sob influência das marés e são constituídos principalmente de depósitos argilo-siltosos ricos em matéria orgânica;
- ✓ Depósitos Eólicos - De origem Holocênica de 2^a e 3^a gerações que formam os cordões de dunas.

Ainda do ponto de vista geológico, destacam-se os depósitos aluvionares e coluvionares arenosos e argilo-arenosos, localmente com nível de cascalho (QHa) e areias litorâneas bem selecionadas com conchas marinhas e tubos fósseis de *callianassa* (QHt e QPa). Segundo o Atlas de Sergipe (1979), a área de estudo possui um clima litorâneo úmido, com 3 (três) meses secos, expostos aos alísios de SE, com temperatura média de 25° C.

Segundo Alves (2009), no litoral norte de Sergipe predomina respectivamente as unidades geomorfológicas da planície costeira, da planície costeira deltaica do rio São Francisco e os tabuleiros costeiros. A primeira compreende a porção de contato terra/mar prolongando-se pelos estuários dos rios Sergipe em sua porção sul e Japarutuba na porção central. A segunda unidade ocupa o espaço drenado pelo São Francisco e seus afluentes, nesse caso compreendendo quase todo o território do município de Brejo Grande, grande parte de Pacatuba e uma pequena porção de Pirambu (Figura 2.3).

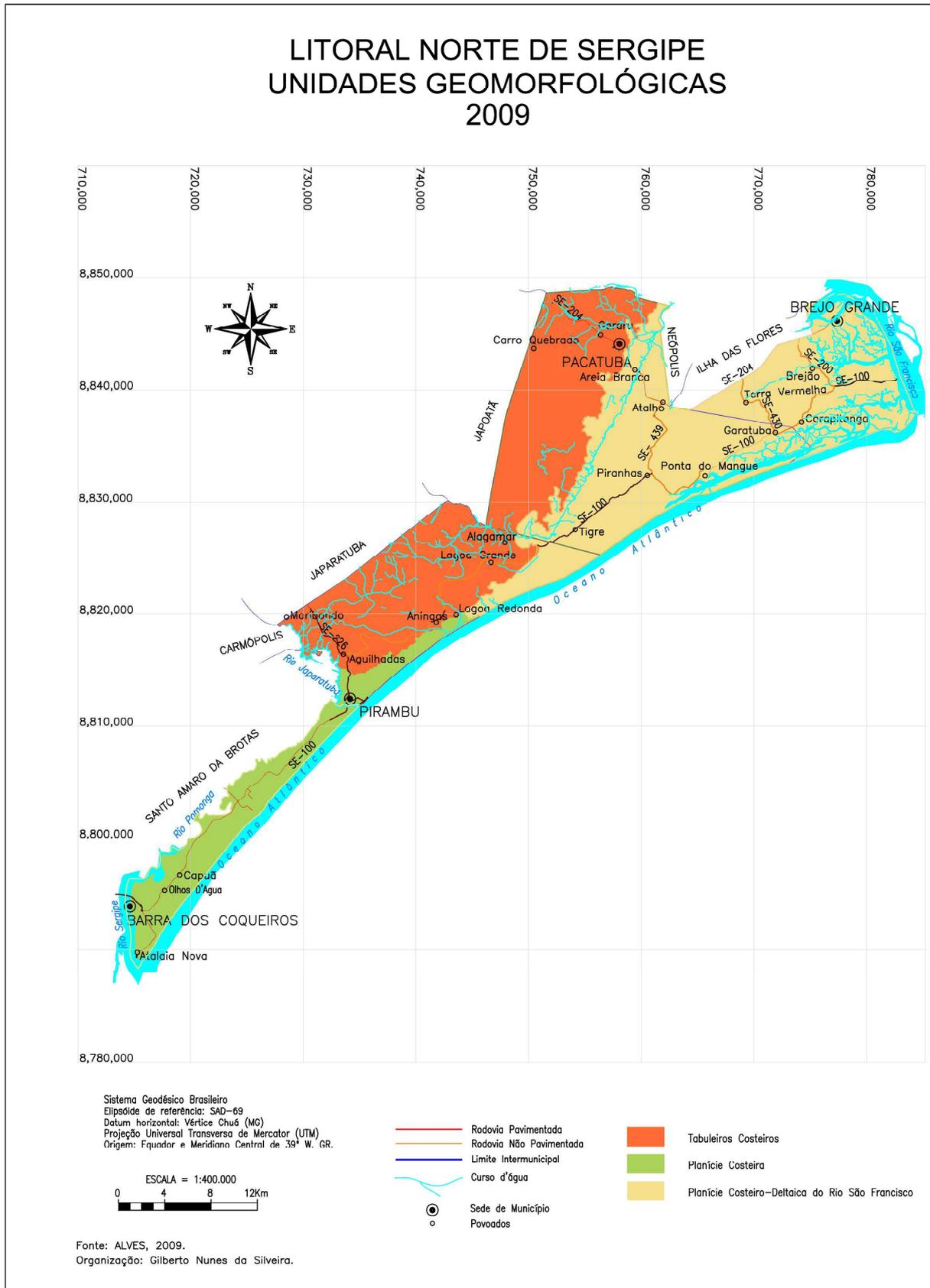


Figura 2.3 Litoral Norte de Sergipe: Unidades Geomorfológicas – 2009.

Fonte: Alves, 2009.

Organização: Gilberto Nunes da Silveira.

Paralelo à planície costeira encontram-se os tabuleiros costeiros, predominantes ao oeste dos municípios de Pacatuba e Pirambu. Atualmente apresentam-se bastante dissecados não somente pelos processos e fenômenos naturais, mas também, pela ação humana, que devastou quase que em sua totalidade, a vegetação nativa (mata atlântica) para fomentar as práticas de pecuária, e de produção de cana de açúcar para abastecer a indústria sucroalcooleira do estado.

O litoral norte de Sergipe representa uma área de extrema importância para o estado, local favorável ao desenvolvimento do ecossistema manguezal, que controla o fluxo de energia entre continente/oceano, protegendo a costa da ação dos agentes erosivos (ondas, ventos, marés entre outros), e funciona também como um berçário para a reprodução de inúmeras espécies da fauna e um importante potencial econômico.

De acordo com a figura 2.4, a geomorfologia da área de estudo que corresponde ao litoral norte de Sergipe compreende três setores os tabuleiros costeiros, a planície costeiro-deltáica do rio São Francisco e a planície costeira. Os tabuleiros costeiros correspondem basicamente às superfícies de aplanamento subhorizontal e dissecada em colinas e espigões, constituídos pelos depósitos do grupo barreiras, que se sobrepõem ao embasamento cristalino. A planície costeiro-deltáica do São Francisco é composta por esporão arenoso e praia oceânica adjacente, erodidos por processos costeiros, com formação de dunas e terraços. Já o segmento da planície costeira é formado por campo de deflação eólica, com planícies de maré e de progradação artificial.

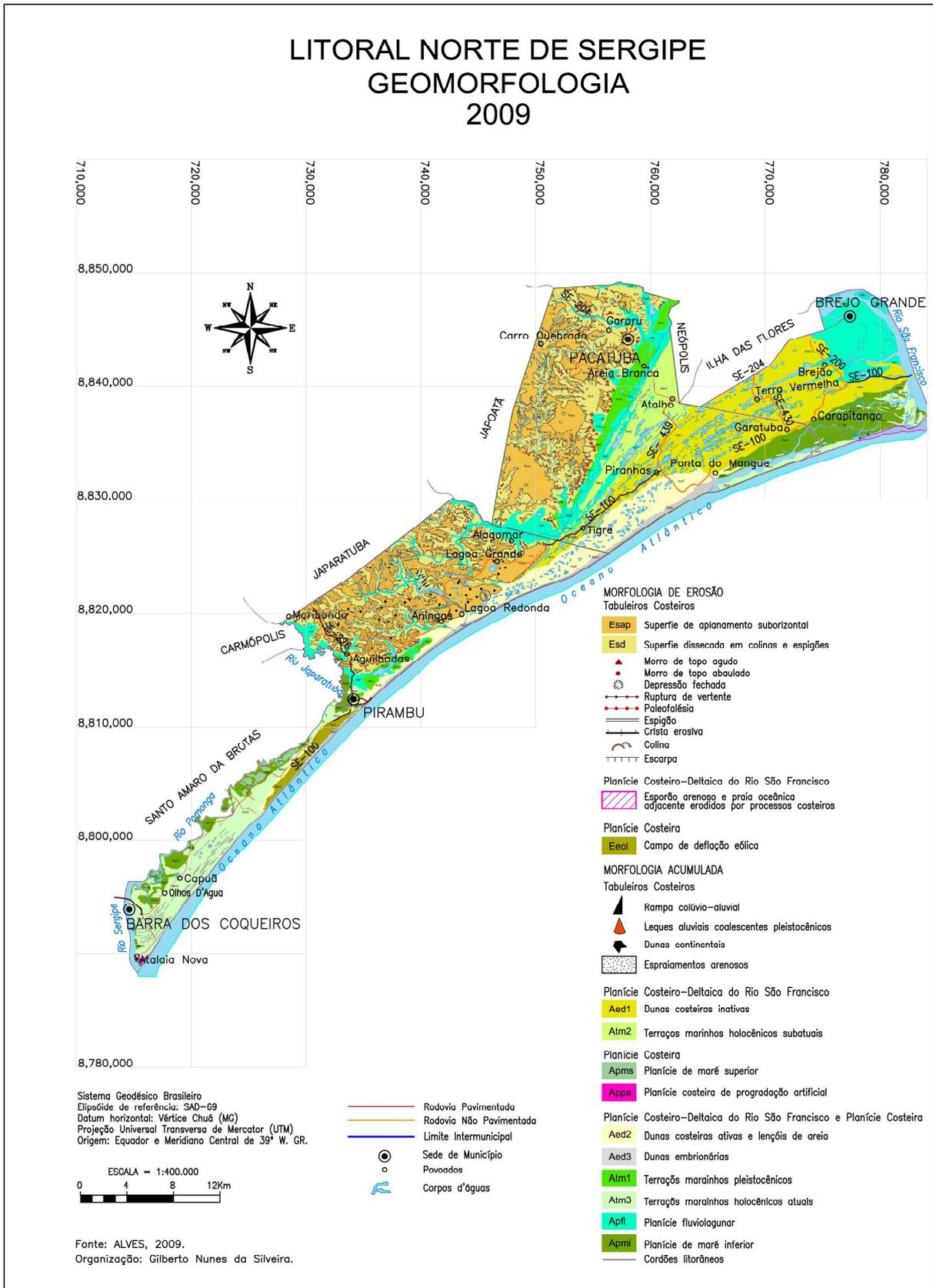


Figura 2.4 Litoral Norte de Sergipe: Geomorfologia

Fonte: Alves, 2009.

Organização: Gilberto Nunes da Silveira.

O Ministério do Meio Ambiente publicou o macrodiagnóstico da Zona Costeira brasileira com objetivo de orientar ações de planejamento territorial, conservação, regulamentação e controle dos patrimônios natural e cultural. O macrodiagnóstico apresenta informações sobre geomorfologia, dinâmica populacional, potencial de risco natural, social e tecnológico. E ainda sobre a Zona Econômica Exclusiva (Óleo e gás) e sobre a biodiversidade costeira e marinha no Brasil.

Os índices de importância biológica na área de estudo, comportam-se variando de extremo a alto, indicando que mesmo com os mais diversos tipos de interferência humana ao longo do tempo, os atributos da fauna e flora permanecem conservados graças, entre outras coisas, à existência da Reserva Biológica Santa Isabel, que compreende os municípios de Pirambu e Pacatuba, a qual permite a conservação de ecossistemas como o manguezal, restinga, e ainda, resquícios de Mata Atlântica, uma área de integridade de biomas, onde os condicionantes favorecem a reprodução de várias espécies (Figura 2.5).

Ainda com base na figura 2.5 e no diagnóstico da zona costeira e marinha do Brasil realizado pelo MMA, pode-se destacar que a fauna e a flora da zona costeira sergipana compõem um sistema biológico complexo e sensível, que abriga extraordinária inter-relação de processos e pressões, exercendo um papel fundamental na maior parte dos mecanismos reguladores costeiros. Os variados ecossistemas que incluem manguezais, recifes de corais, dunas, restingas, praias arenosas, costões rochosos, lagoas e estuários, que abrigam inúmeras espécies de flora e fauna, são ameaçados de extinção pela prática de determinadas atividades como o turismo, a urbanização, a pesca predatória, o crescimento desordenado e a especulação imobiliária. Essas atividades podem gerar consequentes impactos econômicos associados, e ainda, implicar na remoção de espécies e modificar as estruturas populacionais e as relações tróficas. Esses impactos podem ser representados pela queda da qualidade da água costeira e dos lençóis freáticos, declínio da pesca comercial e artesanal, diminuição dos

estoques de recursos vivos e não vivos, poluição de praias, aumento dos processos de erosão e enchentes costeiras (MMA, 2008a).

Através da publicação do Decreto Nº 5.092, de 21 de maio de 2004, o Governo Federal regulamentou que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) é o responsável pela normatização de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade. Ainda em 2004 o MMA estabeleceu as “Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira”. Essas áreas correspondem a unidades de conservação (UC) que por sua vez são espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (MMA, 2000).

No estado de Sergipe existem quinze Unidades de Conservação da natureza, sendo três particulares, três do governo federal, duas municipais e sete estaduais, sendo que duas das estaduais estão em fase de recategorização. Dentre as UCs sergipanas pode-se destacar a Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu, localizada na área urbana de Aracaju onde originalmente predominava a Mata Atlântica e seus ecossistemas associados; a Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe, criada em 1993, com 55,5 km de extensão e largura variável de 10 a 12 km, do litoral para o interior. Abrange os municípios de Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba; a Área de Proteção Ambiental Litoral Norte, criada em 2004 compreende um perímetro de aproximadamente 473,12 km², a unidade situa-se nos municípios de Pirambu, Japoatã, Pacatuba, Ilha das Flores e Brejo Grande (SEMARH/SE, 2007). Por último, vale destacar a Reserva Biológica Santa Izel no litoral dos municípios de Pirambu e Pacatuba (Figura 2.6).

No que se refere aos processos da gestão costeira sergipana, um dos principais instrumentos, O Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), ainda não é uma realidade no planejamento e execuções de uso e ocupação do solo no litoral de Sergipe. Dentre os principais instrumentos de gestão com rebatimento nas zonas costeiras, destacam-se: A Agenda 21 que norteia as ações nas cidades de Barra dos Coqueiros, Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande; o Conselho Municipal de Meio Ambiente apenas no município de Barra dos Coqueiros. O Projeto de Gestão Integrada de Orla configura-se numa estratégia de ordenamento do uso do território praial. Os quatro municípios costeiros realizaram em 2008 e 2009 os diagnósticos paisagísticos das áreas de praia, com vistas a elaboração do plano de gestão. Quanto ao Plano Diretor, o mesmo encontra-se em fase de conclusão nos municípios de Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande, no entanto, esses não possuem outros instrumentos ou diretrizes e bases para ações de fiscalização, monitoramento e ordenamento territorial (Figura 2.7).

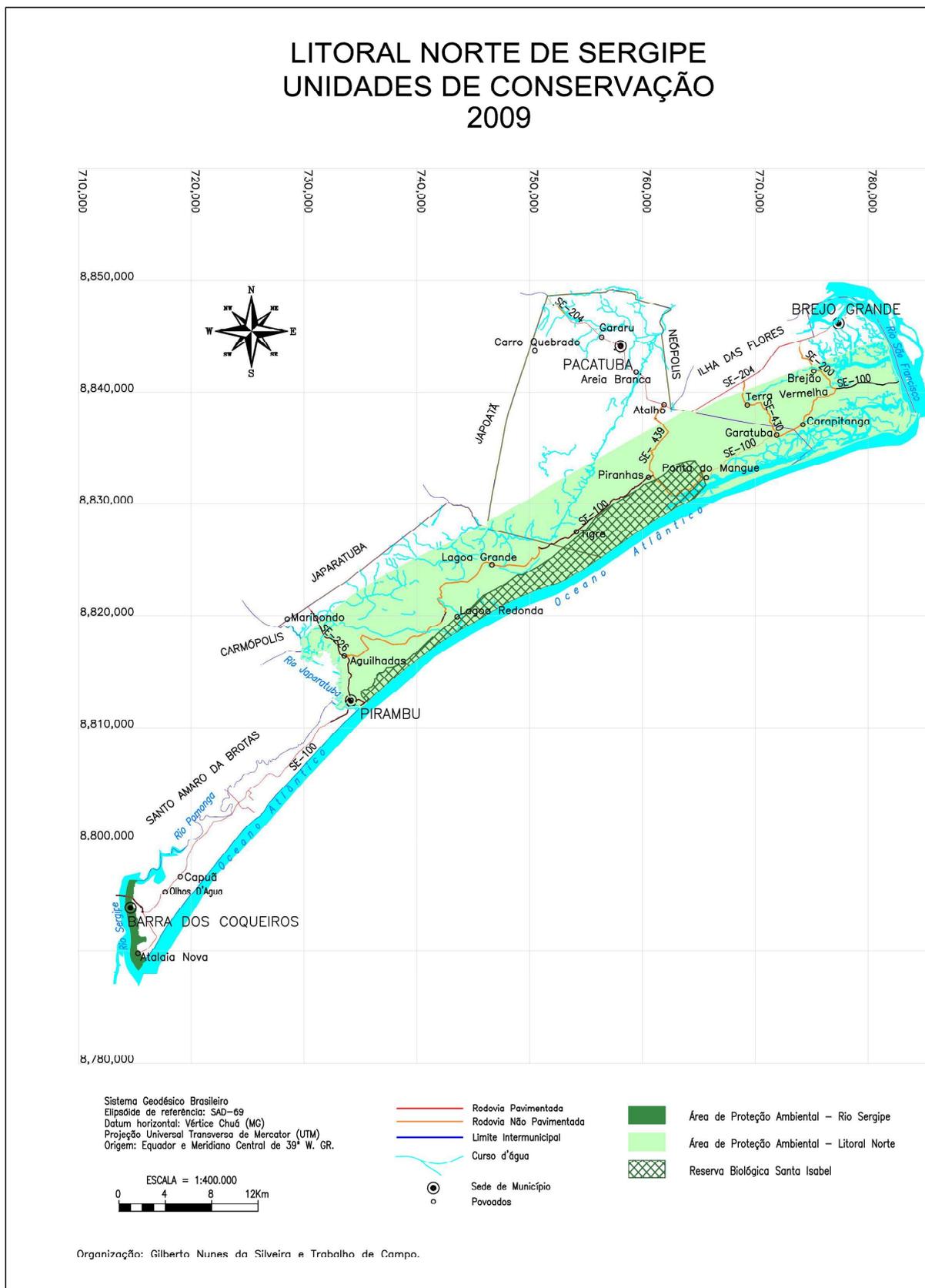


Figura 2.6 Litoral Norte de Sergipe: Unidades de Conservação – 2009.

Fonte: SEPLAN, 2007.

Organização: Gilberto Nunes da Silveira.

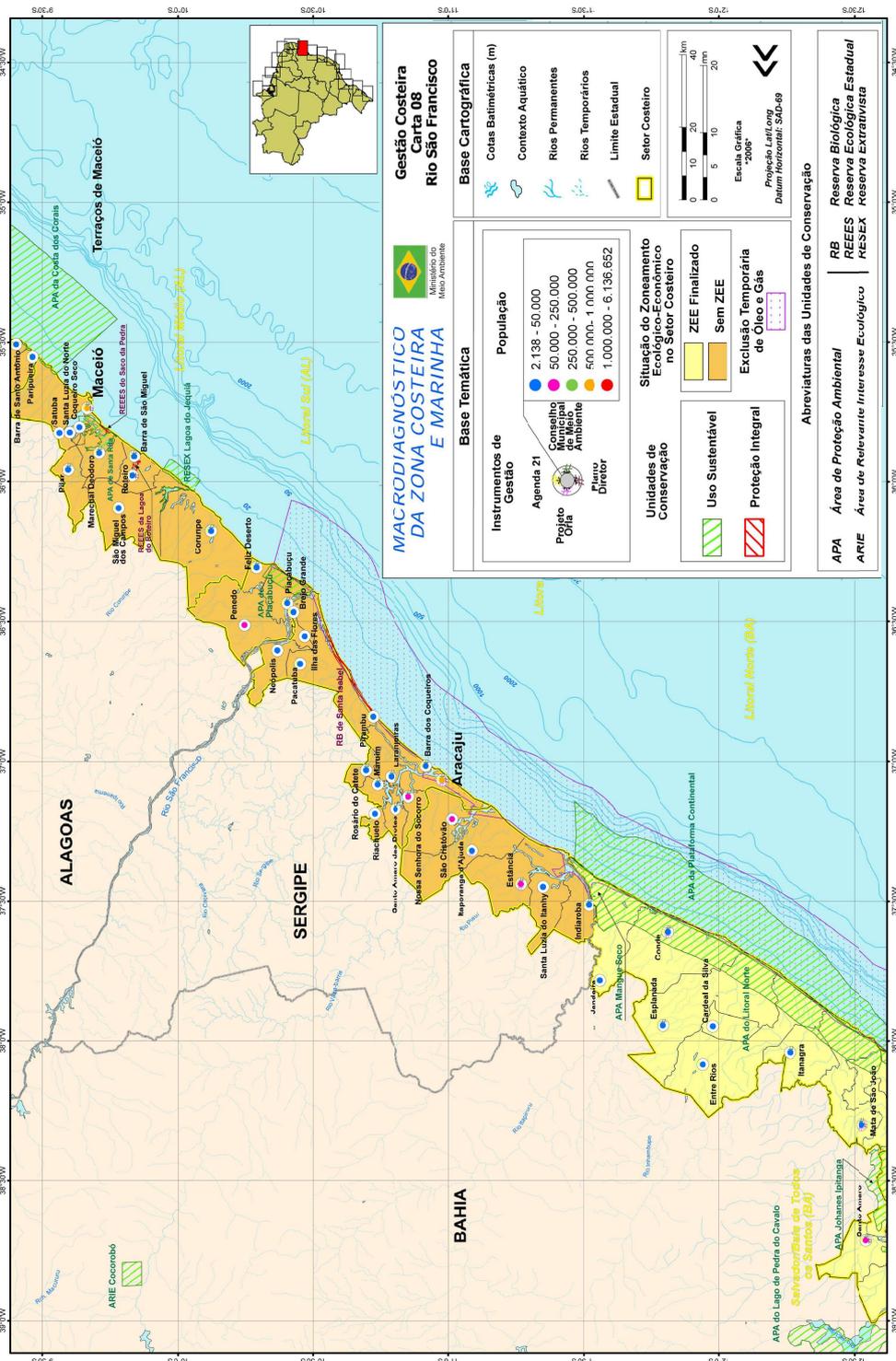


Figura 2.7 Sergipe: Gestão Costeira.
Fonte: MMA, 2008a.

A figura 2.8 elucida os níveis de potencial de risco para zona costeira sergipana. No litoral norte os municípios de Pirambu e Brejo Grande apresentam problemas graves associados à falta ou insuficiência de infraestrutura e dos serviços de saneamento ambiental. A ausência de esgotamento sanitário que oferece sérios riscos de contaminação dos recursos hídricos dos municípios e a destinação final inadequada dos resíduos sólidos urbanos, são dois exemplos desses problemas de saneamento.



Figura 2.8 Lixão do município de Pirambu
Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

No tocante a degradação ambiental, vale salientar que nos municípios que compõem a zona costeira norte sergipana a deficiência dos serviços de coleta de lixo, e posterior, disposição inadequada dos resíduos sólidos oferecem sérios riscos de contaminação dos recursos naturais e proliferação de doenças. Os níveis de risco de médio porte fazem referência à Barra dos Coqueiros e Pacatuba. No primeiro município isso se justifica com um adensamento urbano mais intenso, que apesar de possuir esgotamento sanitário, os riscos se dão pelo volume de atividades socioeconômicas ali desenvolvidas. Já no município de Pacatuba as atividades de carcinicultura e cultivo de cana-de-açúcar oferecem maiores riscos de degradação ambiental.

O estudo organizado por Dieter Muehe, “Erosão e progradação do litoral brasileiro” lançado em 2007 pelo Ministério do Meio Ambiente, estabelece que o espaço costeiro é um ambiente sujeito a mudanças, sendo caracterizado por grandes depósitos de areias marinhas, na forma de cordões litorâneos, pontais e planícies de cristas de praia, terraços lamosos ocupados por manguezais e precedidos por praias estreitas ou ausentes (MMA, 2006). Esse estudo teve como objetivo o diagnóstico para a identificação de segmentos críticos com a identificação das áreas de erosão e progradação ao longo do litoral brasileiro. Como uma das principais causas da erosão, é apontada a intervenção do homem nos processos costeiros seguido da urbanização da orla. Segundo o referido estudo, a urbanização em si não provoca erosão, entretanto, a construção de edificações dentro da faixa de resposta dinâmica da praia às tempestades tende à retomada pelo mar da área construída, fato que requer o estabelecimento de critérios e normas que prevejam a manutenção de uma faixa de não edificação junto à orla.

Segundo o MMA (2006), o Estado de Sergipe tem uma linha de costa que se estende por cerca de 168 km desde a foz do rio Real, ao sul, até a foz do rio São Francisco, ao norte. A linha de costa é basicamente retilínea, com praias de areia fina a muito fina. Quatro grandes estuários associados às desembocaduras dos rios Piauí, Vaza-Barris, Sergipe e São Francisco interrompem a retilinearidade da linha de costa.

Oliveira (2003) apresenta quatro categorias em relação aos trechos de linha de costa com praias arenosas em Sergipe (Figura 2.9).

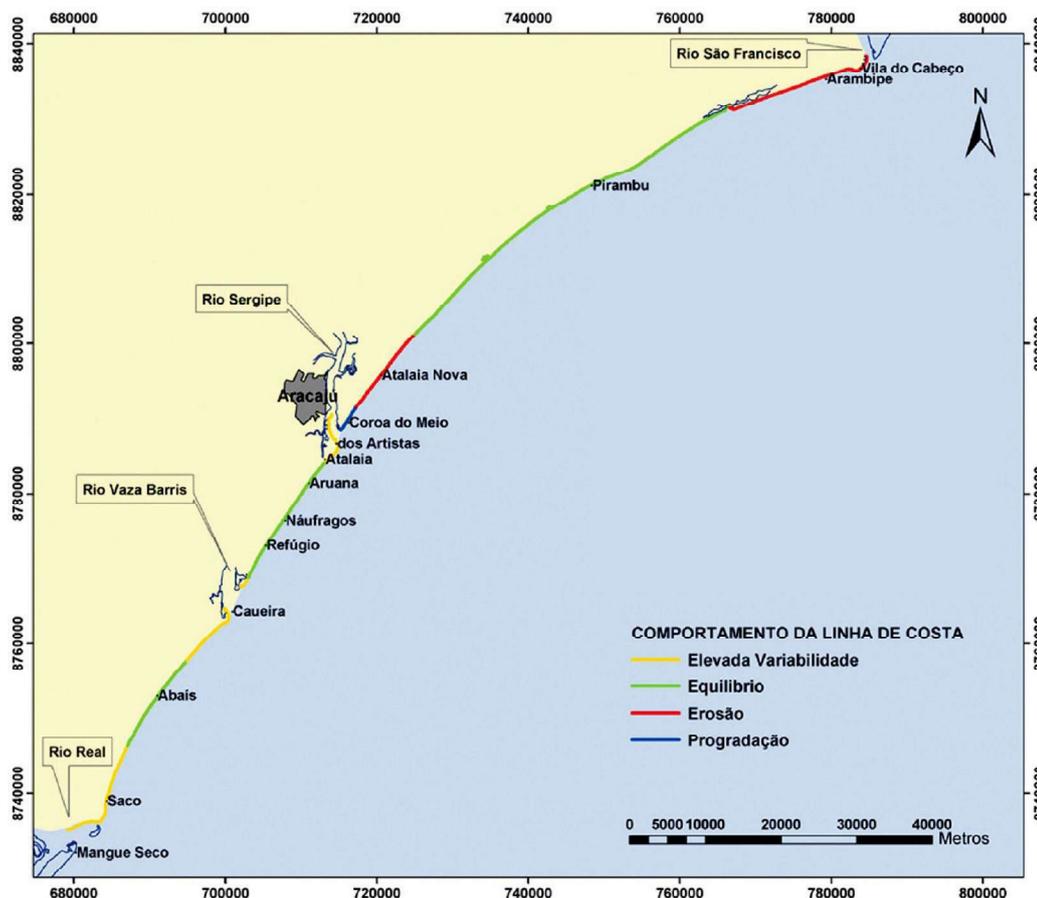


Figura 2.9 Tendências de comportamento da linha de costa para o Estado de Sergipe.
Fonte: MMA, 2006.

- ✓ **Linha de Costa em Erosão** – Incluem-se os trechos caracterizados por evidências notáveis de recuo continuado da linha de costa, tais como vegetação com raízes expostas, coqueiros caídos, propriedades ameaçadas etc. Os casos mais severos de erosão encontrados estão associados à desembocadura do rio São Francisco e na Praia da Atalaia Nova, no município de Barra dos Coqueiros.
- ✓ **Linha de Costa em Equilíbrio** – incluem-se os trechos que se encontram em equilíbrio dinâmico, onde a linha de costa não sofre grandes alterações. A maior parte da linha de costa no Estado de Sergipe encontra-se em equilíbrio, incluindo os grandes arcos praias situados entre as desembocaduras dos principais rios. A maior parte da costa da área de estudo encontra-se nesse nível de equilíbrio erosivo.

- ✓ **Linha de Costa com Elevada Variabilidade** – Incluem-se os trechos onde a posição da linha de costa apresenta grande variabilidade temporal e espacial associada à dinâmica dos deltas de maré vazante presentes nas desembocaduras do complexo estuarino do Piauí-Real, e dos rios Vaza Barris e Sergipe. Os intervalos assim caracterizados apresentam trechos experimentando erosão e trechos com progradação. Um exemplo de trecho em erosão inserido nesta categoria é a margem direita do rio Sergipe, onde o recuo da linha de costa está relacionado à migração para sul do talvegue deste rio.

- ✓ **Linha de Costa em Progradação** - inclui um pequeno trecho de linha de costa situado imediatamente ao norte da desembocadura do rio Sergipe. Esta progradação está associada à retenção de sedimentos por um molhe construído na margem esquerda deste rio, na tentativa de cessar o deslocamento para sul.

2.2 História Territorial: Uso e Ocupação do Solo Litorâneo

A ocupação da zona costeira brasileira deu-se de maneira lenta e apresentou uma forma territorial particular. Segundo Moraes (1999), a Zona Costeira brasileira apresenta um padrão colonial de assentamento. Os fluxos de povoamento partiram de localidades litorâneas e se articularam com a hinterlândia, num padrão conhecido na literatura como “bacia de drenagem”, onde todos os caminhos demandam um eixo principal, finalizando seu percurso em um porto marítimo.

Moraes (1999) destaca ainda que o padrão era descontínuo, com zonas de adensamento e núcleos pontuais de assentamento. Durante o período colonial alguns núcleos mais expressivos merecem destaque quanto ao processo de ocupação do espaço litorâneo, a

exemplo têm-se no Nordeste o litoral oriental da zona da mata produtora de cana de açúcar e o recôncavo baiano polarizado pela cidade de Salvador que representava o principal ponto de escala das rotas internacionais no Brasil Colônia.

No período colonial, as trocas geraram uma diminuta, mas estável relação através das feitorias distribuídas em alguns pontos da costa brasileira. Estas eram inicialmente lugares de armazenagem e embarque do pau-brasil, que acabavam cumprindo a função de posto de comércio e base de patrulhamento da costa (FURTADO, 1980).

Vale ressaltar que as economias coloniais proporcionaram o suporte para o capital comercial comandar as transformações econômicas, superando os obstáculos para manter o ritmo da expansão das atividades (VILAR, 1991).

Na atualidade, o povoamento do litoral brasileiro ainda apresenta grandes áreas com ocupação contínua, nas quais se encontram altas densidades populacionais. Por outro lado, nos estados mais a norte do país ainda é possível encontrar porções litorâneas com povoamento incipiente. Seja como for, grande parte do litoral brasileiro encontra-se subordinada à dinâmica capitalista de uso e apropriação do solo, com destaque para a lógica mercantil da terra.

Nesse sentido, destaca Moraes (1999) que a zona costeira pode ser dividida em dois grandes conjuntos relacionados à lógica da valorização do espaço. O primeiro relaciona-se com a introdução da lógica mercantil e urbana do uso do solo, segundo formas capitalistas, sendo representado pela fachada oriental atlântica e setentrional até a região metropolitana de Fortaleza. O segundo, representado pelo restante do litoral norte brasileiro, marcado por gêneros de vida tradicionais, algumas de natureza ainda pré-capitalista.

A ocupação territorial do Estado de Sergipe em moldes europeus teve início na segunda metade do século XVI com a chegada dos navios franceses. Até o século XVII foram grandes as intervenções para a expulsão dos franceses e domínio dos índios, promovidas pelas atuações dos missionários e das expedições militares. Com o auxílio dos jesuítas, Garcia d'Ávila iniciou a conquista do território. Essa conquista servia de apoio para as comunicações entre as províncias da Bahia e Pernambuco. A partir de 1590 surgem os primeiros povoados, a exemplo do arraial de São Cristóvão, hoje núcleo urbano da região metropolitana de Aracaju.

O processo de ocupação do litoral sergipano iniciou-se nos fins do século XVI, motivado pelos seguintes fatores: a) Estabelecer a continuidade territorial entre Salvador e Olinda, centros urbanos de grande importância durante o período colonial; b) Eliminar a influência francesa, cuja aliança com os indígenas ameaçava os domínios portugueses; c) Dominar as tribos tupinambás que habitavam o litoral sergipano; e d) Garantir a posse da terra pelo povoamento e ocupação efetiva do território (VILAR, 1991).

Em Sergipe, a divisão territorial do trabalho desenhou três unidades regionais bem representativas (O Litoral, o Agreste e o Sertão) com atividades econômicas específicas e comuns a todo o Estado. No processo de formação do território sergipano a pecuária é uma dessas atividades em comum que não deve ser olvidada, inclusive pela forte influência que exerceu nos municípios litorâneos como um todo.

Vilar (1991) estabelece uma periodização da economia sergipana com o objetivo de definir o papel da pecuária no processo de produção do espaço agrário estadual. Num primeiro momento, a história econômica de Sergipe, diferentemente de outros Estados nordestinos, esteve fortemente relacionada com a pecuária e mesmo no século XIX, com o

florescimento da cultura canavieira, tipicamente litorânea, a atividade pecuária teve um papel preponderante.

As origens do litoral sergipano vinculam-se às origens do seu território. Dois elementos fundamentais acompanharam a trajetória recente da ocupação do espaço litorâneo de Sergipe: o uso múltiplo do espaço geográfico e os conflitos territoriais. No primeiro caso, trata-se de usos do solo que variaram ao longo do tempo até atingirem a multiplicidade atual. No segundo caso, é sugestivo e igualmente sintomático que todas as etapas de ocupação do litoral sergipano foram caracterizadas pelos conflitos de uso dos recursos ambientais.

O padrão colonial de assentamento na Zona Costeira de Sergipe, como de resto em quase todo o país, caracterizava-se pela famosa bacia dendrítica cuja conexão se dava entre o interior e o litoral, quer dizer, no sentido oeste-leste e não entre os espaços litorâneos. Obviamente, os contatos entre as regiões nacionais se processavam via navegação de cabotagem e é nesse contexto que as zonas costeiras mais próximas se comunicavam e os embarcadouros e trapiches são bons exemplos de infra-estrutura que dava a fluidez necessária a atividade econômica (VILAR; VIEIRA, 2004).

A desestruturação das economias regionais em nome de uma economia de escala nacional transforma o Estado de Sergipe num domínio das pastagens e do gado bovino, caracterizando um nítido processo de pecuarização que paulatinamente se impunha como maior agente de produção do espaço. Entretanto, é somente na década de 1970 e principalmente de 1980, que se comprova nitidamente a pecuarização. As mudanças nas formas de utilização da terra e na orientação da agricultura deixam evidente o predomínio das pastagens, mormente as plantadas e do rebanho bovino.

Os municípios de Barra dos Coqueiros, Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande, localizados no litoral norte de Sergipe, até recentemente se encontravam isolados dos demais municípios

do estado, quer pela falta de dinamismo econômico, quer pela falta de ligações rodoviárias com um mínimo de condições de tráfego. A desconexão territorial entre os litorais sergipanos vai sofrer a primeira grande mudança na primeira metade do século XX, quando se começa a abrir as estradas e Aracaju se consolida como o grande centro administrativo do Estado. Há uma série de registros históricos que demonstram essa mudança no desenho territorial dos municípios do litoral sul. Para Diniz (1987), foi a partir da década de trinta que se iniciou na porção sul do litoral sergipano o adensamento de estradas de rodagem.

No território sergipano, o início do processo de ocupação se dá, segundo Diniz (1981), a partir das seguintes fases: primórdios da colonização, fundação da cidade-forte de São Cristóvão e expansão para o oeste. A primeira fase teve início na investida dos jesuítas, sob o pretexto da catequese dos indígenas. A segunda fase acontece quando da instalação definitiva dos portugueses em terras de Sergipe D'el Rey por necessidade de comunicação entre os dois mais importantes núcleos populacionais da colônia que eram Salvador e Olinda. A terceira fase se dá com a expansão para o agreste em função da procura por minas de prata e salitre e da captura de índios.

Com as devidas limitações, processo semelhante está ocorrendo no litoral norte de Sergipe que, de espaço de ocupação lenta passou a apresentar um processo rápido de construção de infra-estruturas geográficas muitas vezes sem a devida preocupação com os recursos ambientais e sem o devido ordenamento territorial. De um padrão pontual, passa-se a um padrão linear e extensivo de ocupação da costa, cujas intensidades começam a registrar sinais de degradação, colocando na ordem do dia a necessidade de planejamento, ordenamento e gestão territorial.

A base territorial de qualquer área apresenta limitações e restrições de uso dos seus recursos ambientais. No litoral de Sergipe essas limitações atuais devem-se principalmente a

dois grandes conjuntos: a legislação ambiental e as condições naturais. Essas dificuldades do uso dos recursos, segundo Wanderley (1998, p. 501):

dizem respeito à legislação ambiental incidente sobre a vegetação, fauna e áreas de preservação permanente, e as restrições pelas condições naturais das faixas alagadas com baixa capacidade de suporte. É limitante a instabilidade dos terrenos próximos das praias e das embocaduras fluviais pelos riscos de comprometer a segurança da ocupação de veraneio e da infra-estrutura de turismo e do lazer.

2.3 Aspectos Sócio-Demográficos

Os municípios dessa área do litoral norte do estado de Sergipe apresentam uma superfície relativamente grande quando comparados com os demais municípios sergipanos, mas com baixa densidade populacional devido ao reduzido contingente demográfico que, em 2000, não chegava a 44 mil habitantes, em 2007 alcança a cifra de 47.566 residentes (Tabela 2.1), e hoje seguramente ultrapassa os 48 mil moradores.

Tabela 2.1 Caracterização Geral Litoral Norte de Sergipe.

Município	População (IBGE, 2007)	Área Km2	Densidade Demográfica Hab/Km2	Altitude da sede	IDH – M 2000
Barra dos Coqueiros	19.218	87,9	218,63	8 m	0,676
Pirambu	8.211	199,2	41,21	4 m	0,652
Pacatuba	12.373	407,3	30,37	87 m	0,584
Brejo Grande	7.764	149,2	52,03	30 m	0,550
Total	47.566	843,6	56,38	-	-
Sergipe	1.938.970	21.910	88,49	-	0,742

Fonte: PNUD, 2003.

Organização: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

O crescimento da população vem se dando de forma bastante heterogênea nos diferentes municípios da área de estudo, devido a processos migratórios de entrada ou de saída de pessoas, o que parece estar bastante relacionado às condições econômicas e ao potencial de emprego e geração de renda, em geral muito pouco atraentes, o que se reflete no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M (PNUD, 2003).

A dinâmica sociodemográfica do litoral norte de Sergipe foi analisada em termos dos seguintes elementos: crescimento demográfico e urbanização, saneamento, vulnerabilidade socioambiental, condições de vida no domicílio, educação, renda e IDH. Para tanto, foram utilizados os dados do IBGE e as estatísticas existentes no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, publicado em 2003.

No tocante ao crescimento demográfico e à urbanização é conveniente destacar o aumento recente da população dos quatro municípios que compõem o litoral norte de Sergipe, principalmente de população urbana (Tabela 2.2).

Tabela 2.2 População total, urbana e rural - Litoral norte de Sergipe - 1991 e 2000.

Município	Total 1991	Total 2000	Urbana 1991	Urbana 2000	Rural 1991	Rural 2000
Barra dos Coqueiros	12.727	17.807	7.442	15.176	5.285	2.631
Pirambu	6.701	7.102	3.433	3.947	3.268	3.155
Pacatuba	10.151	11.536	2.017	2.533	8.134	9.003
Brejo Grande	4.838	7.255	2.626	4.148	2.212	3.107
Total	34.417	43.700	15.518	25.804	18.899	17.896
Sergipe	1.491.878	1.784.475	1.002.877	1.273.226	489.001	511.249

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Entre 1991 e o ano 2000, o litoral norte assistiu a um crescimento total da ordem de 21,24%. Em termos de contingente urbano verificou-se cifra mais acentuada, apresentando um crescimento de 39,85%. Cabe salientar que no conjunto da totalidade da zona rural houve uma redução de -5,66%. Pode-se afirmar que no cômputo geral a área de estudo acompanha o padrão brasileiro de transferência da população rural que deixa o campo e segue para a zona urbana. No entanto, ao analisar mais especificamente os municípios de Pacatuba e Brejo Grande, percebe-se que estes apresentaram certo crescimento na sua população rural.

A figura 2.10 ilustra a dinâmica populacional no Estado de Sergipe que apresenta uma grande parte da população residindo na zona costeira. Uma análise mais detalhada da dinâmica populacional na área de estudo, permite evidenciar que as populações rurais dos

de 2007. Esse crescimento pode estar atrelado à proximidade com a capital sergipana, incluindo-se aí um novo elemento estrutural – a ponte Construtor João Alves.

No que se refere ao processo de urbanização, todas as sedes municipais da área de estudo apresentaram aumentos absolutos no seu contingente humano. Em termos percentuais, também se registraram índices positivos de crescimento nas quatro cidades do litoral norte de Sergipe.

Comparando-se com a taxa do Estado de Sergipe como um todo, o litoral norte possui um índice de urbanização de 59,04%, com destaque para o percentual de 85,22% da cidade de Barra dos Coqueiros. Pacatuba apresenta preponderância de população rural, com cifra de 78,04% de habitantes residentes no campo. Vale ressaltar que esse município possui a maior extensão territorial do litoral norte.

A segunda categoria selecionada para compor o quadro sociodemográfico do litoral norte de Sergipe corresponde aos elementos de saneamento ambiental, quais sejam: água encanada, banheiros por domicílios, serviço de coleta de lixo e número de médicos por habitantes. Na verdade, aqui já se acercam elementos que contribuem para o entendimento das condições de vida da área. Essa estratégia adotada tenta, por aproximações sucessivas, via indicadores sociais, definir mais adequadamente condições de vida e qualidade ambiental.

Não resta dúvida que a questão do saneamento é um dos aspectos chave para a compreensão da qualidade de vida de uma dada área. Seus indicadores são bastante reveladores das condições de vida e da qualidade ambiental. O acesso a serviços básicos e bens de consumo nos municípios que compõem a área do litoral norte tem apresentado melhoras nas duas últimas décadas, às vezes bastante sensíveis, ainda que sejam insuficientes para garantir uma qualidade ambiental satisfatória. Em todo o caso, essas melhorias são limitadas a algumas áreas, sobretudo nas sedes municipais, revelando um quadro ainda

problemático na zona rural. Em outras palavras, as melhorias são mais sensíveis nas sedes municipais e vão diminuindo sua qualidade nos povoados, alcançando índices preocupantes no meio propriamente rural. Essa ambigüidade espacial se manifesta na deficiência de infraestrutura de serviços básicos, como por exemplo, esgotamento sanitário, água encanada, equipamentos de assistência social e, secundariamente, energia elétrica.

No que se refere aos serviços de abastecimento de água por domicílios (Tabela 2.3), percebe-se que houve uma melhoria na área em estudo, passando de uma média de 41,21%, em 1991, para 62,31%, em 2000. O município de Pacatuba (14,56%) apresentou um percentual de crescimento bem abaixo da média regional que é de 33,86%.

Tabela 2.3 Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada - Litoral norte de Sergipe - 1991 e 2000.

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada 1991	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada 2000	Percentual de crescimento (%)
Barra dos Coqueiros	44,31	78,21	43,34
Pirambu	46,71	74,45	37,25
Pacatuba	30,51	35,71	14,56
Brejo Grande	43,31	60,88	28,86
Litoral norte	41,21	62,31	33,86
Sergipe	54,49	71,51	31,23

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

De maneira similar, verificou-se um aumento do número de domicílios com água encanada e banheiro (Tabela 2.4). Esse número está atrelado a recentes políticas públicas da esfera federal que privilegiaram a construção de banheiros nos domicílios. Mais uma vez o município de Barra dos Coqueiros apresenta os índices mais expressivos e Pacatuba apresenta índices abaixo da média regional.

Tabela 2.4 Percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada - Litoral norte de Sergipe - 1991 e 2000.

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada - 1991	% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada - 2000
Barra dos Coqueiros	43,72	73,63
Pirambu	43,12	68,52
Pacatuba	16,99	32,00
Brejo Grande	21,64	56,38
Litoral norte	31,36	57,63
Sergipe	54,40	67,59

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Pode-se observar em relação aos serviços de coleta de lixo urbano no litoral norte de Sergipe uma melhoria semelhante aos itens que configuram o cenário do saneamento ambiental (Tabela 2.5). No entanto, de maneira semelhante ao esgotamento sanitário, a situação ainda é problemática nas áreas urbanas e principalmente nas zonas rurais. O que merece destaque é o crescimento e ampliação dos serviços de coleta de lixo nos municípios de Pacatuba, com um aumento de aproximadamente 96%, e em Brejo Grande com mais de 99%, do número de pessoas que passaram a viver em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo.

Tabela 2.5 Percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com coleta de lixo - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo - 1991	% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo - 2000
Barra dos Coqueiros	82,26	90,91
Pirambu	91,61	98,68
Pacatuba	3,24	80,75
Brejo Grande	0,48	66,93
Litoral norte	44,39	84,31
Sergipe	72,57	89,66

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

O terceiro grande conjunto de indicadores analisado foi agrupado na categoria vulnerabilidade socioambiental. Aqui se privilegiaram índices de indigência, de pobreza e sua

relação com uma das faixas demográficas mais problemáticas da realidade social do Brasil: as crianças.

Segundo os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2003), a situação socioeconômica dos quatro municípios integrantes do Litoral norte sergipano é bastante delicada. Antes de se analisar os indicadores é fundamental explicitar os critérios definidores de pobreza e de indigência. Para os organizadores do Atlas do PNUD, há uma distinção estatística entre pobres e indigentes que correspondem, respectivamente, aos indivíduos que apresentam renda domiciliar inferior à linha de pobreza de R\$ 37,75 e 75,50, equivalentes a $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ do salário mínimo vigente em agosto de 2000. Já os índices de intensidade de pobreza correspondem à distância que separa a renda domiciliar *per capita*, média dos indivíduos pobres do valor da linha de pobreza, acima especificado, medida em termos de percentual do valor dessa linha de pobreza.

Os dados de 2000 existentes no Atlas de Desenvolvimento Humano confirmam que 16,51% da população urbana do litoral Norte de Sergipe viviam com renda per capita abaixo da linha da indigência. Pacatuba e Brejo Grande, respectivamente, apresentam índices com mais de 53% de indigentes e mais de 78% do percentual de pobres. Por essas e outras razões esses municípios constituem os mais problemáticos em termos socioeconômicos e constituem uma área com elevado grau de homogeneidade social interna (Tabela 2.6 e 2.7).

Tabela 2.6 Percentual de indigentes - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	% de indigentes 1991	% de indigentes 2000
Barra dos Coqueiros	28,19	27,08
Pirambu	41,20	34,27
Pacatuba	52,80	59,89
Brejo Grande	46,43	53,96
Litoral norte	42,15	43,80
Sergipe	33,17	29,43

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Tabela 2.7 Percentual de pobres - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	% de pobres - 1991	% de pobres – 2000
Barra dos Coqueiros	57,39	50,85
Pirambu	71,89	63,45
Pacatuba	84,19	80,44
Brejo Grande	83,35	78,68
Litoral norte	74,20	68,35
Sergipe	61,06	53,99

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Em todo o caso, há que se destacar que essas cifras devem ser relativizados, uma vez que as rendas não comprovadas e as estratégias de sobrevivência da população não são captadas pelo índice. Ademais, as culturas de subsistência e o modo de vida rural ainda conseguem interferir nos níveis de condições de vida e relativizar a pobreza.

Nos últimos anos e em função da regulamentação da Constituição de 1988, a antiga preocupação com as crianças e adolescentes tem alcançado maior visibilidade social por meio de uma série de programas voltados para essas faixas etárias. No litoral norte de Sergipe, confirmando os dados gerais de pobreza e miserabilidade para a população como um todo e enquadrando-se na lógica que produz os quadros territoriais da pobreza, as crianças e os idosos são as faixas demográficas mais vulneráveis. As tabelas 2.8 e 2.9 deixam evidente esse cenário sociogeográfico.

Tabela 2.8 Percentual de crianças indigentes - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	% de crianças indigentes - 1991	% de crianças indigentes – 2000
Barra dos Coqueiros	36,59	37,19
Pirambu	52,56	45,92
Pacatuba	65,90	75,71
Brejo Grande	59,43	67,33
Litoral norte	53,62	56,53
Sergipe	43,53	41,72

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Tabela 2.9 Percentual de crianças pobres - Litoral norte de Sergipe - 1991 e 2000.

Município	% de crianças pobres - 1991	% de crianças pobres - 2000
Barra dos Coqueiros	67,42	62,76
Pirambu	81,30	75,75
Pacatuba	91,83	92,09
Brejo Grande	91,12	88,25
Litoral norte	82,91	79,71
Sergipe	71,13	67,56

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Os índices de intensidade da pobreza e de indigência representados nas tabelas 2.10 e 2.11 ratificam as cifras anteriores de agravamento dos problemas sociais do litoral Norte. Se por um lado, a intensidade de pobreza tem diminuído, por outro, a intensidade da indigência tem aumentado. Mais uma vez essa estratégia de qualificação da pobreza sustentada em índices de renda tem contribuído para configurar um quadro geosocial bastante preocupante.

Tabela 2.10 Intensidade da pobreza - Litoral norte de Sergipe - 1991 e 2000.

Município	Intensidade da pobreza - 1991	Intensidade da pobreza - 2000
Barra dos Coqueiros	48,83	52,13
Pirambu	54,07	52,30
Pacatuba	56,20	67,89
Brejo Grande	52,71	62,08
Litoral norte	52,95	58,60
Sergipe	51,32	52,19

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Tabela 2.11 Intensidade da indigência - Litoral norte de Sergipe - 1991 e 2000.

Município	Intensidade da indigência - 1991	Intensidade da indigência - 2000
Barra dos Coqueiros	45,33	52,52
Pirambu	44,16	49,20
Pacatuba	40,85	66,20
Brejo Grande	39,12	56,03
Litoral norte	42,36	55,98
Sergipe	40,69	49,77

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

O quarto item que caracteriza a dinâmica demográfica do litoral norte e que se constitui um fator decisivo para a compreensão da qualidade de vida e conseqüentemente da qualidade ambiental, referem-se às condições da infra-estrutura familiar, a exemplo dos domicílios com energia elétrica, com aparelho de televisão, telefone, carro e geladeira.

Quanto à distribuição da energia elétrica no litoral norte sergipano, observam-se valores acentuados que ultrapassam 98% em Barra dos Coqueiros e 95% em Pirambu, e 77% em Pacatuba, enquanto que em Brejo Grande esse índice ultrapassa os 86% (Tabela 2.12).

Tabela 2.12 Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica - Litoral Norte de Sergipe – 1991 – 2000.

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica - 1991	% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica - 2000
Barra dos Coqueiros	83,19	98,39
Pirambu	73,98	95,64
Pacatuba	41,65	77,40
Brejo Grande	74,08	86,38
Litoral norte	68,22	89,45
Sergipe	79,83	91,85

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

No tocante a itens que na sociedade moderna se difundiram de maneira mais acentuada, inclusive entre classes menos favorecidas, como é o caso de televisão e de geladeira, os índices apresentam crescimento acentuado que supera 35% em Barra dos Coqueiros, 41% e 50% em Pirambu e Brejo Grande, respectivamente, com destaque para Pacatuba apresentando um percentual de crescimento de aproximadamente 70% e 62% para o equipamento doméstico geladeira (Tabelas 2.13 e 2.14).

Tabela 2.13 Percentual de pessoas que vivem em domicílios com TV - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com TV - 1991	% de pessoas que vivem em domicílios com TV – 2000	Percentual de crescimento (%)
Barra dos Coqueiros	58,87	91,17	35,42
Pirambu	46,98	79,96	41,24
Pacatuba	16,77	55,61	69,84
Brejo Grande	27,78	56,42	50,76
Litoral norte	37,60	70,79	46,88
Sergipe	55,86	81,50	45,90

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Tabela 2.14 Percentual de pessoas que vivem em domicílios com geladeira - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com geladeira - 1991	% de pessoas que vivem em domicílios com geladeira – 2000	Percentual de crescimento (%)
Barra dos Coqueiros	62,20	82,13	24,26
Pirambu	42,58	71,33	40,30
Pacatuba	16,62	43,90	62,14
Brejo Grande	29,37	50,52	41,86
Litoral norte	37,69	61,97	39,18
Sergipe	52,58	70,78	49,82

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Em contrapartida, o número relativo de pessoas que vivem em domicílios com telefone e carro não apresenta grande expressividade, quando comparado aos itens geladeira e televisão. Apesar do crescimento relativo verificado nos últimos 10 anos, os valores são ainda pouco representativos. Essas cifras vêm comprovar a situação problemática em termos de equipamentos domiciliares, um claro reflexo das condições de vida deficientes na região. (Tabela 2.15). Não resta dúvida que essa situação apresentou melhoras nos últimos anos com o aumento da cobertura da telefonia celular que inclusive conta com torres de recepção e terminais de telefonia pública.

Tabela 2.15 Percentual de pessoas que vivem em domicílios com telefone - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com telefone – 1991	% de pessoas que vivem em domicílios com telefone - 2000
Barra dos Coqueiros	3,81	8,65
Pirambu	0,58	2,27
Pacatuba	0,20	0,42
Brejo Grande	0,23	1,31
Litoral norte	1,20	3,16
Sergipe	11,03	19,80

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

A tabela 2.16 expressa uma situação semelhante ao percentual de pessoas que vivem em domicílios com telefone. No que diz respeito às cifras equivalentes ao percentual de pessoas que vivem em domicílios com carro nos municípios de Pacatuba e Brejo Grande, essas não ultrapassam os 6,5%, já Pirambu e Barra dos Coqueiros apresentam um pouco mais de 11%.

Tabela 2.16 Percentual de pessoas que vivem em domicílios com carro - Litoral norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com carro - 1991	% de pessoas que vivem em domicílios com carro - 2000
Barra dos Coqueiros	4,46	11,18
Pirambu	3,43	11,55
Pacatuba	0,83	6,33
Brejo Grande	1,22	3,29
Litoral norte	2,48	8,08
Sergipe	12,06	17,53

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

O item educação é bastante complexo e envolve uma gama de indicadores que vão desde as clássicas taxas de alfabetização, à frequência na escola, aos anos de estudos até a qualificação dos professores.

Quanto à variável taxa de alfabetização, um elemento clássico e obrigatório quando se deseja realizar um perfil demográfico de uma dada população, é conveniente ressaltar o crescimento nos últimos anos e a necessidade de maiores investimentos para aumentar os

índices no setor. A tabela 2.17 evidencia esses dois elementos constatados e evidencia a situação diferenciada entre os municípios do litoral norte, uma vez que os municípios de Pacatuba e Brejo Grande apresentam os menores percentuais, inclusive abaixo da média regional.

Tabela 2.17 Taxa de alfabetização - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	Taxa de alfabetização – 1991	Taxa de alfabetização - 2000
Barra dos Coqueiros	71,06	79,18
Pirambu	56,97	72,65
Pacatuba	45,12	61,01
Brejo Grande	45,20	61,94
Litoral norte	54,62	68,69
Sergipe	64,00	78,84

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração Lício Valério Lima Vieira, 2009.

As cifras do setor educacional estão entre aquelas que mais apresentaram algum avanço na última década do século XX. O percentual de alunos na faixa etária entre 7 a 14 anos que freqüentam a escola aproxima-se dos 90% em todos os municípios do litoral norte. As cifras expressam o esforço de inclusão e permanência da criança na escola, tentando cumprir as exigências constitucionais (Tabela 2.18). Em todo caso, deve-se ressaltar que o aumento do quantitativo não significa melhoria da qualidade do ensino e das condições de trabalho docente.

Tabela 2.18 Percentual de alunos de 7 a 14 anos na escola - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	% 7 a 14 anos na escola – 1991	% 7 a 14 anos na escola - 2000
Barra dos Coqueiros	82,01	90,27
Pirambu	85,28	95,05
Pacatuba	70,61	92,82
Brejo Grande	72,53	89,97
Litoral norte	77,60	92,02

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Um dos desafios para o processo de alfabetização no Brasil encontra-se no alto índice de analfabetos funcionais. Segundo dados do IBGE, aqueles com idade acima de 15 anos e que têm menos de três anos de estudos, representam 31,2% da população.

Um índice preocupante e ao mesmo tempo revelador da situação educacional dos municípios do litoral norte, equivale à média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais (Tabela 2.19). A população adulta apresenta uma pequena média de anos de estudo, frequência na escola e escolaridade. No primeiro item, somente Barra dos Coqueiros apresenta uma média de mais de cinco anos de estudo para as pessoas adultas.

Tabela 2.19 Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais – 1991	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais - 2000
Barra dos Coqueiros	4,07	5,28
Pirambu	2,41	3,60
Pacatuba	1,48	2,59
Brejo Grande	1,69	2,73
Litoral norte	2,41	3,55

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Se for observada a percentagem de pessoas com 25 anos ou mais, que tiveram mais de doze anos de estudo e que muito provavelmente concluíram o ensino fundamental e médio, ter-se-á uma visão mais completa da situação educacional nos estratos adultos. A cifra mais elevada que corresponde a Barra dos Coqueiros não atinge 3%. (Tabela 2.20).

Tabela 2.20 Percentagem de pessoas com 25 anos ou mais com doze ou mais anos de estudo - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	% 25 anos ou mais com doze anos ou mais de estudo - 1991	% 25 anos ou mais com doze anos ou mais de estudo - 2000
Barra dos Coqueiros	1,79	2,82
Pirambu	0,56	1,16
Pacatuba	0,35	0,61
Brejo Grande	0,76	1,37
Litoral norte	0,86	1,49

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Situação semelhante, cujos dados apontam uma situação mais grave ainda para o universo adulto, revela-se no baixo índice de pessoas que frequentam o curso superior. Deve-se destacar o crescimento nos municípios de Barra dos Coqueiros e Pirambu, que passaram de 2,33% para 6,26% e de 0,59% para 4,29%, respectivamente (Tabela 2.21).

Tabela 2.21 Percentagem de pessoas que frequentam curso superior - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	% de pessoas que frequentam curso superior – 1991	% de pessoas que frequentam curso superior - 2000
Barra dos Coqueiros	2,33	6,26
Pirambu	0,59	4,29
Pacatuba	0,10	0,79
Brejo Grande	0,22	2,80
Litoral norte	0,81	3,53

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Para concluir essa análise, consubstanciada nas estatísticas atualizadas e numa série histórica, cabe tecer algumas considerações sobre indicadores relacionados mais diretamente à qualidade de vida. À guisa de exemplo têm-se as taxas de esperança de vida ao nascer, probabilidade de sobrevivência e mortalidade infantil. No que diz respeito ao primeiro item, constata-se que essas taxas aumentaram em todos os municípios do litoral norte (Tabela 2.22) e fenômeno correlacionado se processa com o crescimento da probabilidade de sobrevivência dos habitantes de até 40 e 60 anos (Tabela 2.23).

Tabela 2.22 Esperança de vida ao nascer - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	Esperança de vida ao nascer 1991	Esperança de vida ao nascer 2000
Barra dos Coqueiros	55,26	62,87
Pirambu	60,07	63,79
Pacatuba	57,98	63,79
Brejo Grande	55,26	56,54
Litoral norte	57,14	61,74
Sergipe	59,83	64,06

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Tabela 2.23 Probabilidade de sobrevivência até 40 e 60 anos - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	Probabilidade de sobrevivência até 40 anos - 1991	Probabilidade de sobrevivência até 40 anos – 2000	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos – 1991	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos - 2000
Barra dos Coqueiros	76,45	84,17	54,55	67,91
Pirambu	82,26	85,13	63,16	69,49
Pacatuba	79,83	85,13	59,41	69,49
Brejo Grande	76,71	77,23	55,15	57,44
Litoral norte	78,81	82,91	58,06	66,08
Sergipe	81,33	85,33	62,13	69,93

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Em outros índices demográficos, alguns mais conhecidos, como por exemplo a mortalidade infantil (Tabela 2.24) e outros mais trabalhados por especialistas, como é o caso das taxas de fecundidade (Tabela 2.25), percebe-se a ambigüidade socioeconômica dominante na área em estudo. No caso da mortalidade infantil, os índices demonstram uma diminuição progressiva, às vezes acentuada. Malgrado essa tendência, os índices ainda são de corte terceiromundista. No que concerne às taxas de fecundidade, a diminuição também é expressiva e acompanha a tendência nacional de diminuição de filhos.

Tabela 2.24 Mortalidade até 1 ano e até 5 anos - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	Mortalidade até um ano de idade 1991 (‰)	Mortalidade até um ano de idade 2000 (‰)	Mortalidade até cinco anos de idade 1991 (‰)	Mortalidade até cinco anos de idade 2000 (‰)
Barra dos Coqueiros	86,81	49,97	109,91	77,68
Pirambu	62,38	46,59	79,55	72,57
Pacatuba	72,36	46,59	91,92	72,57
Brejo Grande	86,81	77,43	137,05	116,64
Litoral norte	77,09	55,14	104,60	84,86
Sergipe	65,76	48,52	85,11	72,66

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Tabela 2.25 Taxa de Fecundidade Total - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	Taxa de fecundidade total - 1991	Taxa de fecundidade total - 2000
Barra dos Coqueiros	3,63	2,52
Pirambu	5,69	4,03
Pacatuba	6,74	4,89
Brejo Grande	6,52	4,19
Litoral norte	5,64	3,90
Sergipe	3,64	2,74

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) se refere a uma média de três indicadores básicos normatizados (esperança de vida ao nascer, nível educacional e PIB per capita) e segundo Rocha (2003, p. 23) é essa característica estatística “que mascara a ocorrência de situações extremas associadas à desigualdade de bem-estar entre indivíduos”.

Em todo o caso, é um indicador sintético que abandona a abordagem das *basic needs* e as restrições dos indicadores baseados somente na renda. Como esclarece os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, na década passada o hiato de desenvolvimento humano, quer dizer, a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, do litoral norte foi reduzido, mas a situação apresenta perfis diferenciados. Pela tabela 2.26, o maior IDH-Municipal do litoral norte é o de Barra dos Coqueiros com 0,676, seguido de perto por Pirambu com 0,652. Do outro lado, encontram-se os municípios de Pacatuba e Brejo Grande com índices menores que a média regional.

Tabela 2.26 Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	IDHM - 1991	IDHM - 2000
Barra dos Coqueiros	0,581	0,676
Pirambu	0,558	0,652
Pacatuba	0,490	0,584
Brejo Grande	0,483	0,550
Litoral norte	0,528	0,615
Sergipe	0,597	0,682

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Para os três índices médios, os valores mais elevados do IDH correspondem ao setor educacional (Tabela 2.27), seguido da longevidade (Tabela 2.28) e da renda (Tabela 2.29). Mais uma vez, Barra dos Coqueiros e Pirambu apresentam índices maiores no contexto do litoral norte de Sergipe.

Tabela 2.27 Índice de Desenvolvimento Humano – Educação - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	IDHM-Educação - 1991	IDHM-Educação - 2000
Barra dos Coqueiros	0,692	0,818
Pirambu	0,604	0,755
Pacatuba	0,493	0,667
Brejo Grande	0,499	0,667
Litoral norte	0,572	0,726
Sergipe	0,630	0,771

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Tabela 2.28 Índice de Desenvolvimento Humano – Longevidade - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	IDH-M - Longevidade - 1991	IDH-M – Longevidade - 2000
Barra dos Coqueiros	0,504	0,631
Pirambu	0,585	0,646
Pacatuba	0,550	0,646
Brejo Grande	0,504	0,526
Litoral norte	0,535	0,612
Sergipe	0,580	0,651

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Tabela 2.29 Índice de Desenvolvimento Humano – Renda - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	IDH-M Renda - 1991	IDH-M Renda - 2000
Barra dos Coqueiros	0,546	0,578
Pirambu	0,484	0,554
Pacatuba	0,428	0,438
Brejo Grande	0,445	0,456
Litoral norte	0,475	0,506
Sergipe	0,582	0,624

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Num estudo sobre exclusão social na escala municipal, Pochmann e Amorim (2003) enquadram os municípios do litoral norte sergipano em posições muito pouco privilegiadas no Ranking da “exclusão” social brasileira. Segundo esses autores, o Índice de Exclusão Social (IES) foi construído a partir da identificação das dificuldades que o IDH tem para aferir padrões de bem-estar nas economias mais atrasadas. O IES vai além dos indicadores do IDH e busca ser mais amplo analisando outras variáveis importantes como a pobreza, concentração de jovens, alfabetização, escolaridade, emprego formal, violência e desigualdade social. Esse índice varia de zero a um, sendo que as piores condições estão próximas de zero, ao passo que as melhores situações estão próximas de um. A tabela 2.30 apresenta os dados e informações em que consiste o Índice de Exclusão Social dos municípios do litoral norte de Sergipe.

Tabela 2.30 Índice de Exclusão Social dos municípios do litoral norte de Sergipe – 2000.

Município	Índice de Exclusão Social	Posição no ranking
Barra dos Coqueiros	0,423	2.950 ^a
Pirambu	0,334	4.484 ^a
Pacatuba	0,327	4.669 ^a
Brejo Grande	0,314	5.008 ^a
Litoral norte	0,349	-

Fonte: Pochmann; Amorim, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Para Pochmann e Amorim (2003), as desigualdades sociais estão presentes também nos municípios do litoral norte de Sergipe, pois esses possuem elevada participação de chefes com pouca escolaridade e a maioria absoluta dos chefes de família não sabe ler ou escrever, com elevada desigualdade na distribuição de renda.

2.4 Aspectos Econômicos do Litoral Norte

O litoral norte sergipano apresenta um leque de atividades, como por exemplo, extração de minerais, cocoicultura, carcinicultura, pesca artesanal, coleta de caranguejo, turismo, dentre tantas outras atividades de valor econômico agregado.

No cenário atual, pode-se auferir que as atividades agrícolas do litoral norte sergipano não apresentam grande destaque no contexto estadual, uma vez que seu principal representante configurado no cultivo do coco-da-baía vem ao longo do tempo, perdendo espaço decorrente da concorrência com outros estados da federação e com outras atividades e também em função da não renovação de suas matrizes. Cabe salientar que poucos são os cultivos existentes, a exemplo do cultivo da mangaba, de pequenas roças de mandioca, milho e outras frutíferas, uma vez que as limitações pedológicas são acentuadas na área.

Mas a valorização recente do espaço no setor litorâneo tem nas diversas intervenções uma dinâmica impactante que requalifica o território, contribuindo para a ressignificação da paisagem e para reconfigurações territoriais. Esse processo de ocupação do espaço rural é marcante nas margens da rodovia SE – 100 Norte, principal eixo indutor de ocupação desse setor do litoral sergipano.

A dinâmica entre os padrões de utilização da terra estudados por Diniz (1981, p. 69) nos anos oitenta já traçava essa tendência que hoje se confirma completamente: “Os padrões

de utilização da terra daqui por diante, devem mudar no sentido da redução crescente das matas e capoeiras, da diminuição das lavouras e da ampliação das pastagens e das áreas de utilização não agrícola, sobretudo os loteamentos de beira de praia”.

Vale destacar a recente intensificação de uma nova atividade, a carcinicultura que tem contribuído para novas configurações territoriais, gerando conflitos de uso dos recursos naturais. Outra atividade que está associada à dinâmica ambiental recente é o turismo que tem como um dos seus desafios a implementação de uma gestão que considere os diferentes elementos do território.

Atrelado a essa situação, nota-se a ausência de um planejamento integrado em regiões litorâneas, contribuindo para (des)ordenamento territorial, descaracterizando áreas e produzindo outros espaços desterritorializados. O patrimônio litorâneo apresenta-se bastante sensível a investidas de projetos impactantes, ficando clara a necessidade de estudos prévios e de regulamentação para a região.

Ao se analisar o rendimento médio da população do litoral norte fica ainda mais evidenciada a força de Barra dos Coqueiros e Pirambu, em relação aos outros dois municípios da área de estudo (Tabela 2.31).

Tabela 2.31 Renda per capita - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	Renda per Capita - 1991	Renda per Capita - 2000
Barra dos Coqueiros	102,56	124,35
Pirambu	70,77	107,62
Pacatuba	50,77	53,87
Brejo Grande	56,09	59,83
Litoral norte	70,04	86,41

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Além das já clássicas cifras de renda per capita, a renda proveniente do trabalho e das transferências governamentais também são indicadores que devem ser levados em

consideração na tentativa de avaliar as condições socioeconômicas da população. Nesse sentido, observa-se uma situação ambígua: crescimento das rendas provenientes das transferências governamentais (Tabela 2.32) e diminuição das rendas oriundas diretamente do trabalho (Tabela 2.33). De maneira geral, os municípios mais pobres apresentam uma maior dependência governamental, avaliados em termos de valores percentuais e crescimento entre os dois últimos censos.

Tabela 2.32 Percentagem de renda proveniente de transferências governamentais - Litoral Norte de Sergipe – 1991 – 2000.

Município	% da renda proveniente de transferências governamentais - 1991	% da renda proveniente de transferências governamentais - 2000
Barra dos Coqueiros	11,79	18,52
Pirambu	9,06	14,49
Pacatuba	10,37	18,78
Brejo Grande	12,50	21,36
Litoral norte	10,93	18,28

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Tabela 2.33 Percentagem de renda proveniente de rendimento do trabalho - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	% da renda proveniente de rendimentos do trabalho - 1991	% da renda proveniente de rendimentos do trabalho - 2000
Barra dos Coqueiros	77,93	56,94
Pirambu	85,36	68,15
Pacatuba	85,29	50,13
Brejo Grande	79,89	59,42
Litoral norte	82,11	58,66

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Um elemento econômico constante na literatura especializada é o alto grau de concentração de renda e da distribuição da terra. Por meio de dois índices, o de Gini e o de Theil, pode-se confirmar matematicamente essa tendência histórica de aumento da concentração (Tabela 2.34). O índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na

distribuição de indivíduos segundo a renda per capita e o índice L. de Theil mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.

Tabela 2.34 Índice de concentração de renda - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	Índice de Gini 1991	Índice de Gini 2000	Índice de Theil 1991	Índice de Theil 2000
Barra dos Coqueiros	0,54	0,57	0,48	0,50
Pirambu	0,52	0,62	0,46	0,69
Pacatuba	0,44	0,64	0,33	0,52
Brejo Grande	0,44	0,58	0,35	0,49
Litoral norte	0,48	0,60	0,40	0,55

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

Por último e confirmando os dados de Gini e de Theil, retratando mais didaticamente a realidade social e econômica da área em estudo, é conveniente destacar a diminuição da renda apropriada pelos 40% mais pobres nos quatro municípios do litoral norte (Tabela 2.35).

Tabela 2.35 Percentagem da renda domiciliar apropriada pelos 40% mais pobres - Litoral Norte de Sergipe - 1991 – 2000.

Município	% da renda apropriada pelos 40% mais pobres, 1991	% da renda apropriada pelos 40% mais pobres, 2000
Barra dos Coqueiros	9,92	8,41
Pirambu	9,58	7,70
Pacatuba	15,73	2,49
Brejo Grande	16,70	8,26
Litoral norte	12,98	6,71

Fonte: PNUD, 2003.

Elaboração: Lício Valério Lima Vieira, 2009.

De acordo com dados Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia de Sergipe – SEDETEC, O PIB sergipano atingiu em 2007 o valor de R\$ 16,9 bilhões, um crescimento de 6,2% em relação ao ano de 2006. Já o Produto Interno Bruto per capita é o maior do Nordeste, com um montante de R\$ 8.711,70. O Estado ostenta,

para o ano de 2007, um Coeficiente de Gini no valor de 0,5394. Segundo este coeficiente, quanto mais próximo de 1 (um), maior é a concentração de renda.

O Estado tem localização privilegiada no eixo central dos principais mercados da região Nordeste, com a fronteira norte distando apenas 400 km da região metropolitana do Recife, e a fronteira sul, a menos de 250 km da região metropolitana do Salvador, os principais pólos industriais e comerciais do Nordeste.

O mercado dos empreendimentos localizados em Sergipe extrapola o poder de compra local, estendendo-se a todo o Nordeste brasileiro, macrorregião com 51,5 milhões de habitantes e PIB de R\$ 348 bilhões (13,07% do PIB brasileiro). Somam-se às vantagens de proximidade de importantes mercados, a qualidade de vida representada por um centro regional em ascensão, com belas praias, serviços modernos e segurança.

A implementação de infra-estruturas, a exemplo de rodovias e pontes, promoveu a intensificação do uso do solo do litoral sergipano, e conseqüentemente, alterações na paisagem e nas relações socioeconômicas. A intensificação dos processos de ocupação costeira, atrelado a um deficiente planejamento, contribuiu para o agravamento do equilíbrio ambiental, e ainda, agravou os conflitos e as contradições existentes na estrutura territorial.

A costa de Sergipe serviu de base para a projeção das atividades agroexportadoras. Além dos leitos fluviais, a construção de canais artificiais de conexão entre os rios e suas bacias, possibilitou a intensificação e dinamização da economia e a comunicação entre os núcleos urbanos do litoral sergipano. Atualmente o cenário territorial do litoral de Sergipe apresenta alguns desafios para o seu ordenamento relacionados a investimentos em novas vias de transporte e comunicação, desenvolvimento da indústria, do turismo e da urbanização. Cabe destaque neste contexto a ocupação das zonas de praias e a especulação imobiliária.

No litoral norte a previsão de pavimentação asfáltica da rodovia SE-100, com objetivo de interligação entre as áreas litorâneas sergipanos com os estados da Bahia e Alagoas, poderá contribuir ainda mais para o processo de intensificação do uso do solo e atrair novos investimentos e novas feições para o território costeiro. O incremento da infra-estrutura também se faz pela via da construção de pontes no espaço litorâneo. A ponte sobre o rio Sergipe que liga os municípios de Aracaju a Barra dos Coqueiros, além das que serão implantadas, a exemplo da que será edificado sobre o rio Piauí no povoado de Terra Caída no município de Indiaroba, no povoado Porto do Cavalo, em Estância e no sul do município de Aracaju interligando com Itaporanga D’Ajuda, são fatos que comprovam os interesses e a quantidade de investimentos que vem sendo direcionados para a zona costeira, aumentando assim, a pressão sobre os recursos existentes.

Quanto ao uso e ocupação do solo dos municípios do litoral norte de Sergipe, a figura 2.11 apresenta as principais estratégias e situações, representadas pelo espaço agrícola, espaço das formações vegetais, espaço litorâneo e espaço hidrográfico. No espaço agrícola o destaque é para a prática da cocoicultura e pequenas roças de sobrevivência com destaque para áreas dos municípios de Pacatuba e Brejo Grande. No município de Pacatuba desenvolve-se ainda a cultura canavieira e em Brejo Grande outro destaque é o cultivo da rizicultura. As pastagens correspondem a outro elemento que marca o uso da terra.

Quanto aos espaços das formações vegetais o destaque vai para as florestas estacionais, restinga arbustiva, mangue arbóreo e vegetação de apicum. Os ambientes dunares e praias correspondem ao uso dos solos no espaço litorâneo. Já o espaço hidrográfico é composto por lagoas e uma área mais específica denominada de pantanal de Pacatuba. Atrelado a esse processo de uso e ocupação do solo litorâneo têm-se ainda as atividades de exploração do petróleo e a prática da carcinicultura.

3 ORDENAMENTO TERRITORIAL E CONFLITOS AMBIENTAIS NO LITORAL NORTE DE SERGIPE

O presente capítulo analisa os aspectos e elementos do processo de ordenamento territorial e os conflitos ambientais advindos das ações do poder público e da iniciativa privada no litoral norte de Sergipe. É fruto de pesquisas bibliográficas e documentais, e ainda, do que aqui definimos como leitura participativa realizada por meio de oficinas com o uso de técnicas do DRP (Diagnóstico Rápido Participativo), com vistas a conhecer a compreensão das comunidades sobre as intervenções realizadas pelo poder público e iniciativa privada. Neste capítulo, ainda são analisadas as tipologia dos conflitos ambientais, considerando-se a dinâmica territorial, econômica, natural e cultural. Em síntese, são apresentadas duas macrovisões da relação entre ordenamento territorial e conflitos ambientais no litoral norte de Sergipe: uma sob a ótica dos poderes constituídos e a outra sob a percepção dos moradores do seu território vivido.

3.1 Leitura Técnica: a Vitrine Projetada

Pretende-se nesta etapa apresentar os cenários e as intervenções sofridas na porção norte do litoral sergipano. Para tanto, são apresentadas as ações das principais políticas públicas que têm rebatimento nessa zona, dentre eles, um destaque especial foi dado ao Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR/NE, ao Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro – GERCO Brasil, e ainda, ao Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla. Esses programas são do Governo Federal, apoiados pelos governos estaduais e municipais, e tem com um dos seus objetivos a estruturação das diversas atividades existentes na zona costeira. É válido ressaltar que antes

de apresentar as intervenções desses programas de desenvolvimento territorial em Sergipe, é conveniente contextualizá-los em termos históricos, de diretrizes e de ações.

3.1.1 As intervenções no litoral sergipano

A zona costeira tem importante função no processo de ocupação territorial brasileira, pois a partir desse ambiente foram formados os primeiros núcleos de povoamento. Desde o início do processo de ocupação do espaço litorâneo sergipano houve a implementação de equipamentos e infraestrutura com vistas a viabilidade econômica e de desenvolvimento. No início esses equipamentos eram representados pelos pequenos trapiches, portos ou embarcadores, passando pelo sistema de circulação rodoviária, e chegando mais recentemente por instalação de um porto, pontes, além dos equipamentos para fins de uso turístico (VILAR, ARAÚJO, 2003).

O turismo do sol e da praia passou a ser incentivado no Nordeste brasileiro como uma alternativa de desenvolvimento para a região, capaz de gerar emprego e renda para a população, e sua expansão contribuiu para a redefinição da cultura local. De acordo com Becker (1996), a zona costeira tem passado por um processo intenso de ocupação, no qual o turismo é um fator bastante importante. A região litorânea nordestina vem sendo palco de mudanças, provocadas pela prática do turismo, abertura de estradas, construções de hotéis, restaurantes, urbanização de orlas marítimas, instalação de infra-estrutura sanitária, calçamento de ruas, dentre outras.

O Nordeste apesar de ser uma das primeiras regiões economicamente estabelecidas no País, perdeu sua posição de centro de desenvolvimento após a industrialização do Brasil, ocorrida na segunda metade do século XX. Em 1990, vários indicadores refletiam a dura

realidade nordestina: renda per capita de US\$ 1.702,00 quando a nacional era de US\$ 2.874,00; a cobertura dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário era de menos de 52% e de 8%, respectivamente; somente 4% do esgoto coletado era tratado; a taxa de desemprego era de 7%; a taxa de analfabetismo aproximava-se de 40%, quando a nacional era de 20%; estimava-se que 23 milhões de habitantes, aproximadamente a metade da população da região, viviam abaixo da linha de pobreza (BNB, 2003).

Entre as alternativas recomendadas para solucionar tais problemas, o desenvolvimento do turismo foi apontado como meio para criação de oportunidades de emprego e para o aumento da renda *per capita* e da arrecadação tributária. Segundo a Política de Desenvolvimento do Turismo Nacional, foi elaborado numa ação conjunta entre Governo Federal e os Governos Estaduais o plano de ação para o desenvolvimento do turismo no Nordeste, parte do qual seria financiado por um amplo projeto que foi especialmente criado para essa finalidade. Nesse contexto, é formulado o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil – PRODETUR/NE, que se configura como estratégia de investimentos múltiplos, com recursos repassados aos Estados participantes via contratos de sub-empréstimo.

O Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE) tem como finalidade reforçar a capacidade da região em manter e expandir a atividade turística, no que diz respeito à promoção de infra-estrutura básica e de serviços públicos, em áreas onde a atividade encontra-se em expansão, com vistas ao desenvolvimento sócio-econômico regional. As ações do PRODETUR-NE visam ainda ao aumento do turismo receptivo e da permanência do turista na região, à atração de novos investimentos e à geração de emprego e renda. As diretrizes desse Programa baseiam-se na preservação e valorização do meio ambiente, dos recursos naturais, culturais e históricos, na eficiência e integração administrativa e no trabalho conjunto e cooperativo com a iniciativa privada.

O PRODETUR-NE teve seu início em 1995 com investimentos dos Governos Federal e Estaduais em parceria com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), executados pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), e privilegiou a convergência de ações para a realização de investimentos na infra-estrutura turística de todos os Estados da Região. De maneira geral, o programa apresenta duas grandes fases: a primeira denominada de PRODETUR-NE I, e a segunda, PRODETUR-NE II.

A primeira fase teve como objetivo apoiar o desenvolvimento sócio-econômico da região Nordeste a partir de investimentos na atividade turística. Nessa fase, os investimentos foram orientados para incremento da infra-estrutura básica e dos serviços públicos, tendo como foco o benefício à população de baixa renda das áreas selecionadas, e mais ainda, a melhoria das condições das áreas turísticas, para a atração de novos investimentos privados, gerando oportunidade de emprego e aumentos dos níveis de renda e das receitas públicas.

As ações do PRODETUR I previram a exploração do turismo no Nordeste de forma planejada e sistêmica, concebido para financiar obras múltiplas de infra-estrutura básica e serviços públicos relacionados com os setores de saneamento básico (água e esgotamento sanitário); manejo de resíduos sólidos; proteção e recuperação ambiental; transporte (obras viárias urbanas e rodovias); e recuperação de patrimônio histórico. Ainda foram realizados esforços para expansão de aeroportos e projetos de desenvolvimento institucional. Os valores financiados totalizaram investimentos na ordem de US\$ 400 milhões (BNB, 2003).

Na segunda fase, o PRODETUR/NE II teve como finalidade a melhoria da qualidade de vida da população permanente dos pólos turísticos, a partir de investimentos e ações para gerar renda turística assegurando aos governos municipais o recebimento de parte da renda para gerirem eficazmente os investimentos e fluxos de turismo em benefício da população permanente. Configura-se, no entanto, como uma etapa complementar do PRODETUR/NE I,

focalizando principalmente a sustentabilidade dos investimentos públicos em curso e da própria atividade turística. Nessa fase foram privilegiados três componentes prioritários para os investimentos: fortalecimento da capacidade municipal para a gestão do turismo; planejamento estratégico, treinamento e infra-estrutura para o crescimento turístico; e promoção de investimentos do setor privado.

O PRODETUR/NE II foi concebido para propiciar, dentre outras coisas, uma estrutura institucional adequada para fomentar e encorajar o turismo sustentável, melhorar as condições ambientais e de saneamento nas áreas turísticas, facilitar os deslocamentos internos e acesso à região, por meio de investimentos no melhoramento de aeroportos, e diversificar os produtos turísticos através de atividades como a recuperação e preservação do patrimônio histórico com revitalização de seu entorno e a melhoria de praias, parques e outros recursos naturais.

O Programa de Desenvolvimento Turístico no Nordeste em Sergipe (PRODETUR-SE) tem investido nas áreas de infra-estrutura e serviços, conservação e valorização dos atrativos naturais, valorização do patrimônio e manifestações culturais, além da capacitação dos recursos humanos e promoção da participação comunitária. Contudo, as ações ainda estão bastante voltadas para Aracaju e o litoral sul do Estado.

De acordo com PRODETUR-SE, a estratégia para o desenvolvimento do turismo no Estado está voltada para a visão interdependente das ações nos diversos setores da economia. As áreas prioritárias para a implementação da estratégia são: a zona costeira, os estuários e o entorno dos rios. A estratégia divide-se em três etapas: a primeira chamada de Pólo Turístico de Aracaju-São Cristóvão, com investimentos da ordem de US\$ 60.981.00, a segunda etapa corresponde ao Pólo Turístico do Litoral Sul com um montante de investimento de US\$ 22.000.000 e a terceira etapa, ao Pólo Turístico do Litoral Norte com investimentos da ordem de US\$ 20.000.000 (BNB, 2003).

Esses investimentos em Sergipe contemplaram os projetos de esgotamento sanitário e abastecimento d'água em Aracaju e Barra dos Coqueiros, de rodovias ao sul do Estado, ampliação do aeroporto de Aracaju e o desenvolvimento institucional.

As ações do setor público em Sergipe direcionadas para o turismo tiveram como ponto inicial a criação da Empresa Sergipana de Turismo S.A. (EMSETUR) pela Lei Estadual Nº 1.721 de 09/12/71, que tem como objetivos o incremento do desenvolvimento da atividade turística, no decurso da participação nos programas coordenados pelo Governo Federal, assinaturas de convênios capazes de facilitar a melhoria sócio-econômica, desenvolvimento de estudos técnicos e execução de políticas de turismo (SERGIPE, 1971).

Atualmente, por meio do PRODETUR-SE, são realizados investimentos no sentido de tornar o turismo um dos setores capazes de integrar economicamente Sergipe ao Nordeste, além de iniciativas de interligação ao circuito macro-regional da atividade turística por conta de ações que facilitam a fluidez dos fluxos regionais para o estado. Em Sergipe o PRODETUR I contribuiu para a formulação de uma estratégia de investimentos e desenvolvimento do turismo, em três etapas, objetivando a consolidação dos fluxos turísticos.

Na primeira etapa, os investimentos foram realizados na área turística Aracaju/São Cristóvão. A abrangência geográfica se restringiu praticamente às áreas do litoral sergipano, incluindo do povoado Mosqueiro, porção sul da capital Aracaju até o município de Pirambu na porção norte do litoral sergipano. A segunda etapa privilegiou a área turística do Litoral Sul com orçamento de US\$ 22 milhões, abrangendo áreas do rio Vaza-Barris, limite territorial sul do município de Aracaju, até o Rio Real, limite territorial sul do estado de Sergipe, incluindo os municípios de Itaporanga D'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy, Indiaroba e estuários dos rios Real e Piauí. A terceira etapa selecionou como cenário prioritário a área turística do Litoral Norte, zona de estudo do presente trabalho, com orçamento de US\$ 20

milhões. Os investimentos foram realizados desde o município de Pirambu até o Rio São Francisco, limite estadual com Alagoas, incluindo nesse recorte territorial, os municípios de Pacatuba, Ilha das Flores, Brejo Grande, Neópolis e Propriá, ou seja, parte integrante do complexo estuarino-lagunar do Rio São Francisco.

Cabe destacar que grande parte dos recursos do PRODETUR–SE foi aplicada em alguns municípios localizados na faixa litorânea no Estado, os quais compõem o Pólo de Turismo Costa dos Coqueirais, como Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga d’Ajuda, Estância, Indiaroba, São Cristóvão, Santa Luzia do Itanhy. Além dos investimentos viabilizados pelo PRODETUR I, o Governo do Estado de Sergipe investiu na área do Pólo dos Coqueirais recursos significativos, num montante de aproximadamente U\$ 53 milhões.

Um dos principais resultados dos investimentos do PRODETUR/SE I foi a pavimentação asfáltica de parte da Rodovia Estadual SE 100 (trecho do litoral sul), fato que influenciou no aumento da acessibilidade à área com potencial turístico, induzindo a intensificação do uso do solo litorâneo por meio de uma ocupação imobiliária voltada para segunda residência e ou veraneio da classe social mais abastada oriunda da capital, de municípios sergipanos e também de outros estados e países. É digno de registro, os investimentos realizados na capital sergipana, como a ampliação/modernização do Aeroporto Santa Maria, a melhoria no saneamento, a ampliação da rede de esgotamento sanitário, a melhoria do sistema de abastecimento de água, a revitalização urbanística do centro histórico, a recuperação do centro e a restauração arquitetônica dos mercados Antônio Franco e Thales Ferraz em Aracaju. No que se refere ao conjunto de áreas localizadas no litoral sul de Sergipe destacam-se os investimentos na orla marítima do povoado Caueira, no município de Itaporanga D’Ajuda e na praia do Abais, no município de Estância.

Outro conjunto de ações de políticas públicas com forte rebatimento territorial no litoral sergipano corresponde ao Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) do MMA, o qual tem sido implementado pelo Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO), e tem como objetivo preponderante o planejamento e gerenciamento de forma integrada, descentralizada e participativa das atividades socioeconômicas na Zona Costeira brasileira, com garantia de utilização sustentável, por meio de medidas de controle, proteção, preservação e recuperação dos recursos naturais e ecossistemas costeiros.

A implementação desse objetivo maior exigiu o desenvolvimento de uma estratégia de sistematização do conhecimento sobre a realidade costeira, atrelada ao planejamento e à execução baseada no envolvimento e na integração intersetorial das ações públicas e na transparência das relações entre governo e sociedade. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) se encontra na condição de coordenação geral do programa, enquanto que os 17 estados litorâneos são os executores, os quais buscam integrar, muitas vezes sem o devido êxito, suas ações com os municípios.

Nesse sentido, o MMA, no cumprimento de suas competências, coordena a ação dos estados e municípios costeiros. Procura-se ainda estabelecer ações efetivas de ordenamento territorial, com o zoneamento ecológico-econômico da Zona Costeira e a elaboração de planos de gestão dos estados litorâneos. As estratégias adotadas pelo MMA buscam o desdobramento de projetos integrados, com ações intermunicipais e intersetoriais, voltadas ao atendimento de demandas prioritizadas, como a gestão de resíduos sólidos, articulando ações de ordenamento da expansão urbana e da ocupação da orla e ainda a proteção de ecossistemas.

Na esfera federal, busca-se ainda o fortalecimento institucional e acompanhamento do desenvolvimento dos projetos, com ênfase na articulação das políticas públicas da União, cujos efeitos incidem sobre a zona costeira, de forma a compatibilizá-las com diretrizes de

desenvolvimento sustentável e com as ações efetivadas por iniciativa dos estados e municípios.

De acordo com Vilar e Araújo (2007), em Sergipe coube inicialmente a Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN) as tarefas de execução do Gerenciamento Costeiro, cuja responsabilidade atual é da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH). O GERCO em Sergipe é um importante instrumento de planejamento, gestão e ordenamento espacial da zona Costeira e no licenciamento das atividades produtivas e da ocupação residencial e turística, numa área de elevada fragilidade natural e biológica.

O Gerenciamento Costeiro em Sergipe (GERCO Sergipe), enquanto instrumento de ordenamento territorial do litoral, enfrenta o desafio de se tornar peça fundamental para o planejamento e a gestão de um espaço frágil, vulnerável, e ao mesmo tempo, dinâmico e representativo para o Estado. O início de sua implementação teve como cenário o Litoral Norte de Sergipe, contando com a elaboração de material cartográfico, especialmente as cartas de declividade, qualidade e disponibilidade de água subterrânea, dentre outras, na escala geográfica de 1:100.000 (VILAR; ARAÚJO, 2007).

Posteriormente, o foco do GERCO Sergipe passa a ser o litoral sul no qual são iniciados os trabalhos de diagnóstico e identificação de conflitos de uso do solo, considerando as limitações e restrições desse uso. As dificuldades nesse momento pairam sobre as deficiências no marco regulatório legal e institucional, além dos instrumentos de gestão municipal, e conseqüentemente, a fragilidade técnica, financeira e gerencial dos órgãos públicos estaduais responsáveis pelo processo.

De maneira geral, a política ambiental referente ao Litoral de Sergipe apresenta deficiências de toda sorte. A falta de diplomas legais que atuem na esfera local, a não implementação dos instrumentos previstos no SIGERCO e o foco preferencial de estudos e

projetos no Litoral Sul, em detrimento do setor norte, em um espaço tão exíguo como é o caso do litoral sergipano, revela problemas, às vezes graves (VILAR; ARAÚJO, 2007).

Vale ainda destacar que se faz necessário o fortalecimento da gestão costeira também em nível municipal, com priorização de formatação de planos de gestão na escala municipal, com participação efetiva da população. Outros aspectos urgentes na agenda do executivo referem-se à formação de consórcios municipais, à consolidação da infra-estrutura local e ao uso dos instrumentos básicos previstos no PNGC.

Como produto de ações direcionadas para o ordenamento territorial no âmbito do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-Gerco), surge o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla), que se configura numa ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio de sua Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ), e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito da sua Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MPOG). Esse projeto visa o ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União, aproximando as políticas ambiental e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade.

Os objetivos do Projeto Orla estão baseados nas seguintes diretrizes:

- ✓ Fortalecimento da capacidade de atuação e articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla, aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de uso e ocupação desse espaço;
- ✓ Desenvolvimento de mecanismos de participação e controle social para sua gestão integrada;
- ✓ Valorização de ações inovadoras de gestão voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais e da ocupação dos espaços litorâneos.

Assim, o Projeto Orla busca responder a uma série de desafios como reflexo da fragilidade dos ecossistemas dessa zona de contato mais direto entre o continente e o oceano, a intensificação do uso e ocupação de forma desordenada e irregular e o aumento dos processos erosivos e de fontes contaminantes (MMA, 2002).

Além disso, o estabelecimento de critérios para destinação de usos de bens da União, visando o uso adequado de áreas públicas, a existência de espaços estratégicos (como portos, áreas militares) e de recursos naturais protegidos também se configuram em desafios para gestão da orla brasileira.

No ano de 2003 o Ministério do Meio Ambiente em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente iniciou o processo de diagnóstico paisagísticos dos municípios costeiros do litoral sul e da capital sergipana (Aracaju) com vistas a elaboração dos Planos de Intervenção da orla marítima de Estância e Itaporanga D'Ajuda (MMA, 2004). O Projeto Orla visa contribuir, em escala municipal, para aplicação de diretrizes gerais de disciplinamento de uso e ocupação da orla marítima. Com esse instrumento se pretende contribuir para o fortalecimento da capacidade de atuação e a articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla, o desenvolvimento de mecanismos institucionais de mobilização social para sua gestão integrada, e o estímulo de atividades sócio-econômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável, fatos que não foram efetivados, apesar de serem elaborados os planos de intervenção dos municípios citados.

No ano de 2009 foram elaborados os Planos de Intervenção da Orla Marítima dos municípios do litoral norte do Estado: Barra dos Coqueiros, Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande. Na elaboração desse documento considera-se o diagnóstico paisagístico enquanto caracterização da área de orla municipal e as estratégias para a gestão compartilhada,

identificando os planos, projetos e ações desenvolvidas pelas diversas instituições que mantêm relação com a zona costeira.

Em que pese esses avanços do diagnóstico participativo, ainda não se registram ações para a formação de planejadores municipais e gestores ambientais nas comunidades costeiras do estado, muito menos para a consolidação da infra-estrutura local. O uso dos instrumentos básicos previstos no PNGC, a exemplo do zoneamento, está ainda incompleto e o sistema de informação do ambiente costeiro não foi implantado em Sergipe.

Além desses programas de origem federal, existe uma série ações específicas do poder público estadual. Nesse sentido, é válido destacar: A construção da ponte sobre o rio Sergipe interligando os municípios de Aracaju ao de Barra dos Coqueiros e conseqüentemente aos outros municípios do litoral norte sergipano, que provocou uma nova dinâmica territorial, contribuindo de forma direta e indireta para a ocorrência de diversas transformações sócio-geográficas, alterando com magnitude o antigo cenário estagnado que o setor norte da zona costeira sergipana apresentava (SANTOS, 2008).

Outro elemento que contribui para a dinâmica territorial do litoral norte de Sergipe é a existência da Unidade de Conservação Federal Reserva Biológica de Santa Isabel e o início da pavimentação asfáltica da Rodovia estadual SE-100 Norte a partir do município de Pirambu (Figura 3.1). Ao longo do trajeto da SE-100 no município de Barra dos Coqueiros é possível perceber o início de uma pressão imobiliária. Essa rodovia estadual faz parte da política macrorregional de interligação entre as áreas litorâneas dos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas, e encontra-se asfaltada no trecho que compreende os municípios de Indiaroba, na porção sul do estado, ao de Pirambu, na porção norte. A partir daí, a rodovia encontra-se sem pavimentação até alcançar o município de Brejo Grande na margem direita do rio São Francisco, limite natural com o estado de Alagoas. Porém, já existem estudos prévios para a

futura pavimentação e também, protocolo de intenções assinado pelos governadores dos dois estados para a construção de uma nova ponte interligando o Estado de Sergipe com a rodovia litorânea das Alagoas.

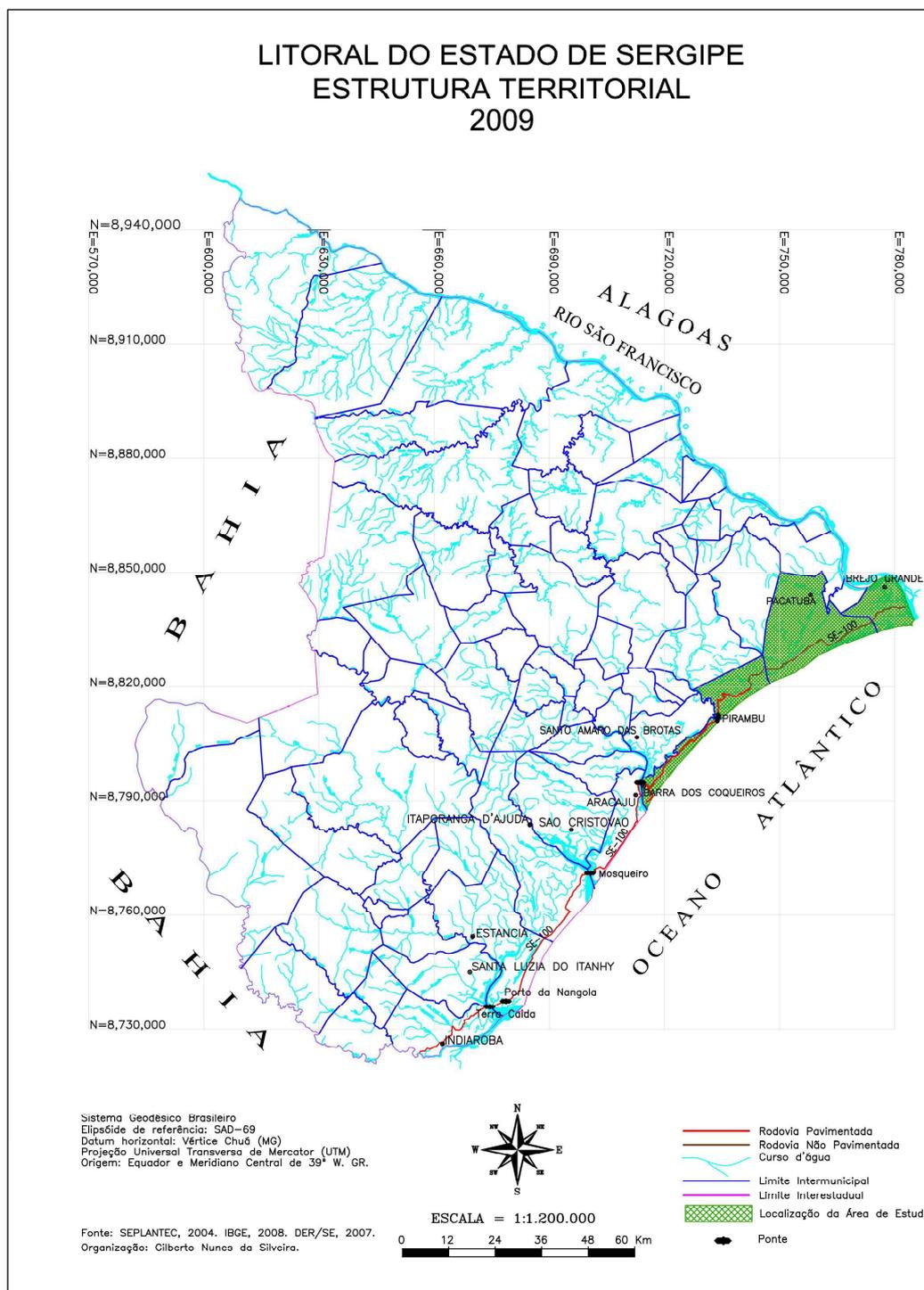


Figura 3.1 Litoral do Estado de Sergipe: Estrutura Territorial.

Fonte: Sergipe/SEPLANTEC/SRH, 2004.

Organização: Max Santos e Alex Lima.

Outro fator que merece destaque dentro das intervenções públicas e privadas no litoral sergipano é a existência de áreas industriais de exploração e processamento de petróleo, atividades promotoras de transformações paisagísticas e territoriais na zona costeira. É possível observar em diversas áreas a instalação de unidades de processamento que contribuem para o surgimento de novas territorialidades costeiras. Essas unidades conseguem gerar alguns postos de trabalho, apesar de não absorver a mão-de-obra local carente de qualificação profissional.

Além desses fatores, cabe destacar o papel do setor primário, principalmente a atividade de carcinicultura que contribui para a intensificação do uso do solo, e, na maioria das vezes, tem os seus tanques implementados em plena área de proteção integral como manguezal e restingas. Os municípios do litoral norte possuem instalados uma série de empreendimentos de carcinicultura, e segundo dados da CODISE (2007), Barra dos Coqueiros possui sete (07) unidades, Pirambu uma (01) unidade, Pacatuba vinte e duas (22) unidades e Brejo Grande sete (07) unidades. Esses empreendimentos influenciam na dinâmica territorial da zona costeira principalmente na área interna dos estuários, colaborando para o surgimento de conflitos ambientais.

Por conta dos investimentos em infraestrutura, a dinâmica imobiliária do litoral norte sergipano tem se tornado cada vez mais intensa, fato que tem provocado alterações nos valores pelo uso e propriedade da terra. Nota-se gradativamente a expansão do mercado de terras no litoral sergipano, com grande aceleração nos últimos anos acompanhando o fluxo de povoamento contemporâneo que valoriza o espaço limítrofe e de transição entre o oceano e a terra firme.

Foi possível observar a partir dos trabalhos de campo, a comercialização de áreas de encostas de morros, cordões dunares e áreas de apicum e manguezal, além da ocupação

indevida, nas margens dos rios e lagoas. Essas áreas, segundo a legislação brasileira, são consideradas de preservação permanente. A especulação imobiliária desenfreada e sem planejamento, configura-se como um forte elemento provocador de impactos positivos e negativos.

Quanto às intervenções da iniciativa privada merecem destaque os investimentos para construção do *resort* Starfish Santa Luzia, localizado na Praia da Costa, no município de Barra dos Coqueiros, afiliada à rede hoteleira internacional *SuperClubs Breezes*, líder no mercado de *resorts*, no Caribe (Figura 3.2).



Figura 3.2 Vista panorâmica do *resort* Starfish Santa Luzia.
Fonte: Site <http://www.litoralverde.com.br/resort/aracacaju>, 2010.

A instalação desse *resort* trouxe para o município perspectivas de geração de emprego e renda para as comunidades locais. No entanto, como o empreendimento exigia um certo grau de formação e experiência, poucas pessoas conseguiram se inserir enquanto empregados do *resort*. Por outro lado, a população local pouco conhece o que existe após os muros de proteção do referido empreendimento. Esse hotel tem na sua estrutura 90 apartamentos e 30 chalés que perfazem 208 acomodações completas, além de bares, restaurantes, piscinas, centro de convenções, campo de futebol, dentre outros. Esse tipo de empreendimento

demanda outros investimentos, principalmente nas condições de infraestrutura de acesso e de apoio.

Como exemplo dessas intervenções em obras complementares tem-se a reestruturação do trecho da rodovia que interliga a sede do município de Barra dos Coqueiros à praia de Atalaia Nova onde está localizado o citado empreendimento. Neste caso, verifica-se uma ação do Estado com benefícios diretos para o setor privado. Essas ações isoladas, coordenadas ou conjuntas, contribuem para a construção do que aqui se está denominando de vitrine projetada, ou seja, do cenário territorial que permite agregar maior valor social e econômico ao espaço costeiro, aumentando assim sua espessura geográfica.

Além do empreendimento turístico anteriormente citado, existe o anúncio desde o ano de 2007 da instalação de um grande complexo hoteleiro no município de Barra dos Coqueiros. Trata-se de investimentos a serem implementados pelo grupo francês INVI – *Investment Vision* do Brasil (Figura 3.3). De acordo com informações existentes no *site* da Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros, o projeto terá investimento de R\$ 250 milhões de reais. Esse empreendimento deverá ter casas e apartamentos de luxo, na perspectiva de funcionarem como segunda residência. O terreno para instalação desse conjunto encontra-se em lugar privilegiado na faixa costeira do município (BARRA, 2008).

Ainda no município de Barra dos Coqueiros percebem-se fortes pressões ocasionadas pela dinâmica imobiliária, a qual se processa também no restante da zona costeira norte de Sergipe. Nesse município os investimentos têm origem não só do poder público, mas também da iniciativa privada. Observa-se igualmente o surgimento de alguns condomínios residenciais de prédios, com início do processo de verticalização urbana, o que amplia a valorização do solo.



Figura 3.3 Projeção dos investimentos In-VI (imagem ilustrativa)

Fonte: Barra, 2008.

Os investimentos públicos já aplicados e os anunciados promovem a intensificação da dinâmica imobiliária na zona costeira do litoral norte de Sergipe. Com isso, os empreendedores imobiliários despertam ainda mais seus interesses nessa área. Tal situação poderá ser ampliada para o litoral norte, a partir dos serviços de pavimentação asfáltica do trecho da Rodovia SE-100 após o município de Pirambu, visto que facilitará o fluxo em direção a foz do rio São Francisco. Atualmente, já é possível observar essa intensificação do uso do solo através dos diversos anúncios de instalação de complexos residenciais às margens da rodovia, principalmente nas zonas rurais.

Essas novas realidades convergem para surgimento de novos núcleos residenciais com adensamento populacional e intensificação do uso do solo, sem que sejam obedecidos os critérios de regularização fundiária e os princípios da sustentabilidade ambiental.

Também merece destaque quanto às intervenções no litoral norte sergipano a instalação, em 1985, do Porto Inácio Barbosa, localizado no município de Barra dos Coqueiros. Esse porto é do tipo *off-shore*, com 2.400m de cais de acostagem e quebramar com 550m de comprimento e vem sendo operado desde 1994, pela Companhia Vale do Rio Doce.

Possui ainda capacidade de armazenagem de 55.000 toneladas, distribuídas em 9 armazéns e 2 cilindros de cimento com altura de 63 metros e capacidade de 17.500 toneladas cada um. Opera cargas gerais como madeira, coque, uréia, trigo, fertilizantes e sucos naturais.

A construção e implementação do porto trouxe uma maior dinâmica socioeconômica para o litoral norte de Sergipe. Em 2007, o Governo do Estado de Sergipe anunciou investimentos em ampliação da capacidade do porto com vistas a garantir melhor estrutura para as novas empresas que estão sendo atraídas. A área do porto de Sergipe apesar de ser um trecho onde são realizadas atividades de embarque e desembarque de minerais, fertilizantes, máquinas para indústria, caracteriza-se pelo adensamento urbano de pequeno porte.

Uma outra intervenção pública é a criação da unidade de conservação Reserva Biológica de Santa Isabel no município de Pirambu, onde está instalado o Projeto Tartarugas Marinhas (Pro Tamar), que desenvolve ações de proteção às tartarugas marinhas, como por exemplo, identificação e registros de ninhos, cuidados com a disposição de resíduos sólidos na área, entre outros que implicam desde o processo de desova à recuperação de animais com ferimentos. É possível encontrar no município cordões dunares na área que corresponde à Reserva Biológica Santa Isabel, a qual apresenta sérios problemas ambientais decorrentes de adensamento urbano e pressão da especulação imobiliária.

Outros equipamentos ainda estão previstos para serem instalados na porção norte do litoral sergipano: um aeroclube, projetos de urbanização de orlas marítimas e infraestrutura de atracadouros e implementação da Refinaria Atlântico Sul de Sergipe S/A (SANTOS, 2008). Ainda cabe o destaque para os possíveis investimentos na produção petrolífera do Estado. Segundo o governo de Sergipe, novas estratégias serão implementadas com vista à garantia de recursos para as empresas produtoras e exploradoras de petróleo em Sergipe. As empresas de

pequeno e médio porte que atuam em Sergipe terão incentivos tributários para otimizarem os seus investimentos (SERGIPE, 2010).

O Governo do Estado anuncia mais investimentos no litoral norte de Sergipe em obras de saneamento, moradias populares, drenagem e outros, conforme podem ser observados na tabela 3.1.

Tabela 3.1 Obras e Projetos em Execução – Municípios do Litoral Norte de Sergipe – 2010

Município	Obra ou Projeto	Valor Total (R\$)
Barra dos Coqueiros	Conjunto Habitacionais totalizando 22 unidades- padrão FNHIS, incluindo infra-estrutura - lote II	491.698,81
Barra dos Coqueiros	Construção de 41 casas Padrão FNHIS - 02 quartos - pulverizada- Loteamento Olimar Marivan	562.209,89
Barra dos Coqueiros	Construção da Orla da Atalaia Nova - trecho VII	2.412.880,55
Barra dos Coqueiros	Construção da Orla da Atalaia Nova - trecho V	1.235.897,92
Barra dos Coqueiros	Supervisão dos serviços de melhoramentos e restauração da rodovia SE-100 trecho: Barra dos Coqueiros/Porto de Sergipe com extensão aproximada de 14,00 km	367.717,30
Pacatuba	Recuperação do Aterro localizado no Km 8 da Rodovia SE-204, Trecho: Ent. SE - 335 (Tatu)/ Pacatuba	196.487,37
Brejo Grande	Elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica e Sócio-econômica e do Projeto Funcional para a construção de uma nova Ponte sobre o Rio São Francisco.	143.730,00
Brejo Grande	Rejuvenescimento da SE-204 - Trecho: Brejo Grande / Pacatuba - 25,55KM / Entr.SE-335 (Tatu) / Pacatuba - 18,30KM	1.015.125,80
Total de investimentos		6.425.747,64

Fonte: SEINFRA/SE, 2010.

Organização:Lício Valério Lima Vieira, 2010.

3.1.2 Visão do poder público

Após a apresentação dos principais elementos que compõem a zona costeira sergipana, em especial a do litoral norte, bem como os instrumentos de gestão e ordenamento territorial, cabe aqui apresentar como os representantes do poder público compreendem os cenários de problemas e conflitos ambientais existentes na zona costeira do Litoral Norte de Sergipe.

A partir dos resultados da oficina com os principais representantes do poder público responsáveis pela gestão territorial do litoral norte, foi possível obter uma visão da forma como o Estado concebe os principais conflitos ambientais.

Diante desse contexto, vale destacar as contribuições da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), antiga Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU) que destacou que os problemas e conflitos ambientais estão intimamente relacionados à falta de compreensão sobre a existência dos bens públicos da União, além do alto grau de especulação do capital privado sobre os recursos litorâneos. Para o Ministério da Pesca (MPA), o principal entrave encontra-se no processo de licenciamento de projetos em áreas apropriadas para a aqüicultura e pesca. Por outro lado, ocorrem ainda licenciamentos ambientais sem a observância do cumprimento de medidas compensatórias, monitoramento da biota e a efetivação dos programas ambientais. Os representantes da SEMARH evidenciaram que os conflitos ambientais podem advir das dificuldades de articulação entre os órgãos de governo e suas políticas, além de pouca efetivação de instrumentos para a gestão ambiental, fato que historicamente tem contribuído para a consolidação de sérios conflitos.

Na visão do representante do IBAMA, os principais problemas e conflitos ambientais na zona costeira de Sergipe estão relacionados à ocupação irregular de áreas de proteção permanente, poucos recursos financeiros investidos em ação de regulamentação do uso do solo, desrespeito à legislação ambiental e fragilidade da participação efetiva dos poderes públicos municipais em ações de meio ambiente.

A maioria dos órgãos públicos com atuação no litoral sergipano compreende que a zona costeira é uma área que apresenta uma grande diversidade e fragilidade de ecossistemas (manguezais, dunas, restinga, corais, entre outros), está sujeita a grande dinamismo geomorfológico, e a processos de erosão e sedimentação, apresentando áreas de risco e vulnerabilidade natural em assentamentos humanos, e que por sua vez, é palco de concentração e sobreposição de políticas públicas, de usos dos recursos e atividades econômicas no mesmo espaço.

O litoral norte de Sergipe se apresenta como uma área muito pressionada pelas atividades ali desenvolvidas, pelos usos múltiplos e conflitos, dentre esses: presença de empreendimentos turísticos e projetos urbanísticos, atividades petrolíferas, movimentação portuária e rodoviária, problemas de regularização fundiária, comércio desordenado na faixa de praia, dificuldade de acesso e privatização de alguns setores da praia, conservação de biodiversidade e de culturas tradicionais, além de processos de erosão e sedimentação. Na visão dos gestores públicos esse conjunto de elementos vai contribuir para uma dinâmica bastante complexa no litoral. Por outro lado, percebe-se que pouco se conhece a respeito das relações existentes entre as questões de uso e ocupação do solo litorâneo. Ficou evidenciado que a gestão costeira, na maioria das vezes, é segmentada, na qual cada entidade pública é responsabilizada por um dos aspectos, apresentando, portanto, fragilidades na compreensão de uma gestão integrada e co-responsabilizada da zona costeira.

Quanto aos questionamentos realizados para se compreender o grau de percepção dos órgãos e entidades públicas, é digno de registro o cenário apresentado pela Procuradoria da República do Ministério Público Federal em Sergipe ao ressaltar as principais denúncias que chegam até o referido órgão, as quais estão relacionadas aos conflitos ambientais associados aos processos de ocupações irregulares e desmatamento de manguezais, dunas e outras áreas de preservação permanente. Destaca ainda o MPF que outras ações têm contribuído para a geração de agravamento de conflitos, quais sejam: a ocupação irregular das margens do rio São Francisco para a construção de residências recreativas, invasão de áreas pertencentes à União, e ainda, a restrição ao acesso aos recursos naturais aos pescadores e catadores de caranguejo, por conta dos grandes empreendimentos.

O quadro 3.1 sintetiza os dados e informações contendo as percepções dos gestores públicos quanto aos conflitos ambientais existentes na área de estudo. As informações contidas nesse quadro refletem a compreensão dos principais agentes públicos com relação as

intervenções na zona Costeira. Apesar desses gestores identificarem problemas e conflitos ambientais, fica nítido que existem dificuldades na compreensão da totalidade da problemática ambiental litorânea. Essa situação reflete e condiciona a elaboração e implementação de políticas públicas de ordenamento territorial. Na maioria das vezes, determinada ação direcionada para o estímulo de uma atividade econômica, como é caso da prática da carcinicultura, gera por outro lado, a destruição das áreas de manguezal, com reflexo na diminuição de espécies próprias desse ambiente. Essa visão integrada parece não fazer parte da prática dos gestores responsáveis pelo ordenamento territorial do litoral norte de Sergipe.

Problema ambiental	Relações	Área de abrangência	Atores sociais envolvidos	Ente federativo responsável	Classificação do conflito
Deficiência da consciência ambiental e ecológica	Comunidade x Uso irracional do recurso	Toda a zona costeira	Gestores público e comunidades	União Estado Município	Cultural
Ocupação irregular	Uso do solo x Ausência ou deficiência de Plano Diretor	Local	Gestores municipais e demais atores sociais	Município	Territorial
Disposição inadequada dos resíduos sólidos	Deficiência na gestão X Ocorrência de lixão	Local	Gestores municipais e demais atores sociais	Município	Territorial
Regularização fundiária	Uso da terra X Posse da terra	Toda a zona costeira	Proprietários, Imobiliários, Gestores Públicos	União Estado Município	Territorial
Prática da carcinicultura	Carcinicultores X Comunidades tradicionais	Local	Carcinicultor e comunidades	União Estado Município	Econômico
Pesca predatória	Pescadores X Comunidades	Local	Pescadores Comunidade	União Estado Município	Econômico
Desmonte de dunas	Construtores x Comunidades	Local	Construtores imobiliários e Comunidade	Estado Município	Territorial
Deficiência de infraestrutura	Poder público x outros atores sociais	Toda zona costeira	Gestores Comunidade em geral	Estado Município	Territorial

Quadro 3.1 Conflitos Ambientais na Visão do Poder Público – Litoral Norte de Sergipe – 2010.

Fonte: Oficina participativa, 2010.

Organização: Lício Valério Lima Vieira, 2010.

3.2 Os Conflitos Ambientais na Escala Municipal: Breve Apresentação

Antes de apresentar as análises a respeito da compreensão das comunidades dos municípios que compõem o litoral norte de Sergipe, cabe aqui uma breve apresentação dos problemas e conflitos ambientais identificados por meio de trabalho de campo.

✓ Município de Barra dos Coqueiros

Dentre as localidades do município de Barra dos Coqueiros, merece destaque o bairro de Atalaia Nova que se estende desde a margem direita do rio Sergipe em sua porção sul, até as proximidades da Praia da Costa em sua porção norte. Essa área apresenta-se com urbanização consolidada, em estágio de adensamento configurado como convencional, isto é, dentro dos padrões regulares de assentamentos urbanos. Foi possível identificar nessa localidade alguns problemas ambientais, como por exemplo, a disposição irregular de resíduos sólidos, ocupação irregular de algumas edificações, com marcante processo de erosão instalado à margem direita do rio Sergipe, fatos que têm provocado transtornos à população ali instalada. Na localidade são desenvolvidas além de atividades voltadas ao setor do turismo, desenvolvem-se as relacionadas com a comercialização de gêneros alimentícios, bares e restaurantes e ainda atividades pesqueiras.

No que se refere aos conflitos relacionados ao processo de ocupação imobiliária irregular em terreno de marinha, destaque para os trechos da Praia da Costa, Praia de Jatobá, Loteamento Costa Azul e Ilha do Rato. Ainda é possível encontrar nessas localidades problemas com resíduos sólidos dispostos de maneira irregular, inexistência de serviços de saneamento básico, desmatamento da vegetação nativa e processos erosivos.

Registra-se ainda para esse município o processo de criação de unidade de conservação denominada Parque das Dunas, com objetivo de proteção ambiental. Visualiza-se também, duas atividades promotoras de territorialidades e de usos intensos, relacionados ao Porto de Sergipe e a outra está relacionada à redução da área de extrativismo da mangaba. A intensificação do uso e da ocupação do solo de forma desordenada no município de Barra dos Coqueiros configura-se com um dos principais responsáveis pela geração de conflitos ambientais (Figura 3.4).

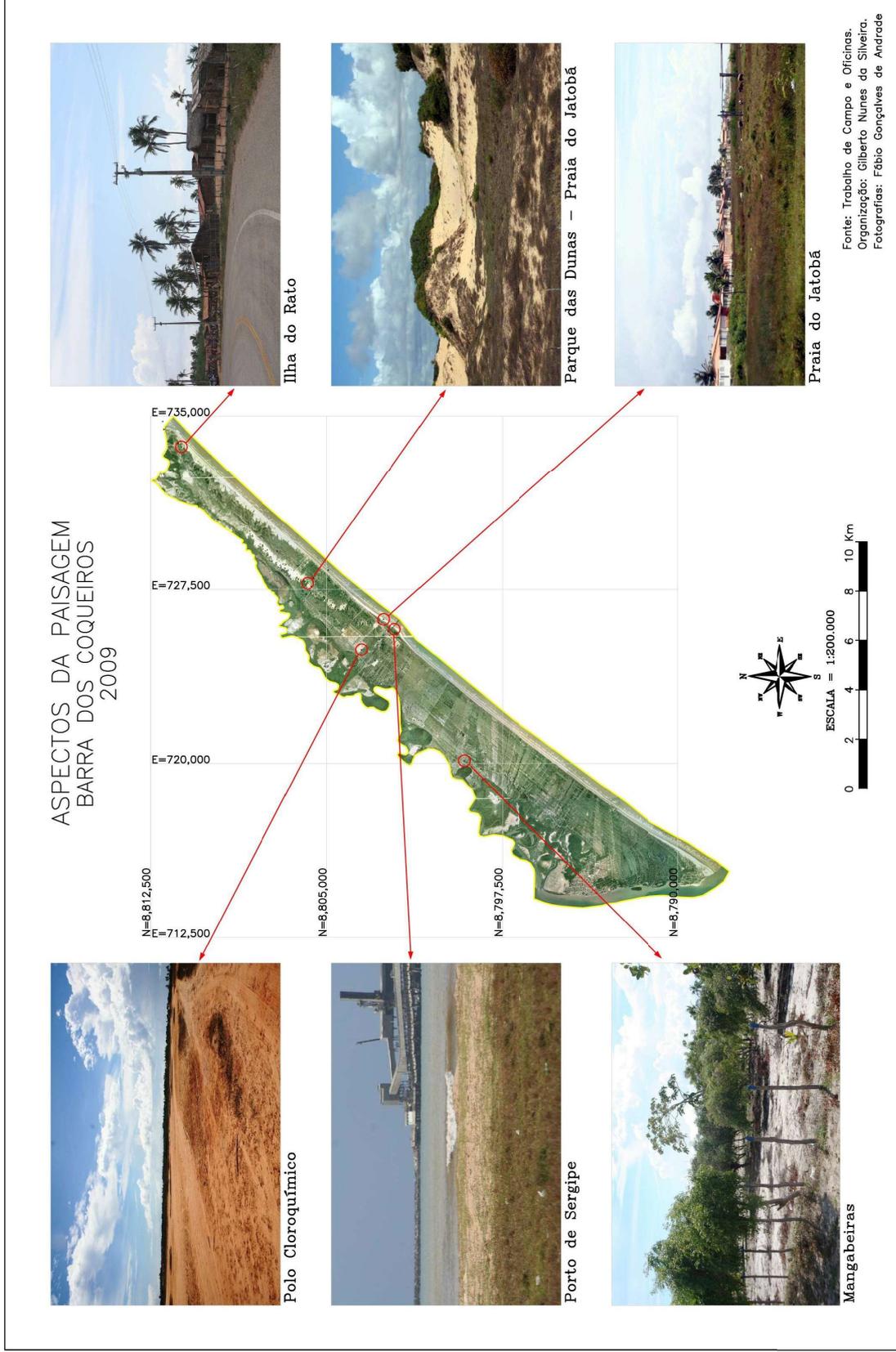


Figura 3.4 Aspectos da paisagem – Barra dos Coqueiros – 2009.

Fonte: Trabalho de campo e oficinas.
Organização: Gilberto Nunes da Silveira.

✓ **Município de Pirambu**

O município de Pirambu encontra-se a 75 km de Aracaju. Possui área de 198,3 km² e limita-se com os municípios de Barra dos Coqueiros, Santo Amaro das Brotas, Carmópolis, Japoatã, Japarutuba, Pacatuba. Possui clima com precipitação média anual de 1.650,0mm e temperatura média anual de 26,0 °C. A vegetação caracteriza-se tipo capoeira, caatinga, cerrado, vegetação higrófila, campos limpos e sujos. Quanto a hidrografia destaque para o rio Japarutuba e seus afluentes Catu, Sangradouro e Aningas, além das lagoas Grande, Santa Isabel e Sangradouro. Nesse município, localiza-se a unidade de conservação Reserva Biológica de Santa Isabel, onde está instalado o Projeto Tartarugas Marinhas (Pro Tamar). Aguilhadas, Aningas, Alagamar, Lagoa Redonda, Maribondo, Bebedouro, Comunidade Santa Izabel, Baixa Grande e Pau Seco compõem os principais povoamentos do município.

Para o município de Pirambu é válido destacar dentre os principais elementos de geradores de problemas e conflitos ambientais o processo de gestão da Reserva Biológica Santa Isabel, associada ao Projeto Tartarugas Marinhas (Pro Tamar), também o lançamento irregular de esgoto inatura no estuário do rio Japarutuba, disposição irregular de resíduos sólidos, ocupação e uso indiscriminado do solo costeiro. Merecem destaque ainda a presença de unidades industriais de exploração de petróleo, a atuação socioambiental de entidades do terceiro setor, as limitações para a prática do turismo e as transformações pelas quais passa a atividade pesqueira. É digno de registro a existência de grandes lagoas associadas a campos dunares, as quais apresentam problemas relacionados a instalação da atividade aquícola com espécies exóticas, assoreamento do fundo das lagoas e desmatamento das margens, além da ocupação irregular (Figura 3.5).

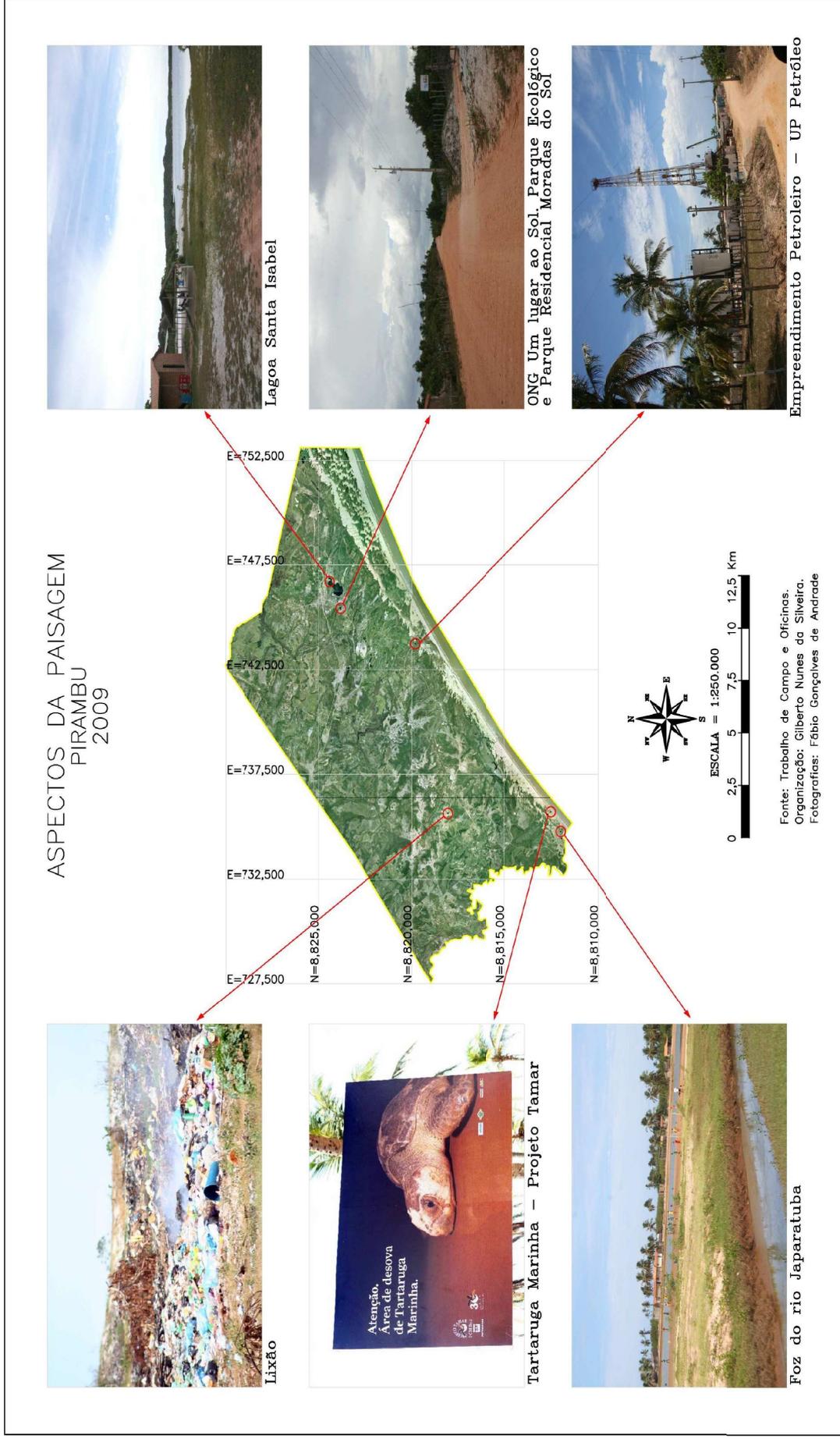


Figura 3.5 Aspectos da paisagem Pirambu.
Fonte: Trabalho de Campo, 2009.
Organização: Gilberto Nunes da Silveira

✓ **Município de Pacatuba**

O município de Pacatuba possui área de 407,3 km², dispõe de fauna e flora diversificadas que juntamente com a paisagem característica local, compõem o que se chama de “Pantanal de Pacatuba”, por possuir elementos semelhantes ao do Pantanal do Mato Grosso do Sul. Apresenta uma extensa faixa de praias praticamente desertas. Nele são desenvolvidas atividades agrícolas, cultivo de coco e extração de petróleo. Pertence à bacia do rio São Francisco. Merecem destaques os principais núcleos de povoamento: Tigre, Pontas dos Mangues, Gaatuba e Piranhas.

O município de Pacatuba detém também área da Reserva Biológica Santa Isabel que por ser uma unidade de conservação de proteção integral limita o seu uso, bem como a exploração dos seus recursos. Dentre os problemas ambientais encontrados no município merecem destaque as relações conflituosas existentes entre as atividades econômicas do setor primário, representadas pela agricultura de subsistência, extrativismo e a carcinicultura, além dos impactos ambientais ocasionados por essa última.

Pode-se ainda chamar a atenção para os problemas de uso e ocupação dos espaços urbanos e rurais, além das transformações nas relações sociais e de trabalho no município. É válido destacar ainda que o município é detentor de uma vasta área de grande importância ambiental e paisagística, composta por ecossistema de manguezal, além de uma expressiva área com características predominantemente de pantanal.

Mesmo esse município sendo detentor de uma riqueza ambiental faz-se necessário frisar a presença de atividades industriais de grande porte, ligadas a exploração do petróleo, mineração e processamento do calcário, com potencial geração de impactos e problemas ambientais (Figura 3.6).

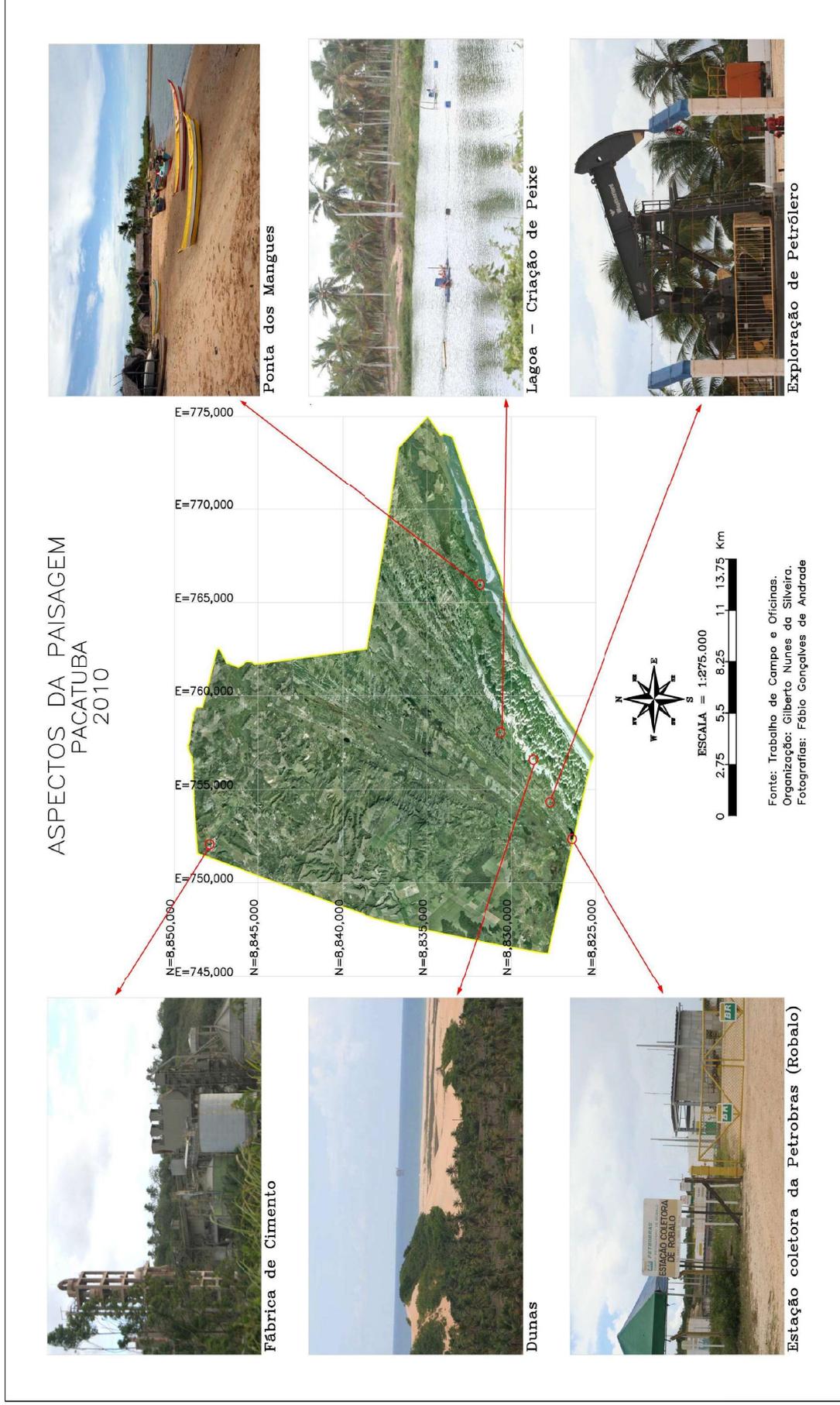


Figura 3.6 Aspectos da paisagem Pacatuba

Fonte: Trabalho de Campo, 2009.

Organização: Gilberto Nunes da Silveira.

✓ **Município de Brejo Grande**

O município de Brejo Grande situa-se a 137 km de Aracaju. Por sua formação geológica, o município é quase todo formado de dunas e restingas, entremeadas por lagoas e apicuns, com vegetação típica de ecossistema de manguezal, restinga e de lagoas de água doce. Os principais povoadamentos são Brejão dos Negros, Carapitanga, Resina e Terra Vermelha.

No município de Brejo Grande localizam importantes áreas do ecossistema de manguezal do Estado de Sergipe. Essas áreas têm sido palco de agressões, as quais vêm contribuindo para a geração de sérios problemas e conflitos ambientais. Esse município apresenta também áreas com intensos processos de erosão fluvio-marinhos, inclusive obrigando o deslocamento de comunidade para outras áreas com maior segurança, a exemplo têm-se a destruição do Povoado Cabeço e parte do Saramém.

Os impactos ambientais são decorrentes principalmente das atividades ligadas à aquicultura e extrativismo. Esses fatos podem ser confirmados quando se observa os diversos canais fluviais, nos quais fica nítido a intensificação da carcinicultura, dos tanques-redes de peixes e o lançamento de efluentes nocivos ao meio natural, além da pesca predatória indiscriminada.

Nesse cenário ainda é possível visualizar conflitos territoriais associados à especulação imobiliária em detrimento da beleza paisagística peculiar na localidade, bem como outros conflitos culturais relacionados à identidade cultural de comunidade quilombola, os quais desencadeiam disputas pela regularização fundiária (Figura 3.7).

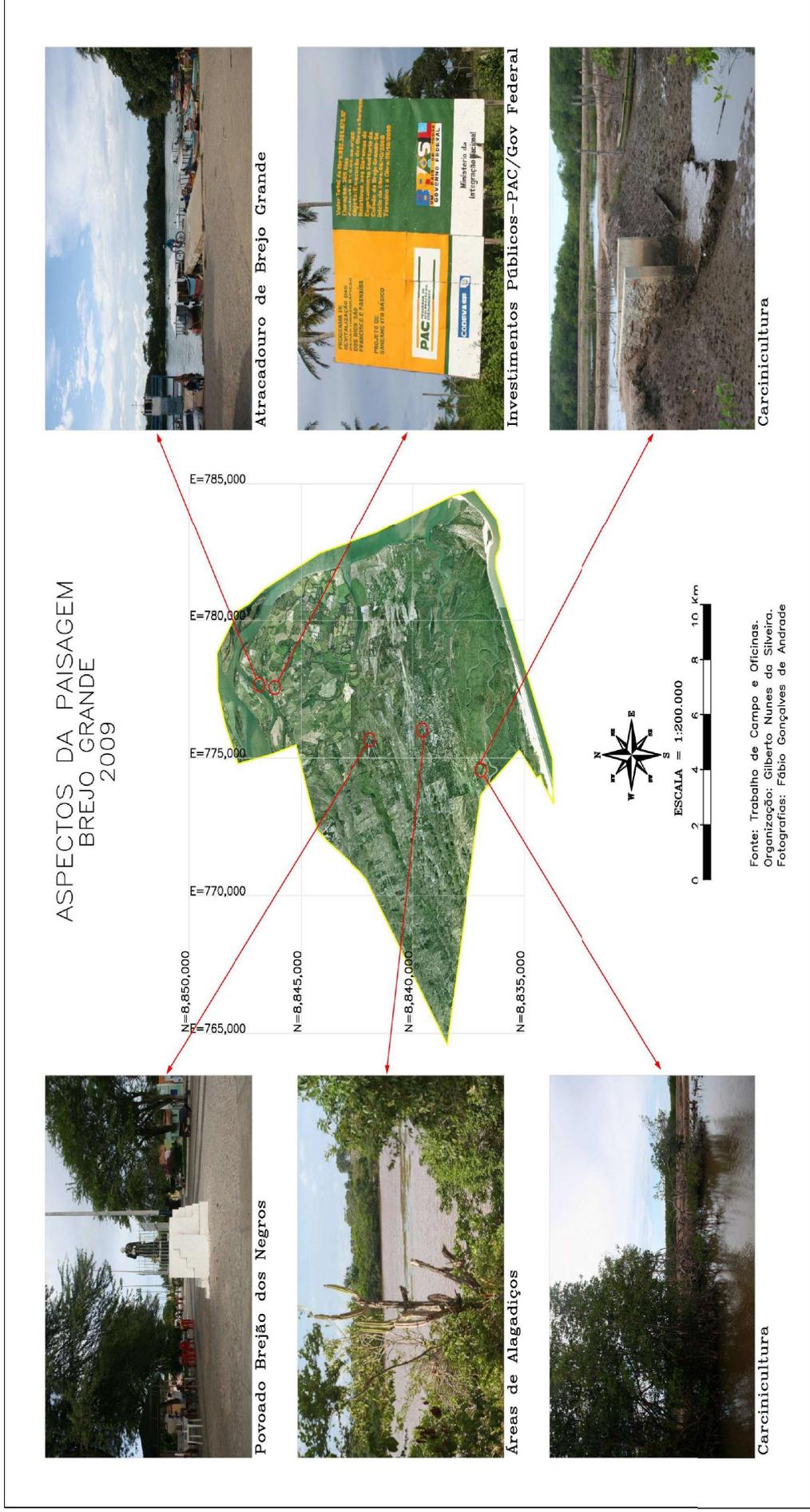


Figura 3.7 Aspectos da paisagem Brejo Grande.

Fonte: Trabalho de Campo, 2009.

Organização: Gilberto Nunes da Silveira.

3.3 Leitura Participativa: o Território Vivido

Para essa etapa da investigação proposta para os questionamentos da tese baseou-se nas consultas a lideranças sociais, aos membros das diversas comunidades existentes nos quatro municípios estudados. O propósito foi identificar a partir da leitura comunitária, as principais questões relacionadas com os problemas e conflitos ambientais locais, levando em conta a percepção e o entendimento das comunidades quanto aos cenários territoriais existentes.

A realização da leitura participativa permitiu a elaboração de análises de resultados obtidos nas oficinas territoriais do Projeto Orla, cujos procedimentos metodológicos já foram abordados na introdução. A presente análise dos conflitos ambientais segue o seguinte roteiro: estabelecimento da tipologia dos conflitos e apresentação dos resultados por município. No capítulo 4 é realizada uma análise mais integrada de toda a área de estudo.

3.3.1 Tipologia dos conflitos

Durante a realização das oficinas participativas vários foram os tipos de conflitos ambientais identificados, com diferentes contextos territoriais, econômicos, naturais e culturais. Cabe ressaltar, como já dissemos na discussão teórica, que se considera neste estudo conflito a disputa pela posse ou uso de determinado recurso ambiental ou territorial entre indivíduos ou grupos sociais.

As áreas litorâneas e em especial as localização na costa marítima de Sergipe são constantemente remodelados por processos naturais como ondas, ventos, ações erosivas e de acumulação e ainda pelas ações antrópicas de uso e ocupação, como práticas agrícolas, instalações de empreendimentos industriais, comerciais, equipamentos turísticos e loteamentos residenciais, que podem estimular o desenvolvimento, mas, paralelamente,

provocam degradação e alteram a paisagem natural. A compreensão desse conjunto de atividades que se complementam ou disputam espaços geográficos, torna-se um grande desafio para o ordenamento territorial, ou seja, passa para aplicação de diretrizes gerais e disciplinamento do uso e ocupação do solo litorâneo.

No contexto deste estudo, os trabalhos concentraram-se na identificação de disputas ou concorrência pelo uso dos recursos que geram conflitos ambientais. Para tanto, as análises dos dados e informações colhidas nas oficinas participativas inserem-se num conjunto de planos, projetos, estratégias e ações implementadas pelo poder público nas três esferas, e ainda, pela iniciativa privada.

Sabe-se, portanto, que o processo de ocupação territorial e o uso dos recursos ambientais, em geral, são os grandes causadores de conflitos, por incompatibilidade entre as diversas atividades exercidas na área litorânea e pelos interesses diferenciados entre os atores sociais envolvidos. A identificação e caracterização dos conflitos e problemas são elementos que podem contribuir para uma melhor compreensão dos desafios impostas pelas novas territorialidades. Neste estudo foram identificados conflitos ambientais relacionados ao uso dos recursos territoriais, de apropriação de recursos naturais e de ordem social, com relação a aspectos econômicos, naturais e culturais, cujos problemas resultantes, as atividades geradoras e os atores envolvidos serão analisados posteriormente.

Admite-se aqui que os conflitos relacionados ao uso do território são decorrentes da falta ou deficiência dos instrumentos normativos que regulamentam a ocupação ordenada e o uso das terras, como Plano Diretor, Código de Meio Ambiente, Código de Obras, Código de Ética, Conselhos Municipais, dentre outros. Agregam-se a esse conjunto as atividades de implementação de infraestrutura e de saneamento.

Quanto ao conjunto de conflitos relacionados à dimensão econômica, consideram-se aqueles gerados a partir da exploração de atividade turística, agrícola, extrativista, exploração do petróleo, e ainda atividade pesqueira. O conflito é gerado, geralmente a partir do incremento das atividades econômicas com o envolvimento e interesses diversos de diferentes atores sociais.

Vale adiantar que alguns dos principais elementos que promovem ou incrementam os conflitos ambientais, estão relacionados às dificuldades de acesso ao recurso natural, seja ele o pescado, a mangaba, e principalmente à praia. Por sua vez, a dinâmica imobiliária e a ocupação urbana nos moldes tradicionais em áreas ambientalmente frágeis como dunas e restingas, manguezal, contribuem para a geração de impactos sobre os recursos ambientais.

Os conflitos de ordem cultural aparecem somente nos municípios de Barra dos Coqueiros e Brejo Grande; eles estão relacionados a pouca valorização dos elementos que identificam determinadas comunidades, as quais vêm desempenhando diferentes funções em busca de seus reconhecimentos, bem como, alternativas de vida. Nesse conjunto de conflitos, ressalta-se o papel da pressão imobiliária, com a implementação de loteamentos, tomando áreas onde antes estavam instaladas comunidades e povos tradicionais como quilombolas e ribeirinhos. Nesses casos, a população local torna-se obrigado a comercializar seus terrenos a preços reduzidos e dá lugar a veranistas proprietários de segundas residências, ou ainda, a futuros complexos hoteleiros. Aqui um tipo de conflito se associa com outro, o que torna a classificação um exercício de difícil realização, um verdadeiro desafio de síntese.

A partir da identificação e caracterização de cada conjunto de conflitos, foi possível levantar as atividades geradoras e seus respectivos efeitos, bem como os atores sociais envolvidos.

Tendo como base os dados e informações levantadas por meio da realização de oficinas participativas com comunidades e com os gestores públicos dos quatro municípios do litoral norte de Sergipe, foi possível agrupar o conjunto de problemas e conflitos ambientais em quatro grandes grupos, a saber:

Conflitos territoriais (Ordenamento e Reordenamento) – neste conjunto encontram-se os problemas e conflitos ambientais relacionados com o processo de uso e ocupação do solo litorâneo que condicionam a produção do espaço geográfico. Esses problemas e conflitos relacionam-se aos elementos da dinâmica imobiliária, regularização fundiária, infraestrutura e saneamento.

Conflitos de natureza econômica – neste conjunto enquadram-se os problemas e os conflitos originados ou incrementados a partir da prática de alguma atividade econômica no litoral norte de Sergipe, tais como turismo, agricultura, carcinicultura, extrativismo, produção de petróleo, e a pesca.

Conflitos pelo uso dos recursos naturais – enquadram-se neste conjunto os problemas e conflitos relacionados a áreas naturais relevantes, unidades de conservação (Área de proteção Ambiental Litoral Norte, Reserva Biológica de Santa Isabel e o futuro Parque Estadual das Dunas), os recursos hídricos e os resíduos sólidos.

Conflitos culturais (Cultura e Comunidades Tradicionais) – neste item encontram-se os problemas e conflitos que estão envolvidos com elementos culturais relacionados a construção da identidade e afirmação de culturas locais.

O quadro 3.2 a seguir apresenta um resumo dessas informações com destaque para a ocorrência ou não de determinado aspecto com o nível de intensidade em que ele ocorre nos quatro municípios que integram a área de estudo.

Tipologia de conflitos ambientais	Foco dos Conflitos Ambientais	Barra dos Coqueiros		Pirambu		Pacatuba		Brejo Grande	
		Existência (*)	Intensidade (**)	Existência (*)	Intensidade (**)	Existência (*)	Intensidade (**)	Existência (*)	Intensidade (**)
Territorial	Dinâmica Imobiliária	S	A	S	A	S	A	S	A
	Infra-Estrutura	S	A	S	M	S	M	S	M
	Saneamento básico	S	A	S	M	S	L	S	L
	Resíduos sólidos	S	A	S	A	S	A	S	A
	Ocupação irregular	S	A	S	A	S	A	S	A
	Deficiência de instrumentos municipais de ordenamento urbano	S	M	S	A	S	A	S	A
Econômico	Turismo	S	A	N	-	S	-	N	-
	Extrativismo	S	A	N	-	S	A	S	M
	Pesca	S	L	S	-	S	M	N	-
	Agricultura (carcinicultura)	N	-	N	-	S	A	S	A
Uso dos recursos naturais	Projeto Tamar	S	M	S	A	S	A	N	-
	Recursos Hídricos	S	A	S	A	S	A	S	A
	Áreas naturais relevantes (UC's)	S	M	N	-	S	M	N	-
	Destruição do manguezal	S	L	S	A	S	A	S	A
Culturais	Identidade	S	A	N	-	N	-	S	A
	Comunidades Tradicionais	N	-	N	-	N	-	S	A

Quadro 3.2 Tipologia de Conflitos Ambientais – Litoral Norte de Sergipe – 2009

Fonte: Trabalho de Campo e oficinas participativas, 2007/2008 e 2009.

(*) Existência: S – Sim N – Não

(**) Intensidade: L – Leve M – Média A – Alta

3.3.2 Conflitos territoriais

Como já foi dito, a análise dos conflitos territoriais tem como base os problemas ambientais relacionados à dinâmica imobiliária, regularização fundiária, infraestrutura e saneamento. Se, por um lado, a ausência ou deficiência dos instrumentos e leis que regulamentam o uso do solo promove alterações nas configurações territoriais, por outro, a intensificação de atividades e ações sem planejamento reforça a complexa realidade em que se encontram os municípios do litoral norte de Sergipe, quanto aos processos de ordenamento e reordenamento territorial (Figura 3.8).

✓ **Município de Barra dos Coqueiros**

Nesse município os conflitos territoriais apontados pela comunidade dizem respeito principalmente ao processo de ocupação irregular de áreas de praia, depósito inadequado de resíduos sólidos e de especulação imobiliária. Nas comunidades de Atalainha e Pontal da Barra (Ilha do Rato) é intenso o processo de ocupação da área a partir do final da década de oitenta do século XX, fato que vem historicamente provocando degradação ambiental nas áreas de manguezal ali existentes. No Pontal da Barra cerca de 80% dos moradores não são nativos de Barra dos Coqueiros, são pessoas oriundas de outros estados. A Atalainha enfrenta a mesma situação, porém com um quantitativo maior de nativos e pessoas de outras cidades do Estado de Sergipe.

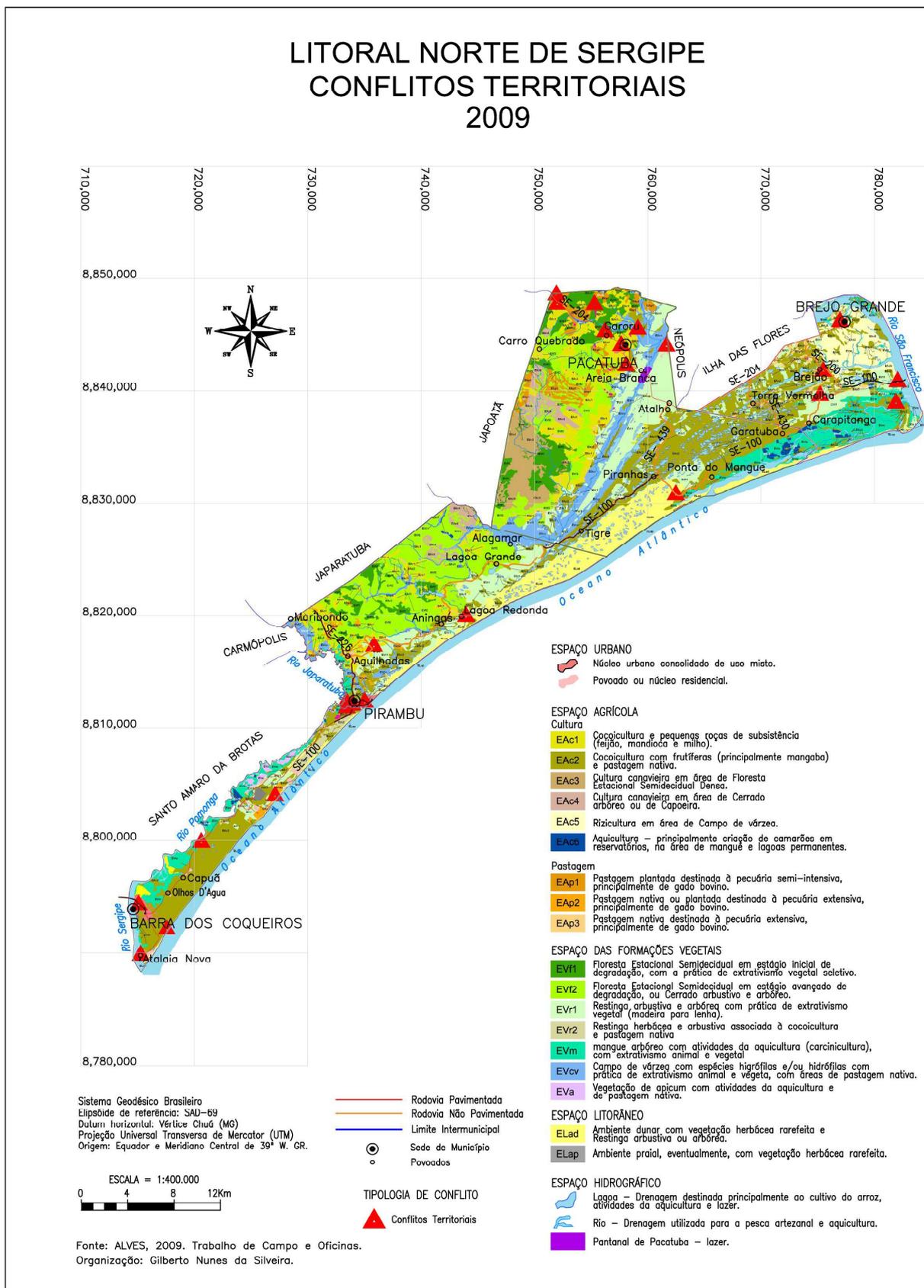


Figura 3.8 Litoral Norte de Sergipe – Conflitos Territoriais – 2009.

Fonte: Alves, 2009 e Trabalho de Campo

Organização: Gilberto Nunes da Silveira

Existem conflitos entre o proprietário da área e catadores de mangaba que utilizam as áreas produtoras de mangabas localizadas no povoado Capuã. Nessa área, desenvolveu-se historicamente o extrativismo da mangaba, fato que nunca despertou interesse do proprietário da área. Atualmente, com a construção da ponte e a legalidade dada pelo Plano Diretor da cidade, a família dos donos da terra está requerendo o direito do uso privado da propriedade, pois com a especulação imobiliária existe uma valorização da mesma. Na grande maioria das terras não existe regularização fundiária, pois os terrenos pertencem à Marinha, o que impossibilita a efetivação das escrituras.

A especulação imobiliária na Praia da Costa começou com a abertura da rodovia há trinta anos. Com o tempo, muitas pessoas começaram a ocupar a área e se apropriar das terras, sofrendo em alguns momentos intervenção do Departamento Estadual de Estradas e Rodagem (DER), porém depois de fixados às terras por determinado período, bares e comércio se instalaram definitivamente. A falta de saneamento básico nas localidades onde as comunidades residem causa a contaminação dos lençóis freáticos por meio das fossas. Além da não existência de fiscalização por parte do Poder Público obrigando as imobiliárias a construir caixas de sedimentação e sensibilização da própria comunidade na tentativa de não sujar as ruas.

O problema de resíduos sólidos também é bastante preocupante. Os moradores reclamam da forma inadequada que os bares e restaurantes utilizam para coletar o resíduo produzido. E ainda reclamam da empresa responsável pela coleta do lixo no município, devido ao destino inapropriado. Foi apontado que a possível implantação da coleta seletiva na cidade e instalação de uma usina de reciclagem, trariam benefícios para a comunidade para a qualidade ambiental.

A disposição inadequada de resíduos sólidos é um fato bastante marcante no município. No início na década de 1970 surgiram os primeiros bares com a utilização pelos moradores locais e visitantes, mas com a construção da ponte entre Aracaju e Barra dos Coqueiros essa demanda aumentou consideravelmente, e conseqüentemente refletiu numa maior produção de resíduos sólidos.

Nesse município a circulação de veículos em áreas de praias também tem gerado conflitos entre usuários, donos de bares e restaurantes e população em geral. O conflito é acirrado nos momentos de descumprimento das leis por parte de usuários que insistem trafegar em lugares regulamente proibido com a praia. Por um lado, os veículos colocam em risco a segurança, a saúde e a vida dos usuários, e por outro, podem provocar acidentes com animais e espécies protegidas por lei.

✓ **Município de Pirambu**

Em Pirambu os conflitos originados pelo uso do território estão relacionados às questões de infraestrutura, saneamento básico e ausência de instrumentos de ordenamento urbano. Elementos como a inexistência do Plano Diretor e disposição de resíduos sólidos inadequadamente, são os grandes promovedores de geração de problemas e conflitos de natureza territorial. O conflito territorial fica evidenciado a partir de 2005 quando houve polarização das atividades de construção de obras no local considerado zona de amortecimento da UC.

A situação dos resíduos sólidos no município de Pirambu também tem contribuído para a geração de conflitos. Vale ressaltar que é constante a mudança de área para a disposição final do lixo. Segundo depoimento, o poder público municipal vem ao longo dos tempos buscando equacionar essa problemática, no entanto foi possível identificar áreas com

quantidades consideráveis de resíduos sólidos dispostas sem nenhum cuidado. Atrelado a essa situação tem-se no transporte do resíduo urbano no trajeto da cidade até o lixão, problemas com a queda involuntários dos resíduos, provocando acúmulos os quais contribuem para a poluição, mau cheiro e proliferação de insetos.

✓ **Município de Brejo Grande**

Os principais conflitos territoriais em Brejo Grande relacionam-se à infra-estrutura, ao saneamento e à especulação imobiliária. Esse município não dispõe de instrumentos reguladores de uso e ocupação do solo ou de ordenamento territorial, a exemplo do Plano Diretor. Essa situação é geradora de sérios problemas e conflitos. Situações como falta de saneamento básico e deficiência do sistema de abastecimento de água contribuem também para o incremento de conflitos. Os representantes da comunidade local declaram que a água que chega até o município não tem a adequada qualidade. Esse fato tem gerados conflitos entre moradores e gestores públicos municipais pelo acesso à água potável. Com cenário semelhante a situação do esgotamento sanitário é problemática dos resíduos sólidos no município, apesar dos investimentos do Governo Federal com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de revitalização do São Francisco ainda não foram efetivas as ações para regularização da disposição final dos resíduos urbanos.

No povoado Saramém nunca se teve a devida preocupação com relação ao esgotamento sanitário, porém há uma proposta de ser atendida com o Projeto do PAC. Já com relação aos resíduos sólidos algumas dificuldades como deficiência na coleta, transporte e destinação adequada, têm provocado o surgimento de conflitos.

Um outro aspecto a ser salientado é o intenso processo de especulação imobiliária que atua na ampliação das propriedades rurais e conseqüentemente na concentração de terras para futura exploração. Nesse sentido, cabe destacar a situação vivenciada no povoado Resina onde uma grande empresa no ramo da construção civil adquiriu uma área, fato que obrigou a uma retirada das comunidades locais que ali viviam. No ano de 2007, a NORCON, uma empresa de construção de imóveis, comprou uma parte das terras em questão. Um dos primeiros atos por parte da empresa foi persuadir os moradores a saírem da área, oferecendo-lhes uma casa, mas isso logrou pouco êxito.

Foi indagada por alguns pescadores a falta de informação referente às áreas de marinha. Há trinta anos, os proprietários das áreas das margens fluviais impedem os pescadores de atracarem seus barcos, fazer choupanas para descanso e armazenar os apetrechos de pesca. Essa situação agravou-se a partir na década de 1990 com o aumento populacional e mecanização da rizicultura. Houve denúncias no MPF, porém os pescadores não conseguiram fazer um acordo de convivência com os proprietários.

3.3.3 Conflitos de natureza econômica

Seguem as análises dos conflitos ambientais de natureza econômica espacializados na Zona costeira do litoral norte de Sergipe, conforme figura 3.9.

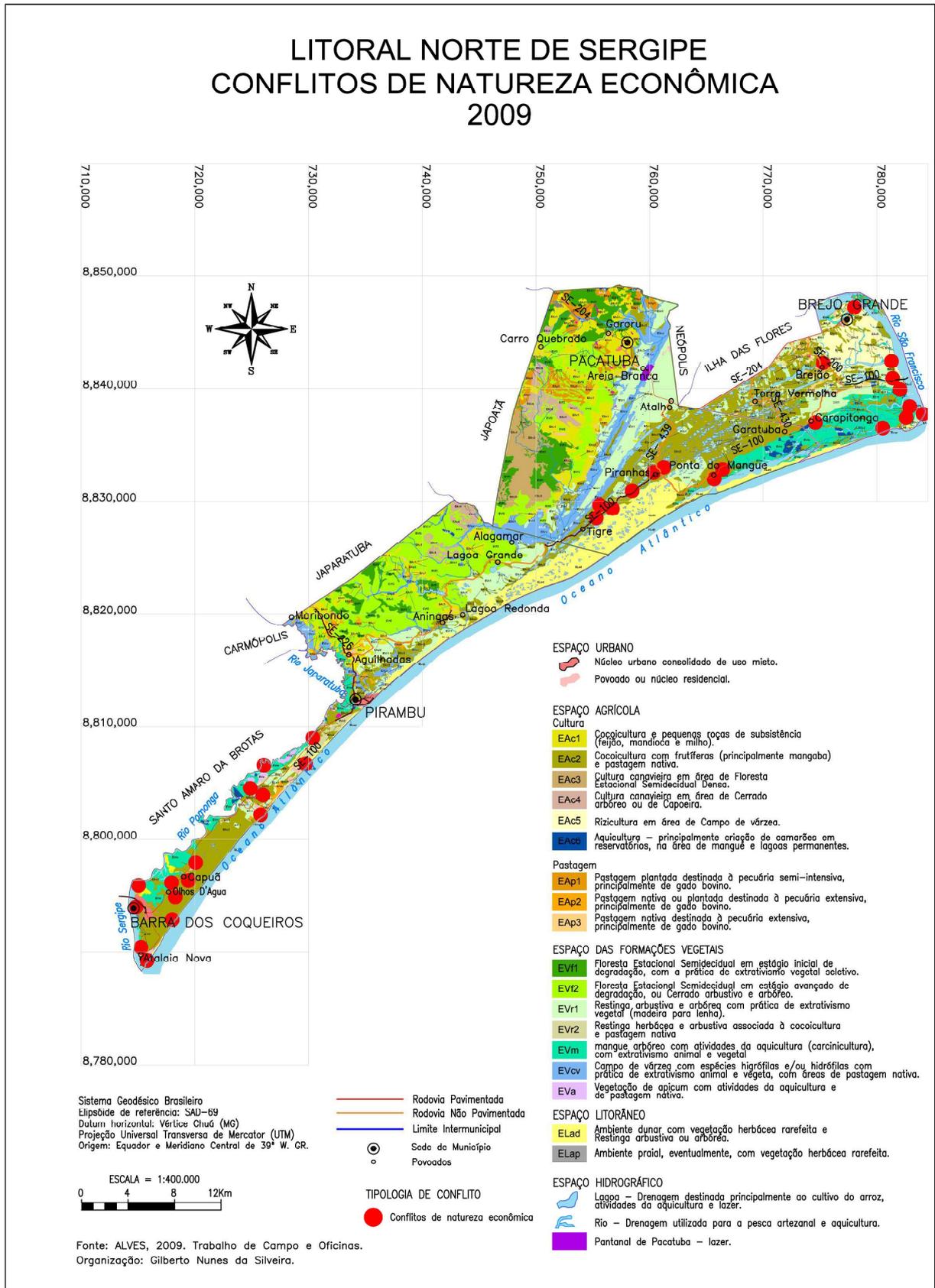


Figura 3.9 Litoral Norte de Sergipe – Conflitos de Natureza Econômica – 2009.

Fonte: Alves, 2009 e Trabalho de Campo

Organização: Gilberto Nunes da Silveira

✓ **Município de Barra dos Coqueiros**

Os conflitos existentes no município de Barra dos Coqueiros do ponto de vista econômico estão relacionados ao turismo e ao extrativismo com destaque para a coleta da mangaba. O turismo é o principal segmento econômico explorado no município da Barra dos Coqueiros, que tem as praias como seu maior atrativo. E como qualquer outra atividade econômica, o turismo requer atenção e constante melhorias em tudo o que o envolve. A comunidade local reconhece a atividade turística como um dos principais meios de desenvolvimento da cidade e cita o ecoturismo como uma potencialidade a ser implementada.

Vários problemas foram pontuados como as ameaças para o crescimento e bom desenvolvimento da prática turística. A rodovia estadual SE-100 é descrita como mal planejada e de má qualidade. Não há informações turísticas para a orientação dos visitantes. A praia de Jatobá também se ressentida da falta de acesso adequado para os turistas.

O hidroviário local foi desativado e devolvido ao estado pela H. Dantas após a construção da ponte que liga a capital, Aracaju, ao município de Barra dos Coqueiros. A comunidade local acredita que o transporte feito pelas lanchas e tototós (espécie de barcos tradicionais utilizados para o transporte de pessoas e mercadorias entre Aracaju e Barra dos Coqueiros sobre o rio Sergipe) era um atrativo a parte e muito importante para o turismo, por isso defendem o restabelecimento das linhas de tototós. Atualmente, o antigo hidroviário encontra-se abandonado.

Existe também a necessidade de manter o Rio Sergipe navegável, para desta forma atender o segmento turístico como também a atividade pesqueira, no escoamento do produto (alternativa para os barcos pesqueiros). O problema em relação à navegação se dá pelo fato da invasão da vegetação nativa que impossibilita a utilização total do rio.

A disputa das catadoras de mangaba e dos “proprietários” da terra existe há mais ou menos 20 a 30 anos em uma grande área com quantitativo de mangabeira relevante, onde se localizava um sítio abandonado, que atinge mais de 50% (cinquenta) de toda produção de mangaba na Barra dos Coqueiros. E toda essa produção encontra-se em uma área nativa.

As perspectivas de desenvolvimento para a zona costeira geraram a valorização de áreas com ocorrências de mangabeiras. Por conta da valorização das terras e consequentemente da especulação imobiliária foi intensificado o processo de demarcação das terras com implantação de cercas, dificultando assim o acesso dos catadores extrativistas. Esses fatos provocaram tensões entre os proprietários e os catadores do fruto. Na tentativa de equacionamento dos conflitos envolvendo esses atores sociais, surgiram as estratégias de permitir o acesso as áreas produtoras mediante o pagamento pela quantidade do fruto colhido. Cada catador que antes adquiria o produto pelo extrativismo direto, agora se vê obrigado ao pagamento de taxas para ter acesso às áreas produtoras.

De acordo com os depoimentos das lideranças do movimento das mangabeiras, as áreas de mangabeiras dessa localidade correspondem aos povoados Jatobá, Olhos D’Água e Capoã. Esses três povoados vêm enfrentando a pressão da especulação imobiliária, fato que tem provocado a redução da área arbórea onde se encontram as plantas. Os participantes da oficina declararam ainda que esse declínio deu-se a partir do final da década de 1980 pela concorrência do cultivo do coco. Esse cultivo atrelado à valoração da terra e a outras atividades econômicas como o turismo, contribuíram para que alguns proprietários de pequenos estabelecimentos vendessem suas terras e fossem embora para os centros urbanos.

No município de Barra dos Coqueiros o destaque é para o povoado Capoã, pois esse é uma das mais importantes áreas de extrativismo da mangaba é a principal estratégia de sobrevivência local. Essa característica desse povoado decorre da relevância dessa atividade

na composição da renda familiar, e contribui para que os catadores invistam no desenvolvimento de práticas de manejo tradicionais que possibilitem um aumento da produção.

As catadoras mostram-se preocupadas com a preservação da flora e fauna da área e também com a suspensão da taxa cobrada pelo dono do terreno. Sendo assim, os principais pontos citados como alternativas de desenvolvimento para esta atividade foram a existência de área de livre acesso e preservação, um local adequado para a comercialização da mangaba e exposição de todos os produtos derivados da fruta e a criação da Associação das Catadoras de Mangaba. A falta de apoio do Poder Público também neste caso continua sendo um empecilho considerável para resoluções dos conflitos.

Em 1992, com o fechamento da Empresa de Pesca da Barra (EMPESCA), uma empresa beneficiadora de pescado, a qual os pescadores da Barra dos Coqueiros comercializavam seus produtos, surgiu à problemática conflituosa entre atravessador e pescador. Com o objetivo de poderem comercializar e até mesmo armazenar todo pescado produzido, os pescadores vêm travando uma batalha desde 2004, ano de fundação da colônia de pescadores da Barra dos Coqueiros, por um local para a construção de um mercado de peixe.

Como oportunidades para um bom desenvolvimento da atividade pesqueira, os profissionais deste ramo citam o fortalecimento da colônia de pesca, a aquisição de material de trabalho a baixo custo, a reforma do hidrovíario com bancas de peixe, a construção de uma fábrica de gelo, cursos profissionalizantes para os filhos de pescadores, benefício do INSS para os pescadores registrados na colônia e o apoio efetivo dos governos municipais e estadual ao pescador do estado. A falta de apoio da Petrobras aos pescadores e do Porto de Sergipe, também é visto como ameaça ao desenvolvimento desta atividade.

✓ **Município de Pirambu**

No tocante a prática da pesca o destaque é para as atividades desenvolvidas no entreposto localizado no estuário do rio Japarutuba, na sede do município. O cenário é composto por lançamento *in natura* de águas residuais de residências, depósito inadequado de resíduos sólidos, e ainda pelo descarte dos rejeitos do camarão e outros pescados diretamente no leito fluvial. O município não dispõe de sistema de esgotamento sanitário fato que acarreta na poluição do rio, que também recebe em outro trecho os dejetos advindos da produção canavieira. Esse efluente denominado de “Caxixe” apresenta sérios riscos de contaminação das águas, dos solos e da própria comunidade usuária, por não ser devidamente tratado. O conflito é ainda agravado com o excesso do lançamento do “Caxixe” por parte de usinas localizadas à montante do rio no município de Capela, principalmente em períodos chuvosos, nos quais a água da chuva lixivia o solo, carreando através das águas do rio os seus elementos inclusive o caxixe, considerado como poluente que provoca a mortandade de peixes.

✓ **Município de Pacatuba**

No município de Pacatuba foi possível diagnosticar que os conflitos de natureza econômica estão relacionados basicamente ao extrativismo e a carcinicultura. Há mais ou menos dez anos a extração da taboa se dava de maneira predatória, mas após atividades de sensibilização com a comunidade artesã foi percebida uma mudança nos hábitos predatórios, seguido por melhora significativa na retirada dessa matéria-prima, já que não se extrai mais essa espécie vegetal pela raiz, sendo, pois realizado um tipo de corte que garante a regeneração da planta. No entanto, ainda existem lugares onde são realizadas queimadas indiscriminada da taboa, prejudicando não só aqueles que dependem diretamente dessa

atividade de extrativismo, mas também a todos aqueles localizados no entorno das áreas de conflito.

A utilização de cloro dentro dos viveiros de camarão, quando da limpeza dos mesmos, impede o desenvolvimento normal dessa vegetação típica de locais de várzea, reduzindo em níveis preocupantes a produtividade da taboa, existindo ainda o agravante da liberação dos resíduos (água contaminada por produtos químicos) sem tratamento no rio provocando a mortandade de mariscos e peixes.

Ressalta-se que a prática da carcinicultura tem promovido a privatização de setores do manguezal, dificultando dessa forma o acesso às praias, rios e ao próprio mangue. Por outro lado, geram-se também momentos de tensão entre os proprietários das áreas produtoras e a comunidade catadora e extrativa, levando os moradores locais a sentirem-se ameaçados, pois estes não possuem o mesmo privilégio que os donos de viveiros residentes em outros municípios.

Quanto ao extrativismo das espécies nativas do ecossistema de manguezal, a exemplo do caranguejo-uçá, ficou diagnosticado que de geração em geração a pesca predatória sempre foi marcante. Fato que se agravou com a chegada da prática do cultivo de camarão em tanques construídos dentro dos manguezais. Esse fato também tem gerado sérios conflitos entre proprietários e população em geral.

Incrementando ainda mais esse cenário, os incentivos ao desenvolvimento da atividade turística no litoral norte pode refletir no acirramento dos conflitos entre populações locais, governos, empreendedores e gestores da UC. Segundo Barbosa e Santos (2008), as unidades de conservação de uso restrito vêm ganhando espaço nas políticas públicas. Entretanto, esse modelo preservacionista tem desenvolvido intensa pressão sobre populações locais do interior ou do entorno dessas unidades.

A pesca e a caça predatória também estão presentes em Pacatuba. A prática indiscriminada tem contribuído para a redução das espécies nativas de jacarés-de-papo-amarelo e o macaco guigó. Esse problema ambiental torna-se um conflito quando as ações de desmatamentos para fins de implementação de pastagens, cultivo da cana-de-açúcar ou implantação de tanques de carcinicultura são acentuadas reduzindo assim os habitats dessas espécies. A ocorrência do desmatamento também se dá para fins de produção do carvão vegetal e produção de estacas para cercamentos. As principais áreas que sofrem com o desmatamento são os povoados Ponta de Areia, Mororó, Cobra D'Água, Fonte Nova, Santana e Tabuleiro. O conflito também é caracterizado no momento em que membros da comunidade e os proprietários se apropriam dos recursos naturais e passam a disputar áreas remotas que ainda mantêm determinadas espécies de flora. As matas ciliares e as nascentes também passam por esse tipo de problema.

✓ **Município de Brejo Grande**

Os principais conflitos de natureza econômica de Brejo Grande estão relacionados diretamente aos empreendimentos do turismo e da carcinicultura, além da pesca e do extrativismo do caranguejo-uçá.

A prática da atividade turística do município sempre teve seus olhares voltados para o Povoado Cabeço. No entanto, essa localidade é mais explorada turisticamente pelo Estado de Alagoas. Outras formas de desenvolvimento do turismo no município tentam ampliar e desenvolver o turismo, mas ainda assim não obtendo maiores incentivos para que o turismo de fato acontecesse.

A pesca predatória também é marcante em Brejo Grande especialmente a “pesca de bater”, que é caracterizada pelo aprisionamento de grandes quantidades de pescado independente de suas condições propícias ao consumo. Há cerca de 20 anos iniciou-se essa modalidade de pescaria que se configura numa ação degradadora e promovedora de sérios problemas ambientais. Essa situação se agravou nos últimos 10 (dez) anos com o aumento do valor do peixe Carapeba. Com o uso intenso dessa técnica e a construção de uma quantidade considerada de barragens no rio São Francisco, a quantidade e a qualidade dos peixes tem diminuído em todo o Baixo São Francisco. Apesar da fiscalização do IBAMA, o equacionamento desse problema está longe de ser alcançado.

Ainda dentro dos conflitos de natureza econômica nesse município, destaca-se a pesca de camboa. Tal atividade é considerada predatória, porém praticada pela maioria dos pescadores e consiste na montagem de uma espécie de armadilha e todas as espécies, independente do tamanho, são capturadas. Os peixes considerados bons são retirados, enquanto que os outros indivíduos, incluídos fêmeas e de menor porte, são descartados sem aproveitamento.

Nas localidades de Capivara, Rosa do Arlindo e Taquareira existem cercas que adentram o rio. Com o cercamento desses locais os pescadores e catadores de caranguejo foram prejudicados no exercício de suas atividades, pois os donos dessas propriedades criam búfalos e não querem que os animais mudem de lagoa. Os equipamentos e apetrechos utilizados para a pesca acabam danificando os motores e redes dos pescadores tradicionais.

No Porto da Marina os pescadores da Associação Senhora Santa Cruz foram impedidos pelos supostos proprietários de construir no local um depósito para armazenamento dos apetrechos de pesca obrigando os pescadores a caminhar várias léguas com os equipamentos da pescaria.

Uma outra situação conflitante do ponto de vista econômica é a criação de búfalos nas áreas próximas aos povoados Saramém e Cabeço, nas Ilhas de Arambipe e do Francisco. Os proprietários das ilhas deram início a criação de búfalos há cerca de dois anos. No relato dos pescadores, os búfalos são muito violentos, pisoteiam as áreas de manguezal e ainda danificam os apetrechos de pesca impedindo a lida diária dos pescadores e de catadores de caranguejo. A relação entre proprietários fazendeiros e comunidade em geral tem se agravado uma vez que são constantes os desconfortos gerados pelos próprios animais, além de representarem perigo à vida de qualquer ser humano.

Uma das atividades mais tradicionais nessa área é a cata das espécies do manguezal. No entanto, pela redução dos mesmos, e ainda, pela substituição das áreas de manguezais nativos pelos tanques de carcinicultura, conflitos têm se acirrados também nesse município. Segundo os próprios moradores, 60% das áreas nas ilhas estão com o acesso limitado por cercas, dificultando assim a movimentação às áreas comercialmente valorizadas. Há cerca de 10 anos esse conflito vem tomando proporções preocupantes principalmente quando os proprietários são políticos locais e de outras áreas fora do município.

Declara um participante do DRP que “Antes todos podiam pescar ou capturar o alimento nessas ilhas, porém hoje algumas pessoas foram impedidas, pois não votaram nos donos das ilhas. Os proprietários da área alegam que existem roubos de fruta no local pelos pescadores e catadores”. Esse discurso é utilizado para justificar a proibição de acesso as áreas produtoras. Apesar das denúncias efetivas junto a Procuradoria da República, pouca coisa foi realizada para equacionamento desse conflito.

Também merece destaque o desenvolvimento da carcinicultura no município de Brejo Grande. Os conflitos que surgiram com a expansão dessa atividade foram fortemente identificados. A partir do final da década de 1990 iniciaram-se as ações para implantação de

tanques para a criação de camarão. Essa prática ocupava importantes áreas de preservação permanente do município exercendo forte pressão sobre as populações tradicionais, como pescadores, marisqueiras e quilombolas. Segundo os relatos, essa atividade vem ao longo dos anos alterando as relações econômicas, sociais, culturais e ambientais das populações residentes, a partir de agressões, ameaças e crimes ambientais.

Atrelado a essa problemática, registra-se ainda a cata que tem se tornado mais comum entre os membros das comunidades, que é a captura dos caranguejos fêmeas. Porém a aproximadamente 5 ou 6 anos, o aumento dos catadoras de caranguejos, inclusive crianças, jovens e adultos, tem mudado o cenário do manguezal principalmente nos meses de abril a agosto. O principal mecanismo para a catação do caranguejo é a redinha, sendo utilizado por 100% dos catadores. O IBAMA já multou, apreendeu redinhas, mas o problema não foi resolvido, pois os catadores desconhecem a lei que proíbe a captura das fêmeas.

Os moradores do município durante as décadas de 1970 e 1980 sobreviviam da rizicultura. Após mecanização nessas áreas a partir da década de 1990, a oferta de portos de trabalhos diminuiu fato que culminou com a busca de novas estratégias de ocupação, dentre essas as atividades de pesca e a cata do caranguejo no município.

3.3.4 Conflitos pelo uso dos recursos naturais

O conjunto dos conflitos originados pelo uso dos recursos naturais também foi marcante em todos os municípios estudados. A forma de apropriação do recurso, o manejo inadequado, os processos de degradação ambiental, configuram-se os grande promovedores de conflitos pelo uso dos recursos naturais no litoral norte de Sergipe. Seguem, pois, as análises municipalizadas (Figura 3.10).

✓ **Município de Barra dos Coqueiros**

Os problemas que geram conflitos associados ao uso dos recursos naturais em Barra dos Coqueiros estão relacionados à poluição das águas do rio Sergipe, à deficiência da infraestrutura de saneamento, à existência do Projeto de Tartarugas Marinhas (Pro Tamar), à criação de unidade de conservação e à degradação e desmatamento de áreas de manguezal.

O maior problema citado pelos moradores é a falta de incentivo do Poder Público em dar continuidade aos projetos voltados para melhorias na cidade. Foi mencionado o contínuo processo erosivo que ocorre no Rio Sergipe e propostas elaborações de intervenções para tal fato. A orla fluvial da Atalaia Nova também sofre com processo erosivo cíclico. Os moradores alegam ter fotos e documentos que comprovam este descaso do Poder Público e pedem apenas a concretização e adequação dos projetos para a realidade atual da orla.

Após a instalação do Porto, os problemas de poluição atmosférica e do solo foram surgindo, causando doenças na população das proximidades ao porto, assim como o envenenamento das plantas no local, produtos químicos lançados no mar causando mortandade de peixe e o transporte inadequado. Também, os moradores citam o manuseio inadequado dos produtos. Segundo uma moradora do Jatobá, o coque é transportado de forma inadequada e nos locais onde o produto químico tóxico semelhante ao carvão cai no solo, as poucas mangabeiras nascem escuras.

A poluição dos recursos hídricos e do solo provocada pela deficiência de coleta, transporte e disposição final dos resíduos sólidos tem provocado descontentamentos nas comunidades e bairros distantes da sede municipal. Essa situação tende a gerar conflitos entre os membros da comunidade e o poder público municipal.

A UC REBIO instalada no município de Pirambu possui parte de Barra dos Coqueiros consideradas zonas de amortecimento, e por conta dessa característica os diversos usos da

praia e do mar estão condicionados a determinadas regras, a exemplo a proibição da utilização da rede de arrasto próximo a costa, bem como a retirada de ovos de tartarugas marinhas.

A exploração dos recursos naturais no município de Barra dos Coqueiros evolui para a intensificação do uso e conseqüentemente do esgotamento da capacidade de reprodução de espécies nativas, a exemplo das áreas de manguezal que vem sendo substituídas pela pressão imobiliária. A degradação dessas áreas dá lugar a conjuntos de habitações que também estão sendo alocadas irregularmente, e em alguns casos, dificultado o acesso a praia e ao mar. Arelado a esta situação, tem-se a intensificação da atividade pesqueira com utilização de instrumentos e apetrechos que contribuem para a pesca predatória

Um exemplo desse tipo de situação que tem gerado conflito quanto ao uso dos recursos naturais é as condições de acesso livre à praia no trecho do povoado do Jatobá. Nessa localidade está nítida que o acesso possui sérias restrições, uma vez que a locação de casas se dá paralela à linha de costa em todo o trajeto, fato que leva a crer que os elementos do planejamento e do ordenamento territorial não foram considerados.

Por outro lado a extração de areia em locais protegidos tem sido marcante no município. A deficiência da fiscalização e do controle de retirada desse recurso não consegue frear ou diminuir o problema, que tem como principal consequência a formação de lagoas artificiais.

✓ **Município de Pirambu**

Os conflitos ambientais associados ao uso dos recursos naturais no município de Pirambu estão relacionados aos corpos d'água e fortemente ligadas ao Projeto Tartarugas Marinhas dentro da Reserva Biológica de Santa Izabel.

Um conflito que merece ser destacado ocorre entre proprietário de fazenda e membros de comunidades e está relacionado a construção de um sistema de travessia fluvial denominado de “ponte molhada”. A problemática conflitante é representada no momento em que as águas do rio Japarutuba são barradas para possibilitar a circulação de máquinas e equipamentos agrícolas. No entanto, o barramento impede a passagem do leito natural e conseqüentemente altera a dinâmica fluvial, bem como a diminuição dos recursos pesqueiros do rio.

A principal característica que exemplifica o nível dos conflitos de uso dos recursos naturais é a tomada de atitudes dos gestores do Projeto Tamar, que é amenizada pelo reconhecimento da importância do Tamar por parte dos integrantes das comunidades. Esses declaram que as relações poderiam ser melhor desenvolvidas se houvesse uma compreensão mais racional e não somente legal e tecnicista de todos os envolvidos. Pode-se afirmar que as estratégias dos gestores e das comunidades são frágeis quanto a compreensão da complexidade de suas próprias relações com a preservação das espécies de tartarugas ali existentes.

Mais uma situação que tem contribuindo para a geração de conflitos de uso dos recursos naturais é o processo de assoreamento que passa as lagoas do município e em especial a Lagoa Redonda. O uso intenso das dunas através do pisoteio e passeios de automóveis por parte dos visitantes e dos próprios moradores, tem provocado o desmoronamento dessas dunas e assoreamento da lagoa.

✓ **Município de Pacatuba**

No município de Pacatuba foi possível identificar que os conflitos ambientais relacionados ao uso dos recursos naturais são diretamente ligados à poluição dos recursos hídricos, à existência da unidade de conservação Reserva Biológica de Santa Izabel e aos processos de desmatamento.

No tocante a poluição dos recursos hídricos, vale destacar a prática da lavagem da mandioca dentro dos leitos fluviais do município. A população se utiliza dessa estratégia e, por conseguinte essa ação promove a poluição das águas que também são utilizadas nas atividades domésticas. Incrementando ainda mais essa situação conflitante ocorre também a prática de lavagem de roupas, veículos e animais, bem como o depósito e a queima inadequada do lixo doméstico nas margens dos rios.

Quanto a existência de áreas pertencentes a REBIO Santa Izabel no município, o principal conflito se dá devido às limitações de acesso à praia e ao mar. Por se tratar de uma unidade de conservação de proteção integral os moradores de alguns povoados como Santa Isabel, Tigre e Ponta do Mangue ficam impedidos de manter outros usos que não sejam relacionados a educação ambiental, ecoturismo e contemplação. Na verdade o desejo maior é de explorar as zonas de praia para construção de casas, estabelecimentos comerciais, casas de veraneio, construções que colocam em risco as atividades de proteção das tartarugas marinhas realizadas pelo TAMAR.

✓ **Município de Brejo Grande**

A implantação de viveiros em plena área de manguezal tem gerado impactos e conflitos ambientais. Em 1997, foi registrada uma grande mortandade de caranguejos, que

segundo relatos dos pescadores e catadores está relacionada aos resíduos gerados pelos tanques da carcinicultura. Esse fato colocou parte da população em situação de risco alimentar, uma vez que sua alimentação diária era proveniente do manguezal e de ecossistemas associados.

Os conflitos entre pescadores, filhos de pescadores e marisqueiras de um lado, e cultivadores de camarão de outro lado foram ainda mais acirrados por conta das dificuldades de acesso às áreas de manguezal. Isso se deu com a instalação de cercas e tanques, a entrada de espécie exótica do camarão (*litopenaeus vannamei*) nos estuários e mangues, degradação do próprio manguezal e de áreas de apicum, contaminação das águas pelos resíduos e efluentes advindos dos tanques, dentre outros.

O desmatamento é outro problema ambiental que tem contribuído para o agravamento dos conflitos pelo uso dos recursos naturais. Em diversas localidades os proprietários promovem a derrubada de árvores para serem utilizadas no abastecimento de fornos de padarias do município e inclusive de padarias do Estado de Alagoas. Em algumas áreas do manguezal ocorre a retirada de madeira para utilização em cercas como estacas das fazendas locais.

Outro aspecto que tem contribuído para o surgimento de conflitos de uso dos recursos naturais em Brejo Grande é o lançamento de efluentes agrotóxicos nos leitos fluviais, advindos da atividade de rizicultura, fato que tem provocado a contaminação das águas e a mortandade de peixes. A rizicultura também tem influenciado outros problemas relacionados à expropriação de terras para o cultivo do arroz, uma vez a que parceria entre os membros das comunidades não é mais possível, sendo substituída pela mecanização da produção, com redução da utilização da força de trabalho humana e conseqüentemente diminuição dos postos de trabalho.

3.3.5 Conflitos culturais

Seguem as análises dos conflitos ambientais de origem cultural espacializados na zona costeira do litoral norte de Sergipe, conforme figura 3.11.

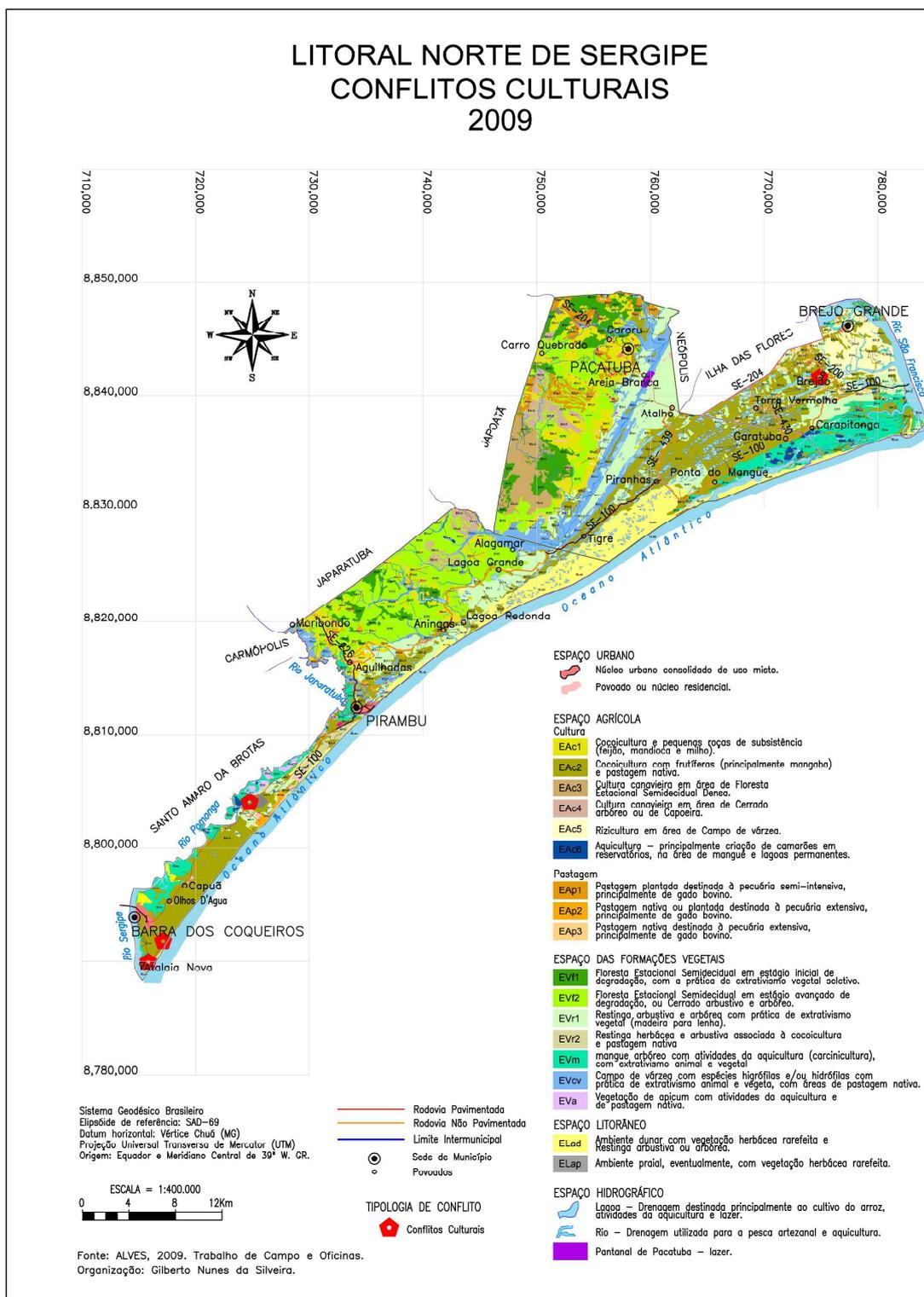


Figura 3.11 Litoral Norte de Sergipe – Conflitos Culturais – 2009.

Fonte: Alves, 2009 e Trabalho de Campo
Organização: Gilberto Nunes da Silveira

✓ **Município de Barra dos Coqueiros**

Aqui nesse trabalho consideram-se conflitos culturais como pertencentes ao conjunto dos conflitos ambientais que se dão entre diferentes interesses individuais e coletivos pelo uso dos recursos advindos da relação homem e natureza. Foi possível identificar problemas e conflitos culturais envolvendo diferentes atores sociais os quais desenvolvem diferentes estratégias de apropriação dos recursos.

Como situação que merece destaque têm-se os artesãos do município de Barra dos Coqueiros se queixam pelas dificuldades que encontram de comercializar os seus produtos. Eles acreditam que a valorização do artesanato local pode contribuir para a consolidação da identidade barracoqueirense. Por outro lado, o local definido para comercialização dos produtos tem sido objeto de disputa entre proprietários de estabelecimentos comerciais e de segundas residências. Eles acreditam ser de grande valia a construção de um espaço reservado à venda dos produtos, no principal ponto turístico da cidade, a Orla local, já que a praia é seu principal atrativo e de concentração dos visitantes e turistas.

Há mais de dez anos, foi fundada a primeira associação preocupada em defender os direitos dos artesões locais. A Associação de Artesões da Ilha de Santa Luzia não conseguiu durar por muito tempo, pela falta de incentivo de todas as partes interessadas no seu trabalho neste segmento. Há um ano e meio, a Associação de Artesões de Barra dos Coqueiros procura resistir às dificuldades encontradas na cidade e tenta lutar pela classe artesã. Essa associação é presidida pelo senhor José Francisco do Nascimento e conta com mais de vinte associados, que se reúnem mensalmente.

Devido a intensificação de visitantes no município os artesões ressaltaram a importância das instituições escolares locais, estimularem e incentivarem as crianças e jovens barracoqueirense a conhecer e valorizar a cultura local, para que desta maneira possam se

interessar em continuar trabalhando no que se refere as manifestações culturais do seu povo. Na visão deles, o trabalho de incentivo e valorização da cultura deve ser uma atribuição de todos: comunidade em geral, escolas e poder público, visto que as diferentes lógicas para a gestão dos bens culturais e coletivos seguem a lógica de cada grupo social, mas devem fazer parte de um coletivo.

Foram citadas várias propostas vistas como oportunidades de crescimento econômico e social dentro do município. No povoado Jatobá, por exemplo, a Associação dos Moradores deste local está sediada num barracão, onde são realizadas oficinas, ensaios e apresentações de grupos folclóricos, um promissor ponto atrativo para comercialização dos produtos artesanais fabricados pela comunidade.

O maior desafio para estas pessoas é conseguir o apoio do Poder Público para investirem na estrutura física do barracão e desta forma facilitar o trabalho de produção, apresentação e venda de suas mercadorias, oferecendo assim ao turista, melhores condições de recepção. Existe também a idéia de organização de feiras itinerantes que possam agregar todos os segmentos que envolvem o turismo, como a gastronomia, o artesanato e apresentações de grupos folclóricos. Em contrapartida, enfrentam o desinteresse da comunidade local.

Os conflitos culturais sofrem pressão de outras atividades presentes no município, a exemplo da confrontação de interesses entre moradores e visitantes, também, das fragilidades presentes e futuras quanto a chegada de novos visitantes do processo de incremento da atividade imobiliária e com ela a concentração fundiária e as transformações dos valores sociais que passem a não incorporarem as práticas econômicas dos artesãos locais, sendo essas, substituídas por práticas modernos de reprodução do capital.

✓ Município de Brejo Grande

A Construtora NORCON tem desmatado áreas de cajueiros, destruindo restinga e plantando coqueiros que estão localizados onde os Quilombolas tinham livre acesso para a atividade do extrativismo e para utilização na produção de artesanato, coleta de frutos e plantio de arroz. Depois da venda dessas fazendas, houve devastação e proibição do acesso nessas áreas. Há quatro anos essa proibição foi intensificada e nos últimos dois anos fora devastada cerca de 30% da fazenda Capivara. As três audiências no MPF serviram para denunciar essas práticas e para que a Comunidade Quilombola tivesse condições de diálogos e conhecimento sobre as áreas da União garantindo livre acesso das comunidades tradicionais.

Atualmente o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/SE) e o Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE) retomaram os trabalhos de identificação e delimitação do território quilombola Brejão dos Negros nesse município, no sentido de reconhecimento e desenvolvimento da área como remanescente de quilombo. De acordo com a população, o povoado é constituído por aproximadamente 170 famílias, que são assistidas pelos governos estadual e federal. Nesta localidade tem havido muitos conflitos entre os membros da comunidade quilombola e os ditos proprietários das terras, principalmente pela resistência daqueles que não se aceitam como descendentes de escravos. Ainda existem pessoas que têm uma excelente lembrança, mas são privadas de falar sobre o assunto à imprensa por causa da forte pressão exercida pelos donos das terras. Declarou Claudeane Bispo, moradora do município de Brejo Grande:

Mas não é isso que vai nos fraquejar, pois estamos no momento fazendo um levantamento cultural e algumas pesquisas. Afinal, somos descendentes de escravos e não podemos deixar essa cultura morrer. Inclusive na minha casa havia uma 'casa de farinha' que foi erguida pela minha tataravó, Maria Vicentina, que era filha de um casal de refugiados.

Diante desses conjuntos de cenários de conflitos têm-se situações que merecem melhor ser consideradas quando da elaboração e implementação de políticas públicas. Não obstante a isso, as intervenções da iniciativa privada devem buscar guarida em instrumentos regulamentares de uso e ocupação do solo da zona costeira do litoral norte de Sergipe. Outro desafio que deve ser considerado são as ações de envolvimento das diferentes representações das comunidades no processo de construção de cenários e caminhos para o enfrentamento da problemática socioambiental desses ambientes, considerando as particularidades e as capacidades de compreensão da realidade do cidadão individual ou em coletividade.

Esta situação representa os conflitos existentes em relação à intensa ocupação urbana em área costeira fragilizada, com a imediata necessidade de gestão e gerenciamento costeiro como mediação e amenização das relações ambientais e antrópicas. Entende-se, portanto, que os conflitos ambientais relacionados aos elementos da cultura que estão em disputa, estão imbuídos de relações de poder, as quais influenciam na construção e representação das coisas do mundo, bem como nas estratégias de ordenamento territorial utilizadas pelos diferentes atores sociais.

A figura 3.12 espacializa e sintetiza a tipologia de conflitos ambientais no Litoral Norte de Sergipe.

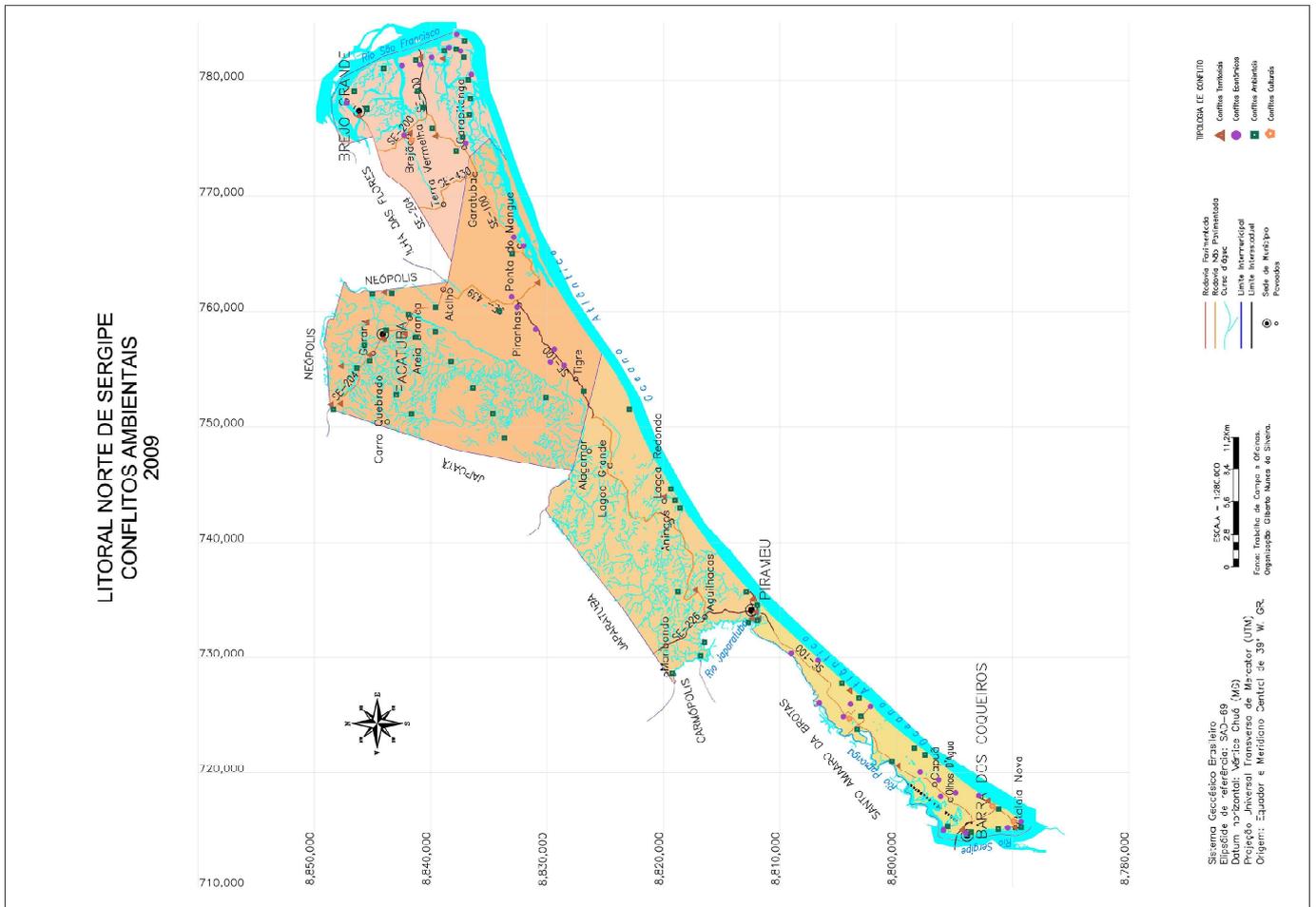


Figura 3.12 Litoral Norte de Sergipe: Conflitos Ambientais – 2009.

Fonte: Alves, 2009.

Organização: Gilberto Nunes da Silveira.

4 ORDENAMENTO TERRITORIAL NO LITORAL NORTE DE SERGIPE: (RE)CONFIGURAÇÕES E DESAFIOS

A zona costeira sergipana ao mesmo tempo em que é palco de grandes transformações territoriais, é também cenário de diferentes interesses e investimentos públicos e privados, não fugindo assim da lógica e do contexto dos litorais brasileiros.

Compreender o contexto dos conflitos ambientais existentes na zona costeira norte do Estado de Sergipe não é uma tarefa fácil. Cada conflito possui um contexto sócio-econômico que o gera e que o sustenta. Conseqüentemente, essa situação, reflete em (re)configurações territoriais e em territorialidades. Nesse sentido, este estudo trouxe à luz esquemas das várias realidades territoriais existentes e com elas os objetos de diferentes interesses pelo uso do solo, e ainda, pelos usos dos recursos territoriais, econômicos, naturais e culturais.

Não é o propósito deste estudo esgotar as possibilidades de cenários e estratégias para o futuro da zona costeira. No entanto, acredita-se que é importante apresentar as concepções dos conflitos ambientais e os reflexos nas (re)configurações territoriais das comunidades dos quatro municípios estudados quanto à situação dos problemas e conflitos ambientais. Diante dos resultados contidos em informações levantadas nas oficinas participativas além dos trabalhos de campo, são apresentadas nesta parte do trabalho análises dos conflitos ambientais e as transformações do território e do (des)ordenamento do espaço da zona costeira sergipana.

Na análise mais geral de todos os conflitos ambientais sejam eles originados a partir do território, da atividade econômica, pelo uso dos recursos naturais e ainda relacionados à cultura, pode-se afirmar que predomina uma racionalidade econômica sobre todos os outros presentes nos quatro municípios estudados, a qual envolve diferentes atores sociais entre eles o poder público, a iniciativa privada e as comunidades locais.

Nesse capítulo são analisadas as relações entre os conflitos ambientais e as territorialidades, as perspectivas, os caminhos e as intervenções, além dos desafios na gestão integrada da zona costeira sergipana.

4.1 As Relações entre os Conflitos Ambientais e Territorialidades

Inicialmente, deve-se destacar que a relação entre uso econômico do espaço da zona costeira sergipana e a conservação dos seus recursos ambientais tem se tornado ainda mais conflituosa. Entretanto, sabe-se que a complexidade dos conflitos ambientais está relacionada à transformação dos recursos naturais em valores econômicos. Por outro lado, esse litoral deverá passar pelos mesmos níveis de pressão que outrora passou o litoral sul de Sergipe e outras áreas litorâneas do nordeste brasileiro.

Vale ressaltar que se considera neste estudo que os conceitos de território e territorialidade possuem dimensões social, política, econômica e cultural, e ainda, que a territorialidade se constrói a partir de processos e interações entre os sujeitos e entre estes e o território, criando-se laços de identidade e cooperação (SANTOS, 1994)

Essas transformações dar-se-ão com base na intensificação dos investimentos nacionais e estrangeiros motivados pelas diferentes atividades econômicas, dentre estas o turismo e a valorização imobiliária. Com a melhoria das condições de infraestrutura de circulação essas atividades necessitarão de outros investimentos, já que o litoral configura-se particularmente numa apropriação cultural que lhe transforma em *locus* de exploração, de lazer e de reprodução do capital (MORAES, 1999).

A ocorrência dos conflitos ambientais na área de estudo pode ser considerada como reflexo dos diversos atributos ali existentes e também dos crescentes interesses sociais que

possibilitam a valoração desse ambiente. Os conflitos ambientais da área de estudos sempre estão relacionados a um ou mais determinados tipos de impactos. Nessa área foi possível identificar impactos promovedores de transformações no ambiente e no território, diretamente vinculados à ação humana. Dentre esses impactos destacam-se a destruição das áreas de manguezal, desmatamento, queimadas, contaminação de solos e águas superficiais, pesca e caça predatória.

Os resultados apresentados no capítulo 4 permitem destacar o papel do poder público no processo de racionalização econômica a partir das diferentes atividades desenvolvidas no litoral norte de Sergipe. Nesse sentido, a extração de petróleo, o cultivo do camarão, a criação de UCs, a implementação de infraestrutura configuram-se como elementos que compõem a ação do Estado enquanto regulador do uso do território e de seus recursos. As intervenções públicas possibilitam o surgimento de novos atores sociais e conseqüentemente novas relações, as quais constroem novas territorialidades a partir de territorialização e/ou desterritorialização.

Na produção do espaço litorâneo sobressaem-se atividades sócio-econômicas que influenciam diretamente na configuração do território, dentre estas cabe salientar as de caráter tradicional como o cultivo de coco, a pecuária e, mais recentemente, a atividade turística atrelada à especulação imobiliária e à carcinicultura.

O desenvolvimento de ações tem provocado uma série de transformação do espaço litorâneo sergipano. Os impactos das atividades humanas sobre os ecossistemas são localmente intensos e diversificados no espaço em estudo. Outra situação é o processo de urbanização em ambientes litorâneos, associado à presença de segundas residências tem sido uma grande ameaça aos ecossistemas costeiros.

Alguns conflitos do litoral norte de Sergipe se configuram a partir das transformações das relações entre os atores sociais com os recursos ali existentes, sejam eles territoriais, de base econômica, de uso do recurso natural ou ainda de base cultural. De acordo com Heidrich (2009, p.273), “o princípio da territorialidade não implica necessariamente exclusão ou conflito em relação a outras territorialidades, mas apenas quando coincidir o objeto da sua ocorrência”. Mas cabe aqui salientar que a exemplo do conflito advindo do extrativismo da mangaba em Barra dos Coqueiros, no qual a ocorrência de novas territorialidades pode provocar a desterritorialização, ou seja, a exclusão da relação da catadora de mangaba com seu próprio território.

Ao se analisar os resultados das oficinas, pode-se aferir que os participantes relacionaram o surgimento e até mesmo o agravamento de conflitos à deficiência e à ausência dos instrumentos de ordenamento e gestão. Essa situação torna-se diferente quando se analisa as informações colhidas durante a realização da oficina com os gestores públicos, os quais relacionaram o surgimento de conflitos territoriais ao processo de ocupação irregular por parte da população de áreas ambientalmente frágeis. Nesse sentido, as diferentes percepções e compreensões de problemas e de conflitos ambientais são destacadas ao se comparar os relatos das comunidades consultadas e os gestores públicos participantes deste estudo.

Um exemplo claro dessa dicotomia de percepção das origens dos conflitos é a existência da unidade de conservação (UC) Reserva Biológica de Santa Isabel no município de Pirambu. De acordo com o SNUC essa unidade é de proteção integral, portanto, não é possível o seu uso direto, ao não ser, para atividades de educação ambiental, contemplação e ecoturismo. No entanto, ao se levantar os conflitos ambientais existentes em Pirambu, essa unidade de conservação e preservação foi considerada como geradora de conflitos. Explica-se: O gestor da UC foi citado como o principal elemento promovedor de desconfortos entre comunidades locais e a própria unidade. Não se questiona, por exemplo, a existência da

unidade e o seu papel na preservação das tartarugas marinhas em Sergipe. Mas, a forma pela qual essa vem sendo gerenciada. Ao se questionar o gestor da UC o mesmo alega que o principal problema que tem gerado conflitos no município de Pirambu é o pouco nível de consciência ecológica dos moradores locais.

Contudo, a iniciativa privada também implementa ações e estratégias, as quais rebatem no território e conseqüentemente nas relações entre os diversos segmentos sociais. A variável econômica é importante definidora de territorialidades as quais são consubstanciadas em relações de poder como afirma Raffestin (1993), e ainda, na apropriação de várias dimensões e dentre estas a simbólica como retrata Haesbaert (1997).

Para Almeida (2009), os territórios são práticas passageiras de atores (individuais ou em grupos) que os reconstróem por intermédio de suas práticas e territorialidades. Os novos territórios advindos da territorialização da especulação imobiliária e da carcinicultura dependem cada vez mais da modernização da técnica e da economia sobre o espaço capitalista, com ou sem incorporação das variáveis política e social do território. Nesse contexto, pode-se corroborar com Candiotto e Santos (2009) quando se diz que a territorialização das novas atividades econômicas no litoral norte de Sergipe são impulsionadas pela fase pós-fordista na qual a acumulação é flexível considera a natureza e a cultura como verdadeiras mercadorias.

Diante das pesquisas pode-se afirmar que o litoral norte de Sergipe é fortemente pressionado por diversas atividades econômicas. Esse ambiente tem se transformado em áreas de diversos conflitos ambientais, nos quais as atividades tradicionais (pesca artesanal e agricultura) competem com as novas formas de exploração dos recursos naturais (porto, petróleo, carcinicultura, turismo). Essas novas formas associam-se a processos de valorização

imobiliária e de conservação da natureza, representantes dos mais diversos interesses da sociedade contemporânea.

Os conflitos ambientais do litoral norte de Sergipe contribuem para a formação de territórios e conseqüentemente para as mudanças nas territorialidades de indivíduos ou grupos sociais. Dessa forma, compreender os diversos conflitos e territórios, bem como as (re)territorializações e territorialidades advindas das intervenções públicas e privadas, implica considerar a coexistência de ações globais e locais que se manifestam nos lugares e nas comunidades (SANTOS, 1996).

As intervenções promovidas pelo poder público e iniciativa privada refletem na valorização do solo e de áreas ambientalmente frágeis os quais passam a sofrer pressões no processo de uso e ocupação. A exemplo, têm-se as ocupações das áreas das praias do município de Barra dos Coqueiros. Nesses lugares a pressão da especulação imobiliária provocou a saída de moradores tradicionais que se sentiram obrigados a vender seus terrenos e se transferirem para bairros mais periféricos do próprio município, ou ainda, para a capital, Aracaju. Além desse processo de valorização das propriedades tem também a ocorrência da privatização de áreas consideradas de uso público e que dificulta o acesso livre às praias.

O adensamento costeiro representado pelos aglomerados urbanos do município de Barra dos Coqueiros representa o impacto do turismo de segunda residência na qualidade ambiental das áreas costeiras. A instalação de residências e equipamentos de lazer como bares, restaurantes e hotéis vem intensificando as áreas ambientalmente frágeis e que ainda não estão preparadas para esse fim. Esse município passou a possuir vários núcleos de adensamento populacional, a exemplo da Atalaia Nova e da Praia da Costa, onde só existiam populações de baixa renda, e da Praia de Jatobá, praticamente desabitada. Essas áreas representam prioridades para instalação de novos equipamentos ligados à atividade turística,

fato que transforma a estrutura ecológica e social dessas localidades. Os ambientes costeiros são, portanto *locus* cada vez mais valorizados e, por conseguinte, de permanentes conflitos ambientais.

Sabe-se, portanto, que os processos de territorialização e desterritorialização mantêm dependência com o surgimento de novas relações sociais com o ambiente. No caso dos conflitos ambientais no litoral norte de Sergipe, pode-se dizer que atualmente ocorrem sobreposições de territorialidades com coexistência de interesses e conflitos. A exemplo, podem-se destacar os diversos interesses nas áreas onde se encontram os ecossistemas de manguezal no município de Pacatuba.

Os conflitos ambientais presentes do litoral norte sergipano tendem a se tornar cada vez mais complexos diante do conjunto de ameaças retratadas pelas comunidades consultadas. Essas ameaças estão relacionadas a problemas de superexploração dos recursos naturais, como por exemplo, a intensificação da carcinicultura em áreas de manguezal, a poluição dos recursos hídricos, a inadequada destinação dos resíduos sólidos e a intensificação do uso do solo pela dinâmica imobiliária.

Os conflitos representam ainda uma convergência de elementos os quais reconfiguram o território e são percebidos diferentemente por cada conjunto de atores sociais. Na área em estudo os usos tradicionais da terra bem como da reprodução do espaço coexistem com os novos padrões de usos que garantem a reprodução capitalista, muitas das vezes, exógenas destoantes das práticas socioculturais locais. Portanto, num mesmo território coexistem múltiplas territorialidades de acordo com os atores sociais envolvidos. Tanto os territórios quanto as territorialidades por conta de sua dinamicidade encontram-se em constantes transformações (HAESBAERT, 2004).

Outra atividade que também tem provocado reconfigurações territoriais é o turismo, a qual vem provocando alterações nas relações socioambientais do litoral norte de Sergipe. A sua implementação tem contribuído para processos de privatização de espaços públicos a partir da instalação de *resorts* e especulação do valor de uso da terra, fato que provoca o deslocamento de comunidades costeiras para outras áreas menos valorizadas, além de promover influências na transformação da cultura local.

Cabe destacar aqui as intervenções para o desenvolvimento da atividade turística as quais promovem sérias mudanças nas territorialidades em especial nesse estudo no município de Barra dos Coqueiros, onde foi implantado um complexo hoteleiro que contará com dois *resorts*, um já instalado e outro anunciado. Ressalta-se que com a instalação dos empreendimentos e o fluxo de turistas e visitantes, podem transformar os atores sociais locais em meros coadjuvantes e serviçais, além da perda de suas práticas e hábitos tradicionais influenciados pelos “novos” hábitos trazidos pelos turistas, ocorrendo o que Swarbrooke (2000) denomina de efeito demonstração. Nesse contexto, os conflitos originados a partir da relação entre populações locais e visitantes têm ligação direta com o choque entre culturas e a sobreposição dos que chegam em relação aos que estão, pois estes têm o seu território e cotidiano transformados.

A atividade industrial e extração mineral existente no litoral norte de Sergipe também foi percebida quanto ao seu potencial de geração de impactos e conflitos ambientais gerados pela descarga de efluentes químicos no oceano; contaminação por grande quantidade de inseticidas e fungicidas usados na cultura de cana-de-açúcar, além do despejo de vinhoto das usinas produtoras de álcool localizadas nos municípios fronteiriços com Pacatuba, causando grande mortalidade de peixes e crustáceos. A instalação e operação de plataformas e dutos, o trânsito de embarcações e as instalações de terra também interferem diretamente na qualidade

ambiental da zona costeira, modificando as atividades socioeconômicas das populações locais.

Outro aspecto que merece atenção quanto a percepção das comunidades é a compreensão que estas têm a respeito da importância de instrumentos legais de ordenamento territorial, a exemplo dos Planos Diretores e os Códigos Municipais de Meio Ambiente. No município onde existe o Plano Diretor, como é o caso da Barra dos Coqueiros, a comunidade relata que o mesmo não vem sendo usado, e muito menos na prática tem servido de elemento orientador para o uso e ocupação do solo. Contudo, nos municípios que não possuem nenhum instrumento legal para planejamento e gestão, como Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande, existe uma forte cobrança por parte dos munícipes para que o poder público institua os referidos instrumentos.

Observa-se, portanto, que alguns conflitos ambientais estão relacionados a processos de crescimento urbano ou ainda ocupação irregular de áreas ambientalmente frágeis. Quando ocorre o planejamento com vista a implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano é possível controlar e prever diversos impactos. A poluição das águas e dos solos, por resíduos advindos da falta ou deficiência dos serviços de saneamento básicos agregados ao acúmulo dos resíduos sólidos, promovem alterações na qualidade ambiental e, por conseguinte na qualidade de vida. Outros fatores estão ainda relacionados ao crescimento desordenado como retirada da vegetação nativa e destruição dos manguezais com sérias alterações na paisagem, observadas no município de Brejo Grande, a marcante especulação imobiliária com destaque para os municípios de Barra dos Coqueiros e Brejo Grande; privatização e diminuição do acesso à praia provocadas por construção de casas em plena beira mar, a exemplo da praia da Costa em Barra dos Coqueiros. Esse fato reforça a afirmativa que a falta de estrutura e os poucos investimentos realizados pelo poder público contribuem para a baixa efetividade da legislação patrimonial e ambiental dessas áreas.

Na tentativa de se compreender esses conflitos consideram-se também as dimensões políticas, econômicas e culturais no (des)ordenamento territorial dos ambientes onde ocorrem a atividade, bem como o contexto das relações entre o local e o global. As particularidades locais que representam as singularidades territoriais enquadram-se num cenário de produção capitalista global. Esse cenário possibilita compreender a heterogeneidade do território do litoral norte de Sergipe o qual é composto por diferentes forças e interesses numa realidade cada vez mais complexa.

A carcinicultura enquanto atividade econômica merece uma melhor atenção. Essa prática expressa relações de poder e reconfigurações territoriais à medida que se intensifica e provoca transformações nas articulações sociais locais e nos ambientes naturais. Os conflitos surgidos e incrementados a partir da prática da carcinicultura têm suas bases nos aspectos territoriais, econômicos, naturais e culturais, apesar de neste estudo eles estarem classificados como de base econômica.

A atividade do carcinicultivo tem sido um dos principais fatores de mudanças no espaço em escala local, associadas à devastação de grandes áreas de mangue para dar lugar aos tanques de criação de camarão, refletindo também nas relações sociais daquela população, a qual tem aos poucos perdido as suas atividades tradicionais de coleta de caranguejo, pesca artesanal, e cultivo de gêneros alimentícios, sendo, pois absorvida como mão de obra barata para os grandes empresários da carcinicultura.

De acordo com os estudos do Ibama (2009), a carcinicultura promove sérios impactos que vão desde a sua fase de implementação, operação até a de pós operação. Na fase de implementação ocorrem a destruição de áreas úmidas, soterramento de canais de maré; perda de *habitat* e áreas berçário da vida marinha, redução na captura de espécies marinhas comercialmente importantes, conversão de planícies salinas com alteração nos padrões de

drenagem de água, e ainda, valorização da terra e pressão pela compra de terras pelos empresários deslocando as comunidades locais.

Na fase de operação, o descarte de efluente dos viveiros ocasiona a deterioração da qualidade da água no corpo receptor, a introdução de espécies exóticas gera competição com as espécies nativas, extinção de áreas de mariscagem, pesca e captura de caranguejos com expulsão desses trabalhadores. Na fase de pós operação, têm-se ainda os impactos relacionados ao abandono de área e a competição com outros usos por espaço.

A prática da carcinicultura é destaque nos municípios de Pacatuba e Brejo Grande. Nesses municípios emergem sérios conflitos ambientais tanto do ponto de vista da produção em área de manguezal quanto das mudanças nas relações sociais. Os catadores extrativistas das espécies do manguezal se deparam com o acesso limitado por cercas e seguranças particulares das áreas produtora onde anteriormente existiam diversos crustáceos e moluscos coletados pelas comunidades locais. A intensa territorialização provocada pela carcinicultura promoveu a geração de impactos sociais e ambientais e conseqüentemente reconfigurou e requalificou o território, ou seja, a intensificação do uso dos ambientes estuarinos pelo cultivo do camarão gerou sérios conflitos ambientais. Por outro lado a deficiência no ordenamento também contribui para os impactos no potencial produtivos dos manguezais e ecossistemas associados.

A carcinicultura é uma atividade econômica recentemente implementada nos municípios do litoral norte de Sergipe. É também um grande gerador de impactos e conflitos ambientais. Os conflitos ambientais existentes na área de estudos provocados pela carcinicultura estão fortemente relacionados a privatização de áreas de manguezais onde historicamente se desenvolvia as atividades de extrativismo por parte das populações locais, as quais tinham nessa atividade sua principal fonte de renda; além disso ficou destacado que a

carcinicultura se dá pela ocupação desordenada com degradação da paisagem e dos ecossistemas associados aos manguezais e expulsão dos trabalhadores tradicionais como marisqueiras, pescadores e catadores de caranguejo de suas áreas de trabalho.

O modelo de implementação da atividade de carcinicultura oferece riscos à sustentabilidade local, uma vez que, conforme pode ser observado, muitos dos tanques de cultivos encontram-se totalmente dentro de áreas de manguezal, fato que além de ferir a lei, promove a degradação desse ecossistema. Essa prática tem colaborado com as mudanças nas relações sociais entre os atores das localidades onde ocorre essa prática. A carcinicultura alterou as relações, inicialmente, provocando a pressão sobre proprietários de pequenos empreendimentos, os quais se viram na obrigação de transferência da posse da terra decorrente do preço bastante desvalorizado. Por outro lado, alterou também as relações sociais do trabalho. Quem era proprietário passou a ser mão-de-obra nos empreendimentos de grande porte.

A situação das áreas de mangabeiras no município de Barra dos Coqueiros também merece uma análise especial no ponto de vista dos conflitos ambientais ali existentes e as suas relações com as territorialidades.

Em 2009, a Embrapa Tabuleiros Costeiros (Aracaju-SE) publicou o documento Mapa do Extrativismo da Mangaba em Sergipe – Ameaças e Demandas, o qual traça um diagnóstico detalhado sobre a realidade dos catadores da fruta no estado, suas nuances sociais, econômicas, políticas e ambientais. Nesse documento são apresentadas todas as áreas de ocorrência do extrativismo da mangaba em Sergipe, além do perfil socioeconômico das catadoras e os principais conflitos e problemas da atividade. O estudo apontou que dentre as principais situações da mangaba no Estado de Sergipe, um fato que merece destaque: a concorrência com outras atividades econômicas, como a cana-de-açúcar, a carcinicultura,

loteamentos e o turismo, que contribuem para a redução das áreas nativas da mangaba, além da restrição do acesso das catadoras a áreas particulares por causa do aumento do interesse pela comercialização da fruta (EMBRAPA, 2009).

Destaca ainda esse estudo que os proprietários de terras onde a mangaba ocorre estão apresentando resultados modificados quanto à produtividade das propriedades com receio de ações de desapropriações por parte do INCRA. Outra informação importante apresentada é que o extrativismo da mangaba é a principal fonte de renda de milhares de famílias que vivem nos tabuleiros costeiros e restingas de Sergipe.

Os estudos realizados por Mota, Silva Júnior e Schmitz (2009) demonstram que a valorização da mangaba cresceu nos últimos anos e se apresenta como importante fonte de renda. Apesar dessa situação, os campos remanescentes de mangabeiras estão quase todos em áreas turísticas, próximas de praias, fatos que despertam o interesse de uma outra atividade econômica, a especulação imobiliária. Nessa relação entre áreas de mangabeiras e outras atividades econômicas o que sempre acaba acontecendo é a expulsão de populações nativas. Cabe ressaltar que o acesso que outrora era livre, na atualidade tende a ser limitado, devido ao valor agregado às terras e às possibilidades de exploração dos remanescentes pelos proprietários, diante dos altos preços que a terra adquire.

Essa situação é bem marcante no município de Barra dos Coqueiros, a qual tem gerado sérios conflitos entre as catadoras tradicionais de mangabas e os “novos” proprietários das áreas produtoras. Os campos que antes eram livres passam a ser cercados, limitando e até mesmo impedindo a entrada de catadoras, pertencentes às comunidades locais.

As ações e políticas públicas capazes de promover a regulamentação do uso e da prática dessa atividade ainda são frágeis. Como exemplo, o acesso das populações tradicionais e a garantia de conservação das áreas ainda não estão assegurados. Deve-se considerar que as

áreas remanescentes de mangabeira são exemplares vivos e dinâmicos de um ecossistema considerado de extrema fragilidade e habitat de espécies importantes como a mangabeira.

Vale destacar a ocorrência da unidade de conservação Reserva Biológica de Santa Isabel com áreas nos municípios de Pirambu e Pacatuba. Essa unidade configura-se numa ação do poder público federal na perspectiva de preservação de espécies de tartarugas marinhas existentes na costa sergipana. Essa estratégia de preservação da natureza tem gerado novas territorialidades representadas nas novas relações sociais bem como nas reconfigurações do território. Ao criar essa UC limita-se o controle e o acesso às áreas protegidas e conseqüentemente promove alterações no valor paisagístico e econômico da terra. A demarcação das unidades de conservação existentes no litoral norte de Sergipe envolve diretamente relações de poder entre os diferentes atores sociais que atuam nesse espaço. Esse aspecto nos garante estabelecer que os conflitos ambientais estão relacionados a diferentes concepções de uso e ocupação do solo e as diferentes representação que se têm do simbólico.

Pode-se aferir neste estudo que as ações do Projeto Tamar desenvolvidas ao longo dos quase 30 (trinta) anos refletiram em transformações territoriais no município de Pirambu. Apesar das diversas estratégias utilizadas pelo Projeto ainda é possível observar e identificar diversas situações que geram desconfortos e conseqüentemente conflitos entre moradores locais e gestores. Se por um lado as relações entre esses atores são pró ativas, por outro, também geram implicações na participação dos membros da comunidade. Observou-se que tem sido tarefa árdua a manutenção do diálogo local em prol da conciliação dos diversos interesses e das limitações que geram com a implementação da REBIO. As diferentes percepções entre gestores do Projeto, comunidades em geral e dos próprios administradores municipais contribuem para o enfraquecimento dos espaços de diálogos e negociações. Com a diminuição ou enfraquecimentos dos momentos de diálogos sobram espaços para a ratificação

dos posicionamentos individualizados em detrimento da integração social dos múltiplos interesses.

Segundo Suassuna (2004, p. 68)

A dificuldade no estabelecimento do diálogo está relacionada com o estímulo à participação política dentro das comunidades. Além disso, o envolvimento político do Projeto Tamar com instâncias de poder local, que não é sequer mencionado na construção do processo dialógico do Projeto Tamar com as comunidades, aparece como uma espécie de embrião para o desentendimento. Isso ocorre porque o paradigma norteador restringe-se à visão do mito da natureza intocada, ou seja, é necessário preservar as tartarugas, enquanto as questões de fundo sociocultural são relegadas ao segundo plano no estabelecimento da política ambiental.

A instalação do Projeto TAMAR no município de Pirambu suscitou sérios embates entre população local e os gestores, talvez porque as ações e os privilégios foram direcionados quase que exclusivamente para a preservação de áreas das tartarugas e os problemas da população local não são levados em consideração. Nesse sentido cabe destacar o que relatam Diegues e Arruda (2001) ao se referirem à biodiversidade. Para eles essa não é somente produto da natureza, mas também fruto da ação das sociedades e culturas humanas, em particular das sociedades tradicionais não-industriais. É, portanto, também uma construção cultural e social.

A atividade imobiliária bastante marcante nos municípios do litoral norte sergipano encontra-se num cenário bastante fragilizado por deficiência dos instrumentos de ordenamento territorial, apoiados na crescente valorização das terras dessa área. A deficiência do planejamento de ações que coordenem o uso e regulamentem a ocupação, ocasiona inúmeros problemas relacionados à infra-estrutura inadequada, a depreciação dos recursos naturais, acirramentos de conflitos, rebatendo em novas reconfigurações territoriais.

Conclui-se este item destacando as principais fragilidades nas relações entre conflitos ambientais e territorialidades.

As relações entre gestores públicos e comunidades uma vez que do ponto de vista político os interesses são bastante diversificados e atendem a diferentes perspectivas de desenvolvimento e inclusão social. As intervenções se apresentam inconsistentes quanto a possibilidade de promover a sustentabilidade local diante das diferenças marcantes entre as questões econômicas, sociais, culturais e naturais. Contudo, as políticas e estratégias públicas (federais, estaduais e municipais) direcionadas para o ambiente costeiro apresentam dificuldades quanto ao reconhecimento das realidades locais.

Os conflitos existentes no litoral norte de Sergipe apresentam forte ligação com as precárias condições de estruturas de planejamento territorial e saneamento nos municípios costeiros, que não conseguem acompanhar o ritmo da ocupação. A questão fundiária apresenta-se com um dos grandes desafios para diminuição dos diversos conflitos ambientais e em contrapartida a valorização dos terrenos costeiros é crescente. Merece ainda destaque a frágil participação das comunidades nas ações de gerenciamento costeiro, considerando-se nesse contexto a falta de preparo dos diversos segmentos sociais que atuam na zona costeira sergipana.

4.2 As Perspectivas, os Caminhos e as Intervenções

Diante do presente estudo é possível afirmar que do ponto de vista de uma gestão costeira capaz de equacionar ou dirimir os problemas e conflitos ambientais, há de considerar a própria estrutura institucional, do ponto de vista do poder público estadual e municipal, a composição de equipes técnicas para atuarem no processo de ordenamento costeiro, a consolidação do aparato legal e as formas representativas e democráticas de colegiados de gestão costeira.

No litoral sergipano o cenário de impactos ambientais já compromete a conservação da biodiversidade e ameaça os bens de uso comum do povo, principalmente nos elementos que se referem ao acesso às praias e a determinadas práticas tradicionais de extrativismo. Além disso, têm-se os impactos esperados pelas mudanças globais do clima em áreas de praias e sistemas estuarinos, e ainda, em áreas em processo intenso de urbanização. Esse processo de degradação das condições naturais não tem sido acompanhado pela capacidade de resposta do Estado.

Os conflitos no litoral norte de Sergipe constituem indicadores de pressão das atividades econômicas sobre esse ambiente. Os estudos aqui realizados apontam graus diferenciados quanto ao número de conflitos existentes em relação à aproximação de cada município com a capital sergipana. Percebeu-se que quanto mais se afasta da capital, ou seja, de um núcleo com alta taxa de ocupação e diversidade de serviços, diminui a quantidade de conflitos ambientais.

O município de Barra dos Coqueiros apresenta uma quantidade superior de impactos e conflitos ambientais em relação aos outros municípios. Essa quantidade de conflitos tende a diminuir a medida que se afasta das áreas mais urbanizadas, a exemplo tem-se o município de Brejo Grande, o mais distante da capital, que apresenta uma quantidade inferior aos demais municípios. No entanto, isso não implica dizer que a complexidade de tais conflitos seja também influenciada pela distância dos centros urbanos.

A qualidade ambiental e paisagística dos municípios são fortemente pressionadas por diferentes atividades humanas. Em determinado momento a especulação imobiliária é o principal fator gerador de conflitos em um município, e em outro cenário, a carcinicultura é a promotora das principais transformações territoriais. Esses elementos relacionam-se com o

grau de importância que se é dada a determinada atividade econômica, considerando-se os diferentes interesses e cenários locais, regionais e ainda internacionais.

Pode-se dizer que o litoral norte de Sergipe tem perdido parte de suas características originais promovida pela intensificação e diversificação de uso do solo, além da exploração dos recursos naturais nos últimos anos. Essa situação tem refletido na produção do espaço costeiro e nas (re)configurações de seus territórios. Cabe destacar que essa porção do litoral sergipano não sofreu o mesmo grau de intervenção que a porção sul.

Os investimentos públicos e privados no litoral norte sergipano refletirão a intensificação das atividades econômicas, as quais promovem a crescente pressão sobre os recursos costeiros. Essa pressão provocada e intensificada a cada instante traz consigo várias consequências dentre as quais as transformações socioambientais nas comunidades costeiras. A carcinicultura é uma atividade que vem provocando alterações nos territórios, a sua prática tem contribuído para o surgimento de catadores extrativistas inativos não absorvidos por tal atividade, fato esse provocado pela redução das áreas nativas de ecossistemas de manguezal. No que diz respeito as áreas de mangabeiras no município de Barra dos Coqueiros a especulação imobiliária apresenta um conjunto de atividades que promovem a degradação ambiental local. Não se pode dizer, portanto, que ocorre uma simples disputa pelo recurso costeiro, quando na verdade os conflitos surgem atrelados a uma lógica de mercado nacional e internacional pelo uso do território.

Segundo Barragán Muñoz (2004), o objetivo principal da gestão integradas das áreas litorâneas consiste em resolver os problemas que ameaçam a integridade e a existência dos recursos costeiros, ao tempo em que, contribui para o desenvolvimento social e econômico. Reforça-se essa máxima do autor, destacando que os conflitos que ocorrem no litoral norte de

Sergipe têm suas raízes relacionadas com a deficiente e na maioria das vezes a ausência da gestão desses ambientes.

Os impactos ambientais como a degradação da qualidade dos recursos naturais, diminuição da biodiversidade, alterações dos processos físico-naturais, diminuição das áreas de acesso à praia, têm se configurado como os principais elementos geradores de conflitos entre os diversos usuários e entre estes os gestores públicos. Esse contexto torna ainda mais difícil a gestão.

De acordo com os levantamentos em campo e em oficinas participativas foi possível identificar algumas causas promotoras de impactos e conflitos ambientais. Nos municípios de Barra dos Coqueiros e Pirambu, onde se encontram os principais aglomerados urbanos em processo de expansão vinculados ao desenvolvimento de atividades econômicas, ao turismo e principalmente à especulação imobiliária, tem-se a certeza de agravamentos dos conflitos ambientais. Essa última configura-se como um dos principais desafios para o ordenamento e gestão territorial.

Nesses municípios ocorre ainda a intensificação da infraestrutura de circulação e equipamentos turísticos e de segunda residência. A construção de moradias em campo de dunas promove além da redução do acesso livre a praia, a fragmentação e o desaparecimento de parte dos ecossistemas costeiros. Atrelado ao crescimento urbano tem-se ainda a maximização da produção dos resíduos sólidos com sérios problemas de disposição final.

Quanto aos caminhos da zona costeira sergipana devem ser considerados os processos ambientais, o uso público dos recursos como elemento essencial à valorização dos meios, além de reconhecer o grau de transformação e (des)territorialização que essa zona enfrenta. Diante das análises desse estudo é válido ressaltar que é de fundamental importância

encontrar alternativas sustentáveis capazes de equacionar problemas e conflitos ambientais, ou até mesmo, prevê-los.

Diante do exposto, apresenta-se agora um esquema demonstrativo dos subsistemas que compõem o litoral norte de Sergipe, no que diz respeito aos aspectos físico-naturais, sócio-econômicos e jurídico-administrativos (Figura 4.1).

O sistema territorial do litoral norte de Sergipe é reflexo e condicionante das ações e estratégias de desenvolvimento implementadas nesse ambiente pelo poder público e até mesmo pelos entes privados. Ao se fazer uma análise mais criteriosa desse sistema pode-se perceber que os três subsistemas não estão consolidados e apresentam problemas nas suas relações, os quais irão promover os conflitos ambientais (GÓMEZ OREA, 2001).

Portanto, os subsistemas que representam os elementos-chave para o ordenamento territorial, quais sejam as atividades humanas representadas pelo social-econômico, o local considerado aqui o meio físico-natural, e ainda, as relações entre eles, ou seja, os elementos jurídico-administrativos devem ser melhor compreendidos na perspectiva de estabelecimento de caminhos e intervenções para a visão macro do espaço. Além disso, deve-se conhecer o padrão de ocupação, os diversos tipos de uso do território, as formas de valorização da terra e a introdução de novas tecnologias sociais e econômicas.

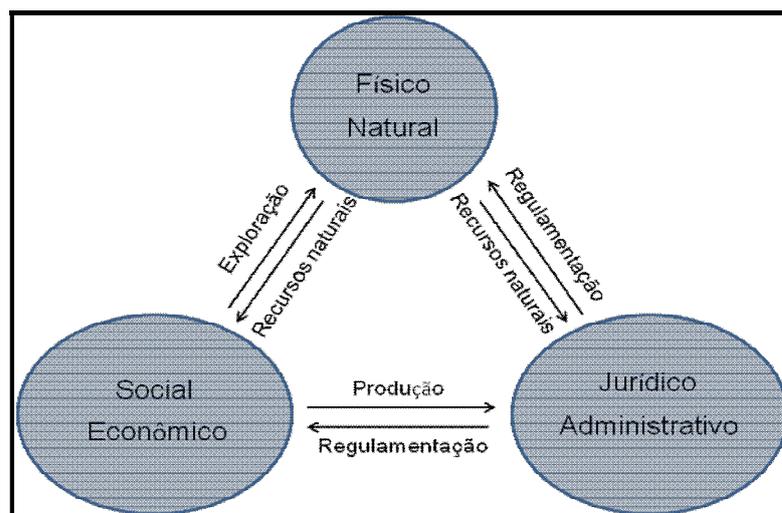


Figura 4.1 Sistema Territorial do Litoral Norte de Sergipe
Elaboração: Vieira, 2010, adaptado de Barragán Muñoz, 1997.

No que diz respeito aos elementos do subsistema físico-natural o litoral norte de Sergipe apresenta singularidade quanto ao potencial de recursos existentes, os quais necessitam melhor compreensão quanto às estratégias de conhecimento da sua qualidade e quantidade, bem como das formas pelas quais esses recursos vêm sendo explorados. O uso dos recursos é ao mesmo tempo elemento reflexo e condicionante das configurações territoriais e produção do espaço geográfico costeiro. Na perspectiva do ordenamento territorial é de fundamental importância o diagnóstico dos recursos físico-naturais para o planejamento e gestão desse ambiente com vista à sustentabilidade, uma vez que nessa zona ocorre o encontro dos elementos da litosfera, hidrosfera e atmosfera, e por essa razão é uma área bastante dinâmica.

Esse subsistema é formado por diferentes ecossistemas e marcado por diferentes tipos de impactos e conflitos ambientais. Mantém ainda relação com os outros dois na medida em que seus recursos são apropriados pelas diferentes atividades econômicas, e quando essas passam a ser regulamentadas pela ação do poder público. Cabem ainda ao subsistema físico-natural as funções de regularização dos próprios ecossistemas costeiros. No entanto, no litoral

norte de Sergipe, essas funções são fortemente pressionadas pelo processo de uso e ocupação do solo e pela exploração de seus recursos.

Segundo Moraes (1999), os recursos dos ambientes litorâneos apresentam-se de forma rara devido a sua estreita faixa e atuam como alavanca de elevação do valor do lugar, numa valoração necessariamente comparativa e relacional. A intensificação das atividades econômicas no litoral norte de Sergipe tem impacto direto na qualidade desse ambiente com elevado grau de fragilidade ambiental e paisagística, não preparadas para receber tais investimentos. A exemplo, têm-se as localidades costeiras ocupadas quase sempre com população de baixa renda as quais representam prioritariamente áreas para a instalação de novos equipamentos como resorts, condomínios fechados, dentre outras.

Quanto ao subsistema sócio-econômico do litoral norte sergipano percebe-se uma diversidade de uso dos recursos costeiros, desde as atividades mais tradicionais do extrativismo da mangaba e do caranguejo até as mais modernas de exploração do petróleo e do próprio turismo. Essa multiplicidade de atividades contribui diretamente para o surgimento de impactos e conflitos ambientais, tornando-se imprescindível não somente conhecer os usos e as atividades, como também compreender os fundamentos que provocam tais transformações no território, suas configurações e suas crises (BARRAGÁN MUÑOZ, 1997). Os recursos naturais existentes na zona costeira norte de Sergipe configuram-se em produtos altamente valorizados pelo processo de produção capitalista, fato que contribui para a supervalorização das áreas produtoras em detrimento de determinadas atividades tradicionais. Cabe destacar o processo de valorização da costa que traz consigo a ocupação irregular de áreas ambientalmente frágeis, e ainda, a super-exploração das áreas de manguezal em prol do desenvolvimento da carcinicultura. Vale ressaltar também que em alguns casos as atividades econômicas apresentam incompatibilidades de uso dos recursos existentes na zona costeira.

Pode-se dizer que os conflitos ambientais existentes na área de estudo também estão relacionados aos diferentes valores que se dão as dimensões econômicas, sociais e ecológicas.

Do que se pode falar sobre um subsistema jurídico-administrativo do litoral norte de Sergipe, sabe-se que esse ainda é bastante problemático, uma vez que os instrumentos de regulamentação e gestão são ainda insuficientes, e por conta disso, reforçam a complexidade dos conflitos ambientais. Sabe-se, portanto que esse subsistema regulamenta os outros dois citados anteriormente, o físico-natural e o sócio-econômico. A deficiência de leis, decretos, normas e regulamentações dar-se com mais complexidade nas esferas estadual e municipal de governo.

Para Barragán Muñoz (1997), a estruturação do subsistema jurídico-administrativo é de fundamental importância para a proteção ambiental e dos recursos naturais, além de estabelecer diretrizes e critérios para o desenvolvimento econômico e social. É digno de registro que esses três subsistemas não desenvolvem relações harmônicas no litoral norte de Sergipe. A quantidade e a complexidade dos conflitos demonstram a fragilidade desse ambiente marcado pela ações de preservação como exemplo das ações do Projeto Tamar de uma lado, e de outro a destruição das áreas de manguezal provocada pela atividade da carcinicultura.

O ordenamento territorial configura-se como uma estratégica com função horizontal capaz de integrar as funções setoriais e verticais, além disso, serve para articular os instrumentos de planejamento e gestão, sendo pois ponto convergente de política de diferentes setores e níveis de atuação pública (ROMERO GONZÁLES; FARINÓS DASÍ, 2004).

A pesquisa permitiu conhecer que os subsistemas do espaço litorâneo físico-natural, sócio-econômico e jurídico-administrativo da zona costeira norte sergipana não desenvolvem relações harmônicas como já estabeleceu Barragán Muñoz (1997) em estudos realizados sobre

a realidade costeira da Espanha. A fragilidade dessas relações é facilmente percebida pela ocorrência de uma diversidade de problemas e conflitos ambientais já apresentados no capítulo anterior dessa tese. É notório que grande parte desses problemas e conflitos é resultante do modelo de desenvolvimento adotado no qual a natureza é fonte inesgotável de recursos pelos quais se consegue a acumulação de capital.

Se por um lado os conflitos ambientais da zona costeira sergipana apresentam-se com reflexos das intervenções públicas e privadas, por outro eles também representam limitações quanto as possibilidades de implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento e gestão territorial. As atividades econômicas ali praticadas como a carcinicultura e o setor imobiliário, considerada como alavancadoras de desenvolvimento, são executadas com forte deficiência do processo de planejamento e ordenamento territorial, traduzem-se na exploração dos recursos costeiros e na ocupação desordenada. Os instrumentos de ordenamento e gestão territorial existentes acabam-se fragilizados e pouco eficazes quanto ao cumprimento do papel para o quais são criados.

Com vista ao aprofundamento das discussões apresentadas ao longo dessa tese foi necessário ainda apresentar algumas discussões a respeito dos desafios da gestão integrada da zona costeira em Sergipe, considerando o contexto dos impactos e dos conflitos ambientais e suas relações com a ocupação e o ordenamento territorial.

4.3 Os Desafios para a Gestão Integrada da Zona Costeira Sergipana

A Zona Costeira brasileira tem passado, nos últimos anos, por processos significativos que requerem uma reflexão desse momento em que se encontra. Na mesma medida em que são observadas novas frentes de ação, alguns desafios ainda estão postos para serem

superados, sobretudo no que se refere às lacunas de reconhecimentos dos problemas e conflitos ambientais, bem como o envolvimento das comunidades locais nos processos de planejamento e gestão do litoral, em especial de Sergipe.

Nesse estudo foi possível relacionar a existência de conflitos ambientais provocados pelas diversas formas de intervenções e de relações entre o homem e a natureza. A gestão costeira do litoral norte de Sergipe é também encarada como desafio pelo potencial de diferentes interesses que se tornam cada vez mais complexos. Conceber a zona costeira na sua totalidade requer também promover a sua gestão integral, considerando-se seus ecossistemas, seus recursos, suas atividades e seu povo. Consideram-se ainda os instrumentos para o ordenamento territorial que se depara com conflitos de interesses os quais geram dinâmicas desafiadoras. Sabe-se, portanto, que nem a gestão costeira e nem o ordenamento territorial deve ser considerado fatores limitantes de práticas das atividades econômicas, sociais ou culturais, ao contrário, devem ser elementos balizadores e promovedores da sustentabilidade desse ambiente.

Em relação aos conflitos ambientais é marcante a elevada diversidade encontrada na área de estudo. Esses conflitos mantêm relação direta com as intervenções públicas, que apontam para certa fragilidade dos programas, pela falta de estrutura administrativa, carência de pessoal e despreparo da equipe, falta de fundamentação conceitual sobre os aspectos que compõem o gerenciamento costeiro integrado e pequena capacidade técnica para o desenvolvimento e aplicação dos instrumentos de gestão, nos três níveis de governo. Atrelado a esse contexto, destaca-se o pouco aporte de recursos financeiros.

Cabe ressaltar aqui que o Estado de Sergipe ainda não dispõe do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC) formalmente estabelecido como o instrumento definidor da política estadual de gestão. Situação bastante frágil uma vez que o planejamento e a gestão

participativa, articulada e descentralizada entre os setores governamentais, conforme preconiza o PNGC, ainda não está concretamente efetivada.

A implementação de um processo que priorize a sustentabilidade costeira deve passar obrigatoriamente por ações de planejamento e gestão integrados das zonas costeiras sergipanas, uma vez que essas ações buscam a promoção do desenvolvimento sustentável, pautado na redução dos conflitos e atendimento às necessidades dos seus habitantes, além de promover a manutenção de elementos ecológicos essenciais a sobrevivência das diferentes espécies. A gestão integrada será sustentável quando considerar a fragilidade ecológica, as relações de interdependência entre os seus componentes naturais, econômicos e sociais, a intensificação das diferentes formas de pressão sobre as zonas costeiras, atrelada a redução de seus recursos.

Nesse estudo identificou-se a possível criação de mais uma unidade de conservação de proteção integral pelo governo do estado de Sergipe denominado de Parque Estadual das Dunas, enquanto estratégia de intervenção pública para o ordenamento territorial. As áreas protegidas são indispensáveis para a manutenção de ecossistemas e para a conservação dos recursos naturais.

No entanto, a implementação dessa unidade só será efetiva se estiver atrelada ao planejamento e ao ordenamento integrado do território costeiro, e esses, compatíveis com os objetivos de conservação e preservação da integridade ambiental da zona costeira. O ordenamento territorial e gestão ambiental integrado implicam em interação com os objetivos dos diversos setores sociais e econômicos existentes, considerando-se a fragilidade e a pressão humana sobre esse ambiente.

É válido destacar que o ordenamento do uso e ocupação do território, com vistas à sustentabilidade dos ecossistemas costeiros e das relações sociais e econômicas, são questões

emergentes para um adequado desenvolvimento. A gestão integrada da zona costeira apresenta também os seus desafios calcados na adoção de estratégia integradora, com elaboração de instrumentos jurídicos e administrativos, uma forte participação do estado na condução da gestão, além das pesquisas e participação popular.

A estratégia da gestão integrada de zonas costeiras tem se configurado numa importante ferramenta para o ordenamento e o gerenciamento de ambientes costeiros com vistas ao seu desenvolvimento sustentável. Segundo a UNESCO (2001) essa estratégia configura-se num processo dinâmico capaz de reunir governos, sociedades, pesquisadores e administradores, os diferentes tipos de interesses públicos e privados em prol da proteção e do desenvolvimento de sistemas e recursos costeiros. Como se vê, é um processo que exige a participação dos diferentes setores da sociedade e principalmente daqueles que conhecem e convivem com a realidade dessa zona.

A estratégia da gestão costeira integrada já é aplicada em vários países diante das ações e intervenções que essa área enfrenta. As ações no Brasil vão desde as diretrizes do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro até a implementação do Projeto Orla. Em Sergipe, a deficiência dos instrumentos de gestão e disciplinamento do uso e ocupação do solo costeiro nas esferas de governo, contribui para o desordenamento territorial.

O gerenciamento costeiro sergipano carece de estabelecimentos de mecanismos institucionais de mobilização social e o desenvolvimento das atividades sócio-econômicas compatíveis com as limitações ambientais. Essa deficiência e em alguns casos ausência do poder público coloca em risco a materialização de políticas e estratégias, fato que acaba delegando para os ocupantes privados o poder da tomada de decisões realizadas de forma empírica por meio de uma visão parcial, que freqüentemente prioriza o próprio benefício.

Diante das informações do quadro 4.1 percebe-se que vários são as oportunidades e os desafios para a gestão integrada do litoral norte de Sergipe. As estratégias relacionam desde ações de caráter individual até as ações de caráter coletivo, e ainda, de responsabilidade não só do poder público, mas também da iniciativa privada e da própria comunidade.

Município	Oportunidades	Ameaças
Barra dos Coqueiros	Melhoria e capacitação mão de obra local Disposição final adequada dos resíduos sólidos Intensificação das ações de fiscalização e controle Implementação de campanhas de coleta seletiva junto a comunidade Melhoria das condições de infraestrutura e esgotamento sanitário Aumento do fluxo turístico Incremento de ações e estratégias de educação ambiental Implementação do plano diretor	Possível redução do fluxo turístico em busca de outras áreas Aumento da poluição dos recursos hídricos Aumento na geração de resíduos sólidos Destruição das áreas de manguezal Deficiência da infraestrutura de saneamento básico Desmatamento das mangabeiras Especulação imobiliária -
Pirambu	Existência do comitê de bacia do rio Japarutuba Ações de educação ambiental do Projeto Tamar Melhoria da infraestrutura viária Intensificação do turismo - -	Relação conflituosa entre comunidade e Projeto Tamar Ampliação da área de cultivo da cana-de-açúcar Turismo desordenado Área do lixo do município Pouco incentivo ao setor pesqueiro Poluição dos recursos hídricos
Pacatuba	Melhoria na qualidade de vida Disciplinamento do uso dos recursos naturais Desenvolvimento do turismo Implementação da coleta seletiva Melhoria da malha viária Possibilidade de diversificação na geração de mão de obra Intensificação de ações de fiscalização e controle ambiental Apoio aos arranjos produtivos locais Capacitação de pescadores e artesãos Melhoria da infraestrutura local Melhoria da conscientização ambiental Recuperação de áreas degradadas Conservação das áreas de lagoas e dunas	Aumento da degradação ambiental Aumento da poluição dos recursos hídricos Extrativismo da taboa de forma desordenada Desmatamento das áreas de manguezal Caça e pesca predatória Poder público com pouco envolvimento nas questões ambientais Resistência de proprietários na recuperação das matas ciliares Deficiência na fiscalização em áreas de desmatamento Diminuição dos recursos naturais Aumentos dos resíduos sólidos Poluição de fábrica - -
Brejo Grande	Melhoria da qualidade de vida Incremento da atividade turística Desenvolvimento das comunidades locais Resgate às manifestações culturais locais Intensificação da fiscalização Desenvolvimento de ações de educação ambiental Respeito à comunidade quilombola Apoio a atividade de pesca tradicional Paisagens naturais do São Francisco e da zona costeira -	Prática das atividades econômicas da carcinicultura e criação de búfalos Pesca predatória Deficiência das ações de regularização fundiária Disposição inadequada dos resíduos sólidos Aumento de doenças de vinculação hídrico Deficiência da infraestrutura turística Privatização das áreas de lagoas de rizicultura Degradação ambiental Sobreposição de culturas Diminuição e extinção de espécies nativas

Quadro 4.1 Oportunidades e Ameaças – Litoral Norte de Sergipe

Organização: Lício Valério Lima Vieira, 2010.

Configura-se como desafio para implantação da gestão integrada da zona costeira a compreensão de que seus princípios fundamentam-se na orientação de gestores públicos, do setor empresarial e da sociedade civil para ações de planejamento mais adequado do litoral, com vista à prevenção de problemas e equacionamentos de outros originados com a ocupação irregular advindo das atividades do homem.

A zona costeira encontra-se num cenário que urge a busca de alternativas para a sua gestão com capacidade de ampliação do nível de sustentabilidade da exploração dos seus recursos e potenciais. De acordo com Polette (1997), para racionalidade do processo de gestão integrada das zonas costeiras é fundamental aumentar o cabedal de conhecimento técnico-científico de forma que as decisões sejam cientificamente mais suportadas; contar com o empenho e a responsabilização partilhada do cidadão integrando-o em todo o processo decisório; adotar abordagem sistêmica com visão integradora, intersectorial e interdisciplinar; implementar esquemas de monitorização contínua; avaliar de forma sistemática e recorrente o próprio processo de gestão; e, acima de tudo, utilizar sempre o princípio da precaução.

Com base nas análises dessa pesquisa os diversos segmentos da sociedade dos municípios costeiros não estão envolvidos em ação de planejamento e ordenamento territorial. Vale ressaltar que as transformações socioeconômicas ocorridas influenciam na construção da identidade territorial da zona costeira. O envolvimento e a interação entre as atividades e os agentes sociais costeiros poderão refletir no surgimento de outras possibilidades relacionais entre o homem e a natureza

Em resumo pode-se destacar que os principais desafios para a gestão integrada e para o ordenamento territorial costeiro encontram-se configurados na implementação de empreendimentos turísticos sem as devidas preocupações com as questões sociais e ecológicas, regularização fundiária; ordenamento de barracas de praias, condições de garantia

de acessibilidade à praia, conservação da biodiversidade e dos ecossistemas, além das culturas tradicionais, processos de erosão e sedimentação, e ainda, compatibilização entre o desenvolvimento econômico e a gestão sustentável do território (Figuras 4.2 a 4.5).



Figuras 4.2 e 4.3 Esgotamento sanitário inadequado, estuário do rio Japaratuba, município de Pirambu.

Fonte: Hudson Santos, 2009.



Figura 4.4 Erosão fluvial, estuário do rio São Francisco, Pov. Saramém, município de Brejo Grande.

Fonte: Rafael Figueiredo, 2009



Figura 4.5 Barracas na Praia da Costa, município de Barra dos Coqueiros.

Fonte: Rafael Figueiredo, 2009

Deverá considerar também os principais passivos ambientais decorrentes da implementação de empreendimentos de forte impacto, dos assentamentos humanos irregulares e precários, da degradação ambiental, de parte da saturação da infraestrutura urbana local, e

principalmente, das ocupações irregulares dos bens de uso comum do povo (Figuras 4.6 a 4.8).



Figura 4.6 Resort *Star Fish*, município de Barra dos Coqueiros.

Fonte: Hudson Santos, 2009.



Figuras 4.7 e 4.8 Ocupação irregular às margens do rio Japaratuba, município de Pirambu.

Fonte: Rafael Figueiredo, 2009.

A implementação de um plano de gestão integrada para a zona costeira sergipana deverá garantir a criação de condições efetivas para que o poder público desempenhe o seu papel, considerando a concepção do meio ambiente como elemento importante e imprescindível para as políticas de desenvolvimento dessa zona que representa o lócus de realização da vida econômica em equilíbrio com os ecossistemas naturais e humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Zona Costeira sergipana é um espaço de contrastes, no qual coexistem diversas atividades, interesses e conflitos, num cenário constituído de áreas urbanizadas, atividades agrícolas, extrativas, portuária e industrial, além da exploração turística e imobiliária. Por outro lado, esse espaço é permeado por áreas de baixa densidade de ocupação e ocorrência de ecossistemas de grande significado ambiental, mas que vêm sendo objeto de acelerado processo de ocupação como o turismo e a segunda residência. Coexistem ali uma diversidade de impactos e conflitos ambientais em ambientes frágeis e complexos do ponto de vista da gestão e implementação de políticas públicas para o ordenamento do seu território.

A compreensão da problemática dos aspectos e elementos que sustentam o (des)ordenamento territorial do litoral norte de Sergipe perpassa pela percepção de território físico ou biológico e imaterial ou simbólico, como destaca Haesbaert (2005). Nesse sentido e para este estudo, considerou-se o território do litoral norte sergipano do domínio político formado pelos municípios de Barra dos Coqueiros, Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande. Território composto pelo conjunto do patrimônio natural e cultural e os diversos atores sociais, os quais se relacionam das diferentes maneiras e (re)produzem o espaço geográfico. As relações e as interações entre os atores sócio-políticos, contudo esbarram na fragilidade nas regulamentações e normatizações das instituições responsáveis pela gestão territorial em Sergipe.

As ações que envolvem a dinâmica ambiental do litoral norte sergipano requerem estudos e planejamento que direcionem o uso racional dos seus recursos, sem comprometê-los, e ainda, que sejam capazes de proporcionarem a intensificação do processo de inclusão social e o direito ao meio ambiente equilibrado, bem de uso comum de todos. Cabe destacar que, segundo Cabral (2003, p. 98):

o grande problema a ser enfrentado é o da não efetivação dos direitos ambientais do país, que força a necessidade de repensarmos se o direito seria mais bem compreendido na sua aplicabilidade, se este se relacionasse mais intensamente com os outros direitos e com a realidade social.

O que foi identificado no meio ambiente do litoral norte de Sergipe são sérios problemas os quais geram complexos conflitos e conseqüentemente diferentes configurações territoriais. Pode-se dizer, portanto que as atuais configurações territoriais do litoral norte de Sergipe são produtos das intervenções historicamente implementadas pelos diversos atores sociais em diferentes níveis de intensidade, e se apresentam como resultados das complexas relações de poder que se cristalizam nos conflitos de uso dos recursos litorâneos.

Na análise mais geral de todos os conflitos ambientais sejam eles originados a partir do território, da atividade econômica e de uso dos recursos naturais e ainda relacionados à cultura, pode-se afirmar que predomina uma racionalidade econômica sobre os aspectos naturais, culturais sociais e territoriais, existentes nos quatro municípios estudados envolvendo diferentes atores entre eles o Estado.

Nesse estudo, afirma-se que o poder público é um grande agente das mudanças nas territorialidades. A partir das obras de engenharia, o Estado territorializa, desterritorializa e reterritorializa os elementos de uma geografia litorânea, induzindo tendências de ocupação, gerando novas perspectivas de uso. No litoral norte de Sergipe o poder público instituiu unidades de conservação, paradoxalmente foram instalados grandes equipamentos industriais, sobretudo ligados à indústria petrolífera, além de ações voltadas à infraestrutura viária, portuária e turística, transformando (modificando) as feições costeiras sergipanas e conseqüentemente, desencadeando um reordenamento territorial. Dentro desse contexto, é possível afirmar que o papel do Estado e da regulação estatal na valorização dos espaços no litoral de Sergipe não pode ser minimizado, muito pelo contrário, deve ser enfatizado, visto que suas ações intensificam as metamorfoses desse litoral.

Outro aspecto registrado foi a exploração dos recursos vegetais no território litorâneo. A atividade comercial da carcinicultura tem provocado a retirada da vegetação denominada mata ciliar de áreas de mangue e apicum em várias localidades dos rios São Francisco e Japaratuba. Essa ação provoca o solapamento das margens, contribuindo para o assoreamento dos rios, com tendências a formação de ilhas, uma vez que os sedimentos das margens são carregados para o leito, chegando a encobrir áreas de mangues. Por outro lado, os resíduos químicos utilizados nas lavagens dos viveiros de camarões são jogados no próprio rio sem nenhum cuidado especial, contribuindo dessa forma para a matança indiscriminada da fauna e da flora.

Essa atividade vem contribuindo para a devastação de áreas de preservação permanente, destacando a retirada de árvores frutíferas como *Hancornia spenciosa* (mangabeira), *Byrsonima basiloba* (murici) e *Psidium sartorianum* (araçá), além de *Pabebuia roseoalba* (pau d'arco), *Tapirina guianensis* (pau pombo), etc. Além disso, as águas fluviais utilizadas pelos viveiros são devolvidas ao leito fluvial sem o devido tratamento, voltando carregadas de elementos químicos, capazes de modificar as condições físico-químicas da água.

A carcinicultura é uma atividade que pelo seu impacto e magnitude precisa ser considerada cuidadosamente. O Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, destaca que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Também a Lei Federal 11.105/2005 estabelece ainda critérios para a prática dessa atividade destacando os vários limites, incluindo etapas e critérios que devem ser cumpridos rigorosamente. No entanto essas exigências não vêm sendo rigorosamente cumpridas, provocando assim o aumento dos

impactos negativos. Conflitos relacionados a exploração extrativista e criação de camarão estão presentes em todos os municípios do litoral norte de Sergipe

Na perspectiva de diminuição da geração de impactos na linha costeira o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) estabeleceu por resolução que os empreendimentos com mais de 50 ha de área inundada serão licenciados apenas com apresentação de estudo de impacto ambiental (EIA/RIMA). Os que tenham área igual ou inferior a 10 ha poderão ser licenciados por procedimento simplificado e aqueles com área maior que 10 ha e menor ou igual a 50 ha ficam sujeitos a licenciamento regular.

De acordo com o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) devem ser elaborados os zoneamentos de usos e atividades na Zona Costeira, dando prioridade à conservação e proteção aos recursos naturais renováveis e não renováveis, recifes, ilhas costeiras e oceânicas, sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, restingas e dunas, florestas litorâneas e manguezais, dentre outros. No seu artigo 7º fica estabelecido que a degradação dos ecossistemas, do patrimônio e dos recursos naturais da Zona Costeira, implicará ao agente a obrigação de reparar o dano causado e a sujeição às penalidades previstas no art. 14 da Lei Nº 6.938/81. Na prática até o momento pouco foi feito em relação a atendimento ao que preconiza o PNGC em Sergipe. Falta a elaboração de instrumentos de gestão e exploração dos recursos existentes na zona costeira.

As áreas de mangues e dunas estão se transformando em depósitos de lixo a céu aberto, sem nenhum critério. Ao longo do litoral é possível observar restos de construções civis e lixo doméstico em várias localidades, provocando uma maior pressão nessas áreas, consideradas como filtros ambientais e berço de reprodução de diversas espécies.

Nos anos mais recentes tanto a teoria como a prática da determinação da capacidade de carga, das técnicas de zoneamento de ambientes frágeis e dos meios de proteção de

culturas vulneráveis, estão se tornando uma constante nos novos desenvolvimentos turísticos e também na recuperação daqueles já instalados, uma vez que as vantagens socioculturais e ambientais são evidentes.

Nesse momento cabe chamar a atenção para o que alerta o Código Mundial de Ética do Turismo elaborado pela Organização do Turismo (OMT), quanto ao desenvolvimento da atividade e seus princípios básicos: A atividade contribui para a compreensão e respeito mútuo entre homens e sociedades. É um instrumento de desenvolvimento individual e coletivo. É fator de desenvolvimento sustentável, bem como é considerado como ato de aproveitamento e enriquecimento do patrimônio cultural da humanidade e, pode ainda se transformar em uma atividade benéfica para os países e para as comunidades de destino.

As regiões litorâneas enquadram-se no que Tulik (1993) destaca, quando afirma que a procura do sol, areia e mar tende a permanecer crescente com o incremento do turismo náutico, juntamente com o turismo ecológico e de aventura, somados aos equipamentos e serviços oferecidos, nos centros receptivos ou próximos destes. No litoral sergipano essa situação pode ser visualizada pela aquisição de áreas privilegiadas paisagens por grupos nacionais e até mesmo internacionais. O asfaltamento de parte da SE 100 poderá incrementar ainda mais o interesse pela paisagem costeira e seus recursos.

O turismo enquadra-se na perspectiva da visão sistêmica, uma vez que essa atividade é composta por elementos que mantêm relações de interdependência. O recurso por si só não representa a possibilidade de desenvolvimento regional pelo turismo, sem que não existam as condições mínimas de circulação, hospedagem, alimentação, dentre outros.

Nesse sentido, enquanto atividade que busca a sustentabilidade deve-se conhecer quais são as verdadeiras possibilidades e desafios para o seu desenvolvimento. Deve-se ainda identificar quais as melhores estratégias para a relação entre os meios natural e social. O

desafio na gestão costeira baseia-se na necessidade de se ter em mente o fato de que um ataque a um elemento isolado pode contribuir para o surgimento de problemas em todo o sistema.

O poder público enquanto regulador do sistema possui um relevante papel no que diz respeito à necessidade de planejamento, de execução e à avaliação de projetos e ações direcionados para a atividade turística, devendo compreender ações que contemplem ambientes sociais, culturais, políticos, econômicos e também nos ecossistemas existentes. Deve-se ainda, considerar a importância do envolvimento da população local em todos os processos de ordenamento territorial, bem como na implementação das diversas ações e atividades.

É conveniente ressaltar que não existe uma única percepção quanto aos problemas, impactos e conflitos ambientais existentes no litoral norte de Sergipe. Pelo contrário, ela é diferente e depende do tipo de ator social está envolvido, e ainda, como esse se encontra em relação à problemática.

A compreensão dos conflitos ambientais no âmbito do litoral norte de Sergipe implica no reconhecimento das limitações do poder público e da iniciativa privada nas estratégias de ordenamento e gestão do espaço litorâneo, bem como conhecer a forma e intensidade como esses conflitos se territorializam, e ainda como, podem ser equacionados. Nesse contexto, a divulgação de métodos e técnicas de análise e apoio à resolução de conflitos bem como a realização de ensaios e simulações podem representar iniciativas de apoio à construção de políticas locais de meio ambiente, à democratização do Estado, à representação dos diferentes interesses da sociedade. A criação de foros de negociação pode representar a ampliação de possibilidades de ouvir a sociedade e acolher suas demandas ou, simplesmente, a criação de instâncias burocráticas de despolitização de conflitos.

Ordenar o território é uma tarefa complexa principalmente quando se garante que o ambiente equilibrado é direito de todos. O desafio é encontrar ações e estratégias sustentáveis e que faça valer a democracia existente no país. As mudanças e as intervenções tendem a gerar conflitos os quais representam sérios desafios que vão além do ordenamento territorial.

As transformações e configurações territoriais, bem como os conflitos ambientais do litoral norte de Sergipe assemelham-se as existentes em outras regiões costeiras do país. Essas mudanças são provocadas, estimuladas e ainda financiadas pelo poder público com a implementação de ações e estratégias das mais diferentes finalidades, sejam elas, com fins de ampliação ou melhorias de acesso, ou ainda, com vistas a instalações de equipamentos de turismo ou de infraestrutura. Essas atividades obedecem a um modelo de desenvolvimento adotado no qual a principal mola propulsora são as atividades econômicas. Por sua vez as estratégias utilizam geram também os conflitos ambientais tão marcantes na zona norte do litoral sergipano.

No ordenamento territorial do litoral Sergipe devem ser considerados três elementos importantes:

- a) garantia de representação de participação dos diferentes grupos sociais presentes nesse ambiente, a exemplo das catadoras de mangabas, dos coletores e extrativistas dos recursos do ecossistema de manguezal, dos empreendedores, dos governos municipais, nos processos de construção e implementação de políticas públicas;
- b) Mobilização dos diversos segmentos da sociedade, bem como processos de capacitação dos diferentes atores sociais para tornar possível o conhecimento das compreensões que se têm quanto o processo de ordenamento e desenvolvimento territorial que se deseja; e,

- c) Agregação de novas lógicas de desenvolvimento as políticas setorizadas na perspectivas de integrá-las em busca da racionalidade do uso do território. Entretanto, não se deve deixar de considerar outros elementos como que tipos de usos são mais adequados, quais são os mais diferentes interesses e quais instrumentos regulatórios e regulamentares são mais apropriados para o ordenamento do desenvolvimento econômico e social com a preocupação com a qualidade ambiental.

Como já foi dito, diversas vezes ao longo dessa Tese, na gestão integrada da zona costeira o poder público tem um importante papel quanto aos processos de ordenamento e gestão do desenvolvimento territorial. É com a elaboração e o uso de políticas públicas que se deve articular as estratégias dos diversos atores sociais atuantes na zona costeira com seus mais diferentes interesses. Contudo, é essencial o envolvimento das comunidades tradicionais na construção de alternativas sociais, econômicas e ambientais.

Diante das diversas análises dessa Tese, consideram-se que os conflitos ambientais no litoral norte de Sergipe são originados a partir das intervenções públicas e privados, e promovem influencias nas configurações territoriais, as quais refletem novas territorialidades. Sabe-se, portanto, que os investimentos sejam eles do poder público ou da iniciativa privada intensificarão os processos de uso, ocupação e (re)produção do espaço costeiro.

Outra consideração que se pode fazer a partir dos resultados deste estudo, refere-se às diferentes percepções que se têm os diversos atores sociais, membros das comunidades locais, que compreendem de forma diferenciada as intervenções e seus reflexos no território do litoral norte de Sergipe, quando se comparam às concepções dos gestores públicos.

Apesar das diferentes e diversas intervenções na zona costeira sergipana, as quais não estão consolidadas enquanto estratégias de ordenamento territorial. Tem-se na gestão

integrada o grande desafio para equacionamento dos conflitos ambientais existentes e uso sustentável dos recursos costeiros. Por outro lado, as configurações territoriais refletem territorialidades que se complementam e ao mesmo tempo são concorrentes.

REFERÊNCIAS

- ACOT, P. **História da ecologia**. Tradução de Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 212p.
- ACSELRAD, H. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In: _____ (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ALMEIDA, J. R. **Planejamento Ambiental**: caminho para a participação popular e gestão ambiental para o nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Thex, 1999.
- ALMEIDA, M. G. Diáspora: viver entre-territórios e entre-culturas? In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- ALONSO, A., COSTA, V. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: ALIMONDA, H. (org.). **Ecologia Política**. Naturaleza, Sociedad y Utopia. Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- ALVES, N. M. de S. **Análise geoambiental e socioeconômica dos municípios costeiros do litoral norte do Estado de Sergipe**: diagnóstico como subsídio ao ordenamento e gestão do território. (Tese de Doutorado). São Cristóvão: UFS, 2009.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1999.
- ANDRADE, J. C. S. *et. al.* **Conflitos Sócio-Ambientais**: análise da relação entre o complexo Costa do Sauípe e atores locais. Disponível em: <http://anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/dimensoes_socio_politicas/Jose%20Celio%20Silveira%20Andrade.pdf> Acesso em: 16 mar. 2009.
- BARBANTI JÚNIOR, O. **Conflitos socioambientais**: teorias e práticas. (Tese de Doutorado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.
- BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BARRA dos Coqueiros. **Brisa de Atalaia**. INVI. Resort de R\$ 250 milhões. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=549431>> Acesso em: 03 mar. 2008.
- BARRANGÁN MUÑOZ, J. M. **La gestión de las áreas litorales en España y Latinoamérica**. Cádiz: Universidad de Cádiz, 2005.
- _____. **Ordenación, planificación y gestión del espacio litoral**. Barcelona: Oikos-Tau, 1994.
- _____. **Medio ambiente y desarrollo en las áreas litorales**. Guía Práctica para la planificación y gestión integrales. Barcelona: Oikos-Tau, 1997.

_____. **Las áreas litorales de España**. Barcelona: Ariel, 2004.

BECKER, B. K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C., CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BECKER, B. Política e Planejamento do Turismo no Brasil. In: YÁZIGI, E. *et al.* (Org.). **Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BECKER, B.; EGLER, C. Brasil: **Uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1994.

BNB. **Marco Lógico do Prodetur/NE II**. Fortaleza: BNB, 2003.

BRASIL. **Lei nº 6.938** de 31 de agosto 1981. Institui a Política Nacional de meio Ambiente. Brasília: Presidência da República, 1981.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei nº 7.661**, de 16 de maio 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Brasília: Presidência da República, 1988.

_____. **Lei nº 8.617**, de 4 de janeiro de 1993. Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1993.

_____. **Decreto Federal Nº. 2.972** de 1999. Institui o Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiros e Marinhos. Brasília Presidência da República, 1999.

_____. **Lei nº 9.985/2000**. Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC. Brasília: MMA, 2000.

_____. **Lei Nº. 11.105**, de 24 de março de 2005. Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização que envolvam organismos geneticamente modificados. Brasília Presidência da República, 2005.

BRITO, F. A., CÂMARA, J. B. B. **Democratização e gestão ambiental**. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

BROSE, M. **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

BRÜSEKE, F. J. O Problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2003. pp. 29-40.

BURSZTYN, M. Ciência, Ética e Sustentabilidade: Desafios ao novo século. In: _____ (Org.) **Ciência, ética e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

BURUAGA, M. S. de. **Tejiendo la telaraña: rotos y descosidos en la naturaleza Ibérica**. Madrid: Ediciones Leonesas, 2000.

CABRAL, G. J. da C. M. **O direito ambiental do mangue: aspectos jurídicos, científicos e filosóficos aplicados à proteção do ecossistema manguezal.** João Pessoa: Sal da Terra, 2003.

CANDIOTTO, L. Z. P.; SANTOS, R. A. dos. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CARDOSO NETO, N. **Os conflitos de uso dos recursos ambientais: um reflexo da sociedade de risco.** Disponível em: <<http://www.scambiental.com/publicacoes/7.pdf>> Acesso em: 22 nov. 2008.

CARSON, R. **Primavera silenciosa.** 2. ed. Tradução de Raul de Polillo. São Paulo: Pórtico, 1994.

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Explorações Geográficas: Percursos no Fim do Século.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: _____. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez, 2003. p.153-176.

CAVALIERI, E. **Lebenswelt Husserliano e a Problemática Religiosa do Cotidiano.** Disponível em: <<http://www.metodista.br/ppc/correlatio/correlatio05/lebenswelt-husserliano-e-a-problemativa-religiosa-do-cotidiano>> Acesso em: 08 fev. 2008.

CHAV, M. do P. S.; BARROS, J. F.; FABREÉ, N. N. Conflitos socioambientais e identidades políticas na Amazônia. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/37/maria_37.pdf> Acesso em: 18 abr. 2008.

CHUMILLAS, I. R. Mecanismos de control territorial en tiempos de la globalización. Scripta Nova: **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales.** Barcelona, v. X, no. 218(28), 01 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/nova.htm>> Acesso em: 15 dez. 2006.

CODISE. **Censo Georreferenciado da carcinicultura no estado de Sergipe.** Aracaju, 2007.

CORRÊA, R. L. **Trabalho de campo e globalização: o discurso geográfico na aurora do século XXI.** Florianópolis: UFSC, 1996.

CORREIA, M. A. Ponderações reflexivas sobre a contribuição da fenomenologia à geografia cultural. Revista. **RA'E GA** (UFPR), Curitiba, n. 11, 2006, p. 67-75,.

COSTA, W. Messias. Subsídios para uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: MI – Ministério da Integração Nacional. **Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial.** Brasília: MI, 2005.

CPRM/CODISE. **Programa levantamentos geológicos básicos do Brasil.** Geologia e recursos minerais do Estado de Sergipe. Brasília: MME, 1998.

CUNHA, I. A. da. Conflito ambiental na costa de São Paulo: o Plano Diretor de São Sebastião. **Revista Saúde e Sociedade.** vol 10; n. 1, São Paulo jan/jul, 2001.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 4. ed. São Paulo: Futura, 2000.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 6. ed. São Paulo: Gaia, 2000.

DIAS, J. A.; CARMO, J. A. do; POLETTE, Marcus. As Zonas Costeiras no contexto dos Recursos Marinhos. **Revista de Gestão Costeira Integrada**. V. 9. Porto Alegre, 2009.

DIEGUES, A. C. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras**. São Paulo: NUPAUB, 2001.

DINIZ, J. A. F. **Áreas agrícolas subcosteiras do nordeste meridional**. Recife: SUDENE, 1981.

_____. **O subsistema urbano-regional de Aracaju**. Recife: SUDENE, 1987.

DURKHEIM, É. **A divisão do trabalho social**. Lisboa: Presença, 1984.

EMBRAPA. **Mapa do Extrativismo da Mangaba em Sergipe – Ameaças e Demandas**. Aracaju: EMBRAPA, 2009.

ESTABA, R. M. Ordenación del território en Venezuela: estratégias kacia La modernidade. **Scripta Nova**. Barcelona. no. 54, 15 de dezembro de 1999. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-54.htm>> Acesso em: 08 fev. 2008.

FERREIRA, A. B de H. **Dicionário Aurélio ilustrado**. Curitiba: Positivo, 2008.

FERREIRA, C. P. **Percepção Ambiental na Estação Ecológica Juréia-Itatins**. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 2005.

FONSECA, V.; VILAR, J. W. C.; SANTOS, M. A. N. Reestruturação territorial do litoral de Sergipe, Brasil. **Anais...** XII Encontro de Geógrafos da América Latina. Montevideo, 3 a 7 de abril 2009. (CD RON).

FREY, M. R.; CAMARGO, M. E. Análise dos Indutores da Evolução da Consciência Ambiental. **Qualitas**. Disponível em: <http://www.uepb.rpp.br/revista_qualitas/artigos/artigos_2003/conscienciaambienta.pdf> Acesso em: 07 jul. 2008.

FUKS, M. **Arenas de Ação e Debate Públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro**. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1980.

GALEFFI, D. A. O que é isto: a Fenomenologia de Husserl? **Ideação**, Feira de Santana, n.5, p.13-36, jan./jun. 2000.

GEHLEN, I. RIELLA, A. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento Sustentável. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p.20-26

GEIGER P. P. Des-territorialização e fragmentação In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec; Annablume, 1994.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, nº 2, 1995, p.57-63,.

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

GÓMEZ OREA, D. **Ordenación Territorial**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2001.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005.

_____. Concepções de Território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K., (Org.) **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: PPGeo/UFF, DP&A Editora, 2006.

HEIDRICH, Á. L. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HOLZER, W. A geografia humanista: uma revisão. **Revista Espaço e Cultura da UERJ**, Rio de Janeiro, n. 3, 1997, p. 8-19.

HUSSERL, E. **A idéia da Fenomenologia**. 12. ed. Lisboa: Editora 70, 1999.

IANNI, O. **A Sociedade Global**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1992.

IBAMA. Diagnóstico da atividade de carcinicultura no Estado do Ceará. Disponível em <http://200.198.202.145/seap/pdf/cogesi/boletim_2004.pdf>. Acesso em: nov. 2009.

IBGE. **Contagem da população de Sergipe**. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Área territorial oficial**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso: em 03 mar. 2008.

JACOBI, P. Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.cepam.sp.gov.br>>. Acesso em: 07 jul. 2008.

JUNQUEIRA, E. R. **Utilização de indicadores econômico-financeiros para avaliação do desempenho ambiental das organizações**: um estudo exploratório. (Dissertação Mestrado). São Paulo: USP/FEAC, 2002.

LASCHEFSKI, K.; COSTA, H. S. de M. Segregação social como externalização de conflitos ambientais: a elitização do meio ambiente na APA-Sul, Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Ambiente & sociedade**. vol. 11. nº. 2, Campinas, 2008.

LEFÈBVRE, H. **Re-Produção das relações de produção**. Porto: Scorpião, 1973.

LIMA, G. F. da C. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. **Ambiente & Sociedade**, NEPAM/UNICAMP, Campinas, ano II, nº 5, 1999, p. 135-153.

MACEDO, S. S. Paisagem, turismo e litoral. In: YAZIGI, E. (Org) **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

MACHADO M. S. Geografia e Epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, Território e Territorialidade. **GEO UERJ**, nº 1. Departamento de Geografia, 1997.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARQUES, S. T. A dinâmica socioespacial da zona costeira brasileira. **Anais... XII Encontro Latino Americano de Geógrafos**. Montevideo, 2009.

MENDONÇA, F. **Geografia e meio ambiente**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MI. Ministério da Integração Nacional. Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial. **Anais...** Brasília: MI, 2005.

MMA/GERCO. **Perfil dos Estados Litorâneos do Brasil**: subsídios à implantação do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro. Brasília: MMA, 1995.

MMA. Projeto Orla. **Fundamentos para a gestão integrada**. Brasília: MMA/MP, 2002.

_____. **Subsídios para um projeto de gestão**: Projeto Orla. Brasília: MMA/MPO, 2004.

_____. Projeto Orla. **Planos de intervenção na orla marítima dos municípios de Itaporanga D'Ajuda e Estância**. Aracaju: Adema, 2004.

_____. **Erosão e progradação do litoral brasileiro**. Organizado por Dieter Muehe. Brasília: MMA, 2006.

_____. Ministério do Meio Ambiente (Brasil). **Agenda 21**. Brasília, 2008. Disponível em <<http://www.mma.gov.br>> Acesso em: 08 nov. 2007.

_____. **Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil**. Brasília: MMA, 2008a.

_____. Declaração do Rio sobre desenvolvimento e meio Ambiente. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/documentos/convs/decl_rio92.pdf> Acesso em: 06 abr. 2008b.

MONTEIRO, C. A. de F. **A questão ambiental no Brasil: 1960-1980**. São Paulo: USP/Instituto de Geografia, 1981. (Série Teses e Monografias, 42).

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1999.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo; Rio de Janeiro: HUCITEC, 1994.

_____. Ordenamento territorial: uma Conceituação para o Planejamento Estratégico. In: MI – Ministério da Integração Nacional. **Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília: MI, 2005.

MOTA, D. M. da. **Uso e conservação dos remanescentes de mangabeira por populações tradicionais**. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/2/1066.pdf>> Acesso em: 06 nov. 2009.

MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F.; SCHMITZ, H. **Os catadores de mangaba e a conservação da biodiversidade no território sul sergipano**. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/2/1066.pdf>> Acesso em: 06 nov. 2009.

NASCIMENTO, E. P. do. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, M. (Org.) **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 85-105.

NOVAES, W. Razões de um caminho. In: _____. **A década do impasse: da Rio - 92 à Rio +10**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2002.

OLIVEIRA, M. B. **Caracterização integrada da Linha de Costa do Estado de Sergipe – Brasil**. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA/IGEO, 2003.

PACHECO, R. S. *et al.*. Atores e conflitos em questões ambientais urbanas. **Revista Espaço e Debates**, nº. 35, São Paulo, 1992.

PAULILLO, L. F. O. **Complexos Agroindustriais e Redes Políticas: as Transformações no Território Citrícola Brasileiro – Uma Abordagem do Novo Institucionalismo e da Nova Localização**. (Tese de Doutorado). Campinas: UNICAMP, 2000.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento /Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Fundação João Pinheiro – software, 2003 – ESM Consultoria. Dados 2003 – PNUD. Versão 1.0.0.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

POLETTE, M. Gerenciamento costeiro integrado: proposta metodológica para a paisagem da microbacia de Mariscal. (Tese de Doutorado). São Carlos: UFISCar, 1997.

PUJADAS, R; FONT, J. **Ordenación y planificación territorial**. Madrid: Editorial Síntesis, 1998.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, A. C. R.; FERNANDES, F. (Orgs). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**. Afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROSAS, M. R. Natureza e sociedade como princípio de ecologia política e novo paradigma histórico. **Espaço Sociedade**. AGB seção Rio de Janeiro, ano 2, n.1, 1^o semestre, p. 17-58, 1996.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997. (coleção turismo)

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: SABOURIN, E; TEIXEIRA, O. A. (Org.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica. 2002.

SACHS, I. **Desenvolvimento sustentável**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Série meio ambiente em debate, 7. Brasília, 1996.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, M. A. N. **A ponte sobre o rio Sergipe**: metamorfoses paisagísticas, territoriais e sociogeográficas no município de Barra dos Coqueiros/SE. (Dissertação de Mestrado). São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2008.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. (Orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, T. C. Algumas considerações preliminares sobre Ordenamento Territorial. In: MI – Ministério da Integração Nacional. **Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília: MI, 2005.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST edições, 2003.

SEITZ, J. L. **A política do desenvolvimento – uma introdução a problemas globais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1991.

SERGIPE. Governo do Estado. **Lei Nº 1.721**, de 09 de dezembro de 1971. Cria a Empresa Sergipana de Turismo S.A. Aracaju: Diário Oficial do Estado de Sergipe, 1971.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento. **Atlas Geográfico de Sergipe**. Aracaju: SEPLAN/UFS, 1979.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento - SEPLAN/SE. **Plano preliminar de Ecodesenvolvimento do Litoral sul de Sergipe**, Aracaju, 1991.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento, Ciência e Tecnologia. **Atlas de Recursos Hídricos de Sergipe**, 2004. (CD – ROOM)

_____. Departamento Estadual de Estradas e Rodagens. **Mapa rodoviário de Sergipe**. Aracaju, 2007.

_____. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. **Unidade de conservação**. Disponível em <www.semarh.se.gov.br/biodiversidade> Acesso em: 28 nov. 2007.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento. **Base cartográfica: Ortofotocarta**. Aracaju, 2007.

SERGIPE viabiliza investimentos na área de petróleo. Disponível em <<http://www.tendenciasmercado.com.br/negocios/sergipe-viabiliza-investimentos-na-area-de-petroleo>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, J. X. da. A pesquisa ambiental no Brasil: uma visão crítica. In: CHRISTOFOLETTI, A. *et al.* (Org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo; Rio de Janeiro: HUCITEC, 1995. p. 346-370.

SIMMEL, G. **Sociologia**. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

SUASSUNA, D. A educação ambiental e o Projeto Tamar. Rio Grande: **Ambiente e Educação**, 2004. p. 55-67.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Geografia Física e Geomorfologia uma (re)leitura**. Ijuí: ed. Unijuí, 2002.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. Meio ambiente e economia. Setor público e cenários geográficos. São Paulo: Aleph, 2000. (série turismo).

TULIK, O. Recursos naturais e turismo: tendências contemporâneas. **Turismo em Análise**, v. 4. n^o, p. 26-36, nov., 1993.

UNESCO. **Instrumentos y Personas para una Gestión Integrada de Zonas Costeras**. Guia Metodológica. vol II. COI, Manuales y Guías n^o 42, 2001.

VARGAS, M. A. M. **Desenvolvimento regional em questão: o Baixo São Francisco revisitado**. Aracaju: NPGEU/UFS, 1999.

VASCONCELOS, F. P. **Gestão integrada da Zona Costeira**: ocupação antrópica desordenada, erosão, assoreamento e poluição ambiental do litoral. Fortaleza: Premius, 2005.

VILAR, J. W de C.; VIEIRA, L. V. L. **Consolidação do diagnóstico do litoral sul de Sergipe**. Ministério do Meio Ambiente/ADEMA-SE, Aracaju, 2004.

VILAR, J. W. C. **O papel de pecuarização no processo de produção do espaço agrário sergipano**. (Dissertação de Mestrado em Geografia). São Cristóvão: UFS, 1991.

VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M de. de. Iniciativas de ordenamento territorial no Litoral sul de Sergipe. **Relatório de consultoria**. Aracaju: Adema, 2003.

_____. O GERCO em Sergipe: Uma avaliação. **Anais...** Simpósio de Geografia Física Aplicada. Natal, 2007.

VILAS BOAS, J. H. **Bases teóricas e metodológicas da abordagem geográfica do ordenamento territorial aplicadas para o desenvolvimento de sistema de banco de dados georreferenciáveis**: exemplo da Bacia do Rio Itapicuru. (Tese de Doutorado). Saio Paulo: USP, 2001.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, E. J. (org) **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania**: Desafios para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez/Florianópolis: 1995. p. 134-160.

WANDERLEY, L. de L. **Litoral sul de Sergipe**: uma proposta de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. (Tese de Doutorado). Rio Claro: UNESP, 1998.

ZHOURI, A., OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & sociedade**. v. 10 nº.2 Campinas July/Dec. 2007.

ZHOURI, A.; ZUCARELLI, M. A. Mapas dos conflitos ambientais no estado de Minas Gerais: notas preliminares de uma pesquisa em andamento. **Anais...** IV Encontro Nacional da ANPPAS. Brasília, 2008.

ZIMMERMANN, A. **Turismo rural**: um modelo brasileiro. Florianópolis: Ed do Autor, 1998.